



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAQUEL SILVA MACIEL

**O COLECIONADOR DE PALAVRAS:**  
O PROJETO DICIONARÍSTICO DE LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

FORTALEZA

2024

RAQUEL SILVA MACIEL

**O COLECIONADOR DE PALAVRAS:**

O PROJETO DICIONARÍSTICO DE LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- M139c Maciel, Raquel Silva.  
O colecionador de palavras : o projeto dicionarístico de Luís da Câmara Cascudo / Raquel Silva Maciel. –  
2024.  
245 f. : il.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação  
em História, Fortaleza, 2024.  
Orientação: Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos.
1. dicionário. 2. Luís da Câmara Cascudo. 3. folclore. 4. correspondências. 5. função-autor. I. Título.  
CDD 900
-

RAQUEL SILVA MACIEL

**O COLECIONADOR DE PALAVRAS:**

O PROJETO DICIONARÍSTICO DE LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em 26/07/2024.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Kênia Sousa Rios (Examinadora interna)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Kleiton de Sousa Moraes (Examinador interno)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Rodrigo Alves Ribeiro (Examinador interno)  
Universidade Federal do Ceará (UECE)

---

Prof. Dr. Francisco Dênis Melo (Examinador externo)  
Universidade Federal do Ceará (UVA)

---

Profa. Dra. Meize Regina de Lucena Lucas (Suplente)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Antonio Luiz Macedo e Silva Filho (Suplente)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Berenice, que me salvou e  
me salva.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus avós maternos, Zuleide e Álvaro (in memoriam), que estão presentes em minhas memórias. Aos meus amigos que tornam a vida despreziosa. A minha mãe, Amazile, a quem devo todo o amor que me constitui. A Berenice, que com a sua existência me salva.

Ao meu orientador, Francisco Régis Lopes Ramos, por ter acreditado na viabilidade da pesquisa, conduzindo a orientação com paciência, tranquilidade e acolhimento. Reverencio os ensinamentos dos professores do PPGH/UFC que enriquecem a formação de todos que por ali passam, construindo relações que têm como princípios o respeito e a compreensão.

Ao presidente Luís Inácio Lula da Silva por acreditar na Educação como princípio emancipador, criando políticas públicas para o ingresso e permanência de milhares de estudantes nas universidades brasileiras. Além disso, destaco que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Aos membros que compõem a banca de examinação desta pesquisa, Profa. Dra. Kênia Sousa Rios, Prof. Dr. Kleiton de Sousa Moraes, Prof. Dr. Rodrigo Alves Ribeiro Braun, Prof. Dr. Francisco Denis Melo, Profa. Dra. Meize Regina de Lucena Lucas e Prof. Dr. Antonio Luiz Macedo e Silva Filho, pelo diálogo e aprendizado proporcionados.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram com essa pesquisa, a minha gratidão.

“Vivia minha vida e não a vida indicada pelos outros. Não fui o que quiseram, fui o que senti, a volição de ser”.

Luís da Câmara Cascudo

## RESUMO

Em 1943, a partir da convocação de Augusto Meyer, então diretor do Instituto Nacional do Livro (INL), emerge o projeto de publicação de um escrito lexicográfico que visava pôr em ordem alfabética o mundo folclórico, abarcando temas relativos da cultura nacional e inspirando-se no plano da *Enciclopédia Brasileira*. Acontecimento beneficiado pelo processo de intensificação da produção de dicionários brasileiros ocorrido ao longo do século XX que, por sua vez, deve-se, entre outras questões, ao desenvolvimento de condições institucionais como de um mercado editorial acessível à produção de textos lexicográficos e de caráter nacional. Nesse contexto, Luís da Câmara Cascudo empenha-se em aprimorar os rascunhos de suas pesquisas folclóricas, acumuladas desde a publicação de *Vaqueiros e Cantadores* (1939), e em corresponder-se com intelectuais, situados em diversas regiões do país e do exterior, solicitando o envio de livros, documentos, fotografias e outros elementos que o auxiliaram na composição dos verbetes do *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1954). A problematização do projeto dicionarístico de Luís da Câmara Cascudo, objetiva o desenvolvimento de uma análise discursiva das condições históricas que possibilitaram a emergência desse sujeito como um pretense intérprete do Brasil, e da construção de uma narrativa que instituiu formas de ver e dizer o que é popular e nacional. Considerando isso, questionam-se, sobretudo os discursos e as relações de poder que compreendem essa produção, a partir da: pesquisa das redes de sociabilidade, por meio das quais pôde se construir como autor e como intelectual autorizado a criar narrativas sobre a cultura popular e, conseqüentemente, a construir um discurso de autoridade acerca do elemento folclórico; indagação relativa a sua inserção no desenvolvimento de um projeto de identidade nacional, tendo em vista a associação dos folcloristas com o Estado por meio da colaboração em projetos de preservação e constituição de uma identidade cultural; e investigação das suas práticas de escrita e pesquisa, atentando para a realização de um método de interpretação folclórica concebido a partir de etapas distintas - colheita, confronto e pesquisa de origem - bem como o diálogo que estabelece com os movimentos folclóricos. Além disso, apreende os desdobramentos de tais problematizações, a exemplo dos questionamentos em torno da função-autor, da caracterização do sujeito lexicográfico e da classificação do produto dicionarístico.

**Palavras-Chaves:** dicionário; Luís da Câmara Cascudo; folclore; correspondências; função-autor.



## ABSTRACT

In 1943, at the invitation of Augusto Meyer, then director of the Instituto Nacional do Livro (INL), the project of publishing a lexicographical writing emerged, which aimed to put the folkloric world in alphabetical order, covering themes related to national culture and inspired by the plan of the *Enciclopédia Brasileira*. This event benefited from the process of intensification of the production of Brazilian dictionaries that occurred throughout the twentieth century, which, in turn, is due, among other issues, to the development of institutional conditions such as a publishing market accessible to the production of lexicographic texts of national character. In this context, Luís da Câmara Cascudo strives to improve the drafts of his folkloric research, accumulated since the publication of *Vaqueiros e Cantadores* (1939), and to correspond with intellectuals located in various regions of the country and abroad, requesting the sending of books, documents, photographs and other elements that helped him in the composition of the entries in the *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1954). The problematization of Luís da Câmara Cascudo's dictionary project aims at the development of a discursive analysis of the historical conditions that enabled the emergence of this subject as an alleged interpreter of Brazil, and the construction of a narrative that instituted ways of seeing and saying what is popular and national. Considering this, the discourses and power relations that comprise this production are questioned, based on: research of the networks of sociability, through which he could construct himself as an author and as an intellectual authorized to create narratives about popular culture and, consequently, to construct a discourse of authority about the folkloric element; inquiry regarding their insertion in the development of a national identity project, with a view to the association of folklorists with the State through collaboration in projects for the preservation and constitution of a cultural identity; and investigation of his writing and research practices, paying attention to the realization of a method of folkloric interpretation conceived from different stages - collection, confrontation and origin research - as well as the dialogue he establishes with the folkloric movements. In addition, it apprehends the unfolding of such problematizations, such as the questioning about the author-function, the characterization of the lexicographic subject and the classification of the dictionary product.

**Keywords:** dictionary. Luís da Câmara Cascudo; folklore; letters; unction-author.

## RÉSUMÉ

En 1943, à l'invitation d'Augusto Meyer, alors directeur the Instituto Nacional do Livro (INL), le projet de publier un écrit lexicographique a émergé, qui visait à classer le monde folklorique par ordre alphabétique, couvrant des thèmes liés à la culture nationale et inspirés du plan de l'Encyclopédie brésilienne. Cet événement a bénéficié du processus d'intensification de la production de dictionnaires brésiliens qui s'est produit tout au long du XXe siècle, ce qui, à son tour, est dû, entre autres, au développement de conditions institutionnelles telles qu'un marché de l'édition accessible à la production de textes lexicographiques à caractère national. Dans ce contexte, Luís da Câmara Cascudo s'efforce d'améliorer les brouillons de ses recherches folkloriques, accumulés depuis la publication de *Vaqueiros e Cantadores* (1939), et de correspondre avec des intellectuels situés dans diverses régions du pays et à l'étranger, en demandant l'envoi de livres, de documents, de photographies et d'autres éléments qui l'ont aidé dans la composition des entrées du *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1954). La problématisation du projet de dictionnaire de Luís da Câmara Cascudo vise à développer une analyse discursive des conditions historiques qui ont permis l'émergence de ce sujet en tant qu'interprète présumé du Brésil, et la construction d'un récit qui a institué des façons de voir et de dire ce qui est populaire et national. Face à cela, les discours et les relations de pouvoir qui composent cette production sont interrogés, sur la base de : la recherche des réseaux de sociabilité, à travers lesquels il pourrait se construire en tant qu'auteur et en tant qu'intellectuel autorisé à créer des récits sur la culture populaire et, par conséquent, à construire un discours d'autorité sur l'élément folklorique; enquête sur leur insertion dans l'élaboration d'un projet d'identité nationale, en vue de l'association des folkloristes avec l'État par la collaboration à des projets de préservation et de constitution d'une identité culturelle ; et l'investigation de ses pratiques d'écriture et de recherche, en prêtant attention à la réalisation d'une méthode d'interprétation folklorique conçue à partir de différentes étapes - collecte, confrontation et recherche des origines - ainsi qu'au dialogue qu'il établit avec les mouvements folkloriques. En outre, il appréhende le déroulement de telles problématisations, telles que le questionnement sur la fonction auteur, la caractérisation du sujet lexicographique et la classification du produit du dictionnaire.

**Mots-Clés:** dictionnaire; Luís da Câmara Cascudo; folklore; letres; fonction-auteur

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Obra MÃE PRETA - Lucilio de Albuquerque .....	187
--	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
CDFB	Campanha em Defesa do Folclore Brasileiro
CNFL	Comissão Nacional do Folclore
IBECC	Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INL	Instituto Nacional do Livro
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
OID	Oxford English Dictionary
PAC	Plano de Ação Cultural
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
RCB	Revista da Civilização Brasileira
RBF	Revista Brasileira do Folclore
SBF	Sociedade Brasileira de Folclore
SEP	Sociedade de Estudos Políticos

## SUMÁRIO

<b>1 - “AGORA, MEU FILHO, VÁ ‘BAIXAR’ NOUTRO TERREIRO, QUE EU PRECISO TRABALHAR.....</b>	<b>01</b>
1.1 “Pensamentos idos e vividos”: o percurso de uma pesquisa.....	14
<b>2 - SURGE O CONVITE: O PROJETO DO <i>DICIONÁRIO DO FOLCLORE BRASILEIRO</i>.....</b>	<b>18</b>
2.1 O Instituto Nacional do Livro e o desejo de descobrir a alma do Brasil: o plano da <i>Enciclopédia Brasileira</i> .....	20
2.2 “O dicionário nasceu sob estrela benigna”: o despertar brasileiro para a produção lexicográfica.....	42
2.3 O mundo das palavras e das coisas: caracterizando o dicionário e o sujeito lexicográfico.....	53
<b>3 - “A SABEDORIA LEITORA E PERGUNTADEIRA”: ENTRE PRÁTICAS DE PESQUISA E MECANISMOS DE ESCRITA.....</b>	<b>73</b>
3.1 As <i>cartas perguntadeiras</i> : a construção de uma rede de sociabilidade.....	75
3.2 Luís da Câmara Cascudo percorre o Brasil: as <i>vítimas indefesas</i> como fontes colaboradoras do dicionário.....	103
3.3 “Um sujeito em dois grossos volumes”: a problematização em torno da <i>função-autor</i> .....	139
<b>4 - O LABOR INTERMINÁVEL: LUÍS DA CÂMARA CASCUDO E O FAZER DICIONARÍSTICO.....</b>	<b>169</b>
4.1 A noite cai na <i>Babilônia</i> : Câmara Cascudo pelo mundo das letras.....	171
4.2 “Assim me contaram, assim vos contei”: a significação da experiência cascudiana.....	181
4.3 O “Povo” por escrito: a oralidade coletada.....	189
<b>5 - LUÍS DA CÂMARA CASCUDO DESCOBRE O BRASIL? CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>195</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>206</b>

## 1- “AGORA, MEU FILHO, VÁ ‘BAIXAR’ NOUTRO TERREIRO, QUE EU PRECISO TRABALHAR”<sup>1</sup>

Em 30 de dezembro de 1925, Luís da Câmara Cascudo escreve a Mário Raul Morais de Andrade e relata perceber um movimento atípico na capital do Rio Grande do Norte, tal cidade, em suas palavras, “[...] lê jornais e revistas e se interessa por mim. Consagra-me”.<sup>2</sup> Mal sabia o folclorista que décadas mais tarde o ansiado “olhar de atenção curiosa”<sup>3</sup> estaria consolidado e o acompanharia até a chegada da *noite*.<sup>4</sup>

O robustecimento do seu projeto de memória permearia as páginas dos periódicos locais que noticiavam a perda do seu filho mais pródigo, pronunciando lamentações e homenagens póstumas. A imprensa norte-rio-grandense mobilizar-se-ia para divulgar a emissão de notas oficiais que tanto informam e lamentam o falecimento do intelectual quanto indicam uma população fortemente comovida, revelando ainda certa preocupação em perpetuar a sua memória.

A memória caracterizaria não só o momento terminal de Luís da Câmara Cascudo, mas instituiu-se como mecanismo de escrita empregado nas pesquisas que produziu. É por meio dela que relembra o desassossego da sua infância, relatando as adversidades de um período marcado pelo falecimento de seus três irmãos e a conseqüente proteção extrema, de Francisco Justino de Oliveira Cascudo e Ana Maria da Câmara Cascudo, na tentativa de preservar a vida do filho. Dessa forma, em certa medida, a sua vivência restringe-se ao ambiente sertanejo quando há certo afrouxamento das limitações que lhes impunham.

Nesse espaço, tinha a possibilidade de conviver com outras crianças e mergulhar nas histórias infantis contadas pelas amas, as vozes dessas ecoavam e despertavam a imaginação cascudiana, que era adoçada pelos “[...] doces que a narradora perderia, escorregando e caindo” (CASCUDO, 2008, p.50). A esses momentos, Luís da Câmara Cascudo atribui o ensinamento de contos, gestos, lendas, cantorias e outros componentes da cultura popular, revelando que

---

<sup>1</sup> CASCUDO *apud* MELO, 1986, p. 14.

<sup>2</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 30 dez. 1925 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>4</sup> Na escrita cascudiana, a *noite* é apresentada como metáfora para a morte, assim como são os termos: *encantamento* e *viagem*, tal processo é interpretado por Luís da Câmara Cascudo como acompanhado pelo esquecimento.

muitos dos estudiosos do folclore nordestino começam suas pesquisas dentro de suas próprias casas, escutando as histórias que suas amas ou babás contam; as narrativas das negras e das caboclas da cozinha; dos trabalhadores e empregados das fazendas e sítios de seus pais ou avós; prestando atenção nas conversas daqueles que frequentam a casa comercial de sua família; ouvindo e anotando as histórias contadas por tios, primos, pais mães, que narram o que ouviram do povo, entre o riso, a curiosidade e a crença. (ALBUQUERQUE, JR., 2013a, p.171).

O folclore é assim interpretado pelo sentimento da perda e do distanciamento. Tal elemento, para Luís da Câmara Cascudo, seria dificilmente encontrado nos ambientes acadêmicos. Nesses espaços, guarda lembranças de dona Totônia Cerqueira com quem “[...] aprendeu os fundamentos inabaláveis de tudo quanto sei” (CASCUDO, 2008, p. 49), rememorando que “[...] amarrou-me uma fitinha azul no braço, declarando-me aprovado no curso adorável onde fui o único aluno” (CASCUDO, 2008, p. 49), responsabilizando-a pelo despertar para o estabelecimento de diálogos sobre elementos da cultura popular. Destacando ainda a instrução advinda do Professor Panqueca <sup>5</sup>, figura com a qual teria aprendido a História Popular e com o quem travara conversas preciosas.

O ofício desempenhado por Totônia Cerqueira e pelo Professor Panqueca era o que parecia cativar Luís da Câmara Cascudo. Assim, passou a criticar a maneira como era referenciado pelos periódicos norte-rio-grandenses, declarando fazer “[...] questão de ser tratado por esse vocábulo que tanto amei: **professor** [...]” (grifo nosso) (CASCUDO, S/D) <sup>6</sup>. Em 1928, ingressa no magistério a partir da nomeação, pelo então Governador do Estado, Juvenal Lamartine, como professor substituto da cadeira de História do Brasil do Ateneu Norte-Rio-Grandense, posteriormente, passa a exercer a função de diretor interino da mesma instituição. O que indica que a ocupação de cargos públicos por Luís da Câmara Cascudo, sobretudo os vinculados ao magistério, é consequência da influência que possuía com políticos locais, evidenciando-se o uso das sociabilidades e mobilização das relações de poder para concessão de benefícios.

Na década de 1930, Luís da Câmara Cascudo é nomeado professor de História da Música do Instituto de Música do Estado e no ano seguinte é designado catedrático

---

<sup>5</sup> Chamava-se Joaquim Lourival Soares da Câmara e recebeu esse apelido por sua atuação em uma peça infantil.

<sup>6</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Uma pequena mostra do bom humor e do pensamento de Cascudo. Disponível em <https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/uma-pequena-mostra-do-bom-humor-e-do-pensamento-de-cascudo/> acesso em 14 jul. 2020.

da disciplina História da Civilização <sup>7</sup> do Ateneu Norte-Rio-Grandense, momento referenciado nas correspondências que encaminha para Mário de Andrade. Assim, em missiva de 01 de agosto de 1931, Luís da Câmara Cascudo menciona ter assumido a “[...] minha cadeira no Atheneu [...]” <sup>8</sup> e em resposta, em 14 de agosto do mesmo ano, o poeta paulista sugere que “[...] **fique no Atheneu que é inviolável, nesta terra de mil e um terremotos [...]**” (grifo nosso). <sup>9</sup>, sugerindo que a perambulação do folclorista por inumeráveis ofícios era um obstáculo à execução das suas pesquisas e que, naquele contexto, deveria encontrar certa estabilidade ocupacional. Porém, sabemos que a presença de Luís da Câmara Cascudo no magistério era coexistente ao exercício de outras atividades, visto que, realizava-a paralelamente ao desempenho de outras incumbências.

A correspondência de 01 de agosto de 1931 é singular por referenciar que ao apropriar-se do cargo no Atheneu Norte-Rio-Grandense o folclorista percebe que “[...] todos os adversários entendem que foi uma ‘injustiça’ **a minha saída do jornal [...]**” (grifo nosso) <sup>10</sup>, reportando-se ao episódio que ocasionou o seu afastamento do posto de colaborador do periódico *A República*, referência que nos permite associá-lo ao desenvolvimento de crônicas e outras produções para tais espaços de publicação.

A inserção de Luís da Câmara Cascudo no meio jornalístico, remete ao final da década de 1910, quando passa a confeccionar escritos para a coluna intitulada *Bric-à-Brac*, na qual tecia críticas literárias. Vinculada pelo jornal *A Imprensa* - periódico fundado por seu pai <sup>11</sup> em oposição aos oficiais *A República* e *Diário de Natal* - tal material permite compreender o seu período de atuação como jornalista e o privilégio resultante do poder aquisitivo que a sua família gozava.

Sobre o ofício jornalístico declarava que, “[...] com dezessete anos eu era repórter. O hábito, a vida de repórter, junto as leituras de movimento, fizeram de mim a curiosidade viva pelo povo, ouvindo, anotar e divulgar. **Fui pois, um bom repórter,**

<sup>7</sup> A partir da eclosão da Revolução de 1930, Luís da Câmara Cascudo perde temporariamente a docência em tal disciplina, voltando a exercê-la posteriormente.

<sup>8</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 01 ago. 1931 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>9</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 14 ago. 1931. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>10</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 01 ago. 1931 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>11</sup> Luís da Câmara Cascudo menciona em depoimento que "se eu pedisse, o meu pai compraria pra mim a Ursa Maior" (CASCUDO, S/D), transparecendo o empenho do Coronel Cascudo em satisfazer as vontades do filho. CASCUDO, Luís da Câmara. Uma pequena mostra do bom humor e do pensamento de Cascudo. Disponível em <https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/uma-pequena-mostra-do-bom-humor-e-do-pensamento-de-cascudo/> acesso em 14 jul. 2020.



**decorrentemente, um etnógrafo [...]**” (grifo nosso) (CASCUDO, S/D)<sup>12</sup>, o exercício de tal profissão na adolescência era resultante da mobilização das relações de poder que o Coronel Cascudo possuía, possibilitando que o filho o acompanhasse nas “[...] rondas noturnas da guarnição policial [...]” (ALBUQUERQUE JR., 2013a, p.174).

Ao enfatizar o estabelecimento de certa conexão entre o exercício do seu ofício como jornalista e o envolvimento com a atividade etnográfica, Luís da Câmara Cascudo acaba por transparecer o traço que permearia as produções desenvolvidas por ele nas primeiras décadas do século XX. Trata-se do compartilhamento com periódicos do Rio Grande do Norte das pesquisas que realizava, a exemplo do que ocorre com as dezoito crônicas publicadas no jornal *A República*, entre 31 de maio de 1934 e 29 de junho de 1934, elaboradas, por Luís da Câmara Cascudo, a partir do relato da viagem empreendida pelo espaço sertanejo - material que, posteriormente, seria reunido e publicado com o título de *Viajando o Sertão*. O conteúdo que compõe tais relatos retrata certa curiosidade nacionalista sobre áreas do Nordeste, visto que, tratava-se da visita de especialistas, acompanhados por autoridades locais, que descreveriam suas sensações acerca de tal espaço em notas de viagem publicadas em periódicos. (ALBUQUERQUE JR., 2009).

O empreendimento de excursões para a realização de pesquisas caracterizava algumas das publicações cascudianas, sobretudo as de cunho etnográfico. Nos espaços visitados, podia conviver com as mais diversificadas manifestações populares, com costumes, objetos e sujeitos que estavam à margem da sociedade, o que era utilizado pelo folclorista como validação do seu discurso, assim, era o branco, o doutor que estava do lado do Povo e que dele se tornou intérprete e representante.

Associar as práticas folclóricas às atividades criminosas e identificar os seus praticantes como “ímorais e subversivos” era um discurso que Luís da Câmara Cascudo parecia se opor,<sup>13</sup> mas é o enunciador de tal discurso que o folclorista mobilizava para conseguir coletar material e criar “[...] condições para que a (sua) pesquisa [...] se fizesse”, (grifo nosso) (ALBUQUERQUE JR., 2013a, p.174) assim, era dos “[...] soldados e delegados de polícia, que se tornarão colaboradores do mestre do folclore

---

<sup>12</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Depoimento. Disponível em <http://www.memoriaviva.com.br/cascudo/index2.htm> acesso em 06 jul. 2020.

<sup>13</sup> E de fato ele se opunha, pois utilizava a sua condição de advogado para atuar em defesa “[...] da liberdade dos colaboradores [...]” (CASCUDO, 1978, p. 16), mas isso também o possibilitava conquistar informações já que a ele deveriam à gratidão e amizade (ALBUQUERQUE JR., 2013a).

nacional”, que advinham algumas das informações folclóricas. (ALBUQUERQUE JR., 2013a, p.175).

As expressões folclóricas são vislumbradas como algo verdadeiro, natural e, que remete à infância (CERTEAU, 2005) e, por isso, folcloristas como Luís da Câmara Cascudo acabam associando a noção de popular ao empreendimento de uma *busca por uma origem*, na qual caçam “[...] a versão primeva de um conto, de uma lenda, de um mito, de um gesto, de um ritual, de um romance, para fixar-lhes, usando a escritura, o que seria sua forma primitiva, original, verdadeira” (ALBUQUERQUE JR., 2013b, p. 43).

O rastreio das origens mesmo que direcionasse o folclorista a europeizar determinadas manifestações folclóricas encontradas no Brasil, atribuindo a elas uma origem branca e sobretudo greco-romana, era interpretada como uma forma de reforçar a tradição nacional, visto que, mesmo as expressões universais “[...] levariam à nacionalização” (ALBUQUERQUE JR., 2013b, p. 45), pois seriam adaptadas ao contexto nacional.

Tal método, quando vislumbrado como um meio de ressaltar a nacionalidade, possibilitaria a construção de uma cultura nacional. O folclore é caracterizado, assim, em torno de um discurso ideológico que inaugura movimentos como a Comissão Nacional do Folclore (CNFL), a Sociedade Brasileira do Folclore (SBF) e outras instituições destinadas à conservação e defesa do elemento folclórico.

E é nesse contexto que Luís da Câmara Cascudo publica o *Dicionário do Folclore Brasileiro* em 1954. As primeiras décadas do século XX favoreceram tal empreendimento, visto que, caracterizavam-se pela intensificação na produção de dicionários brasileiros, portanto, o momento era vantajoso para o desenvolvimento de pesquisas que abarcavam a confecção de obras lexicográficas e proporcionavam debates acerca de uma identidade nacional.

A princípio, tal obra foi publicada pelo Ministério da Educação por meio do Instituto Nacional do Livro (INL) e surgiu, inicialmente, como um fichário temático e transpôs um processo de aperfeiçoamento que durou uma década até a sua publicação, compreendendo quase quinze anos de trabalho <sup>14</sup> e intensa troca de correspondências com intelectuais situados em diversas regiões do país.

---

<sup>14</sup> O labor interminável que caracterizaria a produção lexicográfica de Luís da Câmara Cascudo se inicia, em 1939 com a publicação de *Vaqueiros e Cantadores*, ocasionando o despertar para a reunião de estudos

Em meados de 1943, Luís da Câmara Cascudo encontrava-se empenhado em confeccionar uma coletânea acerca da história do Brasil, porém, guardava consigo um “[...] plano para dez anos de trabalho” (CASCUDO, 1954, p.24), executado de forma serena “[...] sem pressa e sem descanso” (CASCUDO, 1954, p.24). É em 24 de agosto do mesmo ano, que o folclorista potiguar recebe correspondência de Augusto Meyer, então diretor do Instituto Nacional do Livro, convidando-o para colaborar no projeto de publicação de um dicionário folclórico, e ao tomá-lo “[...] como missão de Távola Redonda” (CASCUDO, 1954, p.24) o folclorista desengaveta o esboço do que futuramente seria o *Dicionário do Folclore Brasileiro*.

O projeto dicionarístico emerge já visando a produção de outras edições, almejando a realização de correções e redução do número de verbetes como indica, Luís da Câmara Cascudo, ao afirmar que “bem desejava eu que esta segunda edição fosse correta e diminuída [...]” (CASCUDO, 1959, p.21), mas o intervalo de cinco anos entre uma edição e outra leva-o a verificar a “[...] indispensabilidade dos acréscimos [...]” (CASCUDO, 1959, p.21), tornando-a “revista e aumentada” (CASCUDO, 1959, p.21). Processo que permanece nas edições subsequentes, a exemplo da terceira quando inclui “novos verbetes e tentativas de atualização bibliográfica [...]” (CASCUDO, 1972, p. 20), procedimento considerando como necessário, pois após o hiato de mais de uma década a edição atualizada deve “[...] registrar informação nova” (CASCUDO, 1959, p.20).

Nessa perspectiva, conclui que a confecção de uma obra lexicográfica se classifica como um labor infundável, visto a obrigação constante de retomada do texto lexicográfico. Por isso, uma nova edição deve apresentar “[...] correções (e) melhoria bibliográfica [...]” (grifo nosso) (CASCUDO, 1979, p.19), além da inclusão de “[...] alguns verbetes lembrados e reclamados pelos leitores” (CASCUDO, 1979, p.19). A quarta edição destaca-se entre as demais, pois se trata de uma parceria entre o INL e a Edições Melhoramentos, através do projeto de coedição <sup>15</sup> realizado pelo instituto, entre as décadas de 1960 e 1970. Quatro anos após essa publicação, Luís da Câmara Cascudo redige a quinta edição, dessa vez lançado pela Editora Itatiaia, afirmando que não há “[...] alteração no texto deste *Dicionário do Folclore Brasileiro*” (grifo no original)

---

que passaram a ser ordenados alfabeticamente, prática que, posteriormente, constituiria o *Dicionário do Folclore Brasileiro*.

<sup>15</sup> Até então, “o Instituto Nacional do Livro editou sozinho as três primeiras edições, animando-me ao esforço das indagações e leituras longas” (CASCUDO, 1979, p. 19).

(CASCUDO, 1983, p.18), devido ao seu estado de saúde não permitir “[...] a tarefa das pequenas alterações no texto publicado” (CASCUDO, 1983, p.18).

Nessa perspectiva, compreendemos que o *Dicionário do Folclore Brasileiro* e outras obras produzidas por Luís da Câmara Cascudo acerca do elemento folclórico passaram por reedições ampliadas, o que indica que um texto sofre modificações ao longo de seu processo de transmissão, assim como destaca a necessidade e interesse de renovação do pensamento e da memória de seu produtor. Excluindo-se a reedição coordenada por Laura Della Monica,<sup>16</sup> tal processo era, habitualmente, realizado pelo próprio Luís da Câmara Cascudo a partir da atualização das leituras que empreendia e ainda por meio do recebimento de correspondências encaminhadas por aqueles que consultavam e/ou liam o dicionário e que a partir disso, sugestionavam o acréscimo, exclusão e/ou modificação dos verbetes.

O *Dicionário do Folclore Brasileiro* se organiza como uma obra direcionada a sociedade brasileira que, por isso, buscava ampliar os conhecimentos acerca da cultura popular e do folclore, elementos apontados como formadores de uma identidade nacional. O que nos sugere que Luís da Câmara Cascudo se empenhou não só na confecção de um dicionário, mas de uma obra que constrói imagens acerca da cultura nacional e que foi se constituindo a partir do manuseio de modelos simbólicos e elementos materiais, entre eles o folclore. Nomeando o seu produtor como indivíduo autorizado a tecer interpretações acerca do Brasil e que, por isso, a partir do desenvolvimento do estudo folclórico acabou por empreender uma narrativa que instituiu formas de ver e dizer o que é nacional e popular.

Considerando isso, objetivamos problematizar as condições históricas de emergência que possibilitaram à Luís da Câmara Cascudo ocupar a posição de “intérprete” do Brasil, isto é, analisar a construção cultural e política que autorizou ao longo do tempo que um determinado sujeito falasse, acessasse, documentasse, escrevesse e publicasse bens sociais a partir das leituras que construiu sobre a cultura popular de um determinado espaço e por meio de um sistema de regras estabelecido nas relações com seus pares - ou seja, outros intelectuais. Suscitando ainda questões acerca do papel social do intelectual, da relação entre o sujeito e os grupos que ele nomeia e descreve, bem como da possibilidade da sua produção atender aos fins sociais e políticos determinados por outros sujeitos.

---

<sup>16</sup> Professora universitária e pesquisadora do folclore brasileiro, inspirou-se no trabalho de Mário de Andrade acerca de tal temática.

A partir de tais questões, no capítulo intitulado “Surge o convite: o projeto do *Dicionário do Folclore Brasileiro*” mobilizamos problematizações acerca da fundação do Instituto Cairú e da alteração da sua nomeação para Instituto Nacional do Livro, observando a designação e o desenvolvimento das suas funcionalidades. Atentamos ainda para a investigação a respeito da execução do projeto da *Enciclopédia Brasileira*, e em que medida esse plano de escrita mantém relação com o projeto dicionarístico desenvolvido, posteriormente, por Luís da Câmara Cascudo, visto que, como afirmou o seu produtor “[...] (a) tentação é para torná-lo Enciclopédia” (grifo nosso) (CASCUDO, 1979, p.19).

Nessa perspectiva, identificamos a convergência nos objetivos propostos pelos projetos, o que, em certa medida, relaciona-se ao direcionamento ocorrido no século XX para a elaboração de obras de caráter enciclopédico. Além disso, considerando que o literato Augusto Meyer, é nomeado pelo folclorista como padrinho do dicionário, se faz necessário identificar a construção de uma rede de sociabilidade e a institucionalização de relações de poder que, possibilitaram, entre outras questões, a realização do convite para a publicação da obra. Além do mais, a investigação em torno dos pareceres de publicação relativos às produções custeadas pelo INL, oportunizou verificar possíveis inferências do órgão na execução do projeto lexicográfico, bem como observar os critérios aos quais as obras deveriam ser submetidas.

Nesse capítulo, analisamos também as configurações dos dicionários e como essas remetem a sua classificação enquanto “objetos vivos”, isto é, como elementos integrantes de um processo de construção histórica e ainda como instrumentos que atendem a uma necessidade imediata de consulta, características que resultam na concessão de legitimidade para tal discurso e conseqüentemente para os produtores desse - rotulados como autoridades inquestionáveis.

A análise que empreendemos compreendeu, inicialmente, reflexões em torno da sua especificidade e tipologia, isto é, distinções entre os tipos e subtipos de uma narrativa dessa natureza, além disso, considerando que o dicionário é caracterizado enquanto um saber científico de natureza prática e técnica e a investigação de sua historicidade deve considerar sua existência no tempo e no espaço, bem como sua transformação, aparição e substituição em diferentes momentos históricos.

Os dicionários se configuram como obras resultantes de um processo de fabricação de práticas reais em determinadas conjunturas sociais, ou seja, em *condições de produção* de discursos. Nesse sentido, identificamos o escrito dicionarístico

enquanto um discurso direcionado para um público inserido em circunstâncias históricas e sociais específicas. E produzido por um *sujeito lexicográfico* que concretiza tal processo a partir da escolha das palavras, visto que, a atividade de nomeação é eminentemente política, pois a relação entre as palavras e as coisas é sempre tensa e marcada pelo exercício de poder.

A análise dos dicionários como discursos que emergem em certas condições sociais e históricas oportuniza interpretar a leitura de tais obras como “observatórios de discursos”, isto é, como espaços que colocam algumas práticas discursivas em circulação e silenciam outras (NUNES, 2010) <sup>17</sup>. Os dicionários se caracterizam ainda como meios de preservação e difusão de determinados discursos, possibilitando vislumbrá-los como escritos compostos por verbetes que constituem formas de construir uma imagem da sociedade, que levam em consideração uma projeção imaginária do real e, no caso do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, da cultura popular.

No capítulo intitulado “‘A sabedoria leitora e perguntadeira’: entre práticas de pesquisa e mecanismos de escrita” problematizamos o processo de colaboração, estabelecido entre Luís da Câmara Cascudo e algumas das suas *vítimas indefesas* <sup>18</sup>, ou seja, sujeitos e instituições com os quais se correspondia.

Considerando que a cooperação se efetivava, em certa medida, a partir da prática epistolar, isto é, mediante a troca de correspondências - intituladas por Luís da Câmara Cascudo como *cartas perguntadeiras*, buscamos responder a indagações como: Quais os sujeitos que aparecem nas correspondências? Como o folclorista se dirige a seus pares? Como caracterizar as *cartas perguntadeiras*? Qual o papel desempenhado por seus pares na confecção de seu projeto folclórico?

Dessa forma, objetivamos investigar como o processo de construção de uma rede de sociabilidade entre Luís da Câmara Cascudo e outros intelectuais, oportunizou o acúmulo de informações o que, por sua vez, permitiu ao folclorista percorrer o Brasil em busca dos elementos folclóricos sem se deslocar do seu gabinete. Processo que nos suscita a tese de que o folclorista se assemelha a uma espécie de antologista do outro, na medida em que se apresenta como um narrador entre diversos narradores.

---

<sup>17</sup> Interpretamos os produtos dicionarísticos como um discurso de “coisas”, já que remetem a definições extralinguísticas, podendo ser classificados ainda como um discurso de discursos, na medida em que são elaborados a partir de um discurso já proferido, trata-se, portanto, de um espaço móvel, composto por deslocamentos e retomadas e permeado por contra discursos.

<sup>18</sup> Luís da Câmara Cascudo denominava os pesquisadores a quem endereçava as correspondências como *vítimas indefesas*.

As correspondências empregadas por Luís da Câmara Cascudo na confecção do escrito dicionarístico caracterizam-se como textos destinados aos outros e que se revelam como formas de mostrar a si próprio, por isso, tais correspondências apresentam referências ao cotidiano do destinatário e no caso dos intelectuais as suas produções. Nessa perspectiva, tais práticas são resultantes da “preocupação com o eu”, sendo responsáveis por instituir certa oposição entre a imagem social e a representação íntima de si (FOUCAULT, 2006), isto é, possibilitam compreender a desconstrução daquele que a produz enquanto uma entidade coerente, identificando sua expressão em identidades parciais que não são harmônicas.

Considerando isso, tais escritos não se preocupam em “[...] “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor sentiu, e experimentou, respectivamente em relação a um acontecimento” (GOMES, 2004, p.14), portanto, as correspondências podem ser classificadas como um gênero textual que viabiliza a interação com o outro, visto que, são possibilidades de cada um manifestar a si e aos outros, ou seja, a carta tem a capacidade de fazer o seu produtor presente aquele a quem a dirige, trata-se de uma oportunidade de se fazer ver, de oferecer ao outro um olhar pelo que diz de si.

Entre outras questões, as correspondências se constituem como espaços de partilha que possibilitam não só abarcar uma variedade de discussões, a exemplo da inserção dos seus produtores e/ou receptores no debate intelectual, mas também atentar para aqueles que são referenciados direta e/ou indiretamente. Assim, a partir da identificação das *cartas perguntadeiras* como práticas de pesquisa compreendemos que o uso dessas, no processo de construção da obra lexicográfica, oportunizou revelar o relacionamento que Luís da Câmara Cascudo estabelece com o outro.

Portanto, as correspondências ocupam posição relevante no processo de construção do *Dicionário do Folclore Brasileiro* e, por isso, possibilitam delinear o percurso do folclorista potiguar na construção de tal escrito, identificando o atravessamento de sujeitos e discursos e, entre outras questões, os estágios de produção, os mecanismos utilizados para sua circulação, a divulgação e a recepção do dicionário. Nessa perspectiva, a presença de uma constante referência ao outro no discurso produzido a partir do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, proporciona identificar os papéis desempenhados por esses colaboradores na confecção do projeto folclórico, a função que exercem na constituição de Luís da Câmara Cascudo como autor e na forma como sancionam e autorizam a construção de narrativas sobre o elemento folclórico.

Além do mais, a referência aos colaboradores, no projeto dicionarístico, ocasiona questionamentos relativos à *função-autor* que essa obra institui, gerando dúvida no tocante a maneira como essa se realiza. Tal conceituação é identificada como resultante de uma determinação exterior, isto é, como consequência das regras institucionais e dos dispositivos disciplinares. A emergência da *função-autor*, como conhecemos hoje, remete a um momento de forte individualização e a um controle da ordem do discurso, explicitada pela tentativa de controle da circulação e pela possibilidade de uma assinatura legitimadora (FOUCAULT, 2006).

Por fim, no capítulo “O labor interminável: Luís da Câmara Cascudo e o fazer dicionarístico” continuamos a discussão acerca da escrita lexicográfica empreendida pelo folclorista, analisando de que forma o potiguar mobiliza a erudição e a memória na interpretação que realiza em torno do elemento folclórico, pois, assim como outros folcloristas, o potiguar

lança mão de pelo menos três fontes: as **narrativas orais** que ouve ou lhe são contadas, as **memórias das manifestações culturais que vê e/ou das quais participa** e as **fontes eruditas** representadas pelas obras dos escritores e folcloristas [...], as quais submete a uma nova leitura (grifo nosso) (ALBUQUERQUE JR., 2013a, p. 164).

Dessa forma, consideramos, entre outras questões, as inferências que o discurso vinculado no *Dicionário do Folclore Brasileiro*, mantém com a oralidade, visto que nas práticas folclóricas há o predomínio dessa. O que nos sugere que, na narrativa cascudiana, há uma espécie de deslocamento do âmbito oral para o escrito. Ao transpor o oral para o escrito, o folclorista acaba descolando tais práticas e colocando-as num lugar que lhe é estranho, afastando-as daquilo que poderiam ser, das intenções e sentidos que as norteiam, é uma tentativa de pôr fim à palavra anônima, de paralisá-la na folha de papel (ALBUQUERQUE JR., 2013b).

O fazer escriturístico é fruto de um processo de modernização, estando indissociável desse conceito, diferente da oralidade que é interpretada como tudo aquilo que não contribui com a noção de progresso, “[...] define-se portanto pela oralidade (ou como oralidade) aquilo de que uma prática ‘legítima’ – científica, política, escolar, etc. – deve distinguir-se [...]” (CERTEAU, 1994, p.204). Considerando isso, o discurso afiliado ao dicionário possibilitou problematizar a posição que a oralidade ocupa nesse projeto lexicográfico, observando os usos que são feitos dela e como tal processo instaura certa contradição na produção cascudiana, visto que busca apresentar, nos



verbetes, a origem dos elementos folclóricos, mas acaba ocasionando o desaparecimento daquilo que é original e autêntico.

A captura da oralidade pela escrita é um procedimento realizado não só por Luís Câmara Cascudo, mas também por outros folcloristas referenciados nos verbetes do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, a exemplo da entrada JANEIRA, na qual é dito que “Gustavo Barroso registrou alguns versos da janeira, no Ceará [...]”<sup>19</sup> seguida pela transcrição dos versos que compõe a canção pertencente ao universo oral, o que caracteriza um dos procedimentos que marcam a invenção do folclore. (ALBUQUERQUE JR., 2013b).

Luís da Câmara Cascudo, por exemplo, validava a sua posição afirmando que “[...] embora não tivesse vindo do povo, com ele teria convivido, com ele teria aprendido uma vida autenticamente sertaneja, para ele teria voltado todos os seus esforços, para ele teria feito sua obra” (ALBUQUERQUE JR., 2013b, p. 55-56), por isso, fica conhecido como o “professor contador de histórias”, comparação que lhe rendeu não somente exaltações, mas também críticas que partiram de outros docentes enraivecidos com a postura de um sujeito que ousava falar de elementos ditos fantasiosos e que “[...] faz pesquisas a respeito do lobisomem, burrinha de padre, do bumba-meu-boi, que ouve pastoras, que está desmoralizando o ensino secundário no Rio Grande do Norte” (CASCUDO, 1998, p. 57).<sup>20</sup>

As vivências de uma infância sertaneja o levam a mobilizar fragmentos de sua memória para compor seus estudos folclóricos, assim, ele atribuía sentidos do que seria tido como folclore a partir das suas experiências existenciais. Além disso, Luís da Câmara Cascudo, buscando se constituir, a seu modo, como autoridade etnográfica atribuía a si a chancela de “pesquisador de campo” opondo-se aos folcloristas denominados de “pesquisadores de gabinete”, isto é, aqueles “[...] sem contato direto com o material que pesquisa, nem com os agentes do que seria a cultura popular, por fazer seu trabalho por meio de informações eivadas de falsificação [...]” (ALBUQUERQUE JR., 2013a, p. 79). Nessa perspectiva, para o potiguar, o convívio com os agentes das manifestações culturais populares concede confiabilidade ao seu discurso e o possibilita ser intérprete desta cultura.

---

<sup>19</sup> JANEIRA. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 3.ed. 2. vol. São Paulo: Edições de Ouro, 1972, p. 15.

<sup>20</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Cascudo as razões de minha preferência. [Entrevista concedida a] Carlos Lyra. Revista Século – atualidade e cultura. Natal, ano 2, n.3, p.57-59, 1998.

Luís da Câmara Cascudo e outros folcloristas “[...] rleram antes de tudo, toda a produção feita por outros letrados que se interessaram antes deles pelo estudo de matérias e formas de expressão populares [...]” (ALBUQUERQUE, JR. 2013a, p.163). Assim, a análise do elemento folclórico no *Dicionário do Folclore Brasileiro*, vincula-se ao relacionamento que estabelecia com as obras que a *Babilônia*<sup>21</sup> dispunha em suas prateleiras. Convivência que permeava as madrugadas desse sujeito desde a infância quando, como indica o folclorista, adoeceu “[...] da moléstia livresca [...]” (CASCUDO, 1967, p. 248) despontando o desenvolvimento das infindáveis horas de leitura das revistas *Tico e Tico*, dos livros raros importados e outros materiais adquiridos pelo Coronel Cascudo.

A *Babilônia* permeava as lembranças de Luís da Câmara Cascudo e ainda daqueles com os quais coabitava como indica o depoimento de Dahlia Freire, sua esposa

**Trocava, muitas vezes, a noite pelo dia, quer dizer, amanhecia trabalhando em sua biblioteca.**

Uma noite, já mais para a madrugada mesmo do que para a noite, eu já estava agasalhada, mas era uma noite chuvosa, vamos dizer, na intimidade, gostosa. **Eu levantei-me, fui até a porta de sua biblioteca que era velada por uma cortina, não deixei que ele me visse, apenas eu abri, entreabri a cortina, e ele estava absorvido totalmente. Eu senti que naquele momento era o escritor, e não o homem. Se eu o chamasse naquele momento, não encontraria o homem, nem o marido, e sim o escritor** (grifo nosso) (CASCUDO, S/D).<sup>22</sup>

Testemunho que transparece a estrutura patriarcal que se constituiu em torno desse espaço e reflete a maneira como a *Babilônia* era vislumbrada por sujeitos que não o folclorista. Assim, o recinto simbolizava o espaço no qual se manifestava, enquanto intelectual, absorto no desenvolvimento das pesquisas. Além disso, aponta para as relações de pessoalidade que construiu com outros sujeitos, as paredes permeadas por assinaturas e dedicatórias daqueles que a frequentavam evidenciam as redes de sociabilidade que possibilitaram ao potiguar, sobretudo a partir do encaminhamento de correspondências, estabelecer colaborações no âmbito público e particular, característica

<sup>21</sup> *Babilônia* foi a nomeação concedida por Luís da Câmara Cascudo para a sua biblioteca pessoal. Interpretada como uma espécie de laboratório de pesquisa e considerada por ele como um espaço sagrado recebia a presença do folclorista em inúmeras noites e madrugadas, horário destinado ao desenvolvimento das leituras e confecção das obras.

<sup>22</sup> CASCUDO, Dahlia Freire. Depoimento. Disponível em <http://www.memoriaviva.com.br/cascudo/index2.htm> acesso em 14 jul. 2020.

que oportunizaria que a sua residência fosse “[...] cheia de rapazes me perguntando, **me consultando**” (grifo nosso) (CASCUDO, S/D) <sup>23</sup>.

Ao declarar que muito do que leu constituiu material para a confecção do dicionário, Luís da Câmara Cascudo alude a relação que manteve com o mundo dos livros e destaca a importância dessa prática para a concretização do seu projeto dicionarístico. Nessa perspectiva, compreendemos que a *Babilônia* se configura não só como biblioteca particular, mas também como um laboratório de estudos que emerge a partir do desenvolvimento de um caráter de intimidade com o universo dos livros, que por vezes ganha nome próprio e carrega uma “imagem de si” que seu produtor deseja perpetuar. Assim, percorrer as estantes abarrotadas da sua biblioteca pessoal, é atentar para a relação que tal espaço estabelece com o seu criador, identificando de que forma a construção desse ambiente se relacionou com a execução do projeto dicionarístico que empreendeu.

### **1.1 “Pensamentos idos e vividos” <sup>24</sup>: o percurso de uma pesquisa**

A tese é resultante do atravessamento para o ambiente acadêmico da experiência pessoal com a produção literária de sujeitos que tematizam em suas obras reflexões acerca de uma cultura popular nordestina, interesse ampliando com a possibilidade de trabalhar com as contribuições múltiplas entre a História e a Literatura ao longo da minha formação universitária. É nesse contexto que surge a aproximação com Luís da Câmara Cascudo e percebo as várias possibilidades de pesquisa em sua trajetória intelectual. A partir disso, a análise acerca da narrativa cascudiana se inicia. No primeiro momento, ao longo de uma experiência de pesquisa no Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) entre os anos de 2011 e 2015, priorizamos a problematização da construção discursiva do espaço sertanejo na narrativa desse intelectual. Posteriormente, entre os anos de 2015 e 2017, junto ao Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) investigamos o percurso intelectual cascudiano por meio da análise dos seus escritos memorialísticos.

---

<sup>23</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Uma pequena mostra do bom humor e do pensamento de Cascudo. Disponível em <https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/uma-pequena-mostra-do-bom-humor-e-do-pensamento-de-cascudo/> acesso em 14 jul. 2020.

<sup>24</sup> CASCUDO, 1998, p. 212.

Ainda nessa época, surge a inquietação em torno do *Dicionário do Folclore Brasileiro* e da ausência, na historiografia brasileira, de pesquisas que o problematizem. O dicionário é apresentado como uma obra de credibilidade, já que é interpretado como concebido por fontes seguras e por autores consagrados, assim, escrever uma história problematizando a narrativa de tal escrito, como nos propomos a fazer, possibilita, entre outras questões, desconstruir e desnaturalizar a autoridade intelectual concebida para seu produtor e, distinguir-se das pesquisas já realizadas sobre Luís da Câmara Cascudo.

Para isso a delimitação do *corpus* documental foi motivada por atender a uma multiplicidade de formas de composição, enunciados e estruturas, além disso, interpretamos as fontes como possibilidades de pensar tal problematização a partir de diferentes narrativas que resultam na emergência de práticas discursivas diversificadas. Assim, operacionalizamos o *Dicionário do Folclore Brasileiro* <sup>25</sup>, atentando não só para os verbetes que o compõe, mas também os elementos que auxiliam no processo de caracterização da obra, isto é, título, nome do autor, nome da editora, tipo de edição e ano, dedicatória, agradecimentos, bibliografia do autor, notas do autor e/ou da editora, prefácio e outros componentes essenciais para apreciação sobre a organização e elaboração do dicionário. Considerando que “todo texto sofre modificações ao longo do processo de sua transmissão” (CAMBRAIA, 2005, p. 01) nos detivemos no cotejamento das edições de 1954, 1972, 1998, e, sobretudo a de 1979 <sup>26</sup> – já que é a última revista pelo folclorista. Há ainda a análise da reedição comandada por Laura Della Monica em 2000, visto que é identificada como uma adulteração da versão original.

Da mesma forma que foi impossível para Luís Câmara Cascudo abarcar todos os termos referentes ao folclore brasileiro em seu dicionário, para esse trabalho é também utópico abranger a análise de todos os verbetes que o compõe. Portanto, entre os critérios de seleção utilizados estão: a-) os mencionados, nos prefácios, como originários de um processo de colaboração; b-) os referenciados nas *cartas perguntadeiras*. A partir de ambos podemos problematizar o exercício das práticas de escrita e pesquisa do folclorista, além das relações de poder que as permeiam. Análise que se desenvolve a partir da apreciação do dicionário enquanto um discurso, pois, entre outros elementos, tais obras operam por meio da linguagem, por isso, a necessidade do

---

<sup>25</sup> Entre as edições do *Dicionário do Folclore Brasileiro* há aquelas que foram publicadas nos anos de 1954, 1959, 1972, 1979, 1983, 1998, 2000, 2000, 2002 e 2012, existem ainda algumas que foram publicadas em outros anos e na versão de bolso.

<sup>26</sup> A edição de 1979 aqui utilizada é a executada pela Editora Global em 2012, tal manuseio é possível porque há uma preservação do conteúdo.

emprego de uma análise que oportuniza, entre outras questões, compreender de onde o sujeito fala e de onde os sentidos vêm. Nessa perspectiva, identificamos o dicionário enquanto um discurso direcionado para um público inserido em circunstâncias sociais e históricas específicas e produzido por um sujeito que concretiza tal processo a partir da escolha das palavras e dos discursos elaborados sobre elas.

As correspondências, mencionadas anteriormente, integram o acervo de mais de 15.000 mil correspondências do *Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo*<sup>27</sup>, nas quais o folclorista se correspondia com sujeitos oriundos do país e do exterior. A prática missivista do folclorista, no decorrer de sua vida, era utilizada tanto para a instauração e consolidação dos laços de amizade quanto como fonte de pesquisa e consulta, por isso, parte desse acervo é composto pelas denominadas *cartas perguntadeiras* nas quais, o folclorista: inquiria os destinatários com questionamentos relativos às manifestações folclóricas de determinada região; solicitava o envio de livros, fotografias, documentos oficiais e outros materiais; e compartilhava o processo de elaboração do material lexicográfico.

A relevância das correspondências para o processo produtivo dos intelectuais é indicada pelo próprio Luís da Câmara Cascudo quando menciona que “[...] toda correspondência é importante. A mais banal relata a normalidade do espírito. Nenhum livro de Machado de Assis, de Flaubert, de Monteiro Lobato se constitui depoimento mais relevante de que as suas cartas particulares [...]” (CASCUDO, *apud* MELO, 1986, p.17).

Considerando a intensidade da prática epistolar desenvolvida por Luís da Câmara Cascudo, a pesquisa foi circunscrita à consulta dessas cartas e, além disso, foi limitada as décadas de 1920 e 1950, período no qual esboçava o *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Porém, considerando que, mesmo após a publicação do dicionário, o folclorista continuava enviando e, sobretudo, recebendo correspondências relativas à obra lexicográfica – para a atualização, exclusão e inserção dos verbetes, analisamos ainda algumas missivas que remetem a outras décadas.

A discussão em torno da rede de sociabilidade construída por Luís da Câmara Cascudo nas correspondências, possibilita contribuições na medida em que consideramos tais escritos como objetos de produção da subjetividade dos sujeitos

---

<sup>27</sup> Totalmente digitalizado, o acervo é passível de pesquisa com fins acadêmicos e se localiza na antiga residência de Luís da Câmara Cascudo em Natal, Rio Grande do Norte. Além disso, há correspondências cascudianas em espaços, consultados ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa, como o Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, a Biblioteca Nacional e a Fundação Casa de José Américo.

modernos e que, por isso, se configuram como possibilidades de problematização dos valores dos indivíduos, das relações de poder, dos vínculos que estabelecem por meio dessas e da produção do “eu”.

Além disso, considerando que a interpretação do “[...] dicionário como um objeto histórico nos leva a dizer que sua constituição é determinada por uma série de fatores causais, que se podem explicitar analisando-se as condições de produção [...]” (NUNES, 2002, p.117), incorporamos ao *corpus* documental dessa pesquisa pareceres emitidos <sup>28</sup> pelo Instituto Nacional do Livro, objetivando identificar de que forma o desenvolvimento desse projeto dicionarístico foi possível e de que forma o seu produtor se insere no processo de busca, empreendido pelo INL, acerca de uma cultura nacional.

Por fim, destacamos que as reflexões apresentadas ao longo da pesquisa relacionam-se com os debates teóricos acerca da análise do discurso, já que consideramos fundamental analisar os discursos que instituem os saberes, que são práticas organizadas e pelo estatuto de verdade que possuem ganham sentido. Nos apropriamos do conceito de discurso enxergando-o como exterior à língua, sendo essa a materialidade das posições sociais e ideológicas assumidas pelos sujeitos.

Ao nos referirmos à noção de discurso, devemos considerá-lo como móvel e suscetível a constantes transformações, uma vez que está interligado às mudanças históricas. Nessa perspectiva, os procedimentos teórico-metodológicos que a análise do discurso emprega, possibilitam a compreensão dos efeitos que a função-autor institui, considerando ainda a noção de autor como um projeto totalizante do sujeito, o que nos possibilita atentar tanto para a construção de uma unidade do discurso e do autor, quanto para o atravessamento de várias formações discursivas no texto.

Além disso, pensar como estudiosos da cultura popular, a exemplo de Luís da Câmara Cascudo, se apropriam, de diversas formas, das expressões culturais das camadas populares nos aproxima das contribuições de Michel de Certeau ao associá-los ao gosto pela “beleza do morto” e das reflexões de Durval Muniz de Albuquerque Jr. em torno da fabricação do folclore.

---

<sup>28</sup> Todos os pareceres referenciados nessa pesquisa foram consultados na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

## 2- SURGE O CONVITE: O PROJETO DO *DICIONÁRIO DO FOLCLORE BRASILEIRO*

O *Dicionário do Folclore Brasileiro*, obra produzida por Luís da Câmara Cascudo emerge, inicialmente, como um fichário temático contemplando décadas do desenvolvimento de pesquisas acerca do elemento folclórico e destinada, inicialmente, a consulta do próprio Luís da Câmara Cascudo de forma que tais informações auxiliassem na confecção de suas obras. Partiu de Artur César Ferreira Reis <sup>29</sup> a ideia de integrar tais anotações ao projeto de elaboração de vinte e um volumes da *História do Brasil*, no qual cada tomo seria escrito por um historiador, assim, em 1942, ambos idealizam tal proposta e como sugere Luís da Câmara Cascudo “[...] ficamos uns meses numa correspondência de namorados, trocando palpites” (CASCUDO, 1954, p.24).

Plano que incitou o folclorista potiguar a se corresponder com Augusto Meyer, diretor do Instituto Nacional do Livro, convidando-o para ser editor da coletânea, visto buscar alguém “[...] suficientemente talentoso” (CASCUDO, 1954, p.24) para assumir tal incumbência. Em resposta, o literato sul-rio-grandense recusa o convite afirmando que o instituto não tem interesse por “[...] tantos volumes copiosos e sonoros” (CASCUDO, 1954, p.24). Rejeição que seria substituída, em 24 de agosto de 1943 <sup>30</sup>, pelo pedido para que o potiguar integrasse o programa para a elaboração de um *Dicionário de Folclore*, a partir disso, o material reunido pelo folclorista passou a tomar o formato dicionarístico com promessa de publicação pelo Ministério da Educação e Saúde Pública a partir da Seção da Enciclopédia e do Dicionário do INL.

A Seção da Enciclopédia e do Dicionário é um dos segmentos de atuação do INL, acompanhada pela Seção das Bibliotecas e a Seção das Publicações, sendo responsável pelo desenvolvimento do plano de produção de uma obra com características enciclopédicas e que abarcaria uma discussão acerca do elemento nacional, possibilitando a construção de uma identidade para o país. Após sucessivos debates em torno da nomeação dessa obra, surgiu o projeto da *Enciclopédia Brasileira* acompanhada, inicialmente, por um dicionário linguístico.

---

<sup>29</sup> Nascido em Manaus, o historiador e político esteve envolvido na realização de estudos acerca da Amazônia, entre elas as que tematizam questões econômicas, sociais, científicas e outras.

<sup>30</sup> Ao mencionar o convite recebido, Luís da Câmara Cascudo revela que em tal data comemora-se o dia de São Bartolomeu (CASCUDO, 1954). A menção não é gratuita, visto que se trata de uma figura religiosa a quem se atribui a concessão de prosperidade e glória, elementos ambicionados para o projeto que iria construir.

Considerando tais questões, o capítulo intitulado “Surge o convite: o projeto do *Dicionário do Folclore Brasileiro*” analisa as condições de produção que possibilitaram a emergência do projeto dicionarístico executado por Luís da Câmara Cascudo. Dessa forma, os eixos de discussão promoverão o exame do surgimento de um mercado editorial favorável à produção desse tipo de publicação e a atuação de órgãos públicos na elaboração de projetos similares ao realizado pelo folclorista potiguar, a exemplo da *Enciclopédia Brasileira* pelo Instituto Nacional do Livro.

O debate que constituirá o tópico “O Instituto Nacional do Livro e o desejo de descobrir a alma do Brasil: o plano da *Enciclopédia Brasileira*” versa acerca da fundação do Instituto Cairú e da sua transformação para Instituto Nacional do Livro, observando as continuidades e descontinuidades na designação e desenvolvimento das suas funções. Atentando, sobretudo para a investigação acerca da atuação da Seção da Enciclopédia e do Dicionário e a da Seção de Publicações, a partir da execução do projeto da *Enciclopédia Brasileira*, devido à relação que esse plano de escrita mantém com o programa dicionarístico desenvolvido, posteriormente, por Luís da Câmara Cascudo, além da análise do programa de coedição realizado em parceria com o setor editorial brasileiro.

A enciclopédia foi objetivo de inúmeros projetos concebidos por intelectuais vinculados ao Instituto Nacional do Livro, a exemplo de Mário de Andrade, Alarico da Silveira e outros. Considerando isso, a investigação é desenvolvida a partir do plano de escrita proposto tanto pelo folclorista paulista quanto pelo próprio instituto, compreendendo-o como propício ao diálogo com as interpretações cascudianas do elemento folclórico e favorável ao exame das normativas que conduziam a produção lexicográfica desenvolvida pelo INL. Nessa perspectiva, atentamos para a convergência nos objetivos propostos pelos projetos do dicionário e da enciclopédia e para a análise de um direcionamento para a elaboração de enciclopédias que engloba o século XX, a partir, sobretudo, da aproximação do *Dicionário do Folclore Brasileiro* com características enciclopédicas.

O tópico intitulado “O dicionário nasceu sob estrela benigna”<sup>31</sup>: o despertar brasileiro para a produção lexicográfica” desenvolve a análise das correspondências entre o folclorista potiguar e Augusto Meyer, denominado por Luís da Câmara Cascudo como padrinho da obra, identificando o percurso de publicação do *Dicionário do*

---

<sup>31</sup> CASCUDO, 1959, p.21.



*Folclore Brasileiro*. Considerando que os escritos lexicográficos são produzidos em determinadas conjunturas sociais, tornou-se necessário à análise das condições de produção que possibilitaram o desenvolvimento desses projetos de publicação. Dessa forma, atentamos para a elaboração de dicionários no contexto nacional, movimento investigado, sobretudo a partir do processo de expansão dicionarística ocorrido ao longo do início do século XX que possibilitou, entre outras questões, a emergência do dicionário produzido pelo potiguar. Portanto, o tópico se desdobra a partir da investigação em torno da historicidade dos dicionários considerando sua existência no tempo e no espaço e atentando para a sua aparição, transformação e substituição.

Além disso, a análise discursiva de dicionários abarca o estudo acerca da especificidade e tipologia desse gênero de produção. Considerando isso, em “O mundo das palavras e das coisas: caracterizando o dicionário e o sujeito lexicográfico” a discussão é verticalizada para o processo de caracterização do dicionário, buscando delinear suas propriedades, explorando os tipos e subtipos das obras lexicográficas, atentando para aquelas que se relacionam com a produzida por Luís da Câmara Cascudo. Problematisamos também a concepção em torno de um *sujeito lexicográfico*, daquele que se relaciona com as concepções de discurso, anteriormente mencionadas, na medida em que é responsável por selecionar e produzir discursos sobre elas, atribuindo para si à responsabilidade de produzir aquilo que se diz.

## **2.1 O Instituto Nacional do Livro e o desejo de descobrir a alma do Brasil: o plano da *Enciclopédia Brasileira***

A criação do Instituto Nacional do Livro remete ao período de governo de Getúlio Vargas e do exercício de Gustavo Capanema Filho <sup>32</sup> a frente do Ministério da Educação e Saúde Pública, vislumbrado como meio de efetivação do projeto político de

---

<sup>32</sup> Gustavo Capanema Filho nasceu em 1900, formado em direito pela Faculdade de Direito de Minas Gerais iniciou sua vida política em 1927 quando foi eleito vereador na cidade de Pitangui em Minas Gerais. Participante do movimento ditatorial que conduziu Getúlio Vargas ao poder em 1930, Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde Pública em 1934 em substituição ao posto de interventor federal de Minas Gerais, permanecendo em tal função até o fim do Estado Novo em 1945. Durante o período a frente de tal ministério Capanema buscou o estabelecimento de relações com intelectuais brasileiros, sobretudo com aqueles que pertenciam ao movimento modernista brasileiro a exemplo de Carlos Drummond de Andrade com quem integrou o grupo denominado "intelectuais da Rua da Bahia", composto por sujeitos que ocuparam postos em órgãos públicos e auxiliaram na execução de projetos do governo varguista. Durante o período no exercício do ministério, Capanema foi responsável por atribuir a educação brasileira um serviço à nação, atendendo aos princípios da moral, do civismo, garantindo instrumentos que ampliassem a influência do governo federal em tal setor e que possibilitassem o desenvolvimento de uma identidade nacional.

nacionalização do Estado Novo, elo entre a cultura e as instituições oficiais e meio de articulação entre intelectuais e as políticas culturais de representação do país. Tal instituição, fundada em 1937 e em vigência até o ano de 1991, quando, a partir de um processo de derrocada cultural <sup>33</sup>, no governo de Fernando Collor de Melo, foi concretizado o processo de junção do INL com a Fundação Biblioteca Nacional. Durante o período da ditadura civil-militar, ao longo das décadas de 1960 a 1980, o Instituto Nacional do Livro passa a atuar no sentido de desenvolvimento de políticas culturais <sup>34</sup> que promovessem uma legitimação do governo autoritário e estabelecesse uma aproximação com o setor intelectual, atendendo a política de ampliação da intervenção do Estado na cultura, característica que o concilia com o projeto nacionalista do governo ditatorial. Portanto, o INL não emerge das demandas sociais do povo, mas sim de uma visão controladora e desenvolvimentista do Estado.

O Instituto Nacional do Livro, órgão público responsável não só pela publicação inicial do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, mas também por alguns dos processos de reedições subsequentes a primeira edição, foi inaugurado em 21 de dezembro de 1937, a partir do decreto-lei de número 93 designando que “o Instituto Cairú fica transformado em Instituto Nacional do livro”. <sup>35</sup> A partir disso, também ocorre a transferência das responsabilidades entre os institutos, assim como uma expansão das suas funções públicas.

Objetivava, entre outras questões, a realização de políticas públicas para promoção da edição de livros e do estímulo à leitura, sendo responsável por cuidar de bens culturais, identificados como livros e bibliotecas públicas, além de auxiliar na concretização do plano de educação proposto pelo governo varguista, editar obras raras referentes à questão da cultura nacional, facilitar a importação de livros e baratear a publicação de livros no Brasil.

---

<sup>33</sup> No governo do presidente Fernando Collor de Mello, o Ministério da Cultura (MinC), responsável por incentivar e regulamentar boa parte da produção cultural no Brasil foi transformado em Secretaria da Cultura, perdendo sua condição ministerial e resultando na sua vinculação direta à Presidência da República. Procedimento que consolidou o movimento de extinção de todas as instituições e órgãos culturais durante esse governo. Ação que só seria revertida durante a presidência de Itamar Franco, quando o MinC seria recriado.

<sup>34</sup> As políticas culturais, no período ditatorial, eram exercidas a partir de um intenso controle e supervisão do governo, objetivando garantir que aquilo que fosse produzido estivesse conforme os princípios que guiavam o regime militar, atendendo, entre outros elementos, a uma função pedagógica.

<sup>35</sup> BRASIL. Decreto nº 93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1937. Seção 1. Pg. 25586. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em 26 out. 2019.

O INL é o órgão público que tem uma “fala autorizada sobre o livro”, trata-se de uma entidade responsável pelas políticas editoriais no Brasil que ambicionava publicar obras que remetessem a cultura luso-brasileira, mas que não fossem de interesse comercial. Tal movimento permitia que não existisse competição entre o Instituto Nacional do Livro e as editoras privadas possibilitando que o INL estabelecesse uma pauta própria.<sup>36</sup> Portanto, com o desenvolvimento dessa instituição há uma nova configuração do campo editorial brasileiro, que atribui ao livro um novo *status*, integrando-o a um projeto de cultura em âmbito nacional.

O Instituto Nacional do Livro e o Instituto Cairú<sup>37</sup> parecem estabelecer entre si uma relação de descontinuidade, já que a análise dos objetivos de cada instituição revela a ampliação daquilo que se destinavam a preservar, inicialmente com o que denominava como “patrimônio bibliográfico” substituído por uma salvaguarda de um “patrimônio nacional”, assim “[...] o INL acrescentou o de contribuir, de maneira direta e eficiente, para o desenvolvimento cultural do país [...]” (KNYCHALA, 1986, p.02). Porém, há elementos de continuidade como o desenvolvimento de inúmeros projetos destinados à confecção de uma enciclopédia nacional, sendo o primeiro delineamento de tal produção resultante da ação do Instituto Cairú que tomou como modelo publicações estrangeiras, evidenciando que, nesse contexto histórico, o elemento enciclopédico é interpretado como símbolo máximo de representação da nacionalidade.

A importância de tal empreendimento se manifesta na própria fundação do INL e na delegação dos seus campos de atuação. O Instituto Nacional do Livro desenvolveria suas ações a partir do funcionamento de três seções: a de publicações, a de bibliotecas e a do projeto da *Enciclopédia Brasileira*<sup>38</sup> acompanhadas por um Conselho de Orientação, sendo esse responsável

---

<sup>36</sup> Durante o período de coedição com editoras brasileiras o INL não obtinha lucro com as publicações, visto que, quando realizadas essas eram encaminhadas para as bibliotecas públicas e/ou comercializadas exclusivamente pela editora.

<sup>37</sup> O Instituto Cairú foi criado em 13 de janeiro de 1937 e segundo o Art. 44º do decreto-lei nº 378 teria como “[...] finalidade organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira” (BRASIL. Decreto nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jan. 1937. Seção 1. Pg. 1210. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html> acesso em 10 mar. 2020). Como destacado, o Instituto Cairú tinha como principal objetivo a publicação da enciclopédia e de um dicionário de língua nacional funções que, posteriormente, também passam a ser prioritárias no INL.

<sup>38</sup> As seções da enciclopédia e das publicações nacionais ficaram em vigência até a década de 1970 quando foram excluídas

[...] por elaborar o plano de organização da Enciclopédia brasileira e do Dicionário da língua nacional, bem como dar parecer sobre as medidas que deviam ser tomadas para que se atingissem os objetivos do órgão (KNYCHALA, 1986, p.02).

O setor de publicações iniciou suas atividades em 1939, destinando-se a edição de obras raras que fossem de grande interesse para a cultura nacional, objetivando o barateamento dessas edições, a criação de coleções que suprissem a carência de tais obras no Brasil e a confecção de repertórios bibliográficos especializados, realizados por especialistas das diversas áreas. Constituiu um projeto editorial baseado na ideologia nacionalista do projeto cultural ditatorial, proposta mantida, com reformulações, até a data do encerramento das atividades dessa seção. A atuação do INL no campo editorial permeava a combinação das “[...] formas mais consagradas do livro: o *dicionário*, a *enciclopédia* e a *antologia*” (grifo no original) (GALUCIO, 2009, p. 68). Dessa forma, em sua maioria, a função editorial do instituto girava em torno desse tipo de publicação.

O período de maior atuação do INL no setor de publicação remete as décadas de 1960 <sup>39</sup> e 1970 coincidindo com a elaboração do Plano de Ação Cultural (PAC) <sup>40</sup>, é nesse contexto que o instituto passa a realizar o processo de coedição com editoras brasileiras, projeto que era referenciado como exemplo do que deveria ser a atuação dos órgãos públicos no setor editorial. <sup>41</sup> Política desencadeada pela crise vivenciada no campo editorial no início da década de 1970, que tornou necessário o apoio financeiro do INL, objetivando

[...] controlar a qualidade intrínseca da obra e a apresentação gráfica do livro distribuído às bibliotecas, dar atenção especial às obras de autores brasileiros, proteger seus direitos e viabilizar a publicação de obras de difícil comercialização (KNYCHALA, 1986, p.04).

---

<sup>39</sup> Após o golpe de 1964 e até a década de 1970 a política editorial brasileira passou por mudanças advindas das novas funcionalidades assumidas pelos órgãos públicos e a maior participação dos empresários.

<sup>40</sup> O Plano de Ação Cultural foi instituído em 1972 e almejava promover a integração cultural brasileira, seguido por um Programa de Ação Cultural em 1973 quando o Estado passa a incentivar a produção cultural, patrocinar o fomento cultural e estimular o consumo de bens culturais.

<sup>41</sup> Na década de 1950 emerge uma crítica dos chamados “empresários do livro” acerca da atuação do instituto, que passa a ser acusado de estabelecer uma concorrência desleal, visto que os livros editados por esse órgão eram vendidos a preços inferiores aos estipulados pelos livreiros/editores. As alegações destacavam que órgãos públicos como o INL deveriam exercer o papel de apoio ao mercado e não ocasionar uma competição.

O programa funcionava a partir da inscrição das obras pelos autores e/ou editoras, era posteriormente realizada uma avaliação por “[...] peritos de notória competência [...] que julgavam [...] seus méritos, podendo indicá-las ou não para o programa de co-edição do INL” (KNYCHALA, 1986, p.05). Em seguida os escritos seriam encaminhados para um exame de prioridade a partir da sua adequação ao patrimônio cultural brasileiro, visto que “[...] uma das preocupações do INL foi promover a reedição de obras essenciais da cultura brasileira, há muito tempo esgotadas, praticamente desconhecidas das novas gerações” (KNYCHALA, 1986, p.05), assim como, ao orçamento do instituto e a demanda das bibliotecas públicas.

Após o milagre econômico <sup>42</sup> as mudanças ocorridas na legislação de tal projeto fizeram com que os processos de reedição continuassem sendo recusados por motivações ideológicas. Como exemplo, podemos citar o parecer de nº 854 redigido em 01 de setembro de 1972 que classifica a obra *A guerra no Bom Fim* de Moacyr Scliar como “[...] medíocre, ou menos que isso” <sup>43</sup>, tecendo críticas ao vocabulário utilizado e classificando-o como não aceito em “obras de valor” <sup>44</sup>. Possivelmente, a rejeição a obra do Scliar por parte da parecerista Cleonice Berardinelli remete a uma questão ideológica visto que o autor apresentava uma militância política, chegando a integrar um grupo de jovens judeus socialistas.

A análise dos pareceres das publicações, sobretudo das obras lexicográficas, realizadas em parceria com INL durante esse período refletem alguns dos critérios utilizados pelos avaliadores. <sup>45</sup> O parecer de nº 756, de 29 de maio de 1972, <sup>46</sup> assinado por José Galante de Sousa rejeita novamente a proposta de coedição do *Dicionário Cultural da Língua Portuguesa* organizado por Faissal El-Khatib e proposto pela editora Grafipar, indicando que as sugestões propostas anteriormente por outro

---

<sup>42</sup> O milagre econômico remete ao período compreendido entre 1968 a 1973 quando houve um relativo crescimento da economia brasileira. Sendo desenvolvido a partir do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) no mandato de Castelo Branco, a expansão econômica camuflou o aumento da concentração de renda, dívida externa, corrupção e outros.

<sup>43</sup> BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Parecer/854**. Relatora: Cleonice Berardinelli. 01 set. 1972. Documenta, s/n, s/p, 1972. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>44</sup> Idem, ibidem.

<sup>45</sup> As avaliações das propostas de coedição resultavam na rejeição quando a reedição da obra não interessava ao INL, na indicação de alterações para que o processo fosse realizado e ainda, na recomendação imediata de reedição.

<sup>46</sup> BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Parecer/756**. Relator: José Galante de Sousa. 29 mai. 1972. Documenta, s/n, s/p, 1972. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

parecerista não foram observadas, entre as recomendações há aquela que indica a ausência de referências na obra ao nome do nosso país.

Outro parecer de obra lexicográfica é o de nº 425, emitido em 23 de abril de 1971, trata-se da reedição do *Dicionário de Fonografia* produzido por Milton O'Reilly de Sousa. A proposta foi recusada por José Galante de Sousa, porém, não há uma rejeição total, mas a indicação de que a reedição dessa obra não é um processo urgente, visto que ela se aproxima de "[...] todos os trabalhos em que a matéria é apresentada sob ordem alfabética"<sup>47</sup>.

O parecer de nº 713 expedido, em 28 de abril de 1972, ainda por José Galante de Sousa recusa o *Moderno Dicionário de Termos Amazonicos* proposto por Paulo Jacob, a avaliação menciona que tal obra não merece "[...] o benefício da coedição"<sup>48</sup> visto que os termos apresentados não são de uso exclusivo daquela região, mas pertencentes ao domínio comum. Há ainda críticas ao método de pesquisa empregado na construção da obra, afirmando que "[...] toda a documentação é de ouvido. Não há uma única citação de texto literário".<sup>49</sup>

O *Dicionário de Tipos e Personagens de Eça de Queirós* produzido por Paulo de Medeiros e Albuquerque tem coedição rejeitada, em 28 de abril de 1972,<sup>50</sup> por José Galante de Sousa. A avaliação é construída a partir da consideração de que não se trata de um dicionário, visto que o que apresenta não é suficiente para ser considerada como uma obra desse gênero, para isso os verbetes deveriam ser mais substanciais e relevantes do que os apresentados.

O parecer de nº 418, emitido em 29 de abril de 1971, assinado por José Galante de Sousa recusa a reedição do *Dicionário de termos e expressões populares* escrito por Tomé Cabral. Classificando a obra como um repositório que não acrescenta em nada ao material já produzido, mencionando a imprecisão na redação de alguns verbetes e ausência de uma pesquisa em profundidade. Tal avaliação acaba por revelar como o

---

<sup>47</sup> BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Parecer/425**. Relator: José Galante de Sousa. 29 abr. 1971. Documenta, s/n, s/p, 1971. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>48</sup> BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Parecer/713**. Relator: José Galante de Sousa. 28 abr. 1972. Documenta, s/n, s/p, 1972. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>49</sup> Idem, ibidem.

<sup>50</sup> BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Parecer/720**. Relator: José Galante de Sousa. 26 abr. 1972. Documenta, s/n, s/p, 1972. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

INL vislumbrava o elemento popular, esse deveria ser tratado de "[...] maneira científica e não apenas de forma curiosa [...]"<sup>51</sup>.

O parecer de nº 750 assinado por José Galante de Sousa, em 29 de maio de 1972, aprecia o *Dicionário das Mitologias Americanas* produzido por Hernâni Donato. Há a aprovação da reedição visto que os verbetes são apresentados com clareza e remetem a uma bibliografia útil, além disso, o avaliador enaltece como o Brasil é representado na obra, indicando que se trata de uma fonte para "[...] os estudos folclóricos"<sup>52</sup>. Entre as recomendações há a que menciona a necessidade de referenciar autores brasileiros junto aos estrangeiros, citando, inclusive, Luís da Câmara Cascudo.

Nessa perspectiva, os critérios de avaliação das propostas de coedição com o INL indicam que as obras lexicográficas deveriam atender a um nacionalismo, seja a partir das referências ao país e/ou aos autores nacionais, apresentar certo ineditismo dentro do gênero, abarcar as peculiaridades que compõe o povo brasileiro, compor os verbetes com informações úteis e substanciais, evitar imprecisões e fundamentar-se em documentação ampla. Além disso, as obras lexicográficas que tematizavam o elemento folclórico eram vislumbradas como propícias à reedição, desde que o apresentassem a partir de critérios científicos.

Alguns dos escritos de Luís da Câmara Cascudo também passaram por esse processo de avaliação, entre os pareceres emitidos pelo Instituto Nacional do Livro há aquele que remete a obra *História da cidade de Natal* expedido, em 12 de novembro de 1979, por Valdemar Cavalcanti. No documento o avaliador indica ser desejável a reedição da obra, afirmando que é “[...] verdadeiramente singular, sob vários aspectos”<sup>53</sup>, há ainda menções sobre o escritor norte-rio-grandense, apontando que uma obra

[...] desse porte e categoria [...] só ele poderia elaborá-la: tanto por seus múltiplos conhecimentos, por sua profusa erudição, quanto sobretudo pelo entenhado amor que dedica à sua cidade, **a autêntica paixão que tem, acesa e constante, por tudo o que é sinal próprio de vida de sua região** (grifo nosso).<sup>54</sup>

<sup>51</sup> BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Parecer/418**. Relator: José Galante de Sousa. 29 abr. 1971. Documenta, s/n, s/p, 1971. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>52</sup> BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Parecer/750**. Relator: José Galante de Sousa. 29 mai. 1972. Documenta, s/n, s/p, 1972. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>53</sup> BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Parecer/2418**. Relator: Valdemar Cavalcanti. 12 nov. 1979. Documenta, s/n, s/p, 1979. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>54</sup> Idem, ibidem.

A avaliação menciona o método de pesquisa praticado por Luís da Câmara Cascudo, isto é, o uso de documentação colhida em livros, periódicos e outros materiais que evidenciavam um "[...] gosto pela pesquisa [...]" <sup>55</sup>. As recomendações do parecerista refere-se apenas a adequação a ortografia vigente, visto que é um texto da década de 1940, bem como o desejo de que por meio de uma revisão gráfica o volume da obra seja reduzido.

Expedido em 30 de outubro de 1979 por Valdemar Cavalcanti, o parecer de *História do Rio Grande do Norte* inicia tecendo elogios a Luís da Câmara Cascudo apresentando-o como aquele que "[...] sabe das coisas. Das coisas de etnografia, de antropologia cultural, de história, de folclore - de muitas coisas. **Sobretudo coisas de sua região - terra e gente, passado e presente**" (grifo nosso) <sup>56</sup>. Intitulado como "notável escritor brasileiro" <sup>57</sup>, o folclorista é caracterizado como detentor de múltiplos conhecimentos que na sua escrita possibilitam o entendimento até mesmo por parte do "leitor superficial". Mas destaca-se a ideia de apresentá-lo, novamente, como "[...] representante da sua região, como defensor de seu espaço, como alguém que através de seu trabalho traz à tona os tesouros culturais, as tradições que legitimariam aquele espaço [...]" (ALBUQUERQUE, JR., 2013a, p.52). Portanto, Valdemar Cavalcanti vincula, nos pareceres mencionados, o discurso de que o folclorista tanto diz quanto é dito pela região, isto é, pertencer a determinada localidade – no caso o Nordeste – é o que garante autenticidade da narrativa cascudiana.

Por fim, Luís da Câmara Cascudo é referenciado como aquele que, por meio de seus escritos, apresenta um "[...] empenho em servir à cultura do país" <sup>58</sup>. Acerca da obra, o parecerista menciona o desejo de que a segunda edição também seja produzida sob a égide do Ministério da Educação (MEC). As recomendações para que a concretização da coedição, se referem a diminuição no número de páginas de modo que a obra se torne "menos assustadora [...]" e até atraente". <sup>59</sup>

Inclusive o *Dicionário do Folclore Brasileiro* integrou esse projeto de coedição com editoras brasileiras. No ofício enviado em 25 de maio de 1972, Luís da Câmara

---

<sup>55</sup> Idem, ibidem.

<sup>56</sup> BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Parecer/2417**. Relator: Valdemar Cavalcanti. 30 out. 1979. Documenta, s/n, s/p, 1979. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>57</sup> Idem, ibidem.

<sup>58</sup> Idem, ibidem.

<sup>59</sup> Idem, ibidem.



Cascudo redige uma observação na qual afirma ter recebido o "[...] Dicionário (do) Folclore após seis anos (de) hibernação tipográfica [...]" <sup>60</sup> saudando aquela que ele caracteriza como "[...] querida madrinha sob cuja égide ele circulará", <sup>61</sup> indicando que, além de Augusto Meyer, a produção dicionarística do potiguar esteve sob a proteção de alguém que ocupava a função principal daquele órgão público.

Posteriormente, a concretização desse projeto é novamente mencionada. Dessa vez, como destaca o ofício de 04 de outubro de 1972, <sup>62</sup> despachado pelo INL, a diretora Maria Alice Barroso comunica o envio dos exemplares do dicionário impressos pelo instituto, atendendo a cortesia que o órgão realiza para autores e/ou editoras publicados.

As coedições formavam a principal ação do Instituto Nacional do Livro ao longo da década de 1970, sendo direcionadas a partir de 1976 a publicações relativas à cultura e não mais ao campo educacional. Na década de 1980, tal processo desencadeou o deslocamento do INL do Ministério da Educação para o Ministério da Cultura (MinC), resultando na redução das funções do instituto. Com o término do regime ditatorial a prioridade do INL era a co-publicação de textos literários, critério que priorizou os estudos brasileiros e objetivava estabelecer uma “preservação e recuperação” da bibliografia básica nacional, atendendo ao anseio econômico e político.

A partir da década de 1980 o plano de coedição do INL passou a ter suas publicações validadas por um conselho consultivo, formado por intelectuais de diferentes entidades incluindo a Academia Brasileira de Letras. A inserção do instituto nesse projeto promove a transformação tanto no campo de atuação quanto na funcionalidade do órgão, que, apesar de manter os mecanismos de controle sobre o que era produzido, transita de produtor cultural para subsidiador (OITICICA *apud* GALUCIO, 2009).

Ao setor de bibliotecas cabia o gerenciamento e criação desses espaços nas diversas regiões do país, com essa seção o INL “[...] visava estimular a leitura, auxiliando bibliotecas públicas e semi-públicas e contribuindo, de maneira cívica, para animar grande número de pequenas bibliotecas, cuja extinção seria fatal sem essa facilidade de renovação dos seus acervos” (KNYCHALA, 1986, p.03). Para atender a

---

<sup>60</sup> BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Ofício circular 1210/INL**. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 25 mai. 1972. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>61</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>62</sup> BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Ofício circular 3087/INL**. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 04 out. 1972. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

tal finalidade o instituto utilizava, assim como na produção de algumas de suas obras, a aplicação de questionários. Com o intuito de registrar as bibliotecas públicas existentes no país, os interrogatórios eram aplicados em diversas localidades e quando não respondidos eram reenviados até que se obtivessem respostas que guiassem os projetos de reestruturação desses espaços, de doação de livros, e de outras ações.

A seção da enciclopédia era responsável pelo gerenciamento do plano de produção dessa obra, o qual desde sua confecção já estava destinado a constantes atualizações por meio do processo de reedição. Além da publicação de um escrito enciclopédico o setor era incumbido de desenvolver o projeto do *Dicionário Nacional*. Em carta enviada a Gustavo Capanema, em 26 de fevereiro de 1937, Augusto Magne,<sup>63</sup> o organizador da obra, indica que a execução da proposta é objetivada pelo governo e para isso estabelece as condições necessárias para o encaminhamento na confecção da obra, entre elas sugere que tenha “[...] plena liberdade no tocante à redação e à ortografia”, aproveitamento do material já composto, pois “[...] do contrário seria um esforço ingente e inútil, seria uma perda apreciável de tempo e havia de acarretar em mim a depressão inerente à contingência de ter de recomeçar um trabalho já lançado”.<sup>64</sup>

Anteriormente, em carta de 19 de fevereiro de 1937, Augusto Magne indicava que a confecção de uma obra lexicográfica é resultante de um trabalho que “[...] requer calma e estabilidade”<sup>65</sup>, por isso a necessidade de estabelecimento do contrato para produção do dicionário. A estagnação no acordo para confecção do *Dicionário Nacional* acarretou envio de uma correspondência para Gustavo Capanema, em 22 de setembro de 1937, na qual o filólogo afirma desejar

[...] lembrar a V. Ex. a promessa que V. Ex me fêz, há tempo, de publicar o meu Dicionário. Tenho plena confiança de que V. Ex. continua disposto a manter a sua palavra. Peço, portanto, a V. Ex. se digne de me dirigir **um papel firmado** no sentido do anexo que acompanha o presente requerimento<sup>66</sup> (grifo nosso).

<sup>63</sup> Augusto Magne foi um filólogo de origem francesa que se destacou no ensino do latim no Brasil, sua produção é composta, em sua maioria, por gramáticas e dicionários.

<sup>64</sup> MAGNE, Augusto. Carta para: Gustavo Capanema Filho (Ministério da Educação e Saúde Pública). 26 fev. 1937. 02 fls. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção Augusto Magne/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>65</sup> MAGNE, Augusto. Carta para: Gustavo Capanema Filho (Ministério da Educação e Saúde Pública). 19 fev. 1937. 03 fls. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção Augusto Magne/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>66</sup> MAGNE, Augusto. Carta para: Gustavo Capanema Filho (Ministério da Educação e Saúde Pública). 22 set. 1937. 02 fls. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção Augusto Magne/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O envio das correspondências evidencia que havia certa paralisação no desenvolvimento do dicionário de língua nacional devido à ausência na consolidação do compromisso de publicação. Porém, o Ministério da Educação continuava expedindo ordens para a concretização do projeto e divulgando um plano de escrita da obra, o que permite compreender o conceito do órgão em relação aos escritos lexicográficos. Nessa perspectiva, o dicionário era interpretado como uma obra que atenderia a uma “[...] rigorosa orientação científica”<sup>67</sup>, que abarcaria os “[...] regionalismos do Brasil”<sup>68</sup> e que contemplaria como público-alvo aqueles que tencionam o uso imediato e os que ambicionam a consulta erudita.

Análise que abrange o processo de confecção da *Enciclopédia Brasileira*, visto que, tal empreendimento surgiu, inicialmente, como um dicionário com valor histórico e científico, que atenderia ao desejo de fornecer à nação uma obra que fosse a representação da cultura nacional e que proporcionasse uma compilação de dados sobre o país para quem o desejasse conhecer. Havia uma ligação entre a seção da enciclopédia e a de publicações, já que esse projeto enciclopédico era interpretado como o plano de publicação mais importante do Instituto Nacional do Livro, além de possibilitar que fossem lançadas obras avulsas resultantes do desenvolvimento desse empreendimento.

A importância desse setor fica evidente nos parágrafos 4º e 5º do Art. 6º do decreto-lei de fundação do Instituto Nacional do Livro, datado de 21 de dezembro de 1937, no qual se vê que

§ 4º Tomará parte nas discussões do Conselho de Orientação o diretor do Instituto Nacional do Livro, e funcionará como seu secretário, podendo igualmente discutir as matérias, **o chefe da Seção da Enciclopédia e do Dicionário.**

§ 5º Nenhuma reunião do Conselho de Orientação se realizará sem que para a mesma sejam convocados o diretor do Instituto Nacional do Livro e **o chefe da Seção da Enciclopédia e do Dicionário** (grifo nosso).<sup>69</sup>

Nessa perspectiva, cabia ao chefe dessa seção não só a função de coordenar o desenvolvimento da publicação da *Enciclopédia Brasileira*, mas também assumir a

---

<sup>67</sup> BRASIL. Instituto Nacional Do Livro. **Plano de um Dicionário Antigo e Moderno da Língua Nacional**. Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>68</sup> Idem, ibidem.

<sup>69</sup> BRASIL. **Decreto nº 93, de 21 de dezembro de 1937**. Cria o Instituto Nacional do Livro. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1937. Seção 1. Pg. 25586. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em 26 out. 2019.

posição de uma espécie de vice-diretor do INL, já que as reuniões e tomadas de decisão dentro do instituto só seriam realizadas com a presença do diretor e a do chefe dessa seção.

Tanto o setor da enciclopédia quanto o de publicações e das bibliotecas seriam gerenciados por indivíduos selecionados pelo diretor do Instituto Nacional do Livro. Na década de 1930, no início do funcionamento do INL, Augusto Meyer foi escolhido como o primeiro diretor dessa instituição, assumindo o posto de principal intelectual do instituto, na qual permaneceu por dezoito anos. A continuação na função só foi interrompida entre os anos de 1954 e 1955 quando o folclorista sul-rio-grandense ministrava a disciplina de *Estudos Brasileiros* na Alemanha, sendo substituído por Adonias Filho.<sup>70</sup> Após esse período, Augusto Meyer retorna ao cargo de diretor, em certa medida, devido ao tempo que passou a frente desse órgão público, permanecendo em tal ocupação até o fim do governo ditatorial de Castelo Branco.

Inicialmente, o folclorista sul-rio-grandense teria sido escolhido devido ao desenvolvimento de atividades na coordenação de bibliotecas, já que no momento do convite se encontrava no comando da Biblioteca Estadual do Rio Grande do Sul. Porém, tal designação também é resultante da inserção de Augusto Meyer na literatura modernista, sugestionando que, o programa político do Estado Novo, de promover meios de nacionalizar o país com auxílio do campo intelectual, foi incorporado por alguns modernistas que passaram a ocupar cargos públicos em órgãos oficiais e a exercer a função de mediadores de tal projeto.

A coordenação dos projetos desenvolvidos pelo Instituto Nacional do Livro era responsabilidade tanto de Augusto Meyer, diretor dessa instituição, quanto de outros intelectuais envolvidos em atividades dos órgãos públicos, a exemplo de Carlos Drummond de Andrade. O poeta mineiro, também pertencente ao movimento modernista brasileiro, exercia a função de secretário do gabinete do Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde Pública e intermediava as negociações sobre publicações e execuções de projetos. Outro intelectual próximo ao movimento modernista e que também participou das ações desenvolvidas pelo instituto foi o historiador paulista Sérgio Buarque de Holanda, sendo atribuído a ele o cargo de diretor da seção de publicações. A relação de amizade com Augusto Meyer intermediou o

---

<sup>70</sup> Durante o período a frente do INL, Adonias Filho pouco avançou no projeto da enciclopédia, mas os outros setores passaram por um relativo crescimento.

convite para coordenação de tal setor, cuja atuação se referia a, entre outras, aprovação ou reprovação de determinadas propostas de publicações.

A atribuição de cargos públicos no INL e a designação de determinados intelectuais para a execução das ações do instituto, como a produção da *Enciclopédia Brasileira* e do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, evidenciam que tais indicações eram resultantes das relações de pessoalidade, constituindo espaços de sociabilidade e abarcando tanto círculos de amizades quanto de rivalidades. Nessa perspectiva, o Instituto Nacional do Livro significou a emergência dos chamados “intelectuais do Estado Novo”, transformando tal espaço na

[...] oportunidade para antigos amigos e companheiros de refregas literárias modernistas avançarem, cada vez mais, na tessitura dos aspectos institucionais da rede de relações sociais de produção intelectual, ocupando postos importantes para a construção de um espaço de legitimação institucional para suas práticas e atividades culturais como escritores (CARVALHO, 2012, p.552).

Nesse cenário, a designação de Gustavo Capanema para o Ministério da Educação e Saúde Pública se fundamenta na possibilidade dele se manter como elemento propício para

[...] manter a colaboração e a amizade de todos, **deixando de lado – na medida do possível – os embates ideológicos entre eles.** A postura tolerante de Capanema, mesmo num contexto de elevada intolerância ideológica- e acirrada com a decretação do Estado Novo em 1937- era muito importante e propiciava um ponto de contato entre artistas, intelectuais e o governo (grifo nosso) (SANTOS, 2009, p.03).

Mesmo pertencentes ao círculo modernista, os intelectuais inseridos nas ações do Instituto Nacional do Livro ainda mantinham divergências ideológicas resultando em desentendimentos acerca dos projetos geridos pelo instituto. Augusto Meyer, por exemplo, recebeu críticas de Mário de Andrade chegando a ser classificado por ele como um “[...] admirável espírito literário sem a menor energia prática, sem a menor autoridade, sem a menor visão técnica” (GALUCIO, 2009, p. 70). Além disso, o INL pode ser interpretado como um espaço profuso que comportava oposições à ditadura varguista como aquela realizada por Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda na década de 1940, originando até mesmo negações por parte dos dirigentes a alguns dos projetos do Estado.

Igualmente pertencente ao círculo modernista Mário de Andrade também atuou junto ao instituto e teve sua inserção em tal órgão público mediada pela relação de cordialidade que possuía tanto com Gustavo Capanema e Carlos Drummond de Andrade quanto com Augusto Meyer. Nessa perspectiva, em carta de 15 de junho de 1938 o literato paulista afirma a Carlos Drummond de Andrade que “[...] o tal lugar de chefe da seção do Dicionário e enciclopédia, do Instituto do Livro, me agrade bem mais”<sup>71</sup>, correspondência enviada acerca da especulação de que Gustavo Capanema pretendia indicá-lo para diretoria de um departamento específico no governo varguista.

A função no INL, descrita por Mário de Andrade como mais modesta que possibilitaria a ele ficar “[...] mais próximo de mim mesmo”<sup>72</sup> assim como “[...] refazer o meu jardim”<sup>73</sup>, evidenciava que o interesse em ocupar tal cargo também remetia a uma identificação com os objetivos propostos pelo plano de produção de uma enciclopédia com características nacionais e permitiria que ele continuasse desenvolvendo outras atividades em paralelo.

O projeto elaborado por Mário de Andrade para a enciclopédia brasileira era uma contraposição aquele desenvolvido anteriormente pelo Instituto Cairú e buscava realizar um direcionamento para a difusão de uma identidade nacional, recebendo, para isso, recursos financeiros que em alguns momentos chegava a liderar a soma investida nos demais projetos do INL.<sup>74</sup>

Ao longo do século XX destaca-se certo direcionamento para a elaboração de enciclopédias, processo que se inicia nas primeiras décadas e se intensifica a partir de 1970, período no qual a publicação desse tipo de obra se tornou algo próspero no Brasil (FONSECA, 1972). As enciclopédias deveriam ser objetivas e imparciais e as características que compõe esse tipo de produção remetem a necessidade de ausência de verbetes opinativos identificados como inconvenientes e erros técnicos, além do combate as inexatidões e as omissões que os constituem. Além disso, o desenvolvimento de um plano de enciclopédia em paralelo a de um dicionário também era interpretado como uma falha técnica, devendo ser um projeto resultante de um

---

<sup>71</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Carlos Drummond de Andrade. 15 jun. 1938. Localizado em: Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>72</sup> Idem, ibidem.

<sup>73</sup> Idem, ibidem.

<sup>74</sup> Mário de Andrade chegou a propor a criação e manutenção de uma comissão de intelectuais brasileiros, denominada como uma “comissão especial” encarregada de resolver problemas na confecção do projeto da enciclopédia.

trabalho interdisciplinar que, por isso, também deveria ser avaliado por um grupo com tais propriedades.

O esquema produzido pelo Instituto Nacional do Livro na década de 1980, intitulado como *Plano Geral de Orientação*<sup>75</sup> assinala a enciclopédia enquanto uma

súmula dos conhecimentos adquiridos, impessoal e imparcial, uma enciclopédia marca no tempo as certezas provisórias de uma época, um nível de civilização. Pela maneira com que retrata os ciclos do espírito **ela revela ainda, com justeza, um modo de ser próprio ao país em que foi elaborada** (grifo nosso)<sup>76</sup>.

Concepção que interpreta o escrito enciclopédico como um discurso autorizado sobre os elementos nacionais, que por atender aos critérios de cientificidade acaba fixando uma interpretação acerca dos conhecimentos. Trabalho permeado por dificuldades inerentes a sua feitura, a enciclopédia deveria seguir diretrizes que assegurassem a transição entre a ideia e a página impressa. Nessa perspectiva, os verbetes deveriam seguir uma ordem alfabética e serem dispostos de forma que atendam a uma "[...] utilidade prática, para simplificar as pesquisas e organiza-las por conjunto"<sup>77</sup>, para isso a divisão geral da enciclopédia obedeceria a uma ordenação por temas. Os conteúdos apresentados no quadro de classificação temática versavam acerca da filosofia, religiões, generalidades - nesses estão incluídos assuntos de "[...] caráter geral ou de classificação difícil"<sup>78</sup> - ciências puras, ciências aplicadas, belas artes, literatura, geografia, história universal e ciências sociais - incluído o folclore.

Há ainda as recomendações para que cada verbete fosse acompanhado de uma representação iconográfica, que seria selecionada a partir de um exame qualitativo. Acerca da metodologia de pesquisa o INL indicava que os documentos consultados deveriam ser "[...] originais e pesquisados diretamente, recorrendo-se a repartições oficiais, a particulares e a correspondentes idoneos". O material examinado obedeceria a critérios como clareza, objetividade e/ou raridade.

Nessa perspectiva, a pergunta que norteava a produção da enciclopédia brasileira era: a quem ela deveria servir e qual o seu caráter cultural? Inicialmente, o discurso de Mário de Andrade distancia-se da identificação de um leitor alvo para a publicação,

<sup>75</sup> Por meio desse documento, o INL objetivava coordenar todas as operações que compõe a produção da enciclopédia, favorecendo “[...] o êxito na realização do conjunto”.

<sup>76</sup> BRASIL. Instituto Nacional Do Livro. **Enciclopédia brasileira: plano geral de orientação**. Rio de Janeiro, 1957-1962. Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

<sup>77</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>78</sup> Idem, *ibidem*.

afirmando que “diante dessas circunstâncias, imagino que a Enciclopédia Brasileira não terá o máximo de utilidade e alcance que merece ter o esforço de sua criação e pedem as circunstâncias nacionais, **se for muito fixada, tanto quanto à classe a que se dirigir como o seu critério conceptivo geral**” (grifo nosso) (ANDRADE, 1993, p.12), portanto, em um primeiro momento, a aspiração seria direcionar-se ao público geral apresentando um caráter misto e atendendo a classe que o assunto interessar.

Porém, ao indicar que “a população dos alfabetizados tende a crescer, sobretudo nas cidades, e faz-se de grande urgência servi-lhe às necessidades gerais e técnicas de conhecimento intelectual [...]” (ANDRADE, 1993, p.12), Mário de Andrade aponta que a publicação objetivava a melhoria da instrução do homem brasileiro e por isso deveria ser condizente com a possibilidade de aquisição por parte dos setores sociais, sobretudo dos operários, por isso a necessidade de que as instituições públicas financiassem o projeto, resultando na possibilidade de venda a preço de custo.

Considerando que “[...] as **classes dos artífices e operários** em geral não encontram onde alimentar e desenvolver intelectualmente o conhecimento dos seus ofícios e **sequer sua cultura geral**” (grifo nosso) (ANDRADE, 1993, p.12-13), o escritor paulista acaba por direcionar o projeto da enciclopédia para a necessidade de desenvolvimento cultural de tais classes sociais, para utilidade dos verbetes, para acessibilidade da obra e para o desejo de difusão da “coisa brasileira” em todas as camadas sociais devendo, por isso ser acessível a qualquer “pessoa de cultura muito mediana”.

Pensamento semelhante aquele desenvolvido por Luís da Câmara Cascudo ao afirmar, em nota da terceira <sup>79</sup> edição do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, que tal obra destina-se ao “[...] serviço prático do conhecimento público” (CASCUDO, 1972, p.20). Portanto, pode-se identificar nessas publicações, coordenadas pelo Instituto Nacional do Livro, uma harmonização com a doutrina ministerial de Gustavo Capanema ao associar o desenvolvimento de políticas culturais com uma função utilitária. Além disso, coaduna a atenção dispensada para a obra lexicográfica com os princípios do Estado Novo, já que o dicionário é interpretado como um discurso de autoridade direcionado para um público específico em determinadas condições históricas e sociais.

A promoção de bens culturais durante o governo de Getúlio Vargas era vislumbrada como uma possibilidade de reduzir o atraso na área cultural, além de

---

<sup>79</sup> O processo de reedição foi novamente realizado pelo Instituto Nacional do Livro, dessa vez sob a direção da escritora carioca Maria Alice Barroso.



diminuir o risco de comprometimento da nacionalidade por outras culturas e nações. Processo que foi acompanhado de uma redefinição dos conteúdos culturais e que “[...] tanto os modernistas quanto a obra de Gilberto Freyre tiveram papel crucial” (SANTOS, 2009, p.02). Nesse cenário, o movimento cultural passa a incorporar aspectos da cultura popular tomados como símbolos da nação.

A necessidade de proteção desses elementos desencadeou a confecção de planos idealizados por intelectuais que objetivavam o estudo, a propagação e preservação dos aspectos culturais nacionais. Ao formular o projeto de criação de uma entidade federal direcionada a proteção do folclore, Mário de Andrade almejava que os usos, lendas, hábitos, fazeres e outros componentes culturais fossem salvaguardados. Porém, o que se configurou foi a constituição do Decreto-Lei de número 25 de 30 de novembro de 1937<sup>80</sup> que definiu o que se considerava como patrimônio histórico e artístico nacional, reduzindo-os aos bens móveis e imóveis.

A trajetória desse folclorista paulista a frente do setor da enciclopédia foi marcada pela dificuldade<sup>81</sup> na consolidação de tal plano de escrita, sendo consequência do impasse na produção de uma obra que conseguisse apreender todo o Brasil.<sup>82</sup> Adversidade que também assombraria a confecção do *Dicionário do Folclore Brasileiro* por Luís da Câmara Cascudo, que chegou a afirmar não ser “[...] possível fixar o Brasil inteiro no plano folclórico” (CASCUDO, 1954, p.25), realizando o registro daquilo que considera essencial e característico e formando um “[...] roteiro do material existente mais facilmente consultado” (CASCUDO, 1954, p.25).

A proposição de Mário de Andrade para o projeto da enciclopédia seria direcionada para a presença de elementos que destacassem uma brasilidade, isto é, os verbetes que refletissem aspectos brasileiros deveriam ser apresentados de forma mais extensa. Nessa perspectiva, tanto a *Enciclopédia Brasileira* quanto o *Dicionário do Folclore Brasileiro* remetem a ideia de que a unidade nacional seria construída por meio

---

<sup>80</sup> BRASIL. **Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 dez. 1937. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm) acesso em 10 mar. 2020.

<sup>81</sup> As dúvidas em relação à nomeação da obra também acompanharam o projeto da enciclopédia, entre as opções todas remetem ao desejo de estabelecimento de uma unidade nacional (*brasileira; do Brasil; nacional; brasiliana* ou *brasílica*). Indeterminação que reflete a própria dificuldade de abrangência da cultura brasileira em uma única obra (TAVARES, 2006a).

<sup>82</sup> Um dos primeiros projetos de publicação do Instituto Nacional do Livro foi a confecção de um dicionário, intitulado *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico*, que manifestaria um panorama do Brasil a partir da aplicação de questionários em algumas localidades do país. Porém, diferente do projeto da *Enciclopédia Brasileira* e do *Dicionário do Folclore Brasileiro* que padeciam com o excesso de informações, esse dicionário não chegou a ser executado por carecer de dados suficientes para traçar um cenário que apreendesse toda a nação.

da cultura. Na medida em que ocorre a composição de um ideário de elemento nacional, o aspecto tradicional passa a ser revestido por cores nacionalistas, desencadeando uma distinção e separação entre as culturas. Portanto, trata-se de um processo de abrasileiramento dos brasileiros, estabelecido por meio da reunião e preservação<sup>83</sup> de elementos classificados como pertencentes a uma cultura nacional.

A cultura nacional seria obtida a partir das peculiaridades regionais, isto é, a diversidade regional iria contribuir para a formação de uma unidade, resultando em um somatório de particularidades culturais que passariam por um processo de redução das diferenças objetivando atender a uma uniformidade.

Luís da Câmara Cascudo se aproxima de tal pensamento, pois a sua concepção é de que o elemento folclórico pode, de certa forma, ser apreendido a partir de uma unidade nacional, já que existiria uma semelhança entre os folclores de diversas regiões do país, e por isso, seriam dificilmente encontrados mitos, lendas e outros componentes folclóricos que não assinalam para uma universalidade, ou seja, que não tenham sua existência constatada em todos os povos.

Por isso, Luís da Câmara Cascudo não encontrou obstáculos em aproximar o seu projeto dicionarístico dos interesses estatais, assim, afirma no prefácio da segunda edição do dicionário, ter conduzido a sua confecção a partir de um esforço “[...] em prol do comum, do coletivo e do **nacional** [...]” (CASCUDO, 1959, p.13). O projeto da enciclopédia também reflete tal movimento, já que essa era interpretada como um trabalho de seleção, que tenderia a eliminação do pitoresco, do particular em detrimento aquilo que é universal, ou seja, passou-se do particularismo ao universalismo (TAVARES, 2016a). Dentro desse contexto o folclore é interpretado a partir do que Luís da Câmara Cascudo denomina como sua “utilidade indispensável”, isto é, como possibilidade de vinculação do elemento folclórico com a questão nacional, já que seria uma oportunidade de descobrimento do Brasil.

A designação de Mário de Andrade para o desenvolvimento do plano da enciclopédia e a inserção de outros intelectuais, familiarizados com o movimento modernista, nas ações do Instituto Nacional do Livro evidencia que a aproximação desses intelectuais com o elemento folclórico e o consequente desenvolvimento de

---

<sup>83</sup> A noção de preservação que acompanha a interpretação do elemento folclórico tanto nas políticas públicas desse período quanto na concepção cascudiana, possibilita compreender a escolha de uma obra lexicográfica para realizar o processo de conhecimento desse objeto e construção de uma identidade nacional, já que o dicionário é interpretado como um meio tanto de difusão de ideias quanto de preservação dessas. Possibilitando que por meio dos elementos que o caracterizam - verbetes, prefácios e outros - possa se construir uma imagem de sociedade e protegê-la.

estudos sobre ele, desencadeou o estabelecimento de uma relação entre a atuação dos folcloristas e as políticas públicas desenvolvidas nesse período.

Mário de Andrade permaneceu no gerenciamento do programa da enciclopédia até o ano de 1945. Após o seu falecimento tal plano <sup>84</sup> passou a ser coordenado exclusivamente por Américo de Queirós Facó, poeta cearense, que sugeriu a elaboração desse projeto em dois planos, são eles: a confecção da enciclopédia e a de um dicionário. O ofício desenvolvido por ambos é avaliado como “[...] digno de ser ressaltado, embora dificuldades diversas tenham impedido a publicação da Enciclopédia Brasileira” (KNYCHALA, 1986, p.02).

Em 1957, José Renato Santos Pereira, diretor do instituto, divulga a enciclopédia como uma proposta “[...] já em adiantada fase de preparação, a cargo de uma equipe de especialistas, e orientada pelos moldes mais modernos das obras do gênero [...]” (PEREIRA, 1957, p.05-06). Trata-se do projeto de elaboração de uma enciclopédia brasileira executado pelo jornalista paulista Alarico da Silveira, <sup>85</sup> que, posteriormente, foi incorporado ao INL mesmo apresentando características diferentes das propostas por Mário de Andrade, resultando na primeira obra impressa desse gênero no Brasil, atribuindo ao seu produtor o posto de percussor nesse tipo de publicação. Apesar das discrepâncias entre os projetos da enciclopédia, Mário de Andrade chegou a visitar o Alarico, sob recomendação de Augusto Meyer, para debater concepções acerca do projeto.

Na década de 1950 o Instituto Nacional do Livro desenvolve um sistema de aplicação de questionários para colaboração na redação da *Enciclopédia Brasileira*. As fichas deveriam ser preenchidas conforme as instruções do órgão. Entre as informações prestadas pelo intelectual há a indicação da especialização, dos cursos, prêmios, trabalhos, viagens de estudos, funções, encargos, e, além disso, teria que assinalar, segundo o item 54, os “[...] verbetes para a redação dos quais o informante julga poder

---

<sup>84</sup> O material produzido por Mário de Andrade para o projeto da enciclopédia brasileira só foi reunido após o desenvolvimento do plano, apresentando o Brasil das discussões intelectuais da década de 1930 e evidenciando o “[...] trabalho epopeico: criar a primeira enciclopédia inteiramente dedicada ao Brasil (Folha de São Paulo, 10 de novembro de 2009)” do modernista paulista. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1011200915.htm> acesso em 26 out. 2018.

<sup>85</sup> Alarico da Silveira surge no cenário nacional a partir da sua atuação como secretário de Washington Luís, presidente do Brasil entre os anos de 1926 a 1930. Porém, o momento que o consagra ocorre quando se torna responsável pela confecção de um projeto da *Enciclopédia Brasileira* em 1958, sendo apontado como o percussor desse tipo de publicação no Brasil. Contudo, o trabalho desse educador paulista foi arquivado pelo Instituto Nacional do Livro que no mesmo período investia na elaboração de outra enciclopédia.

prestar sua colaboração".<sup>86</sup> A análise da ficha de Darcy Ribeiro, por exemplo, indica a sua solicitação para a confecção dos verbetes relativos à "Etnologia Brasileira", "Antropologia Cultural" e "Problemas Sócio-culturais".<sup>87</sup> Há ainda a necessidade de comunicar sobre o recebimento do questionário, isto é, se esse foi adquirido por meio da seção da enciclopédia ou não. Procedimento, que difere dos anteriores já que pressupõe uma autoria coletiva, isto é, cada categoria seria responsabilidade dos especialistas selecionados a partir das candidaturas.

Ao longo da década de 1950 o processo de confecção da *Enciclopédia Brasileira* desenvolvia-se ainda a partir da designação de especialistas para compor seções temáticas do escrito. Assim, um dos métodos empregados para a obtenção de informações que comporiam os segmentos era realizado com base no envio e recebimento de correspondências, processo que também caracteriza a confecção do *Dicionário do Folclore Brasileiro* por Luís da Câmara Cascudo. A carta enviada por Luiz Cosme, então coordenador da Comissão de Música da Seção da Enciclopédia e do Dicionário no INL, em 01 de outubro de 1956 convida o professor Andrade Muricí para "[...] colaborar na referida Enciclopédia nos assuntos relacionados com a música".<sup>88</sup> Auxílio que seria remunerado e guiado pelo *Plano da Enciclopédia Brasileira*, que é enviado anexado a correspondência.

Portanto, durante o período de vigência do Instituto Nacional do Livro o projeto da enciclopédia foi pensado a partir de metodologias e posicionamentos diferentes, contudo, a importância de tal empreendimento sempre figurou nas abordagens dessa instituição e chegou a refletir um desejo de separação e criação de um órgão<sup>89</sup> direcionado unicamente a execução desse programa. Em 1961 emerge o último projeto de confecção da enciclopédia, pensada “[...] a partir das verbas disponíveis e considerada a conveniência e possibilidade do preparo de cada um deles em função da conjuntura cultural brasileira” (KNYCHALA, 1986, p.02).

---

<sup>86</sup> BRASIL. Instituto Nacional Do Livro. **Enciclopédia brasileira: roteiro para preenchimento do questionário**. Rio de Janeiro, 1959. Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>87</sup> BRASIL. Instituto Nacional Do Livro. **Síntese dos dados que interessam à elaboração da Enciclopédia retirados**. Rio de Janeiro, s/d. Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>88</sup> COSME, Luiz (Comissão de Música, Seção da Enciclopédia e do Dicionário, Instituto Nacional do Livro) Carta para: Andrade Muricí. 01 out. 1956. 01 fl. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção Luiz Cosme/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>89</sup> A *Fundação Enciclopédia Brasileira* funcionaria em São Paulo e seria dividida em três instituições, entre os seus objetivos há a atuação na formação cultural da sociedade brasileira e no sistema educativo do país.

Ao afirmar desenvolver uma interpretação da cultura nacional a partir do elemento folclórico, Luís da Câmara Cascudo atende, de forma intencionada ou não, ao projeto da enciclopédia brasileira, isto é, do desenvolvimento de estudos brasileiros que venham a suprir o fato de que “[...] quase nada sabemos [...] (e) muito ignoramos do nosso folclore [...]” (ANDRADE, 1993, p.30), o que acaba por ressaltar a utilidade e relevância da elaboração do *Dicionário do Folclore Brasileiro* para o projeto desenvolvido, naquele período, pelo INL.

## **2.2 “O dicionário nasceu sob estrela benigna”: o despertar brasileiro para a produção lexicográfica.**

Na década de 1930, período reconhecido como a “era dos grandes dicionários brasileiros”, o aparecimento de um mercado editorial interessado na produção dicionarística brasileira,<sup>90</sup> promove um crescimento no setor lexicográfico, caracterizando a intensificação e circulação da sua produção, assim como a diversificação dessas obras. O contexto histórico desse período, que remete ao início do desenvolvimento do *Dicionário do Folclore Brasileiro* por Luís da Câmara Cascudo, acompanha a emergência de editoras que estimulavam a produção de textos de caráter nacional como a Companhia Editora Nacional.

O aparecimento de espaços editoriais engajados na publicação de estudos acerca da realidade social acompanhada pela atuação de instituições como a Academia Brasileira de Letras ampliava as condições institucionais para a confecção de tais obras. Nessa perspectiva, “a ABL teve um papel fundamental na formação de lexicógrafos, na concepção de projetos dicionarísticos e na normatização ortográfica” (NUNES, 2002, p.111).

Com o advento da República a identidade do português brasileiro começa a ser debatida e escritores passam a reivindicar certa autonomia linguística e cultural, atentando para o desejo de confecção de um dicionário brasileiro que representasse o povo, destaca-se que “a sociedade brasileira ainda não possui um dicionário geral do português do Brasil elaborado dentro de critérios lexicográficos científicos e baseado em sólida teoria lexical” (NUNES, 2002, p.80). Os escritos produzidos nesse período indicavam as diferenças entre o português do Brasil e o português de Portugal, a partir

---

<sup>90</sup> O sucesso de uma proposta editorial é determinado por característica que envolve o mercado consumidor, a pertinência e o momento cultural e político.

disso busca-se elaborar um instrumento que represente o elemento nacional. Tal movimento é resultado do crescimento de uma consciência acerca da identidade brasileira <sup>91</sup> e do sentimento nacionalista que permeia tais produções. O argumento utilizado pelos intelectuais brasileiros para a confecção desse tipo de dicionário era que a língua nacional apresentava elementos específicos, diferenciando-se da língua portuguesa. Alegação que se amparava na circulação de dicionários advindos de Portugal, interpretados como objetos de diferenciação das línguas e analisados a partir das ausências, erros e omissões. Em correspondência enviada a Luís da Câmara Cascudo, em 26 de setembro de 1924, Mário de Andrade afirma que a relação entre Brasil e Portugal se estabelece a partir das diferenças, visto que se trata de “[...] outra terra, clima, novos costumes, preocupações, ideias” <sup>92</sup> que acabam por influenciar a língua falada. Assim, menciona que “[...] não escrevo mais português. Estou escrevendo brasileiro!” <sup>93</sup> indicando que o folclorista potiguar “[...] também está escrevendo brasileiro” <sup>94</sup> e que deveria “[...] vivificar ainda mais esse propósito”. <sup>95</sup>

Na passagem para o período republicano há um retorno do interesse pela linguagem oral, momento acompanhado pelo aparecimento e publicação de textos que apresentam valor linguístico e etnográfico, material que recebe o *status* de folclore. Processo que desencadeia certa transformação na concepção de História, pois “[...] não se trata da grande História do Brasil promovida pelo IHGB, mas de histórias contadas por meio de uma textualidade oral, referida a situações cotidianas de uma ‘linguagem popular’” (NUNES, 2006, p.166). Dessa forma, os dicionários continuam direcionados para a formação da língua nacional, porém, há neles outro sentido de nacionalidade, inspirado nas manifestações populares e no folclore. Trata-se de “[...] outra noção de ‘povo’ que vai se conformando” (NUNES, 2006, p.167).

Nesse contexto, se torna necessário desenvolver o conceito de brasileiro, sendo esse interpretado como resultante da mistura de povos, que se diferenciam pelos tipos - caboclo, mestiço, caipira, etc - e regionalismos - gaúcho, paulista, mineiro e outros.

---

<sup>91</sup> Em 1922, Monteiro Lobato afirmava a necessidade de se elaborar um dicionário sobre o que ele denominava como “língua brasileira”, anulando a dependência da produção dicionarística portuguesa. Anteriormente, a primeira reunião da ABL em 1898 foi marcada pelo discurso de Machado de Assis sobre o dever de se produzir um dicionário de brasileirismos, de forma que se estabelecesse uma diferença em relação a Portugal.

<sup>92</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 26 set. 1924. 02 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>93</sup> Idem, ibidem.

<sup>94</sup> Idem, ibidem.

<sup>95</sup> Idem, ibidem.

Assim, “[...] a identidade do brasileiro chega ao ordinário da linguagem, às manifestações populares, aos falares regionais, à literatura oral e à conversação” (NUNES, 2006, p.180). As palavras e/ou expressões, por apresentarem diferenças de sentido e/ou significação acabavam sendo identificadas como elementos definidores de uma identidade nacional. Assim, o início do século XX é marcado por múltiplas tentativas de delimitação das variantes linguísticas, processo que ocorre em diferentes regiões do Brasil.

Os *dicionários de regionalismos* promovem um reconhecimento da multiplicidade da língua falada pelos sujeitos, trata-se, portanto, de uma descrição das diferenças, da compreensão de sentidos múltiplos para as mesmas palavras e maneiras diversas de enunciar a mesma coisa, além de ser uma forma de dizer a sociedade pela moral o que acaba por estabelecer definições acerca da população brasileira. A indicação de que tal expressão e/ou prática é característica de determinada região é uma forma de marcar que, mesmo constituindo um “único povo = o brasileiro”, há fragmentações que revelam nossas diferenças. A ausência de tais indicações remete a noção de que há uma estabilidade, reforçando o ideal de unidade de nação.

A primeira tentativa de descrever o vocabulário brasileiro, estabelecendo diferenças quanto ao léxico de Portugal, foi feito por Antônio Joaquim Macedo Soares, material que só seria publicado integralmente pelo Instituto Nacional do Livro em 1954. Tal processo se torna importante porque o dicionário é interpretado como um instrumento necessário à fixação de uma língua, assim, por muito tempo a sociedade brasileira ansiava por um dicionário que realizasse tal processo.

Movimento que até a década de 1930 direcionou a produção lexicográfica no Brasil para o estabelecimento de uma diferenciação entre o português brasileiro e o europeu, destacando-se a confecção de *dicionários de brasileirismos*<sup>96</sup> que eram utilizados como afirmação da identidade do país e como meio de abarcar a fala do povo brasileiro, em algumas dessas obras ainda há a presença de um saber do tipo enciclopédico, que serviria para o conhecimento daquilo que é nosso.<sup>97</sup>

Acontecimento que foi intensificado com os movimentos nacionalistas da década de 1920, que clamavam por uma defesa da língua nacional, além de se respaldar

---

<sup>96</sup> Tais obras se inserem naquelas que passaram a incorporar vocabulários populares coloquiais, além dos regionalismos, termos científicos, etc. Os dicionários de brasileirismos abarcam elementos que tem significação diferente em Portugal e no Brasil, além daqueles que foram incorporados a partir de outras línguas, como os termos indígenas.

<sup>97</sup> Nessa perspectiva, a imagem do viajante que já aparecia no início da produção lexicográfica brasileira continua a figurar nos dicionários de brasileirismos e nos de regionalismos.

nos vocabulários de línguas indígenas <sup>98</sup> que auxiliaram tanto na elaboração de dicionários de brasileirismos quanto nos de português, visto que, nesse período, o estabelecimento de uma identidade nacional se efetivou por meio do processo de diferenciação. Além disso, os dicionários de brasileirismos vinculavam verbetes nos quais figuravam a população brasileira, isto é, sujeitos - negros, sertanejos, mestiços e outros - que até então não apareciam nos discursos definicionais dos dicionários.

A partir da publicação dos *dicionários monolíngues* o processo de separação linguística passa a ser tratado a partir da regionalização, isto é, as diferenças são internas. Interpretação que facilita a emergência dos dicionários de regionalismos, que são elaborados a partir da posição do “[...] lexicógrafo que observa tanto o campo quanto a cidade [...]” (NUNES, 2002, p.109). Dessa forma, marca-se certa descontinuação no processo dicionarístico brasileiro, visto que até então a distinção era estabelecida em relação aquilo que era de fora – europeus e indígenas, brasileiros e portugueses.

Após o surgimento dos *dicionários monolíngues* há a produção de *dicionários bilíngues*, seguida pela emergência dos de complemento (regionalismos/brasilismos), dos de termos técnicos, na segunda metade do século XIX, e por fim, dos de língua portuguesa brasileiros, por isso os dicionários brasileiros são identificados como produtos do século XX, <sup>99</sup> período no qual foram desenvolvidas condições que possibilitaram a sua emergência propiciando o crescimento de publicações sobre o léxico brasileiro e a substituição da utilização e consulta dos dicionários portugueses, além disso, nesse período o que se buscava é uma legitimidade científica mais do que o estabelecimento do Estado e conseqüentemente da nacionalidade.

A descontinuidade entre a produção europeia e a brasileira de dicionários se revela a partir de alguns acontecimentos, são eles: a-) a elaboração de escritos lexicográficos na Europa tem como base textos antigos, já no Brasil o relato é responsável por fabricar os elementos que servirão ao saber dicionarístico - definições, comentários e outros; b-) a ausência de um corpus literário que possibilitou o surgimento dos dicionários como ocorreu em alguns países europeus; c-) não é uma língua morta que fornece as bases para o desenvolvimento da língua nacional, mas sim a

---

<sup>98</sup> Os indígenas são tomados como símbolos de uma nacionalidade, e o *tupi* era interpretado como a língua dos nossos antepassados.

<sup>99</sup> É nesse período que surge o grande projeto de publicação de dicionários no Brasil, trata-se do plano elaborado pela Academia Brasileira de Letras para produção de um dicionário da língua portuguesa brasileira.



língua indígena que com outras servirá de suporte para a língua brasileira; d-) há um vazio no tocante a presença de textos, autores e outros elementos que só eram difundidos na Europa, já que contava com uma imprensa e meios de circulação ainda inexistentes no Brasil; e-) a lexicografia brasileira é marcada pelo diálogo, visto que, o material, que constitui a base dos elementos lexicográficos, é composto por situações dialogais, além disso, muitos dos dicionários eram organizados a partir das conversações. (NUNES, 2006)

Portanto, a produção lexicográfica se desenvolve a partir de um fazer vagaroso que contempla décadas de definição, reificação e fixação do mundo. Acerca da produção do *Oxford English Dictionary*, por exemplo, “**foram necessários mais de setenta anos** para a elaboração dos doze volumes do **tamanho de pedras tumulares** que constituíram a primeira edição [...]” (grifo nosso) (WINCHESTER, 2009, p.32). Associando-o como uma “[...] uma obra verdadeiramente monumental – e, com muita pouca polêmica séria a esse respeito, ainda é visto **como um modelo de perfeição** [...]” (grifo nosso) (WINCHESTER, 2009, p.33).

Além disso, destaca-se a incompatibilidade entre o projeto lexicográfico e o produto dicionarístico, visto que

as metas dos que iniciaram o projeto, lá pelos idos de 1850, eram ousadas e louváveis, mas existiam indubitáveis desvantagens econômicas em seus métodos: levaria uma imensa quantidade de tempo para elaborar um dicionário com esses fundamentos, sua produção era lenta demais [...] **a obra enfim resultante se revelou excepcionalmente vasta e precisava ser mantida atualizada com acréscimos quase tão grandes quanto o volume inicial** [...] (grifo nosso) (WINCHESTER, 2009, p.34).

Nessa perspectiva, considerando que a dicionarização <sup>100</sup> resulta na produção de obras interpretadas como meros objetos para consulta e que a partir da seleção, organização e esquecimento objetiva fixar o conhecimento, a afirmação de Luís da Câmara Cascudo de que “[...] uma interpretação não é uma atitude **imóvel e definitiva** [...] **A vida aviva, apaga, retifica, substitui o que julgávamos permanente na hora da elaboração** [...]” (grifo nosso) (CASCUDO *apud* FERREIRA, 1986, p.17) coaduna com o pensamento desenvolvido pelo produtor do dicionário britânico, demonstrando que o produto lexicográfico se efetiva como uma espécie de “lembrete” de como a

---

<sup>100</sup> Dicionarização é o processo histórico-discursivo de constituição dos dicionários.

realidade foi construída em determinado período, concebendo-o como instrumento inacabado e, por isso, sujeito a um constante processo de reformulação.

“– O Dicionário do Folclore Brasileiro está terminado”,<sup>101</sup> dessa forma se inicia a redação da carta enviada por Luís da Câmara Cascudo para Augusto Meyer, no dia 17 de setembro de 1951. Aquela segunda-feira, na casa situada no número 377 da Rua Junqueira Aires, na cidade de Natal, assiste ao tilintar da máquina de escrever. Trata-se do professor provinciano<sup>102</sup> que naquele dia, em sua *Babilônia*, redige uma correspondência, ato corriqueiro se não fosse pelo fato de que a carta informaria a finalização e concretização, em dois grossos volumes, do projeto com o qual Luís da Câmara Cascudo esteve envolvido por mais de uma década resultante de “[...] pesquisa, viagem, buscas, livros raros [...]”<sup>103</sup> e que agora transpunha o mero interesse pessoal para atender a um objetivo grandioso, sendo produto “[...] seguramente indispensável [...]”<sup>104</sup> e obedecendo a uma “[...] fase intensa de atividade e interesse quase geral”.<sup>105</sup>

A publicação do *Dicionário do Folclore Brasileiro* surgiu a partir do convite de Augusto Meyer, literato sul-rio-grandense e diretor do Instituto Nacional do Livro, que em carta datada de 24 de agosto de 1943, sugere ao folclorista norte-rio-grandense o desenvolvimento de um projeto que vise à confecção de um dicionário, o que devido ao seu caráter enciclopédico<sup>106</sup> sugere uma possível retomada ao plano de publicação da *Enciclopédia Brasileira*, da década de 1930, e aos anseios da produção de uma obra com tais características, que fosse essencialmente brasileira. A proposta inesperada, tal como classificada por Luís da Câmara Cascudo, remetia ao momento no qual Augusto Meyer se encontrava, “[...] totalmente empenhado na *Enciclopédia Brasileira* e, como não tivesse, estava incluído do programa o *Dicionário de Folclore*, convidava-me a

---

<sup>101</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Augusto Meyer (Instituto Nacional do Livro). 17 nov. 1951. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>102</sup> Luís da Câmara Cascudo se intitulava um provinciano incurável, afirmando que tal característica “[...] constituiu-me uma fonte de informação, na mesma autoridade das outras, com a vantagem de não poder ser enganado pela imaginação da burla, podendo confrontar as notícias no processo da equivalência” (CASCUDO, 1967, p.249).

<sup>103</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>104</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>105</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>106</sup> Os verbetes que compõe um texto lexicográfico podem tanto remeter a uma unidade de língua quanto a uma descrição de coisas, sendo esse último composto por características enciclopédicas. Os viajantes e missionários foram responsáveis pela produção de obras lexicográficas com verbetes enciclopédicos, organizados de forma temática (NUNES, 2006). Entre as possíveis classificações do *Dicionário do Folclore Brasileiro* há a caracterização dessa obra como um dicionário enciclopédico, já que se detém a referência e descrição de coisas, se constituindo como um “discurso de coisas”. Assim, “ele enfatiza a historicidade das palavras e não seu significado, enriquecendo sua definição enciclopédica por citações de outros autores, trechos de obras” (CARVALHO, 2013, p.56).

elaborar esse volume. Eis como, realmente, este Dicionário tomou forma e vida teimosa” (grifo no original) (CASCUDO, 1954, p.24).

O desejo de produção de uma enciclopédia com características brasileiras, emerge e perdura no cenário nacional ao longo do século XX, refletindo a aspiração intelectual de sujeitos que ansiavam por “[...] metaforizar e condensar o Brasil em páginas impressas” (TAVARES, 2006b, p.16). Tal preocupação acompanhou a fundação e desenvolvimento do Instituto Nacional do Livro, anteriormente denominado de Instituto Cairú.<sup>107</sup>

Porém, após esse período, o Instituto Nacional do Livro passa a ter como incentivo principal de publicação, o *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Obra lexicográfica que atenderia aos desejos de indexar a cultura nacional, tal como a enciclopédia, sendo considerada como o único grande projeto de publicação<sup>108</sup> de Augusto Meyer durante a sua direção no INL. Augusto Meyer é identificado por Luís da Câmara Cascudo como padrinho *par droit naturel* do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, sendo responsabilidade do folclorista sul-rio-grandense a primeira publicação dessa obra lexicográfica.

A correspondência, de 13 de agosto de 1952, elaborada pelo Instituto Nacional do Livro a partir de Augusto Meyer, indica que o órgão passa por um processo de “[...] escassa verba que é destinada ao custeio de papel, impressão, composição e direitos autorais”,<sup>109</sup> por isso afirma que, a Seção da Enciclopédia e do Dicionário, apresenta limitações quanto à publicação do dicionário. O INL estaria, nesse período, envolvido na preparação de doze obras compostas por vários volumes, característica que acabou por esgotar as despesas para tais verbas. Nessa perspectiva, considerando que o INL identifica o dicionário enquanto pertencente à coleção intitulada “subsídios para a Enciclopédia”,<sup>110</sup> isto é, a produção lexicográfica de Luís da Câmara Cascudo auxiliaria na confecção do projeto da Enciclopédia Brasileira. O órgão sugere algumas condições quanto à compra dos direitos autorais da obra, tal processo se efetivaria a partir de três momentos, são eles: um valor que já foi pago antecipadamente ao folclorista, outra

<sup>107</sup> O Instituto Cairú foi criado pelo decreto-lei publicado em 13 de janeiro de 1937 e apresentou como finalidade principal a publicação da enciclopédia brasileira e do dicionário linguístico.

<sup>108</sup> Antes da publicação do *Dicionário do Folclore Brasileiro* o Instituto Nacional do Livro se engajava na confecção de obras lexicográficas semelhantes à produzida por Luís da Câmara Cascudo a exemplo do *Dicionário Popular de Brasileirismos*. Porém, nenhuma foi considerada tão célebre e próxima ao projeto da *Enciclopédia Brasileira* quanto à produzida pelo folclorista potiguar.

<sup>109</sup> MEYER, Augusto (Instituto Nacional do Livro). Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 13 ago. 1952. 04 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>110</sup> Idem, ibidem.

soma que seria paga quando os originais fossem recebidos e, por último, o pagamento quando a obra fosse publicada. O diretor afirma lamentar caso os termos não sejam aceitos e o dicionário seja entregue para outra editora, pois reconhece o "[...] real valor do seu 'Dicionário do Folclore Brasileiro' [...]". <sup>111</sup> Indica ainda a necessidade de uma resposta imediata, pois o INL estaria impedido de assumir outros compromissos, afirmação que sugere certa priorização na publicação do dicionário.

Posteriormente, em 04 de maio de 1953, o Instituto Nacional do Livro a partir da figura de Augusto Meyer, envia correspondência para Luís da Câmara Cascudo informando que a Seção da Enciclopédia e do Dicionário "[...] não pode assumir compromisso imediato para a aquisição dos direitos autorais do vosso Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Norte", <sup>112</sup> comunicação que revela a participação do folclorista em outra produção lexicográfica no mesmo período de confecção do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, o que possibilita identificar o direcionamento dos escritos cascudianos, desse período, para a elaboração dicionarística.

Em 23 de novembro de 1953 <sup>113</sup> Luís da Câmara Cascudo recebe outra carta do Instituto Nacional do Livro, assinada por Augusto Meyer, indicando que poderá utilizar um saldo orçamentário do órgão para pagá-lo pelos direitos autorais do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, sendo esse valor uma parcela adiantada do montante que seria pago em 1954, ano de publicação da obra. Para isso, menciona a necessidade de Luís da Câmara Cascudo redigir uma procuração que autorize o recebimento do valor e cumprimento das obrigações junto ao INL.

Augusto Meyer envia outra correspondência para Luís da Câmara Cascudo em 18 de março de 1954, indicando que a última parte do saldo final de pagamento pelos direitos autorais do *Dicionário do Folclore Brasileiro* está disponível. Menciona a necessidade de redação de um documento que autorize ao procurador "[...] praticar todos os atos necessários junto ao Instituto Nacional do Livro [...]", <sup>114</sup> visto que Luís da Câmara Cascudo encontrava-se em Natal. Além de mencionar que o dicionário segue para o processo de revisão tipográfica e que será publicado em volume único de 700 a 750 páginas.

---

<sup>111</sup> Idem, ibidem.

<sup>112</sup> MEYER, Augusto (Instituto Nacional do Livro). Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 04 mai. 1953. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>113</sup> MEYER, Augusto (Instituto Nacional do Livro). Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 23 nov. 1953. 02 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>114</sup> MEYER, Augusto (Instituto Nacional do Livro). Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 18 mar. 1954. 02 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

Em nota da segunda edição do dicionário, Luís da Câmara Cascudo identifica que o Instituto Nacional do Livro permaneceu responsável por tal obra realizando sucessivas edições, inclusive por meio do projeto de parceria com editoras brasileiras. Já sob a direção de José Renato Santos Pereira <sup>115</sup> em 1959, o instituto concedeu que o folclorista potiguar desse “[...] curso ao que possuísse” (CASCUDO, 1959, p.21), promovendo um acréscimo a partir da realização de novas viagens, leituras e trocas de correspondências. Além disso, na nota da quarta edição do dicionário, no ano de 1979 afirma que esse processo de reedição também foi realizado pelo INL que “[...] editou sozinho as três primeiras edições, animando-me ao esforço das indagações e leituras longas” (CASCUDO, 1979, p. 19), sendo essa edição resultante da parceria entre o instituto <sup>116</sup> e a Edições Melhoramentos. A presença constante do instituto no processo de reedição do dicionário, ao longo de duas décadas, sugere que mesmo sem grandes incentivos do governo federal, a partir dos anos de 1960, o INL continuou a se engajar na divulgação de obras que fomentassem um espírito de nacionalidade na sociedade. Após essa edição, o *Dicionário do Folclore Brasileiro* <sup>117</sup> parece se desvincular do Instituto Nacional do Livro e ter seu processo de reedição realizado por outras editoras.

Ao mencionar que “[...] já trabalhava num "Indicador" que a sua carta transformou em Dicionário”, <sup>118</sup> Luís da Câmara Cascudo atribui a si a origem do projeto que resultou na publicação do *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Assim, afirma que

comecei lentamente a pôr em ordem um temário do Folclore Brasileiro para simplificar as consultas pessoais. Lendas, mitos, superstições, indumentária, bebidas e comidas tradicionais, os santos favoritos do hagiológico nacional, os folcloristas, vinte e outros temas

---

<sup>115</sup> Anteriormente, quando dirigido por Adonias Filho, o INL passou por um crescimento significativo em seus setores, com exceção da seção da enciclopédia, já que pouco se avançou na publicação desse projeto assim como de outras obras com temáticas semelhantes. Porém, em 1956, quando José Renato Santos Pereira assumiu a direção do instituto, durante o governo de Juscelino Kubitschek, promoveu tanto a divulgação do processo de confecção da obra enciclopédica quanto autorizou que Luís da Câmara Cascudo realizasse a primeira reedição do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, além de confeccionar a *Revista do Livro*, periódico que circulou divulgando as publicações do INL, difundido entre 1956 a 1970. Funcionava como um meio de controle das publicações do instituto, sendo dividida em seções como a “INL: crônica”, “Livro e cultura”, “Resenha”, etc. Essa é apresentada por Clóvis Salgado como “[...] veículo de difusão e um campo aberto ao debate de ideias, sugestões e planos que visem ao desenvolvimento cultural do nosso povo” (SALGADO, 1956, p.01).

<sup>116</sup> Nesse período o INL era dirigido por Herberto de Azevedo Sales, escritor baiano, que assumiu a direção do instituto em 1974 e passou dez anos exercendo tal função.

<sup>117</sup> Até a quarta edição só a Edições de Ouro além do Instituto Nacional do Livro realizou a publicação da obra, sendo exclusividade do instituto o processo de reedição, já que a Edições de Ouro só realizou uma reimpressão da obra em formato de bolso.

<sup>118</sup> Idem, ibidem.

foram sendo **colocados em ordem alfabética**, com a indispensável bibliografia. (grifo nosso) (CASCUDO, 1954, p.24).

O discurso sugere tanto que o fichário temático já apresentava os elementos que formariam os verbetes, tais como as lendas, mitos e outros componentes, quanto revela o desejo de pôr o mundo em ordem alfabética, de nomeação e da consequente atribuição das palavras às coisas. Características fundamentais no processo de produção lexicográfica, daquilo que ele denominava como um “[...] labor interminável” (CASCUDO, 1979, p.12).

O *Dicionário do Folclore Brasileiro* é elaborado a partir das anotações realizadas por Luís da Câmara Cascudo ao longo de quase duas décadas, período no qual se dedicou ao registro de elementos pertencentes ao folclore brasileiro, devotando-se ao que ele denominava como estudo folclórico. Sobre a pesquisa, afirma que

**Procurei registrar bibliografia e também assinalar a possível fonte criadora.** Não haverá nada de mais discutível que este **debate erudito** de origem, mas era indispensável mencionar sua existência, para que a fixação passasse além do pitoresco e do matutismo regional (grifo nosso) (CASCUDO, 1954, p.26).

A análise do elemento folclórico seria desenvolvida em etapas subseqüentes, intituladas de *colheita*, *confronto* e *pesquisa de origem*, que, posteriormente, eram agrupadas nos verbetes que constituem o dicionário. Aos colaboradores, Luís da Câmara Cascudo indicava a necessidade de que fosse disponibilizada a procedência da informação, aconselhando os seus interlocutores a “[...] anotar a data, local e nome do informador, guardando o original [...]” (CASCUDO *apud* COSTA, 1969, p.72). Ao afirmar que a honra do folclorista reside na sua fidelidade, o potiguar tenta resguardar o saber da experiência com o manto da ciência, assim afirmava não admitir “[...] a colaboração espontânea, inconsciente e poderosa da própria imaginação [...]” (CASCUDO *apud* COSTA, 1969, p.72).

A *colheita* remetia a reunião das manifestações folclóricas, identificadas a partir das pesquisas etnográficas <sup>119</sup> que realizava, por meio das correspondências que chegavam de todos os “[...] recantos do Brasil [...]” (CASCUDO, 1979, p.19) ou ainda,

---

<sup>119</sup> As informações coletadas a partir do desenvolvimento dessas pesquisas são associadas àquelas obtidas por meio das leituras que realizava. Porém, para Luís da Câmara Cascudo os dados adquiridos a partir dos livros são classificados com uma importância reduzida se comparados àqueles conquistados por meio da convivência, por isso as obras cascudianas apresentam o traço memorialístico como característica recorrente.

a partir da transcrição de verbetes oriundos de outras obras como do *Vocabulário Pernambucano*, de Pereira da Costa, e da *Linguagem Médica Popular do Brasil* de Fernando São Paulo. Luís da Câmara Cascudo chega a mencionar, no prefácio da segunda edição do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, ter realizado modificações no texto graças ao acesso a “[...] notas, recortes de jornais que Monteiro Lobato dizia *inacháveis*, livros raros, folhetos esgotados, fotografias, trabalhos inéditos ou em via de impressão, fraternalmente comunicados, emprestados ou doados (CASCUDO, 1959, p.15). Os colaboradores identificados por Luís da Câmara Cascudo são responsáveis não só pela colheita de informações acerca das manifestações folclóricas, mas também são figuras necessárias ao desenvolvimento da fase subsequente.

Seguidamente era realizado o *confronto*. Trata-se do debate erudito, referenciado anteriormente, isto é, das noites e madrugadas de leitura e/ou pesquisa que passava na sua *Babilônia* acessando as obras dispostas nas estantes que a compõe e ainda por meio do material encaminhado por outros sujeitos. Movimento realizado por meio daquilo que ele denominava como *cartas perguntadeiras*, ou seja, correspondências enviadas para intelectuais situados em diversas regiões do Brasil destinadas ao compartilhamento de obras, esclarecimento de dúvidas, sugestões de leituras, identificações de similaridades e incoerências, e outras ações que possibilitavam realizar o confronto das informações obtidas na etapa anterior.

Em 05 de agosto de 1957, Carlos Drummond de Andrade redige carta a Luís da Câmara Cascudo, lamentando não ter material que sirva a antologia produzida naquele momento pelo folclorista. A correspondência remete ao pedido por informações relacionadas a "rêde de dormir" e em resposta Drummond indica um conjunto de obras e autores que podem ser consultados, afirmando que "se me lembrar de mais algum texto, escreverei para o seu endereço" <sup>120</sup>, comunicação que exemplifica a metodologia de construção das obras cascudianas, além de fazer referência ao dicionário publicado, naquela década, pelo escritor potiguar, indicando que o "[...] ‘Dicionário de Folclore’ é obra que está sempre sôbre a minha mesa, para consulta constante, e muito me tem valido". <sup>121</sup>

Tal fase garantia que Luís da Câmara Cascudo pudesse compor a bibliografia, apresentar ao longo dos verbetes as referências e indicar os colaboradores que

---

<sup>120</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 05 ago. 1957. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>121</sup> Idem, *ibidem*.

auxiliaram na execução da obra. Por fim, a última fase, intitulada de *pesquisa de origem*, refere-se à busca pela origem das manifestações folclóricas, pelo que denomina como “fonte criadora” seja em relação às informações coletadas ou a historicidade dos elementos folclóricos.

A busca pelas origens caracteriza a escrita de Luís da Câmara Cascudo e conduz o dicionário a uma pesquisa não “[...] limitada a constatação da **“curiosidade”**, mas exigindo-se indicação das origens” (grifo nosso) (CASCUDO, 1979, p. 19) e que não permita “[...] a **imaginação** <sup>122</sup> suprimir o documento” (grifo nosso) (CASCUDO, 1979, p. 19). Dessa forma, a concretização da fase de pesquisa pelas origens, atribui ao dicionário um caráter de veracidade, visto que ao afastar a sua produção de um interesse movido pela curiosidade e resultante de um movimento imaginário, há um alargamento da compreensão da obra lexicográfica como um discurso de autoridade e veracidade. Portanto, tal condição é reforçada porque além de ser resultado do trabalho de um autor consagrado, que realiza seus estudos movidos por uma busca pela “verdade”, é concebido a partir de fontes seguras que assim como Luís da Câmara Cascudo, se apresentam comprometidas com essa fidedignidade e passam pelo processo anterior de *confronto* das informações e por isso conferem a credibilidade necessária.

A autoridade e veracidade atribuídas ao dicionário contribuem na classificação de Luís da Câmara Cascudo enquanto um autor consagrado, processo que remete ao desenvolvimento de estudos relativos ao elemento folclórico. Nessa perspectiva, “Alma Patrícia foi sem dúvida nenhuma, o seu livro de estreia no campo intelectual, **mas a sua consagração dar-se-ia com o Dicionário do Folclore Brasileiro [...]**” (grifo nosso) (DRUMMOND *apud* FERREIRA, 1986, p.43). Assim, o escrito lexicográfico produzido pelo potiguar ao ser interpretado como uma representação concreta do folclore põe em funcionamento um discurso ideológico e, portanto, uma forma de ver e dizer o elemento folclórico.

Dessa forma, o dicionário é apontado como obra única, tanto pelo processo que a constituiu quanto pela maneira que define as palavras e as coisas, isto é, o modo de apresentar e significar tais elementos é próprio ao seu produtor. Ao *Dicionário do*

---

<sup>122</sup> A memória é um elemento que perpassa a produção cascudiana e no *Dicionário do Folclore Brasileiro* se apresenta, entre outras maneiras, por meio do registro das manifestações folclóricas conhecidas ao longo das vivências em diversas localidades do país. Luís da Câmara Cascudo interpreta a memória, mesmo com suas limitações, como uma cópia de determinado acontecimento, permitindo que os sujeitos reconheçam as origens, isto é, as raízes de determinados fenômenos. A única forma fiel de acesso a essa memória seria por meio da reminiscência, já que as demais seriam frutos da “imaginação”, que, por sua vez, estaria ligada a ideia de falsidade que, por isso, colocaria em risco a autenticidade de nossas lembranças.



*Folclore Brasileiro*, atribui-se também um valor científico, devido à possibilidade de comprovar no cotidiano do povo os aspectos folclóricos apresentados, portanto, Luís da Câmara Cascudo seria tanto um cientista quanto um intérprete da vida popular e coletiva, característica ressaltada pela mescla entre a sua formação erudita e o conhecimento popular adquirido que apresenta ao redigir os verbetes.

A noção de folclore desenvolvida estaria ligada aos conceitos de continuidade e identidade, visto que é interpretado como aquilo que nos constitui e que permanece. Assim, o folclore para Luís da Câmara Cascudo se apresentou como uma possibilidade de descobrimento do Brasil, movimento semelhante aquele desenvolvido por outros intelectuais, a exemplo de Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso,<sup>123</sup> do período que acreditavam que a realidade cultural do povo estava ameaçada pela chegada dos tempos modernos, por isso, a necessidade de preservação por meio dos folcloristas com o apoio do Estado. A “política da cultura” deveria ser guiada pelos interesses nacionais e sob ela era exercido um controle e supervisão por parte do governo que, por sua vez, seria responsável por garantir a qualidade daquilo que estava sendo produzido.

O folclore garantia a autenticidade que a identidade nacional, em seu projeto, almejava, por isso, ao longo desse período as manifestações folclóricas e os folcloristas ocuparam posições relevantes no cenário cultural. Assim, o interesse de destacar tal elemento como símbolo da nacionalidade e, por isso, como referência a uma identidade nacional permite que os objetivos dos folcloristas se relacionem com os do Estado. Pensamento que se relaciona diretamente com a elaboração do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, visto que, a produção dicionarística acerca de um idioma não garantia coesão e vínculo permanente, então, o melhor seria apoiar o desenvolvimento de um dicionário que abrange aquilo que é fundamento de coesão, isto é, a cultura vivida pelo povo, o folclore (ABREU, 2001).

Dessa forma, a ideia de unidade nacional seria construída por meio da cultura, trata-se de um elemento com características nacionais, mas que apresenta peculiaridades

---

<sup>123</sup> A aproximação com o folclorista cearense remete ainda ao fato de que ambos, de maneiras diferentes, se dedicaram a produção lexicográfica. Gustavo Barroso foi um dos responsáveis pela elaboração do dicionário intitulado de *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa*. A amizade estabelecida entre ambos é ressaltada na correspondência enviada por Luís da Câmara Cascudo a Mário de Andrade em 09 de maio de 1929, ao mencionar que “[...] Gustavo Barroso esteve aqui em casa. Passou um dia com a mulher e os garotos. Ficou contente como o diabo porque eu lhe disse que V. considerava os trabalhos dele insubstituíveis para o conhecimento do folclore do Nordeste brasileiro”. CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 09 mai. 1929. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

regionais. A diversidade regional iria contribuir para a unidade nacional, isto é, seria uma espécie de somatório que resultaria em uma uniformidade, por isso, desenvolve-se uma movimentação de artistas por todo o território nacional possibilitando que existisse uma integração regional pelo viés cultural.

Luís da Câmara Cascudo se opõe a noção de que o folclore é composto por manifestações mortas e exóticas, as modificações que elas sofrem seriam tentativas de manter o folclore vivo. Ao caracterizar o elemento folclórico como útil e vivo, além de vinculá-lo a uma pretensa identidade nacional, o folclorista demonstra a necessidade de interpretar tal prática como utilidade indispensável para a cultura nacional. Dessa forma, há nos folcloristas uma urgência em fazer algo para evitar que a cultura popular tradicional se perdesse.

O potiguar julgava que mudanças estruturais poderiam provocar o desaparecimento de alguns elementos folclóricos, porém tal perigo não deveria ser generalizado visto que ainda existiam resistências. Em suas obras, não há uma preocupação em responder os desafios da modernidade a exemplo de outros intelectuais, mas sim em descrever e entender as culturas antes que elas se extinguissem ou se descaracterizassem, processo que intenta realizar ao registrar o folclore nas páginas do *Dicionário do Folclore Brasileiro*.

### **2.3 O mundo das palavras e das coisas: caracterizando o dicionário e o sujeito lexicográfico.**

O dicionário remete a definição e fixação do mundo pelo discurso lexicográfico, é interpretado como aquele que realiza a passagem do não-saber para o saber, servindo não só aos especialistas, mas a qualquer sujeito que queira consultá-lo. Dessa forma, “[...] através do dicionário, ele tem acesso diretamente ao saber ‘a matéria científica universal’, sem a mediação de escolas e mestres” (NUNES, 2006, p.187), objetivando registrar o conhecimento do universo, partindo da nomeação da realidade a partir da identificação de diferenças e semelhanças. Porém, antes de se efetivar o ato de nomeação há o processo de categorização, ou seja, a percepção de traços distintivos. É por meio da categorização que foi possível ao homem associar conceitos às palavras.

Considerando que “[...] é impossível registrar tudo, ou quase tudo, e levando em consideração as limitações de uma obra impressa [...]” (BIDERMAN, 2006, p. 36), a produção dicionarística não é interpretada como um elemento natural, trata-se sobretudo

de um fazer que requer constância, precisão, coerência e uma essência de colecionador. Decidindo o que deve ser privilegiado, destacado, excluído e substituído, o sujeito lexicográfico constrói um instrumento linguístico que se configura como um repositório sociocultural interferindo na relação que o sujeito mantém com a língua e se caracterizando a partir das escolhas realizadas ao longo da sua feitura. Nessa perspectiva, o dicionário é um objeto incompleto,<sup>124</sup> em certa medida, devido à falha na tentativa de atribuição de um sentido único a palavra, já que isso resulta na constante investida de reformulação e complementação. Além disso, o produto dicionarístico não apreende o real, mas demonstra o desejo de falar sobre ele e, por isso, acaba projetando-o utopicamente indicando uma pretensão de designar as coisas e atribuir sentidos a elas.

A pressuposta completude que caracterizaria o dicionário é instrumentalizada, por exemplo, a partir da remissão dos verbetes, uso de citações e emprego dos exemplos com referências a outros autores, processo que instaura o imaginário de que tudo está representado nele, no caso do *Dicionário do Folclore Brasileiro* os termos relativos ao folclore. Além disso, a ilusão de abranger o real remete ao leitor projeções imaginárias dos elementos sobre os quais se produz as definições dicionarísticas, expressando a fantasia de que o real é acessível em sua totalidade ou, pelo menos, pode ser representado como tal. Assim, o dicionário institui a noção de que aquilo que ele descreve é domesticável, isto é, seria possível por meio desse instrumento dominar aquilo que ele referencia, seja a língua, o folclore, etc. Há ainda a fantasia de que o dicionário é um objeto neutro, sobretudo em relação às marcas ideológicas que vincula. Com isso, imagina-se que o material representado, no caso de Luís da Câmara Cascudo a cultura e o folclore, é homogêneo e sem falhas. Dessa forma, evita-se que o leitor desenvolva uma análise a partir do funcionamento dos sentidos empregados.

Outra ilusão proporcionada pelo dicionário é a da estabilidade dos sentidos, ou seja, tal escrito permite pensar que as significações atribuídas a cada verbete são fixas. Aparência que pode ser combatida pela metodologia empregada para investigação da obra, a análise do discurso, por exemplo, possibilita a quebra de tal ilusão, atentando para o movimento desses sentidos no discurso e remetendo as suas condições de produção. Portanto, o dicionário pode ser interpretado como um discurso que se constitui a partir das suas condições de emergência e que resulta em uma criação

---

<sup>124</sup> A incompletude do dicionário associa-se com o interesse comercial, pois não há disposição para investir dinheiro em uma obra que abarque a totalidade pressuposta, o processo de reedição/atualização dessas obras evidencia tal característica.

relacionada à sociedade e a história. Nessa perspectiva, interpretar os dicionários e outras produções lexicográficas como objetos discursivos, possibilita compreendê-los como documentos que não atendem a uma transparência, mas como modos específicos de se produzir conhecimento em conjunturas históricas estabelecidas e que elaboram determinados efeitos para os sujeitos.

Visto que, categorizar palavras é produzir efeitos de sentido (NUNES, 2006), os dicionários são constituídos por uma negociação de saberes que visa atender a uma unidade, possibilitando a construção de uma uniformidade de sentidos. Há o estabelecimento de um conhecimento que ressalta as diferenças entre as palavras e as coisas, que objetiva, por meio da interpretação da fala do outro, conhecer uma nova realidade. Assim, apesar de não serem objetos absolutos e completos do saber, o dicionário não é apenas um espaço de compilação de sentidos e palavras, mas um elemento de construção da ciência e da memória social que se efetiva a longo prazo por meio de retomadas, atualizações, etc.

A confecção de um dicionário contempla um caráter seletivo, pois se origina a partir da escolha do que deve ser lembrado e do que, conseqüentemente, será esquecido. Assim, a produção dicionarística lida constantemente com as redes da memória que, por sua vez, são retomadas, esquecidas e/ou transformadas. As próprias causas da dicionarização remetem a uma relação com a memória e o esquecimento. Por se configurarem como lugares de estabilização dos discursos, os dicionários acabam por se constituir enquanto objetos de arquivo e de construção de uma memória institucionalizada, tanto pela obra quanto por seus componentes, a exemplo dos verbetes no sentido de que já está organizada e posta.

Denomina-se *memória lexicográfica*, o campo da memória mobilizado pelos dicionários, inclusive pelos procedimentos que o instituem. Entre os indícios da memória lexicográfica há a menção a obras consultadas para a elaboração do dicionário. No *Dicionário do Folclore Brasileiro*, encontramos tal mobilização em verbetes como JOÃO, no qual são apresentadas as referências bibliográficas utilizadas na composição da definição, indicando inclusive a leitura de escritos do próprio Luís da Câmara Cascudo.

JOÃO -

[...]

**Luís da Câmara Cascudo (CONSULTANDO SÃO JOÃO, pesquisas sobre as adivinhações, Natal, 1949),** Gastão de

Bettancourt (OS TRÊS SANTOS DE JUNHO NO FOLCLORE BRASILEIRO, Ed. Agir, Rio de Janeiro, 1947), Veríssimo de Melo (SUPERSTIÇÕES DE SÃO JOÃO, Ed. Bando, Natal, 1949), Marisa Lira (FESTAS JOANINAS, comunicado à Comissão Nacional de Folclore, nº 29, 18-VI-1948), Alceu Maynard Araújo (OS MASTROS DE JUNHO, idem, nº 67, 20-XII-1948).

[...]

(grifo nosso)<sup>125</sup>

Além disso, os efeitos de memória podem ser apreendidos por meio da vinculação dos exemplos, do uso da pontuação, visto que é responsável por promover exclusões, ligações e inclusões. Elementos que associados com os componentes intertextuais - remissão de itens, verbetes, e outros – possibilitam que as relações de sentido nos dicionários sejam estabelecidas.

Interpretar o dicionário enquanto um discurso é considerar que esse estabelece significados na relação com os sujeitos que os produzem. Analisar o discurso de tal forma é considerar que ele é resultado das práticas exercidas, que por sua vez, são consequências de condições históricas específicas, o que permite compreender o dicionário enquanto produto histórico e, portanto, atentar para a sua historicidade, identificando as rupturas, continuidades e transformações no discurso que institui. Processo que permite realizar uma análise do dicionário a partir do que ele efetivamente é e não apoiado no modelo ideal e na sua, conseqüente, adequação ou inadequação a esse.

As condições de produção contemplam os fatores extralinguísticos, considerando o estabelecimento de uma relação entre a língua e a exterioridade, atentando para as posições imaginárias que os sujeitos atribuem para si – sujeito lexicográfico - e para o outro – destinatário/público-alvo. Tal categoria remete a dois caminhos, são eles: a-) um sentido específico, são as condições de enunciação que apresentam um caráter imediato, aparecem a partir dos seguintes questionamentos: Quem fala? O quê? Para quem? Em qual situação?; b-) um sentido amplo, trata-se das condições sócio-históricas, ideológicas e outras.

A discursividade dos dicionários abarca a compreensão da categoria de *interdiscurso (constituição)*, interpretada como a memória do dizer, isto é, considera-se

---

<sup>125</sup> JOÃO. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 3.ed. 2. vol. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1972, p. 35.

que, independentemente do enunciado, tudo já foi falado. Nessa perspectiva, nenhum discurso apresenta uma origem absoluta, todos remetem ao “já-dito”, a partir da seleção, retomada, reformulação, etc. No produto dicionarístico aparece a partir do emprego das citações, evocações e outros componentes, a entrada RODEIRO, no *Dicionário do Folclore Brasileiro*, evidencia tal característica, demonstrando que os verbetes produzidos por Luís da Câmara Cascudo apresentam marcas de uma *heterogeneidade discursiva e intertextualidade*, que podem ser identificadas a partir das referências a outros textos e da presença de outros enunciadores. Nesse verbete, a definição é composta apenas por uma citação de outro texto seguido de um comentário a partir do pensamento de outro autor.

#### RODEIRO -

“É o caso, por exemplo, do tremor de terra, que sacode, de quando em vez, a região da cachoeira do Itaboca. Para os caboclos daqui, aquele tremor de terra é produzido por uma arraia-gigante, do tamanho de um navio, chamada “rodeiro”, que, quando está zangada, vem à tona e engole os “motores” com a gente que está dentro” (**Lísias Rodrigues, ROTEIRO DO TOCANTINS, 271-272, ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1943**). Itaboca, no rio Tocantins, fica no Estado do Pará. Denominam “motores” às embarcações que têm um motor na popa. A arraia gigante do Tocantins corresponde ao Jacaré tiritiri manha, jacaré-mãe-terremoto, no Amazonas, provocando-o, quando se volta no fundo das águas, procurando outra posição. (**Stradelli**) (grifos nossos) <sup>126</sup>

Ao negar o “purismo” do discurso, tal categoria relaciona-se com a noção de *heterogeneidade discursiva* e, portanto, com a concepção de que as formações discursivas são complexas, constituídas a partir da relação que estabelecem entre si, seja de negação, adição, etc. Tal característica possibilita pensar que os discursos são dinâmicos, permeados por continuidades e interrupções, o que pode levar a formação do mesmo ou do diferente, e que a lexicografia se qualifica como uma prática de cópia e reformulação. A *heterogeneidade discursiva* se classifica a partir da *heterogeneidade mostrada*, quando no processo de dicionarização é evidente a presença de uma multiplicidade de discursos, processo identificado a partir da presença de citações e outros elementos que se referem a domínios discursivos diferentes, e da

---

<sup>126</sup> RODEIRO. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 3.ed. 2. vol. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1972, p. 557.

*heterogeneidade constitutiva*, quando se busca uma definição e concisão, nela não há marcas da anterior.

Além disso, a produção lexicográfica atende a critérios que abarcam a espacialidade e a temporalidade na qual se desenvolve, que podem ser compreendidas a partir dos processos de edições e reedições do dicionário. Dessa forma, as instituições são analisadas a partir da sua relação com o saber lexicográfico. O Ministério da Educação, por exemplo, quando criado, na década de 1930, objetivava promover a produção e circulação de dicionários para um público mais amplo.

A produção dicionarística esteve, desde a sua emergência, vinculada ao público que deseja atingir. Considerando isso, a partir do século XIX os dicionários passam a assumir atributos funcionais, visando tornar o seu uso cotidiano. Movimento que resulta no final do século XX na alteração da formatação desse objeto, trata-se de um processo de democratização do acesso ao dicionário motivado por interesses comerciais. Tal característica se fortalece no contexto atual, no qual sua finalidade está associada à busca por informações<sup>127</sup> e troca de conhecimentos na sociedade.

No prefácio da segunda edição, Luís da Câmara Cascudo parece realizar uma espécie de juramento, afirmando que os elementos ali presentes remetem aquilo que ele denomina como reflexos de um “espírito do povo”, além de sugerir que a destinação desse escrito também apresenta um caráter popular. Nessa perspectiva, se aproxima da noção de *dicionário popular*, possibilitando identificar que o discurso vinculado na obra remete aquilo que ele denomina como pertencente ao “povo”.<sup>128</sup> A noção de “popular” que perpassa essas obras é a de um discurso comprometido com o povo, que quando realizada por intelectuais identifica o seu produtor como guia e intérprete da vontade popular. Os dicionários populares podem ser agrupados em três grupos, são eles: o *dicionário sobre o povo*, o *dicionário para o povo* e o *dicionário do povo* (NUNES, 2006a).

O *dicionário sobre o povo* alude à produção lexicográfica desenvolvida no final do século XIX e é caracterizada por uma circulação restrita, ou seja, que é difundida entre especialistas. Além disso, apresentam uma natureza predominantemente

---

<sup>127</sup> Os dicionários se tornam meios propícios para tal atividade, visto que são interpretados como acumuladores de informações.

<sup>128</sup> O “povo” para Luís da Câmara Cascudo pode ser interpretado como aquele que conserva as suas tradições, que estabelece uma relação dupla com o folclore, já que para se conhecer um é preciso compreender o outro. Pensamento que aproxima tal grupo dos objetivos do dicionário, enquanto meio de preservação, e das políticas públicas destinadas à conservação dos elementos que remetem a uma tradição nacional.

complementar. O *dicionário para o povo* se aproxima das obras confeccionadas entre as décadas de 1930 e 1940, diferenciando-se das demais por serem destinadas a um público mais amplo e se constituírem como obras em si, isto é, sem relações de dependência com outras publicações. Já o *dicionário do povo* remete a produção da década de 1980 e se opõe aos dicionários gerais pelo distanciamento de uma língua erudita e por apresentarem uma linguagem acessível a um grupo específico.

O despertar para o desenvolvimento de dicionários populares remete a emergência da formulação de discursos sobre o povo, ou seja, tal produção lexicográfica tem como objeto o povo brasileiro. Apesar disso, o público-alvo desses escritos são círculos de especialistas, concernente à linguagem ou não. Tais obras buscam a apresentação de elementos brasileiros na medida em que pretendem estabelecer uma diferenciação de Portugal.<sup>129</sup>

Ao longo das décadas de 1930 e 1940 surge no cenário brasileiro um conjunto de dicionários destinados a um público mais amplo. Esses mantêm o discurso popular, tal como as obras anteriores, mas são acrescidos outros elementos. Só a partir de 1970 o dicionário popular passa a ser interpretado como uma obra composta exclusivamente de palavras populares, constituindo-se como um elemento popular que se opõe a uma cultura erudita e estabelece ligações com uma cultura oral. A produção lexicográfica desse período vincula um conjunto de discursos que busca estabelecer a construção de uma imagem para o que denomina como “povo”.

Os sujeitos lexicográficos que produzem os dicionários populares, interpretavam que o elemento popular não poderia ser compreendido a partir do discurso da ciência. Portanto, não seria condizente a elaboração de uma obra lexicográfica com tais características e por isso a necessidade de composição dos verbetes a partir de uma linguagem não científica e não culta.

O lexicográfico ocupa uma condição de locutor, isto é, de um lugar social do dizer, representando não a posição de indivíduo, mas o lugar que lhe permite falar, remetendo a relação instituída entre o saber e a sociedade. Assim, “o “eu” se respalda no lugar que lhe autoriza o dizer, atribuindo autoridade a este lugar e, por essa via, a si próprio enquanto locutor” (NUNES, 2002, p. 95). Nessa perspectiva, o sujeito lexicográfico não é considerado como algo empírico, mas sim como uma posição

---

<sup>129</sup> A elaboração de dicionários com elementos que buscam uma brasilidade desencadeia na produção dicionarística a formação de uma *função-autor* que não é mais portuguesa, mas sim brasileira (SIVERIS, 2015).



assumida pelo sujeito. Portanto, o escrito dicionarístico é interpretado como atravessado por várias posições desse sujeito, já que o léxico é dito pela voz de um narrador que nomeia, testemunha, compila, legitima e traduz. No discurso lexicográfico ele apresenta diversas vozes, são essas que “[...] avaliam, comprovam, refutam, estabelecem domínios de legitimidade” (NUNES, 2006, p. 83). Porém, as descrições, que compõe os verbetes, tendem a apagar tais vozes, apesar de serem elementos dominados pelas posições assumidas por essas, dessa forma, elas aparecem simuladas no discurso. Trata-se de uma tentativa de universalizar a posição do lexicógrafo.

Ao assumir a função de autoria, o lexicógrafo se responsabiliza pela composição dos exemplos, isto é, tais elementos partem dele, processo que se distingue do anterior no qual os dicionários consideravam as autoridades – historiadores, literatos, cientistas, e outros – como fontes de exemplos, portanto, a autoria do lexicógrafo nos exemplos é um recurso recente, além disso, a presença dessas unidades nos dicionários se configura como marca de ideologia. O *Dicionário do Folclore Brasileiro* apresenta uma mescla entre as formas de exemplificação, apresentando tanto um discurso que remete a outros sujeitos quanto aos elaborados pelo próprio produtor, como exemplo podemos citar a indicação de referências bibliográficas de sua autoria, processo que realiza em alguns dos verbetes que compõe a obra como em LOBISOMEM

LOBISOMEM -

[...]

**No GEOGRAFIA DOS MITOS BRASILEIROS** recenseei depoimentos sôbre o mito e suas origens e modificações clássicas. (ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1947)

[...] (grifo nosso) <sup>130</sup>

A análise dos verbetes permite afirmar que o sujeito lexicográfico assume uma função dupla, já que é ao mesmo tempo, aquele que interroga acerca da significação quanto o responsável por estruturar a resposta. Além disso, se colocam na posição de tradutores e intérpretes do discurso, que ao ser enunciado é retomado, traduzido e interpretado, levando os lexicógrafos a afirmarem, por exemplo, que “x” quer dizer “y”, processo que remete a ilusão de que o sujeito é a origem dos sentidos. Considerar que o

---

<sup>130</sup> LOBISOMEM. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 3.ed. 2. vol. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1972, p. 101.

lexicógrafo está autorizado a dizer que uma palavra X significa Y e não Z (NUNES, 2006) é acreditar que as palavras podem ter mais de um sentido. O lexicógrafo acaba por promover um confronto de discursos sentidos, o “deles” com o “nosso”, trata-se do duelo entre aquele que enuncia e o que enuncia e interpreta.

O lugar ocupado pelo lexicógrafo aparece no dicionário em situações específicas, mas também pode ser compreendido a partir do contexto mais amplo, analisando as situações conforme as circunstâncias históricas, ideológicas, etc. Os prefácios, por exemplo, se constituem enquanto materiais importantes para tal finalidade, porém, não são suficientes para analisar a posição ocupada por esse sujeito sendo necessário o complemento com o exame dos verbetes.

É durante o período de instrumentação da língua nacional que os prefácios passam por um período de auge, sendo responsável por “[...] instaurar a relação entre o lexicógrafo com os leitores [...]” (NUNES, 2006, p. 184). Esse é capaz de realizar uma mediação entre aqueles que leem e os que constituem o corpo de autores. É nesse momento que emerge um público dedicado a leitura dos dicionários, sobretudo a partir dos prefácios. Assim, no escrito prefacial “efetuando antecipações imaginárias, o autor formula, para cada um desses leitores, um discurso de aceitação do dicionário, dizendo a eles o que significa aprender a própria língua: o leitor é posicionado como aquele que de certo modo ignora sua própria língua e deve apreendê-la” (NUNES, 2006, p. 184).

Os prefácios são interpretados como textos introdutórios dos dicionários, possibilitando identificar a posição do lexicógrafo e as condições de produção do discurso. Há ainda uma construção de imagens dos leitores e dos dicionários, assim como a apresentação de um plano da obra. Os prefácios possibilitam a atribuição de sentidos, processo que é constantemente atualizado devido à atividade de reedição, são os responsáveis por contextualizar os dicionários a partir dos objetivos e autores, portanto, a sua ausência indica a perda da historicização pelos dicionários. Na maioria dos prefácios que compõe os escritos lexicográficos há um “silêncio autoral”, isto é, ou existem indicações de que é uma obra coletiva ou não há menções das marcas de autoria (NUNES, 2008).

A historicidade do verbete está marcada na materialização dele, isto é, por meio da apresentação das referências, definições, e outras, além disso, se constitui como um elemento que constrói uma imagem de sociedade permeada por identificações e silenciamentos. Os verbetes podem remeter tanto a uma unidade de língua quanto a uma descrição de coisas, sendo essa uma característica de um saber enciclopédico. Os

viajantes e missionários, por exemplo, produziam instrumentos lexicográficos compostos por verbetes enciclopédicos, seguindo uma ordenação temática. Só, posteriormente, com os jesuítas surgem os primeiros dicionários com elementos que remetem a língua.

O sentido dos verbetes não é considerado como estático e independente, sendo compreendido em rede, ao considerar sua relação com outros elementos, assim como não é interpretado como original visto que se parte da concepção discursiva da memória lexicográfica de que tudo “já foi dito”. A elaboração dos verbetes leva em consideração características como: a-) a presença de *marcas diferenciadoras*, isto é, maneiras de dizer a diferença, por meio da recorrência a termos que sugerem, por exemplo, que “x” também quer dizer “y”; <sup>131</sup> b-) *marcas condicionais*, ou seja, a significação se realiza por meio do estabelecimento de uma exigência, geralmente se efetiva por meio do emprego do “se”; d-) *marcas optativas*, isto é, o estabelecimento de conexões que acabam por demarcar as diferenças, sem as eliminar; e-) *marcas justificadoras*, são conexões apresentadas para justificar um uso/significação, a utilização do “porque” evidencia tal característica. (NUNES, 2008).

Os verbetes se constituem como elementos dicionarísticos que se diferenciam na forma como estruturam os itens, na extensão, na ortografia e outros. Além disso, podem se estabelecer enquanto carregados de adornos e pompas, que acabam por construir uma linguagem barroca para o dicionário. <sup>132</sup> No *Dicionário do Folclore Brasileiro*, o eruditismo cascudiano caracteriza a redação dos verbetes, apresentando-se por meio do uso de citações, definições e demais elementos em outras línguas, a exemplo do seguinte

#### LITERATURA ORAL -

[...]

Olli subridens hominum sator atque deorum  
vultu, quo caelum tempestatesque serenat,  
oscula libavit natae: dehinc tália fatur:  
Parce metu, Cytherea, manent immota

<sup>131</sup> Nas obras que apresentam uma linguagem especializada a relação de equivalência é praticamente inexistente, já que, em grande medida não há termo correspondente resultando em explicações do tipo enciclopédico.

<sup>132</sup> O uso de várias línguas na construção dos verbetes é característica desse movimento. Particularidade recorrente nos instrumentos léxicos produzidos no período colonial, ocorre posteriormente a passagem entre os dicionários compostos por um eruditismo barroco para o discurso nacionalista, do período iluminista, que busca clareza e precisão.

[tuorum  
 fata tibi. Cernes urbem et promissa Lavini  
 moenia, sublimemque feres ad sidera caeli  
 magnanimum Aeneam, neque me setentia.  
 [vertit.  
 Hic (tibi fabor enim, quando haec te cura  
 [remordet,  
 longius et volvens fatorum arcana movebo)  
 bellum ingens geret Italis, populosque  
 [feroces  
 contundete, moresque vivis et moenia po-  
 [net...

[...]

#### LA NOUVELLE -

ne se distingue pas non plus au fond du conte ou du roman. D'un l'usage ordinaire, c'est um roman de petite dimension dont le sujet est presente comme nouveau ou pen ancien, ou avec des détails inconnus jusqu'ici.

[...]

#### MITO -

mythus a graeco μύθος – fabula, fabulosa narratio. Dicitur mythus initio, significando verbum (fábula) quos opponitur rei [...] <sup>133</sup>

A entrada relativa à literatura oral, ostenta a utilização do latim, francês e grego na sua composição, chegando a misturar mais de um idioma no mesmo trecho, o que acaba por demonstrar a imagem do leitor construída pelo produtor. O público-alvo do escrito lexicográfico é sua condição de existência, já que desde o início do ato da escrita o leitor se faz presente, ou seja, há a formação de uma projeção imaginária da *função-leitor* pela *função-autor*. Portanto, o “leitor modelo” pode ser interpretado como colaborador do autor, já que é para ele que o texto é direcionado e graças a ele é passível de interpretação (RICKES, 2002).

No caso do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, há certa divergência visto que emprega componentes que o afastam do destinatário preterido por tal plano dicionarístico, isto é, o “homem-comum”. O saber popular, nesse escrito lexicográfico, passa a ser analisado a partir de fontes eruditas, citadas geralmente no original. O que pressupõe um leitor erudito “[...] um leitor que partilhe não só os mesmos interesses

<sup>133</sup> LITERATURA ORAL. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 3.ed. 2. vol. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1972, p. 96-98.

pelo povo e pelo popular, mas que partilhe o mesmo universo cultural que o folclorista, que domine a mesma erudição [...]” (ALBUQUERQUE JR., 2013b, p. 67-68).

A estrutura mínima que compõe os verbetes é concebida a partir de uma entrada seguida pelo enunciado lexicográfico, isto é, a definição, que, por sua vez, se organiza a partir da natureza da obra, influenciando na quantidade, distribuição e tipos de paradigmas apresentados. Há, portanto, uma relação de determinação e dependência entre a natureza da obra e a do enunciado lexicográfico. O conjunto das palavras-entrada, que integram os verbetes, remete a nomenclatura do dicionário. Nos primeiros escritos dicionarísticos, aqueles produzidos pelos jesuítas, não há a presença de palavras isoladas, mas sim de frases. Posteriormente, no século XIX, os naturalistas passam a elaborar obras lexicográficas que selecionam somente palavras.

O princípio da descrição que permeia a construção dos verbetes remete a tentativa de relacioná-lo a algo, a partir da identificação de similaridades entre esse e outros elementos, processo que o aproxima tanto de objetos pertencentes ao mesmo domínio quanto dos que integram outros domínios. As definições são permeadas por diferentes formações discursivas que acabam por pressupor um modelo de sociedade. O discurso dos verbetes tenta anular as nomeações com valores diferentes, ao mesmo tempo, em que as interpreta e representa, trata-se de um movimento que busca a estabilização do discurso considerando a instabilidade referencial que esse apresenta. O enunciator definidor é o responsável pela construção dos verbetes, processo que envolve mecanismos de seleção, no qual um elemento é preterido e outros são deixados de lado, assim como remetem a cenas definidoras que correspondem a diferentes situações e que evidenciam uma rede discursiva que, por sua vez, pode promover incoerências nas definições lexicográficas, pois há uma articulação dos discursos, invasão de discursos em outros, etc.

O emprego das citações, exemplos e outros elementos são utilizados para comprovar o que é dito na definição do verbete, portanto, são acréscimos que tanto complementam quanto comprovam.

VAQUEJADA -

Reunião de gado, nos fins do inverno, para o beneficiamento, castração, ferra, tratamento de feridas, etc

[...]

A primeira citação é de 1874, de José de Alencar no NOSSO CACIONEIRO:

“Espera-o, porém, de pé firme o vaqueiro, que tem por arma unicamente a sua vara de ferrão, delgada haste coroada de uma pua de ferro [...]”

[...]

Como o boi Surubim, o Rabicho da Geralda, a Vaca do Burel (fazenda no rio de São Francisco), o boi Mão-de-Pau, etc.

[...]

Euclides da Cunha registra a derrubada pela cauda: “O touro largado ou o garrote vadio em geral refoge à revista. Afunda na caatinga. Segue-o o vaqueiro [...]”<sup>134</sup>

A entrada VAQUEJADA, no *Dicionário do Folclore Brasileiro*, demonstra o uso desses componentes. Assim, a partir das citações de autores como Euclides da Cunha, José de Alencar, etc. e da exemplificação de lugares nos quais ocorre a vaquejada, Luís da Câmara Cascudo objetiva construir um discurso de autoridade acerca desse elemento cultural. Há, em tal obra, a construção de uma imagem do dicionário de autoridades estabelecida, em certa medida, na relação de fidelidade entre os autores e o dicionarista, assim, o “lexicógrafo aparece como um feitor dos ‘bons autores’ [...]” (NUNES, 2006, p.186). Além disso, a sua utilização remete ao processo de contextualização<sup>135</sup> desenvolvida no dicionário, evidenciando a historicidade desse escrito lexicográfico.

Assim, a definição, no dicionário, acaba por relacionar discursos de modo que constrói uma maneira de significar a sociedade, além de ser responsável por instituir uma tipologia para o dicionário, visto a correlação entre a tipologia das definições e a da obra lexicográfica. Um verbete pode apresentar sentidos múltiplos, mas para determinado conjunto discursivo poderá haver uma limitação de significados, o que irá definir é o universo do discurso no qual está empregado, se é necessário ampliar ou reduzir as possibilidades de significação.

As definições dicionarísticas são permeadas por diferentes formações discursivas que acompanham as transformações da sociedade. Há, por exemplo, o deslocamento dos *dicionários enciclopédicos*, que além de descrições, apresentam

<sup>134</sup> VAQUEJADA. In: *Dicionário do folclore brasileiro*. 3.ed. 2. vol. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1972, p. 754-755.

<sup>135</sup> As contextualizações são variáveis. Os jesuítas, por exemplo, objetivavam a catequização, por isso contextualizavam por meio do discurso religioso.

comentários, citações de autores e explicações revelando o desejo de falar das palavras e das coisas e diferenciando-se do *dicionário de língua* por remeter a formação entre um nome e uma coisa e não entre um nome e um nome, para os *dicionários de definição* que retiram os comentários enciclopédicos, reformulam as definições e se limitam a indicação de origem. O *dicionário de definição* acaba por apresentar um discurso homogêneo, sem a citação de autores, indicação de textos e outros procedimentos. Atende a critérios de transparência e concisão de modo que se forme um “[...] discurso universalizado” que ao se constituir acaba por “esquecer os discursos que a determinam” (NUNES, 2006, p. 191). Alterações que são advindas das modificações ocasionadas pelo advento das concepções iluministas, as prerrogativas desse período são responsáveis pela consolidação da imagem do dicionário como obra acessível aos leitores e destinada à consulta, devido às características de concisão e precisão.

Transformações que desencadeiam a emergência do discurso de evidência, isto é, da anulação dos “discursos sobre a coisa” substituídos pelo dizer da “coisa em si”, deslocando, por exemplo, o discurso religioso - centrado em Deus, na moral e virtudes - para o jurídico - focalizado no homem e nas suas ações, a finalidade natural, no qual os objetos são definidos sem a presença explícita dos sujeitos, para o uso tecnológico e outras transferências que acompanham a produção lexicográfica no Brasil.

As formações discursivas <sup>136</sup> mobilizadas na construção dos elementos definicionais instituem relações com a categorização cosmológica, isto é, associa a descrição das coisas com elementos da natureza – água, fogo, terra e ar - há ainda definições que levam em consideração critérios como o econômico, da ciência natural, da linguística e outros.

Os dicionários são categorizados a partir de três questões, são elas: a-) *impressionista*, remete a uma classificação a partir da exterioridade, distinguindo os dicionários, por exemplo, conforme o tamanho - pequeno, de bolso, grande, etc -, tal classificação é realizada pela própria editora, são critérios que também apontam para os elementos macroestruturais e que, por sua vez, influenciam na escolha dos leitores; b-) *funcional*, alude ao ofício aferido ao dicionário, relacionando-se, por exemplo, ao uso dos seus usuários - consulta, fins científicos, leitura aleatória, etc. – porém, tal metodologia acaba desconsiderando que uma obra pode atender a mais de um tipo de

---

<sup>136</sup> A formação discursiva determina o que pode e o que deve ser dito (PÊCHEUX *apud* FREIRE, 2014).

usuário, além de apagar as dificuldades em estabelecer um perfil desse sujeito; c-) *linguística* (MIRANDA, 2014).

Além disso, a categorização dos dicionários pode seguir uma identificação *tipológica*, isto é, o expoente lexicográfico dominante é responsável por determinar a classificação da obra, não atentando para a presença dos elementos periféricos. Método que elabora uma distinção entre os protótipos que classifica, identificando as obras de cunho informativo e as de cunho linguístico, sendo as primeiras interpretadas como marginais em relação às outras. Há aquela que abarca questões de *taxonomia*, permitindo que os escritos lexicográficos sejam classificados de acordo com um conjunto de traços identificáveis, além da que aponta para a ênfase do discurso, isto é, a relevância que confere ao significado ou significante. A multiplicidade de metodologias classificatórias, expressa a dificuldade em estabelecer uma categorização que seja universal devido, sobretudo ao caráter heterogêneo desses instrumentos.

Os *dicionários especializados* apresentam um vocabulário técnico-científico, os verbetes são selecionados por algum critério específico sendo responsável por promover uma comunicação mais efetiva e acentuada entre os especialistas, configurando-se como um instrumento de pesquisa. A construção dessas obras reúne vocábulos de alta frequência e atende a critérios monossêmicos, isto é, as entradas são correspondentes a um único conteúdo, eliminando possíveis ambiguidades. Os *dicionários de complementos/especializados* remetem ao emprego do vocábulo em questões socioculturais, visto que os verbetes são selecionados pela frequência e distribuição entre os sujeitos, trata-se, portanto, de um instrumento auxiliar para compreensão do texto e para conhecimento da língua em uma situação determinada.

Nos *dicionários de termos* a informação é exposta de forma delimitada e apresenta um conjunto de referências que é reconhecido por aquele que consulta a obra, processo que indica o direcionamento do público-alvo do dicionário. Isso resulta na não explicação de determinadas informações, visto que não seria necessário já que se pressupõe o conhecimento prévio do leitor. Escritos que se caracterizam por associar os termos a um conjunto de referências específicas, parte-se do pressuposto de que conceitos semelhantes devem ser individualizados, isto é, apresentar entradas diferentes e não gerar a subordinação de um termo a outro, como ocorre nos *dicionários de língua* nos quais algumas palavras são apresentadas subordinadas a outras, no *Dicionário do Folclore Brasileiro* há o direcionamento para a consulta de um verbete a partir da definição apresentada em outro, processo realizado, por exemplo, nas entradas TERÉM-



TÉREM e TERO-TERO, nas quais sugestiona a leitura da explicação apresentada anteriormente de QUERO-QUERO

TERÉM-TERÉM -

Ver QUERO-QUERO <sup>137</sup>

TERO-TERO -

Ver QUERO-QUERO <sup>138</sup>

Portanto, o *dicionário de termos* objetiva sanar possíveis dúvidas, trata-se de um produto imediato que parte de uma reflexão embasada teoricamente, que utiliza uma linguagem especializada pretendendo estabelecer definições e conceituações de termos, não remetendo a língua cotidiana, mas a uma linguagem especializada.

Apesar de se configurarem enquanto instrumentos dicionarísticos as obras de termos não remetem aos escritos lexicográficos, mas a produção terminográfica. Portanto, há dois modos de produzir obras dicionarísticas, o *estilo lexicográfico* e o *terminográfico* (BEVILACQUA, 2006), sendo a terminografia compreendida como uma lexicografia especializada, visto que abrange um *corpus* de estudo menor. A proximidade entre esses campos resulta no fato de que as regras da lexicografia são as mesmas que coordenam os termos. Porém, as diferenças remetem, sobretudo, ao ato de que para a primeira não interessa tratar todo o léxico da língua, mas uma delimitação dessa.

Os dicionários se organizam como produtos que se destinam a eliminar dúvidas, apresentando soluções imediatas. Considerando que os escritos lexicográficos reúnem o patrimônio em uma determinada época podemos afirmar que o *corpus* de referência do dicionário se modifica conforme a relação que a língua estabelece com a cultura e a sociedade em um contexto histórico determinado.

Nessa perspectiva, a confecção de obras como o *Dicionário do Folclore Brasileiro*, emerge em um estágio da produção dicionarística, a partir da década de 1940, marcado pelo despertar de um movimento de diversificação desse tipo de obra, além da busca pela consolidação de uma unidade nacional, seja a partir da língua, da

---

<sup>137</sup> TERÉM-TERÉM. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 3.ed. 2. vol. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1972, p. 686.

<sup>138</sup> TERO-TERO. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 3.ed. 2. vol. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1972, p. 686.

cultura ou de outros. Considerando isso, as fases iniciais da confecção de dicionários no Brasil proporcionam interpretar que obras desse gênero eram compreendidas como meios de elaboração de uma identidade seja ela nacional ou regional. Característica que, por convergir com os princípios do Estado Novo, elucida a importância que é conferida a produção de dicionários no Brasil durante a atuação do Instituto Nacional do Livro no governo varguista.

Inicialmente, as manifestações culturais, entre elas o folclore, eram interpretadas como instrumentos que visavam satisfazer um gosto pelo exótico e bizarro, compreendidos como erros e atrasos. Posteriormente, quando o movimento romântico os apreende como objetos de análise, esses elementos foram classificados a partir de uma visão positiva e acolhedora. Ainda associados ao exotismo, tais aspectos são conhecidos a partir da substituição das viagens para terras longínquas por aquelas realizadas dentro da própria região, objetivando a identificação de símbolos de autenticidade.

No Brasil, o período mais próspero no desenvolvimento de pesquisas folclóricas remete as décadas de 1940 e 1950, momento marcado tanto pela atuação da Comissão Nacional do Folclore quanto pela Campanha em Defesa do Folclore Brasileiro que estabeleceram transformações no cenário cultural nacional, possibilitando que intelectuais brasileiros formassem um movimento organizado e influente em torno de um discurso ideológico de construção da cultura nacional. Porém, a aproximação que Luís da Câmara Cascudo mantém com tal elemento desencadeia certo afastamento do movimento folclórico entre as décadas de 1940 e 1960, já que passa a se dedicar a temas diferentes daqueles estudados por outros folcloristas além de desenvolver exercícios de comparação que não se restringiam ao Brasil, metodologia que destaca a sua formação erudita e o uso que fazia dessa em suas produções.

O movimento folclórico realizava ações objetivando angariar a atenção da opinião pública para o desenvolvimento de suas atividades, por isso a necessidade de realização de congressos em diversas regiões do país. Além disso, os eventos executados possibilitavam a construção de redes de sociabilidade entre os folcloristas, proporcionando tanto o compartilhamento de informações quanto a identificação de elementos que pudessem ser utilizados como símbolos de uma identidade nacional.

Ao transpor alguns dos estados brasileiros criando comissões locais, o movimento folclórico passou por um processo de expansão, ampliando o número de pesquisas realizadas e as possibilidades de preservação do folclore brasileiro. Ao

ingressar na Comissão Nacional do Folclore os intelectuais regionais adquiriam a unidade necessária para o diálogo em torno da produção de estudos folclóricos, já que o campo intelectual embrionário de algumas áreas encontrava dificuldades no desenvolvimento de pesquisas acerca do folclore, sobretudo pelo distanciamento do eixo de discussões em torno desse elemento (VILHENA, 1995).

Nessa perspectiva, o folclore passou a circular com maior intensidade no cenário cultural em meados do século XX, quando o Movimento Brasileiro Folclórico<sup>139</sup> emerge e passa a executar ações objetivando tanto o enaltecimento do seu objeto de estudo quanto à institucionalização desse campo. Luís da Câmara Cascudo ao sugerir que “o Congresso do Folclore acudiu um pouco de curiosidade”,<sup>140</sup> indica que sua inserção no movimento folclórico e consequente participação no Congresso do Folclore de 1951 proporcionou que a divulgação do projeto do *Dicionário do Folclore Brasileiro* fosse realizada antes mesmo da obra ser finalizada e comercializada pelo Instituto Nacional do Livro, indicando-o como produção lexicográfica “[...] útil como apontador de horizonte”.<sup>141</sup>

A postura intelectual de Luís da Câmara Cascudo, Mário de Andrade e outros indivíduos que desenvolveram ações junto ao INL convergiam ao identificar na vertente folclórica o caráter autêntico da cultura nacional, são intelectuais responsáveis por nos identificar como brasileiros, e que, por isso, nos conferem uma identidade nacional.<sup>142</sup> Portanto, há uma associação entre os folcloristas e o Estado em um processo de colaboração mútua, a partir do desenvolvimento de estratégias para preservação e constituição de uma identidade cultural para o país. Assim, o folclore era interpretado, pelo governo varguista, como possibilidade de compreender o nacional e as singularidades que o caracterizam, sendo interpretado, por esse discurso, a partir dos princípios da identidade e permanência, pois seria aquilo que nos constitui enquanto brasileiros e que existe a partir de uma continuidade.

---

<sup>139</sup> O Movimento Brasileiro do Folclore iniciou-se na década de 1940 a partir da criação da Comissão Nacional do Folclore e de seu desmembramento em comissões estaduais. O folclorista Renato Almeida, presidente da organização, e outros intelectuais se dedicaram a realização de seminários e outros eventos que objetivavam a valorização do elemento folclórico.

<sup>140</sup> MEYER, Augusto. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 17 nov. 1951. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>141</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>142</sup> A busca de Luís Câmara Cascudo pelos elementos nacionais que representassem a identidade do brasileiro não remete a um movimento de teorização em torno desse, mas de identificação, registro e preservação.

A aproximação que o folclorista potiguar realiza com o movimento político desse período não pode ser interpretada como um ato inaugural em sua trajetória intelectual, visto que anteriormente demonstrou afinidade com determinados regimes políticos, a exemplo da Ação Integralista Brasileira (AIB).<sup>143</sup> A associação com tal organização ocorre ao longo da década de 1930, quando atuou ativamente e chegou a ocupar o posto de chefe local. A participação que desempenha refere-se a um período no qual as ideologias nacionalistas circulavam com agilidade e destreza entre os meios intelectuais.

Intelectuais como Luís da Câmara Cascudo, passaram a se engajar nesse movimento atuando não só nas reuniões como também na produção de artigos sobre o assunto, com discussão direcionada para o desenvolvimento de temáticas que “[...] tratam não somente da doutrina pliniana, mas, ainda, do marxismo-leninismo, do comunismo estalinista, educação e moral comunista, filosofia chinesa, cinema, música, história do Brasil, fascismo e nazismo” (CORTEZ, 2002, p. 02). Durante o início do século XX, o escritor potiguar tanto publicou em periódicos relacionados ao integralismo, como no jornal *A Offensiva*,<sup>144</sup> quanto apresentou em suas obras uma simpatia pelos ideais de tal organização, nas quais fazia referências constantes as relações que estabeleceu com os líderes da AIB, a exemplo de Plínio Salgado.

O discurso integralista converge com o pensamento cascudiano na medida em que indicava uma negação do elemento estrangeiro, compreendido como um mal ao nacionalismo e que, por isso, deveria ser combatido. Além disso, os integralistas consideravam necessário o empreendimento de uma mudança radical no comportamento da sociedade brasileira, que seria efetivada com o auxílio de uma revolução cultural coordenada por um grupo de letrados que, por sua vez, desempenhariam as suas funções visando o desenvolvimento do nacionalismo brasileiro, como a busca por novos adeptos, a elaboração de propagandas com caráter persuasivo e o resgate das práticas conservadoras.

---

<sup>143</sup> A Ação Integralista Brasileira é identificada como um movimento de extrema-direita “fundado sob o lema “Deus, Pátria e Família”, [...] caracterizou-se por possuir um pensamento tradicionalista, conservador e cristão, além de ser caracteristicamente um movimento com uma organização hierárquica, patriarcal e autoritária” (TORQUATO, 2008, p. 24). O movimento integralista se formou a partir de um grupo de estudos sediado em São Paulo denominado de Sociedade de Estudos Políticos (SEP), composto em sua maioria por membros do alto-clero brasileiro e da política oligárquica.

<sup>144</sup> Periódico publicado no Rio de Janeiro e responsável por divulgar notícias sobre o movimento integralista no Brasil. Inicialmente, só podia ser adquirido por meio de assinatura e sua existência era associada à necessidade de angariar fundos para o pagamento de funcionários e para propagação dos ideais integralistas.

Na Ação Integralista Brasileira a cultura era vislumbrada como o instrumento de uma revolução que seria responsável por inaugurar uma política no Brasil. Portanto, seria uma possibilidade para os intelectuais obterem reconhecimentos que até então não lhes eram conferidos, visto que eles seriam os portadores do conhecimento necessário para conduzir o povo. O discurso, caracteristicamente nacionalista, e a construção de redes de sociabilidade possibilitou que Luís da Câmara Cascudo e outros intelectuais próximos ao movimento integralista ocupassem, posteriormente, postos nas comissões do Instituto Nacional do Livro e/ou desenvolvessem ações junto a essa instituição e ao governo varguista.

Ao caracterizar o folclore como símbolo de uma nacionalidade e meio possível para o desenvolvimento de uma identidade nacional, Luís da Câmara Cascudo e outros folcloristas abrem caminho para que os interesses desse grupo se relacionem com os do Estado Novo, já que o folclore garantiria a autenticidade que tal projeto político tanto almejava, assim como durante o movimento integralista o folclore convergia com o “[...] ideário de tradição, nação e autoritarismo” (OLIVEIRA, 2012, p. 86).

No Brasil ao longo do século XX o folclore se desenvolve em torno da atuação do movimento folclórico, que a partir das ações empreendidas junto ao poder central instaura no grupo intelectual folclorista um desejo de construção de uma imagem nacional unificada, possibilitando a realização de convites para que alguns dos folcloristas abandonassem seus projetos em torno das elites locais e desenvolvessem estudos acerca da cultura folclórica de suas regiões.

Dessa forma, assim como vislumbrava na Ação Integralista Brasileira a possibilidade de reconhecimento, Luís da Câmara Cascudo parecia almejar que com a aproximação do governo varguista a oportunidade de angariar espaço para suas publicações fosse ampliada. Aspiração que acaba se efetivando já que foi durante esse período que o folclorista conseguiu publicar uma série de livros financiados pelo poder central, entre esses aqueles destinados à exaltação de figuras públicas e ao desenvolvimento de temas relativos à cultura nacional, como o *Dicionário do Folclore Brasileiro*.

Vínculo que se estabelece a partir da troca de correspondências com sujeitos pertencentes aos círculos institucionais como Augusto Meyer, possibilitando que, por meio da prática missivista, o folclorista não só efetivasse suas práticas de pesquisa, mas também criasse redes de sociabilidade e exercesse relações de poder.

### 3 – “A SABEDORIA LEITORA E PERGUNTADORA”: ENTRE PRÁTICAS DE PESQUISA E MECANISMOS DE ESCRITA

Considerando que, entre outras questões, as correspondências se constituem como espaços de partilha que possibilitam não só abarcar uma variedade de discussões a exemplo da inserção dos seus produtores e/ou receptores no debate intelectual, mas também atentar para aqueles que são referenciados direta e/ou indiretamente, o capítulo intitulado “*A sabedoria leitora e perguntadora*”: *entre práticas de pesquisa e mecanismos de escrita* buscou refletir acerca da execução do projeto dicionarístico realizado por Luís da Câmara Cascudo a partir da identificação das *cartas perguntadoras* como práticas de pesquisa e método de construção de redes de sociabilidade com outros intelectuais, sendo essas necessárias para o

[...] desenvolvimento de ideias e sensibilidades. Para escrever, pintar, compor, etc., o intelectual precisa estar envolvido em um circuito de sociabilidade que, ao mesmo tempo, o situe no mundo cultural e lhe permita interpretar o mundo político e social de seu tempo. Por isso, afirma-se que não é tanto a condição de intelectual que desencadeia uma estratégia de sociabilidade e sim, ao contrário, a participação numa rede de contatos é que demarca a específica inserção do intelectual num mundo cultural. Intelectuais são, portanto, homens cuja produção é sempre influenciada pela participação em associações, mais ou menos formais, e em uma série de outros grupos, que se salientam por práticas culturais de oralidade e/ou escrita (GOMES, 2004, p. 51).

Nessa perspectiva, inicialmente, atentamos para o uso que Luís da Câmara Cascudo faz dessas correspondências no processo de construção do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, possibilitando por meio dessa análise revelar ainda a relação que o folclorista potiguar estabelece com o *outrem*, o que permite a compreensão do atravessamento de discursos e sujeitos no produto dicionarístico. No tópico intitulado *As cartas perguntadoras: a construção de uma rede de sociabilidade*, abordamos a constituição das cartas que trocou com inúmeros intelectuais o período de elaboração do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, interpretando-as a partir da noção de *compreensão ativa* (BAKHTIN, 1992), tal categoria permite compreendê-las como um espaço de presença do discurso do outro, no qual “[...] se adota simultaneamente, para com esse discurso, uma atitude responsiva ativa: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente),

completa, adapta, apronta-se para executar" (BAKHTIN, 1992, p. 290)<sup>145</sup> e, por isso, assimilar a presença do discurso do outro no discurso daquele que fala, já que cada palavra ao ser pronunciada revela uma história da sua existência, visto que as palavras não falam por si, mas pelo outro.

Além disso, a presença de uma constante referência ao outro, no discurso produzido a partir do dicionário, proporciona identificar os papéis desempenhados por esses colaboradores na confecção do projeto folclórico vinculado pelo *Dicionário do Folclore Brasileiro*, assim como, a função que exercem na constituição de Luís da Câmara Cascudo como autor e na forma que sancionam e autorizam a construção de narrativas acerca do elemento folclórico. Perspectiva discutida no tópico *Luís da Câmara Cascudo percorre o Brasil: as vítimas indefesas como fontes colaboradoras do dicionário*, que considera a noção proposta pelo linguista russo acerca do *dialogismo*, como possibilidade de pensar o discurso como aquele que incorpora o já-dito, não se constituindo como uma mera reprodução ou encontro com o discurso alheio, mas como meio de reelaborá-lo (BAKHTIN, 1993), nessa perspectiva, o debate permeia a rede de sociabilidade que construiu com sujeitos como, por exemplo, Mário de Andrade, Renato Almeida, José Bento Renato Monteiro Lobato e outros.

A palavra, ao ser interpretada enquanto um espaço de interação entre o “eu” e o “outro”, permite compreender que a linguagem é formada a partir das relações sociais, de forma que o homem está sempre situado na fronteira entre esses pares, pois “[...] olhando no interior de si, ele olha nos olhos do outro ou através dos olhos do outro [...]” (BAKHTIN *apud* RICKES, 2002, p. 56), isto é, há a presença do “discurso do outro” no discurso daquele que fala, na medida em que a análise da enunciação oportuniza revelar a historicidade da sua existência. Tal concepção acaba por promover tanto um confronto de valores sociais quanto de vozes.

Por fim, considerando que o nome do autor é responsável por evocar uma memória e produzir sentidos para o sujeito identificado, no tópico “*Um sujeito em dois grossos volumes*”: *a problematização em torno da função-autor* a discussão, realizada a partir do desenvolvimento de eixos de argumentação, se estabelece acerca do processo de autoria desse dicionário, a partir da funcionalidade desenvolvida pelo uso da *função-autor* no discurso dicionarístico. Além disso, objetivamos examinar alguns dos procedimentos de escrita empregados na confecção da obra, a exemplo dos

---

<sup>145</sup> O “outro” é aquele produzido pelo discurso, isto é, o “outro discurso”, dessa forma, o “eu” é sempre desconhecido (BAKHTIN, 1993).

*comentários*, interpretados como mecanismos de reconhecimento realizado por meio de repetições e retomadas discursivas e responsáveis por inserir o texto e/ou nome em uma ordem discursiva, o que acaba por lhe conferir um caráter de autoridade (FOUCAULT, 2002), assim, o capítulo interpreta tanto as práticas de pesquisa quanto as estratégias de escrita.

### **3.1 As cartas *perguntadeiras*: a construção de uma rede de sociabilidade.**

A prática escriturística “assumiu valor mítico nos últimos quatro séculos reorganizando aos poucos todos os domínios por onde se estendia a ambição ocidental de fazer sua história e assim fazer história” (CERTEAU, 1994, p. 224), por isso, a tentativa de controle da oralidade, já que somos uma coletividade que se consolida e organiza por meio da escrita <sup>146</sup>, sendo essa utilizada por todos de forma direta e/ou indireta. Em uma sociedade grafocêntrica, quanto maior a familiaridade com a escrita, maior será a emancipação e autonomia do sujeito, processo que acaba por construir um conjunto de desigualdades entre os que sabem ler e/ou escrever e aqueles que não dominam tais técnicas.

Considerando que a cultura escrita compreende “desde o livro ou o jornal impresso até a mais ordinária, a mais cotidiana das produções escritas, as notas feitas em um caderno, as cartas enviadas, o escrito para si mesmo” (GASTAUD, 2009, p. 13), podemos conceber a escrita epistolar como uma prática <sup>147</sup> da cultura escriturística que se desenvolve em um momento no qual a cultura é cada vez mais penetrada pelo escrito e se amplia na medida em que o sistema de alfabetização cresce. Em um universo grafocêntrico, isto é, na qual a cultura da maioria é penetrada pelo escrito, a correspondência se configura como possibilidade de acesso ao domínio escrito, sendo as práticas missivistas <sup>148</sup> reflexos do desejo de ser aceito em uma sociedade escriturística,

---

<sup>146</sup> A palavra possui uma autoridade que tanto é desejada quanto temida, e a escrita se configura como instrumento de poderes, sendo uma das principais evoluções da sociedade ocidental, mesmo que, inicialmente fosse alvo de inseguranças e, por isso, objeto de censura e controle (CHARTIER, 2014).

<sup>147</sup> Interpretamos as práticas de escrita como “los testimonios específicos donde se expresan los usos y funciones atribuídas al escrito” (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 109).

<sup>148</sup> Movimento que se exemplifica na intensificação da produção e acesso aos manuais de escrita epistolar que caracterizam alguns períodos históricos como a Idade Média e o século XIX, revelando ainda o desejo de diminuir a distância entre aqueles que dominam as habilidades para a escrita de uma carta e os que não dominam. Apesar da modernidade não ter se interessado na confecção de obras que orientassem a escrita de cartas, o meio acadêmico concede um posto privilegiado para as correspondências ao interpretá-las como objetos de pesquisa.



de adequar-se à cultura escrita e usufruir dos poderes atribuídos a essa - de produzir, publicizar, divulgar e distribuir um texto, além do acesso aos livros e conhecimento.

As correspondências se configuram como espaços nos quais não há homogeneidade, sendo permeadas por formações discursivas distintas que perpassam debates de ideias, pedidos de favores, compartilhamento de projetos e outros conteúdos que podem abarcar a trajetória intelectual de um sujeito. Caracterizam-se, por isso, como documentos recorrentes em arquivos particulares,<sup>149</sup> apresentando características privadas e públicas, pessoais e relacionais, e refletindo práticas de sociabilidades.

Além disso, a escrita epistolar se qualifica como um processo de arquivamento, visto que, no momento que os sujeitos passam a organizar suas vidas em papéis, há o início de uma construção da sua memória, movimento que acaba por induzir a elaboração de sua posterioridade. No caso dos intelectuais a construção, nas correspondências, de uma ordenação dos acontecimentos e sujeitos a partir de linearidades, continuidades e coerências em sua trajetória realiza uma espécie de traço da sua biografia e estabelecimento do seu lugar social; por isso, há inúmeros silenciamentos o que refuta a ideia de que as missivas arquivadas refletem uma verdade a respeito do intelectual, manifestando uma pretensa memória individual concreta desses sujeitos, visto que, a imagem que um sujeito fabrica de si pode ser transmitida por meio da conservação de papéis e livros.

Assim, a ilusão de veracidade na escrita missivista é confrontada com a concepção de que nem sempre os fatos relatados nas correspondências remetem a uma situação real, isto é, em alguns momentos dados são omitidos e/ou ficcionalizados, já que muitos buscam contar o que gostariam que tivesse acontecido e não de fato o que aconteceu, além de remeter também a omissão dos acontecimentos devido a possíveis reações do destinatário.

A emergência do século XVII atribui à carta a liberdade necessária para que fosse permitido escrever “à sua maneira”, interpretando-a como produto inventivo e opondo-se a uma escrita premeditada, o que altera a associação da prática epistolar a um gênero normatizado passando a compreendê-la como uma espécie de “antigênero”. O século XIX acaba por direcionar a carta ao espaço íntimo, ligada a eclosão de diversas formas de escrita de si e, por isso, revestindo-a com a ânsia por privacidade. Com o

---

<sup>149</sup> Nem todos os documentos que compõe um arquivo privado podem ser classificados como privados, ou seja, muitos são de dimensão pública por remeterem ao exercício de funções públicas.

século XVIII a prática missivista, tornou-se terreno propício ao desenvolvimento de um pensamento em progresso, assim, a carta “[...] afirma-se como o meio essencial de todos os grandes debates que marcam o século, e impõe-se como o indispensável instrumento formal de uma vasta reflexão epistemológica” (DIAZ, 2016, p. 48). No século XIX tornou-se mais difícil mencionar a existência de um gênero epistolar devido às heterogeneidades que passam a compô-lo, trata-se de uma escrita que ignora as fronteiras, perpassando uma multiplicidade de gêneros.

A escrita epistolar transita do gênero retórico para o gênero poético graças ao emprego das correspondências em romances literários, constituindo uma espécie de “gênero de fronteira”, ou seja, como aquela que migrou do âmbito do discurso para o literário, concepção que acaba por interpretá-la enquanto à margem da literatura, porém, elas são consideradas como gênero literário apesar de não existir necessariamente uma intenção artística na sua criação. Transferência que continua abarcando a narração como parte do desenvolvimento da carta, de forma que se busque responder a indagações anteriores, caracterizando-a como uma forma essencialmente dialogada. Deve-se dizer escrevendo o que se diria conversando, concepção de que a troca de cartas pode ser interpretada como uma forma de conversa, pensamento que permeia muitos escritores, a exemplo de Monteiro Lobato com quem Luís da Câmara Cascudo se correspondeu.

Portanto, a importância das cartas não abarca uma continuidade, há períodos em que houve o desenvolvimento do gênero e em outros a compressão. O momento de efervescência na troca de correspondências remete aos séculos XI e XII, nos quais tais práticas se intensificam já na época seguinte há a emergência de um movimento de retraimento. Processo que desencadeou transformações na funcionalidade das cartas, visto que a estrutura política vigente influi nas dimensões dessas mensagens. Em contextos históricos anteriores, por exemplo, as mensagens privadas e/ou confidenciais eram transmitidas de forma oral e as cartas cabiam a finalidade de comunicação e/ou representação entre as pessoas, já que a noção de confidencialidade das correspondências só adquire importância quando se manifesta a noção de vida privada.

<sup>150</sup> A confidencialidade preterida entre os correspondentes remete ao desejo de estabelecer um território privado, isto é, a formação de espaços íntimos que devido à

---

<sup>150</sup> Apesar de remeter a Antiguidade o conceito de privacidade só adquiriu consistência em tempos bem recentes, no século XIX. Remetendo, anteriormente, a uma privacidade não conceituada e exercida a partir dos usos e costumes, diferenciando-se da noção de vida cotidiana e opondo-se ao público, localizando no plano doméstico, intimidade e familiaridade o espaço por excelência de manifestação da vida privada (DUBY *apud* VAINFAS, 1996).

privacidade permitem que os sujeitos falem de si, significando ainda a formação de um vínculo que só diz respeito ao destinatário e ao remetente, funcionando como uma espécie de *pacto de privacidade*, que ao ser estabelecido permite vislumbrar afirmações que os sujeitos dificilmente fariam na vida pública.

Além disso, o contexto histórico influencia não só no conteúdo da carta, mas também na sua recepção. Dessa forma, as funções e a qualidade das cartas variam conforme a delimitação histórica, caracterizando-a como gênero heterogêneo, por apresentar tanto uma variedade de formas quanto de atributos. Particularidade que a torna passível a diferentes usos e a afasta da noção de unidade, portanto, as cartas são sinais de um momento e responsáveis por fixar uma experiência no tempo e no espaço.

Há três tipos de classificação das cartas quanto à escrita, são elas: a-) *manuscrita*, ou seja, escrita à mão com caneta esferográfica ou tinteiro; b-) *dactiloscrita*, quando se faz uso da máquina de escrever; c-) *híbrida*, indica mais de uma etapa no processo de confecção mesclando o uso da máquina e da caneta ou tinteiro. Além disso, a classificação deve atentar para os sujeitos envolvidos no processo de troca, isto é, os correspondentes. Esses, por sua vez, podem ser categorizados em dois grupos: a-) os envolvidos diretamente, isto é, o remetente e o destinatário; b-) os incluídos indiretamente, que são citados ao longo das cartas, podendo variar conforme o período, assunto e outros.

Outra classificação remete a existência de três tipos de correspondências, isto é: a-) *correspondência-rede*, são aquelas que importam mais pela funcionalidade que desempenham do que pelo conteúdo que apresentam; b-) *correspondências-ordinárias*, sua importância remete ao assunto que apresentam; c-) *correspondências-laboratório*, sendo as referentes ao grupo de troca intelectual, nas quais se trocam ideias que fazem parte do processo de trabalho do sujeito e compartilham projetos, sua relevância concerne tanto ao conteúdo quanto a função.

A multiplicidade das cartas abrange categorias distintas (HAROCHE-BOUZINAC, 2016), entre elas as *cartas familiares* que divergem daquelas destinadas à conservação por serem reservadas ao envio. Além disso, são móveis por excelência, buscando instituir uma proximidade a partir da continuidade ou da tentativa de estabelecê-la. Apesar disso, não há uma abertura total entre os correspondentes, o que se verifica é uma sobreposição do “eu social” em relação ao “eu privado”, situando tal carta entre o espaço privado e o público, apesar de que abarcam a categoria das cartas

íntimas que, em sua maioria, escapam as convenções e fórmulas instituídas por manuais de escrita epistolar.

As caracterizadas como *bilhetes* se qualificam pela busca por uma comodidade e brevidade, configurando-se pela procura por uma agilidade nas respostas. Dessa forma, tudo que apresenta visa atender a uma utilidade, trata-se de uma escrita ocasional que, por isso, se refere a um momento, diferenciam-se das outras tipologias por não atenderem a um protocolo acerca do conteúdo, remetente e destinatário, porém, apesar da celeridade que os caracterizam, os bilhetes também eram utilizados por Luís da Câmara Cascudo como meio para a troca de informações como exemplifica o que recebe de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia em 30 de junho de 1935, indicando que ao consultar o segundo volume da obra *Reise nach Brasilien* acaba por encontrar a expressão em alemão que sugere um encontro com “[...] uns índios 'quasi completamente brancos' [...]”,<sup>151</sup> seguida pela indicação de que não lembra se tal locução é composta por “completamente” ou “inteiramente”, afirmando em seguida desejar que o intelectual potiguar esclareça tal dúvida e indique “[...] apenas o período em alemão”.<sup>152</sup> Além disso, devido à agilidade com que apresentavam o conteúdo, não obedecendo a um detalhamento das informações o recebimento de bilhetes, em alguns momentos, não era bem interpretado pelos correspondentes como exemplifica a crítica feita por Luís da Câmara Cascudo a Mário de Andrade em 19 de outubro de 1941, “[...] aprenda a escrever carta comprida, seu bilheteiro” e, anteriormente, em 07 de março de 1928 assinalando que “quando penso em receber carta sua, recebo um tico de bilhete que mais parece nota policial que bilhete”<sup>153</sup>, servindo ainda para frear o desenvolvimento da escrita, como indica o bilhete enviado por Mário de Andrade ao folclorista em 24 de novembro de 1941, “bom, não devo esquecer que [isto] é bilhete”.

154

O *cartão-postal*, por sua vez, apresenta-se como a forma moderna do bilhete, considerado como subgênero da escrita epistolar. O racionamento de palavras se refere a uma preocupação econômica, visto que deveria atender ao limite proposto para que o valor do envio não seja aumentado. Há aqueles compostos apenas por uma assinatura,

<sup>151</sup> GARCIA, Rodolfo (Gabinete do Director Geral do Departamento de Educação). Bilhete para: Luís da Câmara Cascudo. 30 jun. 1935. Localizado em: Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>152</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>153</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 07 mar. 1928. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>154</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 24 nov. 1941. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

os com frases breves e aqueles que seguem a estrutura das longas cartas. Em tal categoria evita-se a presença de segredos, visto que são enviados sem envelope, por isso, a maioria expõe informações banais, como o enviado por Maria Alice Barroso, então diretora do Instituto Nacional do Livro, no qual cumprimenta Luís da Câmara Cascudo e indica desejar que no "[...] próximo ano possamos comemorar juntos o lançamento do dicionário, nosso velho sonho", <sup>155</sup> em referência a reedição da obra lexicográfica realizada pelo INL.

As chamadas *cartas ostensivas* são aquelas que podem ser mostradas, sem desencadear prejuízos para os correspondentes. Destinam-se, geralmente, a um conjunto de pessoas ligados por interesses comuns, conseqüentemente, quem as escreve tem consciência de que será lido por várias pessoas. Característica semelhante à *carta circular*, que também remete a um grupo, objetivando transmitir instruções e informações para esse.

Mesmo caracterizando-se como um texto dado como verdadeiro <sup>156</sup> e que não seria destinado à publicação, há, em alguns casos, o desejo daquele que produz as cartas de ser lido ou ainda de ter as correspondências publicadas, o que acaba por revelar a vida privada. Processo desencadeado pelas características que expõe, isto é, dados biográficos, literários, históricos e outras. Dessa forma, a carta enquanto um documento expressivo é interpretado como um texto propício ao compartilhamento de informações tanto sobre questões culturais, políticas e literárias quanto àquelas que se referem a uma escrita de si, abarcando questões pessoais e expressões de sentimentos.

Tanto a escrita quanto a leitura da carta atendem a um conjunto de limitações específicas. Contudo, as práticas empregadas na sua leitura muitas vezes fogem ao pacto estabelecido, resultando na publicação e acesso por terceiros, quase sempre o reconhecimento do escritor é apontado como motivação para a disseminação das suas correspondências, processo que resulta na quebra, preterida ou não, da privacidade por meio da violação da carta por um terceiro. Conseqüentemente “[...] sempre prontos a destruir qualquer peça passível de trair-lhes a intimidade, a carta ainda é vítima de herdeiros empenhados em defender a reputação de um ente falecido. Assim, toda correspondência é uma espécie de sobrevivência milagrosa” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 22).

---

<sup>155</sup> BARROSO, Maria Alice (Instituto Nacional do Livro). Telegrama para: Luís da Câmara Cascudo. Sem data. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>156</sup> A carta, assim como o diário, está ligada à ideia de sinceridade e verdade, o diário seria uma forma de escrever cartas para si, já a missiva se configura como a escrita em diário compartilhado com o outro.

O próprio acesso, por terceiros, ao conteúdo da missiva origina ações narrativas e em consequência a produção de novas cartas. Consequentemente, o leitor deve ser interpretado como uma espécie de companheiro que tem acesso às correspondências na mesma medida em que os destinatários. Cabe ao destinatário o pertencimento das correspondências, sendo sua responsabilidade o destino de tais documentos, isto é, a guarda, destruição, publicação e outros. Ao ser publicada a correspondência assume um novo caráter, já que está acessível para que sejam feitas críticas às informações apresentadas.

Os produtos originários da prática epistolar podem ser vistos como “[...] documento, como um texto, como um discurso ou ainda como um fazer, mas, na verdade, sempre é tudo isso ao mesmo tempo” (DIAZ, 2016, p. 54-55). Classificá-la como *documento* possibilita compreendê-la como testemunha de uma realidade literária, histórica, política e outras. Abordagem que resulta na sua utilização enquanto gênese de uma obra, ou seja, como uma espécie de “laboratório do trabalho” do escritor, possibilitando acompanhar a maturação e a recepção da obra. Além disso, interpretar uma carta como documento é pensá-la enquanto possibilidade de manifestar a história oficial a partir das suas descontinuidades. Examiná-la enquanto *texto* é submetê-la ao processo de avaliação estética, tal concepção interpreta a carta como uma espécie de “literatura da alma”.

Porém, inicialmente, a carta não se configurava como um espaço propício à realização da criação intelectual, sendo interpretada como um gênero abaixo da literatura e, por isso, considerada como paralela ou inferior à obra. Nessa perspectiva, a escrita epistolar seria restringida a exposição de ideias e sentimentos daquele que a produz ou a abarcar um papel informativo. No entanto, caracterizá-lo como um gênero híbrido possibilita compreendê-lo como responsável pela eclosão de outras formas literárias, tornando-se necessário para o entendimento da formação da literatura brasileira.

Caracterizá-la como uma espécie de laboratório da obra literária, na medida em que se qualifica como um espaço para “pôr à prova o olhar e a avaliação de outrem” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 166), permite descobri-la como uma forma de preceder e/ou acompanhar a confecção de uma obra,<sup>157</sup> dessa forma, favorece que o sujeito se assuma enquanto escritor e obtenha reconhecimento social.

---

<sup>157</sup> As relações que as correspondências estabelecem com a produção de uma obra são particulares a cada escritor.

A carta pode tanto contribuir no processo de criação literária quanto é capaz de interferir de modo negativo, caracterizando-se como uma ameaça exterior a obra, o que cria uma espécie de rivalidade entre a correspondência e o escrito que está sendo confeccionado, processo que intensificaria a incompatibilidade atribuída por alguns ao desempenho das duas tarefas simultaneamente, já que a escrita de cartas passa a ocupar muito do tempo do escritor, identificando um “momento roubado a outras ocupações oficiais e legítimas” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 163). Porém, ao acompanhar a confecção de uma obra a carta torna-se favorável, pois permitem relatar as dificuldades, impressões acerca da escrita, sentimentos – como desânimo, alegria e outros - criando uma espécie de diário da obra.

A criação literária, realizada a partir da prática missivista, se faz a várias mãos, na qual são solicitadas opiniões acerca da obra. Trata-se de uma espécie de terreno de experimentação no qual o destinatário assume o lugar do público futuro sugerindo modificações, acréscimos e/ou exclusões. Como Mário de Andrade o faz em vários momentos, em 03 de fevereiro de 1926, por exemplo, ao enviar missiva para Luís da Câmara Cascudo indica encaminhar “[...] uma porrada de coisas pra você. Livro<sup>158</sup>, jornal e brigas.<sup>159</sup> **Desejo que o livro te agrade. Também se não agradar fale e nada de delicadezas comigo hein. Não é por causa duma opinião contrária a um livro meu que diminuirá um minutinho de minha amizade por você** (grifo nosso).<sup>160</sup>

Tendo em vista o destinatário, escreve-se para evitar possíveis críticas, fazendo com que esses sujeitos participem do processo de criação garantindo tanto um leitor quanto um apoiador. Nessa perspectiva, “escrever cartas em vez de escrever uma obra imediatamente publicável é proteger-se à sombra do destinatário, evitar o veredito anônimo e, ainda, ser autor” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 187), como exemplo citamos o que Mário de Andrade faz ao enviar uma de suas pesquisas para Luís da Câmara Cascudo, em 28 de fevereiro de 1941, classificando-a como “[...] coisa péssima,

<sup>158</sup> O livro enviado por Mário de Andrade é *Losango Cáqui*, publicado em 1926.

<sup>159</sup> As brigas mencionadas na correspondência se referem a José Pereira da Graça Aranha e a carta aberta produzida por Mário de Andrade para ele, na qual o critica por fazer aquilo que denomina de “coisas inconfessáveis”, isto é, ataques aos que não concordavam com a sua opinião, além de utilizar o nome do poeta paulista para afastar o José Oswald de Sousa de Andrade da *Revista Estética*. Sobre a discussão Luís da Câmara Cascudo responde, em 09 de março de 1926, que a carta aberta escrita por Mário de Andrade é “[...] um jogo de florete em um boneco. Não pense que V. vencerá o sr. Aranha. Ele é invencível – não tem ideias próprias [...]”. CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário de Andrade. 09 mar. 1926. 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>160</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 03 fev. 1926. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

malfeita e malpublicada, cheia de leviandades intelectuais, defeitos de estilo e erros de revisão que o leitor inteligente... etc”.<sup>161</sup>

Portanto, as correspondências refletem que a construção de um texto intelectual é um processo de partilha assim como a própria carta, já que pertence a dois sujeitos e envolve vários correspondentes indiretamente, alguns são nomeados e outros mencionados construindo uma rede de relacionamentos. Identificar e interpretar tais sujeitos possibilita compreender o grupo de contatos na qual estavam inseridos e a partir disso conhecer suas filiações estéticas e políticas, além das relações com outros escritores.

O produto escriturístico fabricado por escritores, artistas e/ou intelectuais pode ser analisado a partir de três perspectivas, são elas: a-) a busca por expressões que permitam traçar um perfil biográfico do sujeito; b-) a compreensão dos bastidores da vida desses sujeitos em determinado período, isto é, a inserção em grupos, elaboração de projetos estéticos e outros; c-) análise do gênero epistolar como um “arquivo de criação”, ou seja, como meio que manifesta as diversas etapas da elaboração de uma obra, desde a sua confecção até a sua recepção.

Portanto, a carta se configura como documento que fornece informações acerca do processo de criação literária, instaurando e revelando as redes de sociabilidade intelectual, além de abarcar um processo de “escrita de si”, na medida em que a prática missivista caracteriza-se como uma abertura de si ao outro permitindo a constituição de uma narrativa de si.

Ao acompanhar o processo de construção de uma obra a correspondência possibilita que encontremos traços do sujeito por detrás dos esboços, trata-se de uma espécie de *making off* da trajetória intelectual do sujeito. Classificadas como arquivos de criação,<sup>162</sup> as correspondências possibilitam, em alguns casos, mencionar obras em processo de formação e em outros acompanhar cada etapa do desenvolvimento de uma obra – do projeto até a publicação – além de tecer críticas ao material apresentado.

Considerando tal funcionalidade as cartas podem contemplar tanto a simples menção da obra quanto o envio de rascunhos, roteiros e até trechos dessa, objetivando, em muitos casos, que o destinatário participe do processo de elaboração, constituindo um diálogo epistolar que possibilita um exame minucioso da criação por meio da

---

<sup>161</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 28 fev. 1941. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>162</sup> Funcionando como um diário da obra mesmo nos casos nos quais poucas etapas desse processo são mencionadas.



indicação de lapsos, falhas de linguagem e outros. A confiabilidade da relação que Luís da Câmara Cascudo instituiu com os seus correspondentes o motivava a compartilhar esboços e, às vezes, obras completas.<sup>163</sup>

A correspondência entre escritores e/ou aspirantes a tal oportunizam a elaboração de um projeto de escrita, funcionando como uma espécie de aprendizagem do ofício. Característica ressaltada por Mário de Andrade que além de interpretar a prática missiva como um intertexto, que possibilita analisar o processo de criação literária, considera-a como um treinamento para a escrita evidenciando que

escrever, mesmo que sejam apenas cartas, adentra a pena e constrói a mente; para quem sabe se dedicar a ela com um pouco de constância, **a escrita epistolar é um trampolim para outros voos. Em resumo, é escrevendo – cartas – que nos tornamos, às vezes, escritores** (grifo nosso) (DIAZ, 2016, p. 101).

Nessa perspectiva, a prática epistolar acaba por direcionar os sujeitos para o desenvolvimento da escrita, garantido aos escritores profissionais ou amadores um espaço propício para a invenção, imbuindo o destinatário como mero intercessor entre o epistológrafo e a escrita, atribuindo ao remetente uma *função-autor* e ao destinatário uma *função-leitor* - público. Portanto, não se trata de uma exposição unilateral do sujeito, mas sim uma troca mútua de informações, opiniões, críticas e sugestões entre os intelectuais. A prática epistolar oferece certo conforto ao promover debates de questões que, talvez, no espaço público não conseguissem. Nesse momento, a correspondência atravessa a esfera íntima, de trabalho confidencial, e atinge o espaço público, visto que o manuscrito literário é feito, a princípio, para ser mantido em sigilo. Assim, as cartas atuam como documentos necessários a compreensão das discussões socioculturais e/ou literárias, possibilitando acompanhar o aparecimento de ideias e o desenvolvimento de projetos assim como a expressão de sentimentos contraditórios ou difíceis de serem expostos.

Categorizá-la como *discurso* é relacioná-la a uma tipologia discursiva, sendo necessário que institua a existência de um destinatário e o estabelecimento de uma distância em relação a esse. O destinatário é visto como ocupante do posto privilegiado no discurso. Porém, há uma espécie de resistência ao outro, esse deve ocultar-se para

---

<sup>163</sup> Quando os destinatários ou mensageiros perdiam seus escritos, fazia outro texto, se estivesse inspirado. Caso contrário, desistia e denunciava a perda nas correspondências aos amigos.

ocorrer a emergência do sujeito que comanda o cenário epistolar, isto é, o remetente. Portanto, não se trata de uma procura, reconhecimento e adesão do outro, mas de uma produção de “[...] imagens de si, imagens sob medida, ou na medida daquilo que o epistológrafo espera [...]” (DIAZ, 2016, p. 64). Pensá-la enquanto objeto discursivo possibilita entender o produtor como um sujeito que projeta nessa escrita epistolar identidades possíveis para si que o destinatário deve identificar e confirmar, assim, “a carta serve também para isso: fazer o outro de refém e obrigá-lo a assistir à eclosão de um pensamento, de uma identidade e dela participar, queira ou não” (DIAZ, 2016, p. 65).

Dessa forma, as cartas são vislumbradas como condizentes a traçar a história de um sujeito apresentando dados biográficos e psicológicos, além de servirem para esboçar a história de uma obra. Além disso, se caracterizam por guardar a lembrança e a memória dos estados anteriores, trata-se de uma escrita de si, na qual “escrevendo sobre mim, escrevendo-me, aprovo-me ou reprovo-me, nunca sou um testemunho estranho ou indiferente” (DIAZ, 2016, p. 87), sendo, portanto, uma das etapas fundamentais na constituição do sujeito, já que mesmo em seus estados primários refletem ensaios autobiográficos, conduzindo não, a uma busca por si, mas a produção de si.

Considerando isso, podemos interpretar a carta como possibilidade de utilização para finalidades históricas e biográficas, constituindo-se como documento elas possibilitam um projeto de dizer e dizer-se e instituem uma durabilidade situada entre o efêmero e o duradouro, o que evidencia que antes de ser um objeto de escrita é um objeto de troca, por isso, a dimensão material dela se forma a partir de cada remetente e destinatário que, por sua vez, a toma como propriedade e a submete a diferentes destinos.

As missivas suportam inúmeras leituras, o que evidencia a compreensão da fragmentação e inacabamento do seu produtor. Dessa forma, esse produto escriturístico se torna um meio para o autoconhecimento, visto que, configura-se como forma de, por meio do destinatário, o escritor voltar as suas questões. Nessa perspectiva, a carta é “[...] um adestramento de si próprio pela escrita, por intermédio dos conselhos e opiniões que se dão ao outro” e ainda, “[...] uma certa maneira de cada um se manifestar a si próprio e aos outros” (FOUCAULT *apud* KOHLRAUSH, 2015, p. 149-150). A rede de sociabilidade é estabelecida entre sujeitos díspares que dialogam acerca das produções e concepções literárias, políticas e científicas, o que acaba por destacar os seus posicionamentos em relação a sua arte e a dos demais.

A importância das cartas passa a ser associada a sua inserção no debate intelectual e científico, além de possibilitar o estabelecimento da associação entre a subjetividade e o vínculo social, instituindo equilíbrios diferentes entre o “outro” e o “eu”. Tais características refletem o poder da carta, dessa forma, o domínio da sua escrita leva a um desenvolvimento eficaz na vida social, política e intelectual do sujeito. Nessa perspectiva, podemos compreendê-la enquanto uma encenação de si, visto que a carta diz mais sobre o seu produtor do que sobre os fatos narrados. Trata-se da busca por refletir quem escreve e da representação da relação que o remetente forja com o destinatário, constituindo uma “[...] imagem que oferece de si mesmo” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p.2 5), assim, por exemplo, ao despedir-se utilizando a expressão “um beijo pra esse outro eu”<sup>164</sup> Mário de Andrade acaba por estabelecer um vínculo com Luís da Câmara Cascudo permitindo compreender que “o eu, embora carregue a marca da personalidade, deve ser entendido como um outro, ou seja, devemos considerar a existência dos autores múltiplos de um mesmo “eu” (BETTIOL, 2016, p. 233).

Além disso, a relação com o “outro” remete ao fato de que aqueles que se correspondem sempre observam como o outro escreve, adaptando ou incorporando o outro, portanto, “um dos critérios para que uma correspondência seja bem-sucedida reside na efetiva ‘incorporação da fala do outro’” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 139). Integração que alude a evocação da memória de conversas anteriores e ao desenvolvimento de um estilo de escrita específico.

Compreendendo que ela “[...] dissimula tanto quanto revela” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 25), verificamos que a atribuição de uma sinceridade ao seu produtor é uma fantasia, o remetente faz uso de máscaras realizando um processo de constante reinvenção diante dos destinatários. Tal dissimulação não está relacionada com a mentira, mas sim com o fato que aquele que escreve deseja se integrar a um grupo ou já pertence a esse, abarcando tanto o individual quanto o coletivo, pois

por detrás da escrita à primeira vista simplória, figura o inegável trabalho performático e linguístico do missivista para solicitar o interlocutor e, ao se fazer observado, retornar para a sua representação e sua interpretação de si (TIN, 2018, p.183).

---

<sup>164</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 09 jun. 1937. 03 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

Considerando que “em graus variados, toda carta se torna ficcionalização da vida do epistológrafo” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 197), concebemos que mesmo que não tenha como finalidade a publicação, as correspondências acabam por transmitir ao destinatário uma imagem daqueles que as produzem, pois, a carta não está isenta da ficcionalidade. Nessa perspectiva, a página em branco inaugura um lugar propício à produção do sujeito (CERTEAU, 1994), tornando-se projeções simbólicas de quem as escreve e refletindo a situação social que o remetente entende como pertencente ao interlocutor.

Porém, a carta não pode escapar do “eu”, trata-se de direcionar-se para o outro, para, posteriormente, retornar a si, promovendo uma oscilação entre a abertura para o outro e o fechamento para si, por isso, o desenvolvimento da escrita epistolar obriga o remetente a pensar em si e a partir disso se posicionar,<sup>165</sup> o que caracteriza a carta enquanto “[...] um testemunho que pode prejudicar o seu autor” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 71), visto que ela é responsável por defender posições e garantir conquistas, além de moldar as identidades dos sujeitos traçando contornos delas, fazendo com que eles se tornem presentes, se mostrem e se façam ouvir, como exemplo de tal processo citamos a correspondência enviada por Mário de Andrade para Luís da Câmara Cascudo, em 01 de março de 1935, mencionando que

[...] então não se escreve mais pra este polista com saudade? nem ao menos você está carecendo aí de algum livro **hitlerofachisticocamisavêrdico** pra me mandar pedir e eu ter o gosto de receber letra sua! **Será que nem pra isso o Fachismo serve mais!** (grifo nosso).<sup>166</sup>

A declaração jocosa de Mário de Andrade apesar de ostentar pintadas de ironia evidentes, por exemplo, ao empregar o termo “hitlerofachisticocamisavêrdico” para referenciar alguns dos movimentos políticos em ascensão no período que, inclusive, são alvos de suas críticas ao final da década de 1930,<sup>167</sup> destaca não só o estabelecimento de uma prática colaborativa entre ele e Luís da Câmara Cascudo, mas acaba por revelar

<sup>165</sup> O posicionamento do remetente pode se revelar por meio do emprego de citações, visto que, essa é uma forma de revelar um pensamento o qual não tem coragem de expressar diretamente, trata-se de um modo público de confidenciar algo.

<sup>166</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 01 mar. 1935. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>167</sup> Trata-se de uma conferência realizada em 1939, na qual o poeta, após o início da Segunda Guerra Mundial, tece críticas ao movimento fascista e a política expansionista da Alemanha. Posteriormente, em algumas das crônicas produzidas por ele e publicadas na obra *Os filhos da Candinha* de 1943, evidencia-se certa luta contra os totalitarismos, atacando países por sua adesão ao regime fascista, como Portugal.

a proximidade entre o integralismo <sup>168</sup> e os ideias fascistas e nazistas e, conseqüentemente, o posicionamento político do folclorista potiguar, visto que, foi integrante da Ação Integralista Brasileira. Além disso, o silenciamento de Luís da Câmara Cascudo, em resposta à missiva, sobre tal associação também é significativo, pois a indicação de certa aproximação com pensamentos e organizações políticas é contraposta a identidade assumida por ele de sujeito apolítico.

Nessa perspectiva, “o epistológrafo é, portanto, em todos os planos – íntimo, literário, cultural – um transmissor” (DIAZ, 2016, p. 109), além de produtor de uma espécie de “retrato do autor” que reafirma, confronta ou contesta a imagem dele, já que se trata de uma identidade variável conforme os correspondentes. Assim, mesmo que a carta seja enviada para vários sujeitos, ela sempre passará por modificações e são elas que refletem o “novo” eu, o que possibilita compreender que a carta não se encontra ancorada em uma noção de identidade fixa, mas sim mutável.

O ato de escrever e receber cartas representa um meio de existir e ser lembrado, uma missiva pode tirar o sujeito da inatividade e privação da presença. Motivação que, acompanhada por questões profissionais, políticas, sociais, econômicas e intelectuais, desperta a prática missivista. Considerando que para nos mantermos vivos precisamos ser lembrados, alguém que não recebe cartas é vislumbrado como invisível e detentor de uma relação social fragilizada. Dessa forma, uma das estratégias utilizadas para a continuidade das correspondências entre os sujeitos epistolares é a súplica empregando expressões como, por exemplo, “peço-lhe de joelhos”, o que evidencia que a falta de cartas leva o sujeito ao desespero, ocasionando uma frustração. Característica que representa a dupla função da correspondência, isto é, ela ao ser “[...] enviada age, pelo próprio gesto da escrita, sobre aquele que a endereça, assim como age pela leitura e pela releitura sobre aquele que a recebe [...]” (FOUCAULT, 2004, p. 153).

Sentimento que se evidencia na missiva enviada por Mário de Andrade em 01 de março de 1927 após um período marcado pela ausência de correspondências enviadas por Luís da Câmara Cascudo, questionando-se acerca do que motivou tal interrupção. Assim, escreve

Mas que foi que sucedeu que você não me escreve mais mesmo! Ora se é zanga desembucha logo por que está zangado que me desculpo

---

<sup>168</sup> A eclosão da Segunda Guerra Mundial acarretou afastamento de Luís da Câmara Cascudo com a Ação Integralista, a decepção com tal movimento teria levado a queimar a camisa verde juntamente com os livros que tinha em sua *Babilônia*.

logo se estiver culpado ou passo uma bruta de caçoada em você. Deixa disso e escreve homem! **Ando sapeando correio todo dia pra ver se topo com a letra miúda do amigo**, vai letra miúda não aparece mesmo e **já estou meio desapontado [...]** Pois é: **ando desapontado com a indiferença de você. Escrevo, eu que tenho três vezes mais que o dia de que fazeres, escrevo assim mesmo roubando tempo da vida e você nem pio... Isso não se faz Luís [...]** (grifo nosso).<sup>169</sup>

A falta de correspondências se caracteriza como conteúdo recorrente na conversação estabelecida entre ambos, assim, em certos momentos há o emprego de súplicas para que a comunicação logre de uma continuidade, a exemplo da missiva enviada por Luís da Câmara Cascudo, em 09 de maio de 1929, na qual solicita que o escritor paulista guarde “[...] um tempinho para mim na semana. Ou no mês. Escreve. Com mil demônios, escreve, burguês proprietário”<sup>170</sup> e, anteriormente, em 12 de outubro de 1925, quando clama “[...] escreva pel amor de Deus”.<sup>171</sup> Reivindicações que permeiam a escrita da correspondência de Mário de Andrade para o folclorista em 29 de setembro de 1927, na qual se despede requisitando que “[...] veja se rouba um pedaço de parolagem e escreve pra este seu sempre e mais que sempre [...]”<sup>172</sup> e, em 24 de abril de 1930, quando alude para a falta de cartas enviadas por Luís da Câmara Cascudo e o sentimento que a inexistência de comunicação desperta, afirmando

Mas, meu Deus! meu Deus! meu Deus! o que foi que sucedeu que você fez greve de me escrever? Já nem sei mais quantas cartas vão daqui e você, danado de ingrato, num responde nem **com um Amém pra me sossegar!** Ingrato! Cara de Nise! Coração de Márcia! Peito duro! Peito duríssimo de rochedo! Tá bom, te amo assim mesmo (grifo nosso).<sup>173</sup>

A ausência de respostas e/ou o envio de outros tipos de correspondências – bilhetes, telegramas e outros - ocasionam uma quebra da relação de intimidade e confiança que foram estabelecidas na troca de cartas, por isso para mantê-las muitos preferem esperar. A confiança recíproca entre aqueles que se correspondem é

<sup>169</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 01 mar. 1927. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>170</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 09 mai. 1929. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>171</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 12 out. 1925. 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>172</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 29 set. 1927. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>173</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 24 abr. 1930. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

ocasionada a partir do estabelecimento de uma periodicidade, sinceridade e reciprocidade, visto que a eficácia comunicativa se dá por meio da ida e volta da mensagem, por isso, o produto epistolar é interpretado como escrito a quatro mãos, isto é, a carta recebida deve ser respondida para que o pacto estabelecido entre o destinatário e o remetente não se rompa e que não haja um impedimento do exercício de diálogo.

Movimento que acaba por instaurar uma espécie de “identidade em espera”, ou seja, a espera surge com a identidade do sujeito, sendo esse aquele que confia e aguarda por algo e/ou alguém, característica que remete a possíveis obrigações do destinatário, isto é, a manutenção de uma constância na resposta das cartas e de uma sinceridade. Mesmo em situação de desespero, ocasionada pela ausência de respostas, o sujeito permanece “em espera”, visto que ainda há a expectativa de que não existe o abandono da correspondência, dessa forma, a espera é intrínseca ao gênero epistolar e conseqüentemente ao sujeito que a prática.

A prática missiva relaciona-se “[...] a situações em que a fala não tem suficiente peso, [...] (trazendo) a confirmação e a solenidade do escrito, desempenhando mais do que nunca sua arcaica função de garantia” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 213). O processo de elaboração das cartas deve atender a critérios que atentam a necessidade e recomendação de simplicidade, sendo essa sinônima de clareza, abarcando ainda uma brevidade, indicando que tal material escriturístico segue protocolos, apesar de que é o seu formato que nos sugere estarmos em contato com uma correspondência, tanto os específicos – particulares – quanto os gerais.

Há a necessidade de que o tom da carta corresponda ao assunto tratado, isto é, se a carta fala de algo sério é preciso que o estilo dela o acompanhe, caso possa ser produzida com espontaneidade origina-se uma escrita “ao correr da pena”. Além disso, a carta deve ser agradável, característica que remete a preocupação em desencadear o efeito desejado no destinatário - como agradar, convencer, comover e outros - trata-se de adaptar o estilo da carta ao sujeito, importando, por exemplo, a manutenção da relação hierárquica estabelecida entre eles.

As formas de tratamento, por exemplo, remetem a posição social e idade dos sujeitos, assim como a relação estabelecida entre o destinatário e o remetente, a princípio é formal, simples, direto e objetivo, só aos poucos o formalismo entre eles vai sendo quebrado. Tal elemento, nas correspondências trocadas entre Mário de Andrade e Luís da Câmara Cascudo, por exemplo, revelam que o relacionamento entre eles foi construído aos poucos, a princípio inicia-se a escrita com um “Luís da Câmara

Cascudo”,<sup>174</sup> na missiva enviada pelo escritor paulista em 14 de agosto de 1924, formalidade que permanece ao longo do primeiro ano de correspondência e só é rompida quando, em 06 de setembro de 1925, Mário de Andrade envia carta referenciando o destinatário como “Luís do coração”,<sup>175</sup> perpassando outros tratamentos como, por exemplo, “Luís, eu sou tão feliz! Puxa! que **camaradão amigo mesmo de verdade** eu arranjei dentro de você [...]” (grifo nosso)<sup>176</sup> em 26 de novembro de 1925, “Luisico”<sup>177</sup> em 01 de março de 1927, “Cascudinho do coração” na carta de 19 de maio de 1927, “Cascudinho, Cascudão, olha pro céu, olha pra... mim”<sup>178</sup> em 06 de agosto de 1929, no bilhete de 11 de janeiro de 1929 no qual diz “Alô, Juda farso crué em crimi [...]”,<sup>179</sup> em referência a promessa que Luís da Câmara Cascudo fez de visitá-lo não a cumprindo, “Cascudete velho de guerra”<sup>180</sup> em 06 de junho de 1942 e finaliza-se com um “Cascudete querido”<sup>181</sup> em 13 de agosto de 1944. O folclorista potiguar, por sua vez, inicia a comunicação com um simples “Mário de Andrade”<sup>182</sup> em 25 de agosto de 1924 permanecendo com o tratamento convencional por alguns anos até que em 01 de janeiro de 1928 começa a missiva utilizando “Mário de Andrade. Amigão”,<sup>183</sup> transcorrendo a partir disso outras formas como, por exemplo, “Ao Mano Mário”<sup>184</sup> em 09 de maio de 1929, “Mário, bestão querido”<sup>185</sup> em 09 de maio de 1930, “Mário querido da revista<sup>186</sup> e meu”<sup>187</sup> em 10 de abril de 1931, “Compadre Mário”<sup>188</sup>

---

<sup>174</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 14 ago. 1924. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>175</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 06 set. 1925. 02 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>176</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 26 nov. 1925. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>177</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 01 mar. 1927. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>178</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 06 ago. 1929. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>179</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Bilhete para: Luís da Câmara Cascudo. 11 jan. 1929. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>180</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 06 jun. 1942. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>181</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 13 ago. 1944. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>182</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 25 ago. 1924. 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>183</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 01 jan. 1928. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>184</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 09 mai. 1929. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>185</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 09 mai. 1930. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>186</sup> Referenciando a *Revista Nova*, publicada na década de 1930 e que se destinava a uma minoria e promovia a realização de debates no campo das ideias, instituindo polêmicas.



em 14 de março de 1932, em referência ao fato do escritor ser padrinho de Fernando Luís filho de Luís da Câmara Cascudo com Dhalia Freire, “Pôlista marista, Anauê! <sup>189</sup> ...” <sup>190</sup> em 04 de maio de 1935 e concluindo com “Macunaíma querido” <sup>191</sup> em 12 de junho de 1944, em referência a obra escrita pelo poeta.

Já a assinatura se apresenta como uma marca de autoria, atribuindo uma origem e filiação para o texto epistolar. Além disso, as saudações finais favorecem a representação das relações interpessoais manifestando: a-) *memórias*; em 10 de abril de 1931, Luís da Câmara Cascudo se despede de Mário de Andrade afirmando ter “lembranças e saudades grandes agora que não tenho esperanças de vê-lo comer o bolo de macaxeira nesta sua casa tão cheia de V.” <sup>192</sup>; b-) *observações*, a exemplo da despedida de Mário de Andrade em 06 de agosto de 1929 ao declarar que “e pra você, seu mano, nada menos que os meus setenta-e-cinco quilos atuais de quem está mais magrinho, o pobre! É sodade, é sodade...” <sup>193</sup>; c-) *solicitações*; como Luís da Câmara Cascudo faz ao enviar missiva para o escritor paulista, em 09 de maio de 1929, afirmando que “[...] Se V. Encontrar aí o livro do Afonso Arinos sobre tradições brasileiras e mo mandar eu darei três saltos de puro gozo” <sup>194</sup> d-) *agradecimentos*, exemplificado na carta do folclorista norte-rio-grandense, em 09 de maio de 1932, na qual envia “lembranças aos nossos. Papai abraça-o e muito agradece o sal. Quando precisarmos aí você terá encomenda a preço... barato. Um abraço deste seu”; <sup>195</sup> e-) *lamentações*, como retrata a carta, de 10 de novembro de 1934, escrita por Mário de Andrade e recebida por Luís da Câmara Cascudo, “bom, eu espero que você me compreenda esta carta sentida. Não faça mais assim, eu lhe peço com toda a força da

---

<sup>187</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 10 abr. 1931. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>188</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 14 mar. 1932. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>189</sup> Saudação que remete a um “olá”, “salve” e foi adotada pela Ação Integralista Brasileira na década de 1930, organização política do qual Luís da Câmara Cascudo participou. Sendo referenciada pelos camisas-verdes como um vocábulo de origem *tupi*, mas que apresenta semelhanças com as saudações empregadas pelos movimentos fascistas e nazistas.

<sup>190</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 04 mai. 1935. 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>191</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 12 jun. 1944. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>192</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 10 abr. 1931. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>193</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 06 ago. 1929. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>194</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 09 mai. 1929. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>195</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 09 mai. 1932. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

nossa amizade, porque isso realmente me faz mal. Mas eu vou”,<sup>196</sup> em referência aos convites do potiguar para que o visite; f-) *respostas*, a exemplo da correspondência de 11 de novembro de 1931 quando o poeta menciona a Luís da Câmara Cascudo ter esquecido [...] do seu *Código civil e comercial de S. Paulo*. Tomo nota numa papeleta e depois amanhã compro e mando. Mais abraço” (grifo no original);<sup>197</sup> g-) *planejamentos*, ao finalizar a carta, em 13 de março de 1933, escrevendo que **“Nós todos estamos ansiosos que V. venha até Natal. Mil planos se delinearam todos derredor de sua vinda. Vá dispondo as coisas para vir em dezembro, nas férias.** Nandinho manda um beijo e pede que V. o abençoe. Todos de casa o abraçam” (grifo nosso)<sup>198</sup>, Luís da Câmara Cascudo revela tanto a expectativa pela vinda do amigo, quanto realiza uma espécie de convite para que Mário de Andrade compartilhe de tal sentimento.

No caso de Luís da Câmara Cascudo, as correspondências com Mário de Andrade retratam a construção de uma camaradagem ao longo das décadas de conversação, assim, inicialmente o provinciano incurável despede-se utilizando “Com admiração, seu, Luís da Câmara Cascudo”<sup>199</sup> em 25 de agosto de 1924, decorrendo por “E adeus, paciente amigo mártir”,<sup>200</sup> em missiva de 23 de agosto de 1925, “Grande abraço, meu amigo, grande abraço. E se V. estiver com a cara limpa um beijo também. Escreva”<sup>201</sup> em 30 de dezembro de 1925, “Tenha V. três costelas partidas por um acocho, sequaz”<sup>202</sup> no dia 10 de abril de 1929 e finalizando com “Lembre-me a todos e vá deixando de esquecer o seu velho e certo amº, Cascudo”<sup>203</sup> em carta datada de 12 de junho de 1944. Mário de Andrade, por seu lado, utiliza no despertar da comunicação a despedida “Com um sincero aperto de mão”<sup>204</sup> em 14 de agosto de 1924, empregando

<sup>196</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 10 nov. 1934. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>197</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 11 nov. 1931. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>198</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 13 mar. 1933. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>199</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 25 ago. 1924. 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>200</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 23 ago. 1925. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>201</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 30 dez. 1925. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>202</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 10 abr. 1929. 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>203</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 12 jun. 1944. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>204</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 14 ago. 1924. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

ainda “E você faz parte da minha felicidade, Luís” <sup>205</sup> em 06 de setembro de 1925, “Abraço todos, num abraço fechado de coração que sabe mesmo querer bem. E então você... gema neste acocho de tamanduá que te mando” <sup>206</sup> na correspondência de 06 de março de 1929 e concluindo com “Com o abraço mais afetuoso pra todos os seus, do Mário” <sup>207</sup> em 13 de agosto de 1944.

Considerar que as referências da época e as formações discursivas dos correspondentes influenciam na escrita de missivas é considerar que nenhuma carta é idêntica a nenhuma outra e que o produto escriturístico nunca é neutro. A troca de correspondências “precede, acompanha ou segue a ação dos indivíduos” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 95), por isso, ela pode antecipar a vida, transformar situações e desencadear acontecimentos. A escrita epistolar se desenvolve a partir do desejo de se comunicar, mas tal característica não significa que a comunicação seja efetiva, visto que gera, entre aqueles que se correspondem, a ilusão da presença e do diálogo, além do que “falamos a mesma língua, mas isso não é garantia de compreensão. O mesmo idioma torna a língua inteligível, mas não necessariamente compreensível” (FREIRE, 2014, s/p).

Ao ser identificada como um “discurso dos ausentes”, a carta tem na ausência o sentimento que desperta a sua escrita, sendo motivada pelo desejo de dar um fim ao sofrimento da separação, porém, o preenchimento desse vazio não precisa de uma resposta para a carta enviada, mesmo que essa seja desejada, uma vez que só a escrita já preenche a falta e o silêncio que a ocasionou. A partir disso, consideramos que o fazer epistolar, assim como outras práticas escriturísticas, são imbuídas tanto de um poder de fabricar objetos (CERTEAU, 1994), quanto de despertar sensações como, por exemplo, o prazer desencadeado pelas “[...] cartas que chegam, a angústia das cartas que se perdem, a espera pelas cartas que demoram” (GASTAUD, 2009, p. 38).

Portanto, a carta seria uma forma de presentificação do sujeito, ou seja, de preenchimento da presença que nos falta e que desejamos, caracterizando-se como a “presença da ausência”, já que, antes de se tornar presença elas evidenciam uma ausência. Porém, mesmo sendo concebidas como capazes de suprir o distanciamento, simulando uma proximidade, as correspondências acabam por manter a distância, já que

---

<sup>205</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 06 set. 1925. 02 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>206</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 06 mar. 1929. 02 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>207</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 13 ago. 1944. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

podem ser interpretadas como um meio de preservar a solidão na medida em que as pessoas se correspondem porque estão sós.

Além de desencadear a escrita epistolar a ausência é elemento importante na manutenção do relacionamento entre o destinatário e o remetente, pois mesmo nas cartas que buscam a manutenção de algum cenário, isto é, quando a sua existência não altera nenhuma situação, a falta é considerada uma ofensa grave, portanto, trata-se de permanecer “em contato”, indicando uma das funcionalidades da carta, ou seja, o seu fazer destina-se a leitura e, por isso, ao estabelecimento do diálogo, de forma que proporcione uma espécie de “face a face” entre os sujeitos. Porém, interpretar a missiva como similar a conversação é categorizá-la enquanto um objeto espontâneo, não compreendendo que há normas interiorizadas que evitam determinados discursos substituindo-os por aqueles que são socialmente aceitáveis.

As correspondências, geralmente, resultam em um comentário por parte do destinatário. Porém, o correspondente ideal é aquele que aguarda ter a sua opinião solicitada, sabendo dialogar sem se impor. O destinatário preterido não é só aquele que responde, mas o que jamais tem a sua opinião temida, além disso, a falta de respostas é interpretada como uma negligência tanto com o outro – destinatário - quanto com si - remetente, o intercâmbio entre esses só se torna bem-sucedido se há capacidade e atenção de responder. Portanto, “a carta não só diz do remetente, como abre brechas para o conhecimento do destinatário, expondo-o através de observações, comentários” (BETTIOL, 2016, p. 231), permitindo não só o exibir, mas identificar a manipulação de identidades realizada por aqueles com quem se corresponde. Nessa perspectiva, a importância e admiração concedida ao destinatário faz com que apareçam cuidados em relação à redação das cartas, constituindo-se como uma cerimônia, elaborando formas de se dirigir ao outro (DAUPHIN, 2000).

Entre os assuntos abordados nas correspondências há quase sempre a recorrência a preocupações relativas à materialidade da escrita que acabam por transmitir sinais não linguísticos que podem ser utilizados de maneira estratégica tanto por aquele que os envia quando pelo que os recebe. Trata-se dos comentários acerca do tipo de papel, tinta, uso ou não da máquina de escrever e outros, características que podem expressar questões acerca da posição social, econômica e política dos correspondentes, visto que, a própria habilidade de enviar cartas se institui como um marcador social, evidenciando a origem do seu produtor.

Nesse sentido, o conjunto de correspondências de Luís da Câmara Cascudo é significativo por revelar as condições de produção da escrita epistolar e conseqüentemente remeter ao contexto de produção intelectual dos sujeitos com os quais se comunica. Em correspondência, datada de 26 de junho de 1925,<sup>208</sup> Mário de Andrade comunica a Luís da Câmara Cascudo, por exemplo, certa dificuldade em escrever à mão durante o período de “férias” em Araraquara já que não tem acesso a sua máquina de escrever, nomeada por ele de *Manuela*, o que tornaria as cartas ilegíveis, a utilização do datilógrafo na confecção de cartas também é conteúdo da missiva enviada em 10 de maio de 1926 quando afirma para Luís da Câmara Cascudo que “do que gostei mesmo foi de ver uma carta datilografada de você, puxa! Como sua máquina é legível. Li derrepente correndo sem ter que imaginar dois anos sobre cada palavra [...]”<sup>209</sup>, ressaltando que “em todo caso não se amole com isso, se quiser escrever manuscrito escreva, porém escreva mesmo de qualquer forma e mande contar coisas”.<sup>210</sup> Pedido ressaltado na missiva enviada em 1926, na qual solicita que “me escreva como quiser, lápis pena máquina, contanto que me venha sempre escritura de você. Com paciência e esperteza chego a adivinhar os gatafunhos de você”,<sup>211</sup> há ainda a carta, de 22 de janeiro de 1928, na qual declara ter sido acometido por problemas de saúde levando-o a redigir o que chama de “[...] carta às escuras. Já são quase dezanove e não pude mais com a cama [...] Quase não enxergo nada. Vou tapotando de oitava nas teclas e pra ficar mais engraçado não corrigirei depois nem lerei. Guarde pra análises psicológicas se quiser [...]”.<sup>212</sup> Luís da Câmara Cascudo, por sua vez, inicia a correspondência para Manuel Nunes Pereira em 03 de novembro de 1940 solicitando que “vá perdoando o papel. Ao pé da mão, só tenho este”,<sup>213</sup> para Mário de Andrade envia missiva, em 22 de agosto de 1925, referenciando, em uma das observações que a compõe, o uso da máquina de escrever indicando que “a minha máquina tem o nome de Escrava Isaura. V.

<sup>208</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 26 jun. 1925. 02 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>209</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 10 mai. 1926. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>210</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>211</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. Ano-Bom de 1926. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>212</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 22 jan. 1928. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>213</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Manuel Nunes Pereira. 03 nov. 1940. 04 fls. Localizado em: Divisão de Manuscritos/ Coleção Nunes Pereira/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

será o padrinho e breve (?)”,<sup>214</sup> além disso, em 30 de dezembro de 1925, ao mencionar que “Sua carta a lápis é um instantâneo de alma”<sup>215</sup> entusiasma-se ao receber epístola manuscrita por Mário de Andrade, exaltando que “Finalmente. Finalmente o intelectual deixou cair a folharia que o estava disfarçando [...]”.<sup>216</sup>

Entre as outras características há a presença ou não do papel timbrado o que leva a evocação de um ambiente, constituindo um panorama epistolar que pode desencadear a construção de situações falsas. Tudo que pode ser dito e/ou escrito é capaz de ser objeto da carta, essas se expressam não só pelas palavras que contém, mas por elementos como os silêncios. Porém, há uma falsa liberdade, já que essa não remete a dizer o indizível, mas a autonomia para dizer aquilo que é adequado, pois há coisas que não devem ser escritas e/ou ditas.

Abarcam ainda os comentários acerca do contexto de produção das cartas sobretudo, a respeito do tempo que possuem para produzi-las. Considerando que aquilo que provoca rupturas nos hábitos daquele que escreve promove reflexões no conteúdo das missivas, outra categoria habitual refere-se às dificuldades ligadas ao envio, e, conseqüentemente, a noção de espaço temporal, já que se há rapidez no envio a narrativa se torna mais próxima do instante da expedição, diferente de quando há lentidão desencadeando uma antecipação das notícias. Frequentemente o desempenho do serviço postal é assunto das correspondências entre o remetente e o destinatário, em 16 de dezembro de 1937, Mário de Andrade envia carta a Luís da Câmara Cascudo mencionado estar “[...] admirado de você não ter recebido os livros”,<sup>217</sup> lamentação acompanhada pelo desabafo no qual afirma estar

[...] cansado. Não sei aliás se me canso por causa do correio ou do serviço. O serviço garante que o seu nome está na lista dos mandáveis e eu vejo que está mesmo. Haveria um continuo ou quarto-escriturário aqui com raiva de você aí? parece difícil. O melhor é mesmo assim, tudo o que você não receber, pedir pra mim (grifo nosso).<sup>218</sup>

<sup>214</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 22 ago. 1925. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>215</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 30 dez. 1925. 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>216</sup> Idem, ibidem.

<sup>217</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 16 dez. 1937. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>218</sup> Idem, ibidem.

Os comentários acerca do momento da escrita e de possíveis interrupções nesse processo aproxima a carta de uma conversa indicando acontecimentos em torno daqueles que são registrados. Caracterizando-se como uma “conversa por escrito” a carta deve registrar todas as interrupções no seu fluxo de produção (TIN, 2018). Em 15 de janeiro de 1940, Mário de Andrade o faz ao encaminhar carta para Luís da Câmara Cascudo indicando que “lhe escrevo de mala pronta”, <sup>219</sup> após uma interrupção na correspondência devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial, alegando ter ficado

“[...] tão desolado, tão irritado com a estupidez humana **que não tive coragem de continuar nada de sério. Agora, descansado e mais forte estou disposto a continuar**, apenas convencido que a ilusão talvez seja a única coisa que ainda pode salvar deste caos humano” (grifo nosso). <sup>220</sup>

O tempo epistolar faz com que o remetente esteja sempre situado em um futuro, na medida em que “o presente da escrita remete ao futuro da recepção” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 114-115), trata-se da antecipação das reações daquele que irá receber. Já o destinatário está localizado em um passado, que alude a eventos já encerrados, a troca de cartas só é bem-sucedida se os dois correspondentes compreenderem essa defasagem do tempo (HAROCHE-BOUZINAC, 2016), fato que em muitos momentos causa angústia naqueles que se correspondem. Portanto, a temporalidade da carta relaciona-se com as circunstâncias que as determinam, indicando a existência de um tempo exterior – cronológico - e um tempo interior – impressões, sensações. As missivas promovem a construção de outro espaço que não é nem o presente, nem o passado, mas o futuro - com projetos e planos - e nesse pósterio a distância será superada. O espaço temporal permite compreender o período de troca das correspondências, isto é, se há intervalos e os motivos de tê-los ocasionados – censura, viagens, doenças e outros – o que possibilita compreender que a carta se associa a vários contextos - político, histórico e outros. A correspondência de Luís da Câmara Cascudo a Mário de Andrade, em 17 de abril de 1927, exemplifica tal característica ao indicar que

**V. já deve saber que não o esqueci. E que estava doente**, Gente qu'eu quero bem fico querendo toda vida. Sem escorrego, sem tropeço, sem queda. Fique manso. V. queira ou não queira, é meu

<sup>219</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 15 jan. 1940. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>220</sup> Idem, *ibidem*.

amigo até o dia em que possa ler o meu necrológio. Daí em vante pode biografar (grifo nosso).<sup>221</sup>

Assim como Mário de Andrade o faz, em 26 de novembro de 1925, ao justificar o atraso na confecção de uma resposta para a carta cascudiana, alegando que “não respondi antes, questão de doença que não mata mas maltrata. Me obrigaram a ficar imóvel e deitado o mais que posso, imagine! Agora mesmo estou estendido e por isso que escrevo a lápis [...]”.<sup>222</sup> E ainda, em 12 de março de 1926, quando relata que nem mesmo o envio de um livro e o pedido de colaboração em um periódico despertou a escrita de uma epístola, assim, indaga “que é isso, Luís! Mandeí um livro meu pra você, escrevi carta comprida, mandei pedir um escrito pra Terra Roxa e você não me responde nada! Está doente, é? [...]”.<sup>223</sup>

Além disso, há a possibilidade das cartas referirem-se a elas mesmas a partir, por exemplo, da menção e, às vezes, citação das chamadas “cartas fantasmas”, ou seja, aquelas que estão perdidas e sua existência só é sugerida por meio da escrita. As correspondências podem ser acompanhadas por anexos, a exemplo do envio de fotografias, sugerindo que, além de se lerem, os correspondentes procuravam trocar olhares por meio das cartas. Ao longo das décadas de correspondência Luís da Câmara Cascudo e Mário de Andrade enviavam regularmente fotografias que reproduziam a si e a outros sujeitos, caracterizando um pedido recorrente nas missivas, a exemplo da mandada pelo escritor paulista, em 03 de fevereiro de 1926, na qual se despede reforçando a solicitação para que o folclorista potiguar encaminhe uma imagem, “[...] E seu retrato, homem!”,<sup>224</sup> pedido reiterado na carta seguinte em 19 de fevereiro de 1926, quando finaliza questionando “E o retrato?”.<sup>225</sup> Em resposta, Luís da Câmara Cascudo escreve, em 09 de março de 1926, que “o retrato desse Cascudo irá quando eu for pra Recife. O Foto daqui é passadista. Só retrata perto duma cadeira e com um ar de quem jantou em casa alheia”,<sup>226</sup> joguete que continua por algumas cartas como destaca a

<sup>221</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 17 abr. 1927. 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>222</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 26 nov. 1925. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>223</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 12 mar. 1926. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>224</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 03 fev. 1926. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>225</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 19 fev. 1926. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>226</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 09 mar. 1926. 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.



redigida em 28 de abril de 1926 na qual Luís da Câmara Cascudo declara que “em breve mandarei o retrato. V. prepare a vista pra boniteza”<sup>227</sup> até que no ano seguinte eles se encontram pessoalmente e as fotografias enviadas passam a representar tal momento.

Há ainda o encaminhamento de livros, artigos e outras produções intelectuais que indicam o desejo de que tal obra seja lida conhecida e comentada, além de, por meio do seu envio, realizar divulgação e alcançar novos leitores em diferentes regiões, nessa perspectiva, Luís da Câmara Cascudo menciona, em 09 de dezembro de 1925, ao voltar de viagem a Recife ter encontrado “[...] um monte de cartas e uma pilha de livros. Livros mandados vir de Paris e outros **presenteados pelos camaradas argentinos [...]**” (grifo nosso).<sup>228</sup> Como exemplifica ainda a correspondência enviada por Mário de Andrade, em 01 de março de 1927, na qual solicita a Luís da Câmara Cascudo o envio de material para compor uma de suas obras.

Ora o que eu quero de você é isto: você tem recolhido lendas e tradições aí do Nordeste. Meu livro já está escrito porém tenho ainda um ano pra matutar sobre ele e modificá-lo à vontade. **Eu queria botar uma lenda aí do Nordeste nele, você não pode me ceder uma das que recolheu? Quero uma bem lírica, sentimental se for possível. Enfim o mais lírica possível. Escolha das que você tem umas duas ou três e me mande. Botarei uma só e guardarei cuidadosamente as outras pra você mesmo** (grifo nosso).<sup>229</sup>

Portanto, os anexos que apresenta - fotografias, documentos, produções intelectuais e outros – possibilitam que a correspondência seja identificada como um registro de épocas e pessoas, manifestando valores sociais, políticos, culturais e econômicos.

As cartas oportunizaram a construção de uma rede de sociabilidade que possibilitou a Luís da Câmara Cascudo, mesmo recluso em sua *Babilônia*, percorrer o Brasil em busca da autenticidade do elemento folclórico e construir o dicionário. A importância da prática missivista na escrita cascudiana é, inclusive, referenciada pelos próprios amigos do folclorista que afirmam ser

graças a essa correspondência que ele, sem sair da Província, pôde obter os livros-fontes de que carecia, lendo inclusive através de microfilmes. Penso que aí reside um dos grandes segredos do seu

<sup>227</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 28 abr. 1926. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>228</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 09 dez. 1925. 05 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>229</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 01 mar. 1927. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

êxito como escritor de renome nacional e internacional. Raros escritores ou cientistas brasileiros que não tenham se correspondido com Cascudo [...] (MELO, 1986, p. 15).

A troca de correspondências se torna meio propício para o nascimento e fortalecimento das relações de amizade, e Luís da Câmara Cascudo sabia cultivar amizades, companheiros que se tornavam fieis na devoção e admiração do folclorista.

A personalidade missivista de Luís da Câmara Cascudo influenciou o “jovem amigo velho”<sup>230</sup> - José Américo de Almeida, escritor paraibano. Esse, só nos últimos anos de sua vida passou a ser mais ativo em sua correspondência. Com o folclorista rompia com formalidades, transpassando o círculo de colaborações intelectuais e adentrando no privado. Luís da Câmara Cascudo, orgulha-se de relacionar-se com o “[...] real José Américo [...]”,<sup>231</sup> apresentando a face amiga para aqueles que ainda a desconhecem. Com aquele que o encanta, Luís da Câmara Cascudo afirma compartilhar não só o interesse, mas também o entendimento por aquilo que denomina como "coisas intraduzíveis",<sup>232</sup> isto é, aquelas que fogem ao protocolo do saber.

Dessa forma, as cartas, na medida em que possuem uma eficácia afetiva, podem ser lidas como meio de acesso às sociabilidades e aos relacionamentos, conseqüentemente, torna-se um processo importante para a compreensão das experiências de sociabilidade entre os sujeitos, aos correspondentes atribui-se a responsabilidade de estabelecer um acordo que determina o ritmo e a importância desse câmbio. Em carta de 29 de abril de 1941, Mário de Andrade revela escrever para Luís da Câmara Cascudo

**[...] mais por via de amizade que outra coisa, que não devia escrever a ninguém**, ir pra cama, dormir três dias e três noites, depois mudar de nome e mandar esta vida nem sei onde. Não é crise mais, é coisa muita, é coisa difícil que não consigo fazer. Devo estar muito cansado ainda e o verdadeiro seria fazenda com um mês sem pensamento nem gente (oh! Os intelectuais!) (grifo nosso).<sup>233</sup>

<sup>230</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Bilhete para: José Américo de Almeida. 30 mar. 1978. 02 fls. Localizado em: Fundação Casa de José Américo, João Pessoa.

<sup>231</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: José Américo de Almeida. 05 abr. 1966. 01 fl. Localizado em: Fundação Casa de José Américo, João Pessoa.

<sup>232</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: José Américo de Almeida. 05 abr. 1966. 01 fl. Localizado em: Fundação Casa de José Américo, João Pessoa.

<sup>233</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 29 abri. 1941. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

Compromisso que exige o estabelecimento de um pacto, denominado de *pacto epistolar*, isto é, um convite à amizade, comprometendo-se a escrever francamente e “dizer tudo”, o que acaba por libertar os correspondentes de qualquer código formal, porém, há ainda a cobrança de que exista uma assiduidade e reciprocidade, caracterizando-se como um acordo em receber, ler, responder e guardar cartas (GOMES, 2004). A camaradagem sugerida pelo *pacto epistolar* se revela não só na relação entre remetente e destinatário, mas também com outras pessoas que têm acesso à leitura, mas não são os protagonistas das correspondências.

Considerando que “a escrita epistolar é, portanto, uma prática eminentemente relacional e, no caso das cartas pessoais, um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento (ou o rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos” (GOMES, 2004, p. 19) a relação afetiva entre os correspondentes determina a forma e intensidade com o qual o remetente irá se revelar, assim, é sua responsabilidade escolher para quem irá transparecer por inteiro, fato que, muitas vezes, destaca certa divergência entre a imagem pública de um sujeito e aquela que constrói na carta.

Em julho de 1943, Luís da Câmara Cascudo escreve na coluna *Acta Diurna* o texto *Responder Cartas*, evidenciando o seu relacionamento com as correspondências, afirmando que

Há, naturalmente, cartas que só merecem o silencio (sic). Outras exigem o cumprimento imediato. São consultas, por exemplo, **que esclarecerão dúvidas. São informações para quem está estudando um assunto [...]** (grifo nosso).<sup>234</sup>

Ao frisar que a troca de correspondências possibilita o desenvolvimento de pesquisas, o folclorista potiguar deixa transparecer uma das metodologias que utiliza na confecção de suas obras, e que, portanto, oportunizou a publicação de estudos como o realizado no *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Ao compreender o estudo folclórico como composto por três etapas – colheita, confronto e pesquisa de origem – Luís da Câmara Cascudo permite que seja realizada uma investigação de cada fase separadamente, o que viabiliza a identificação de elementos de continuidade entre essas, a exemplo da utilização das correspondências em suas pesquisas.

A análise dos prefácios do *Dicionário do Folclore Brasileiro* possibilita compreender a importância conferida para esse meio de comunicação no seu processo de desenvolvimento, na medida em que são destacadas como forma de elaboração dos

---

<sup>234</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Responder cartas*: A República, Natal, RN, 07 jul. 1943. (Acta Diurna).

verbetes solicitando por meio dessas “[...] a vários amigos a redação dos verbetes que aparecem assinados” (CASCUDO, 1954, p. 25), permitem a realização de acréscimos no processo de reedição dessa obra a partir do recebimento das correspondências “[...] enviadas de todos os recantos do Brasil” (CASCUDO, 1979, p. 19), e ao afirmar que expõe “[...] a emoção agradecendo as vozes generosas de aplausos, em correspondência privada [...]” (CASCUDO, 1979, p. 19), o folclorista potiguar destaca o acesso, por meio das cartas, as opiniões daqueles que tiveram contato com o dicionário.

### **3.2 Luís da Câmara Cascudo percorre o Brasil: as vítimas indefesas como fontes colaboradoras do dicionário.**

Denominadas por Luís da Câmara Cascudo como *cartas perguntadeiras*, essas correspondências ocupam posição relevante no processo de construção do *Dicionário do Folclore Brasileiro* e possibilitam traçar o percurso explorado pelo folclorista potiguar para a construção de tal obra. Além disso, permitem compreender a relação que estabelecem com as etapas, anteriormente mencionadas, da pesquisa folclórica, reconhecendo o lugar que ocupam em cada um dos processos.

Direcionadas aos amigos, pesquisadores e/ou as instituições para coleta de informações de pesquisa as *cartas perguntadeiras*, apresentam pedidos detalhados e, em alguns momentos, a descrição dos passos a serem seguidos, indicando a necessidade de consulta dos acervos das bibliotecas, arquivos, museus e outros espaços situados tanto no Brasil quanto no exterior, abordando ainda as dificuldades e dúvidas na elaboração do material lexicográfico. Nessa perspectiva, oportunizam a identificação e o entendimento das “[...] águas das distantes fontes colaboradoras [...]” (CASCUDO, 1959, p. 23), ou seja, a rede de pesquisadores que Luís da Câmara Cascudo formou no processo de elaboração do escrito lexicográfico, constituindo um grupo de intelectuais que se comunicavam e debatiam ideias por meio da troca de cartas, círculo denominado de *geração do recado* (GICO, S/D).

A presença dos colaboradores evidencia a referência à existência de sujeitos que participam de um coletivo e que assim como Luís da Câmara Cascudo se colocam no texto, de forma subjetiva, revelando seus posicionamentos intelectuais, políticos e sociais. Dessa forma, os pesquisadores que participaram do processo de elaboração do dicionário permitem que o folclorista assumira a posição de um narrador entre diversos

narradores, já que, em tal obra, há a presença de associações diretas e/ou indiretas com outros sujeitos.

Portanto, a presença, nas *cartas perguntadeiras*, dos sujeitos denominados por Luís da Câmara Cascudo de *vítimas indefesas* permite interpretar a escrita epistolar como espaço de experiências e de partilhas, compreendendo de que forma essas correspondências são permeadas pelo discurso do outro. Além disso, a conversação estabelecida com esses intelectuais reflete a influência não só na formação discursiva do folclorista potiguar, exemplificado a partir da similaridade que possui, com alguns desses sujeitos, no tocante a interpretação do elemento folclórico, mas também o seu direcionamento para o tomar enquanto objeto de pesquisa.

Mário de Andrade, referenciado por Luís da Câmara Cascudo no *Dicionário do Folclore Brasileiro* como um “grande estudioso do folclore, observador etnográfico insuperável [...]” (CASCUDO, 1954, p. 173) e como aquele que “[...] sua presença nos estudos do folclore brasileiro é diária e sensível [...]” (CASCUDO, 1954, p. 173) ocupa posição de destaque na rede de sociabilidade que Luís da Câmara Cascudo construiu, foi por meio da troca de correspondências que a amizade entre eles despertou e se efetivou, relacionamento pormenorizado na missiva, de 26 de novembro de 1925, enviada pelo poeta paulista, na qual declara que o convívio estabelecido entre eles não cedeu espaço para tratamentos formais, sugerindo que a proximidade que a relação entre ambos instituiu oportunizou que o silêncio fosse algo confortável e as semelhanças se acentuassem ao ponto de torná-los um só, partilhando a existência de si, assim, afirma

[...] na nossa amizade, Luís, me parece que **já passamos o tempo do aperto de mão e do “você” apenas... Já estamos no período mais amigo em que a gente pode passar dez minutos um ao lado do outro, sem falar, sem procurar assunto, vivendo apenas a vida uma só de dois iguais e bem se conhecendo. É doce viver a existência do amigo...** Às vezes me ponho matutando no que você estará fazendo, de certo acendeu o cigarro, não, está bebendo refresco de abacaxi debaixo das árvores [...] (grifo nosso).<sup>235</sup>

A classificação de Mário de Andrade como pioneiro nos estudos do campo folclórico tem relação com a troca de correspondências que estabeleceu com folcloristas de diversas regiões, a exemplo da que realiza com Luís da Câmara Cascudo, o que o permitiu exercer atividades em prol da institucionalização da pesquisa folclórica por

<sup>235</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 26 nov. 1925. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

meio da ocupação de cargos políticos e institucionais, como o faz ao ser “convidado” por Luís da Câmara Cascudo para apossar-se de posto na Sociedade Brasileira de Folclore.

Em 19 de outubro de 1941, o folclorista menciona o desejo de conversar sobre a Sociedade Brasileira de Folclore buscando apresentar os planos que possui para tal instituição. Inicia afirmando que foi soube “[...] que não há nada em S. Paulo parecido com associação de estudo etnográfico ou folclórico”,<sup>236</sup> e, alegando que o amigo é sócio fundador da SBF – mesmo que ele tenha sido o último a saber que ocupava tal posto - Luís da Câmara Cascudo inquire acerca do que o paulista pode fazer para expandir as ações da instituição nesse estado.

Posteriormente, em 13 de agosto de 1942, o folclorista retoma a ideia, o que nos sugere que, quase um ano após o envio da correspondência, Mário de Andrade ainda não tinha tomado nenhuma providência em relação ao pedido. Assim, Luís da Câmara Cascudo incrédulo afirma “não há explicação para S. Paulo não ter sua voz gritante e influente”<sup>237</sup> e, praticamente, implora para que o paulista funde o Clube Paulista de Folclore e o associe à SBF.

A aproximação com Mário de Andrade se intensifica pela posição ocupada por ambos no Instituto Nacional do Livro. Sendo um responsável pelo projeto da *Enciclopédia Brasileira* e o outro pela confecção do dicionário que passou a acompanhá-la, evidenciando a similaridade nos objetivos desses empreendimentos. Além da presença de ambos nos círculos modernistas que proporcionou, entre outras questões, que desenvolvessem afinidades comuns, a exemplo da interpretação de que o folclore é um caminho para a reflexão em torno do elemento nacional.

Apesar de ser atribuído a Luís da Câmara Cascudo o posto de um dos grandes epistológrafos do Brasil, o arquivo de correspondências de Mário de Andrade é considerado o mais expressivo do século XX, se correspondendo com inúmeros destinatários a partir da abordagem de uma diversidade de assuntos e projetos estéticos. Entre as características que compõe a escrita epistolar do poeta paulista está a de aconselhamento do ingresso no mundo das letras a partir do desenvolvimento da prática missivista, caracterizando o seu produtor como um dos primeiros escritores brasileiros a pensar certa especificidade para o gênero epistolar. O ato de corresponder-se com

---

<sup>236</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 19 out. 1941. 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>237</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 13 ago. 1942. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

intelectuais situados tanto no Brasil quanto no exterior era, em certa medida, motivado pelo desejo de trocar informações, realizar reflexões e debater questões, as cartas com Luís da Câmara Cascudo, por exemplo, são regidas, principalmente, pelas expectativas em relação ao trabalho.

As correspondências entre Luís da Câmara Cascudo e Mário de Andrade podem ser interpretadas como possibilidade para que o escritor potiguar atualizasse a província com o cenário cultural do centro-sul por meio da divulgação de revistas literárias, resenha de livros e outras ações intermediadas pelo folclorista paulista, como quando encaminha carta, em 29 de abril de 1930, mencionando ao potiguar que o “*Diário Nacional* quer colaboração semanal de você, é possível? [...] Pagamento, tomo conta disso, fique sossegado. Eu ficava muito alegre vendo você colaborar aqui [...]” (grifo no original).<sup>238</sup> A cooperação que se institui a partir do recebimento dessa solicitação é conteúdo de algumas das missivas posteriores, visto que Mário de Andrade se designa como intermediário entre Luís da Câmara Cascudo e o periódico, assim, em 12 de setembro de 1930, após o envio de alguns artigos para publicação no *Diário Nacional*, o folclorista potiguar encaminha carta justificando a interrupção na contribuição, relatando que “o transtorno em minha colaboração vem dum imprevisto. Minha mulher adoeceu e durante três meses, desde junho, ando para cima e para baixo, catando melhoras para ela [...]”,<sup>239</sup> o que o leva a perguntar, em 05 de dezembro de 1930, se o “[...] *Diário Nacional* inda aceita colaboração ou a suspende. **Eu tenho esperanças de arranjar, pelo tempo adiante uns jornais cariocas e ou paulistas onde escreva. V. quando surgir ocasião aja em meu nome, mano!**” (grifo no original) (grifo nosso),<sup>240</sup> destacando a necessidade de conseguir estabelecer alguma cooperação com periódicos daquela região, visto que, é acometido pela intermitência no pagamento das crônicas que publicava no jornal norte-rio-grandense *A República*. Em resposta, Mário de Andrade indica, em 23 de dezembro de 1930, “vou hoje mesmo ao *Diário Nacional*, tratar do seu caso e ver se querem continuar a colaboração [...]”,<sup>241</sup> além disso, alude ao desconforto em continuar cooperando, pois a mudança na direção do periódico

---

<sup>238</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 29 abr. 1930. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>239</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 12 set. 1930. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>240</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 05 dez. 1930. 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>241</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 23 dez. 1930. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

desencadeou uma sensação de não pertencimento àquele espaço, por isso, o pedido feito por Luís da Câmara Cascudo ocasionaria certo desconforto.

Em outros momentos, Mário de Andrade agiu novamente como mediador dos projetos cascudianos a exemplo de quando o folclorista potiguar o responsabiliza pelo acompanhamento no processo de publicação de uma de suas obras, dessa forma, em 28 de março de 1927, redige para o poeta relatando que “se isto acontecer tudo espero de V. aí para a última vista dolhos nas páginas, escolha de papel e acima de tudo, capa. Uma capa simples, sólida e bonita. Bem espessa. Quer fazer-me isto, Mário?”,<sup>242</sup> posteriormente, em 30 de abril de 1927, o próprio escritor paulista solicita que o nordestino-grandense “[...] prepare os originais do seu livro que quer editar aqui. Estou inteiramente às ordens na vida como na morte”.<sup>243</sup> A cooperação perpassa outros meios de publicação, como retrata a missiva de 06 de setembro de 1925, na qual Mário de Andrade responde a Luís da Câmara Cascudo que pode contar “[...] com minha colaboração pra sua revista **e se quiser a de mais alguém escolha e diga. Tratarei de arranjar [...]**” (grifo nosso),<sup>244</sup> sugerindo a possibilidade de intermediar alguma contribuição intelectual, há também a correspondência, de 27 de abril de 1931, na qual Luís da Câmara Cascudo é solicitado pelo folclorista paulista para indicar e convocar algum pesquisador para colaborar na *Revista Nova*, assim, questiona se o potiguar “[...] não conhece aí pelo Nordeste gente bem abalizada em qualquer assunto, gente bem taca que pudesse escrever alguma coisa pra nós [...] **pode convidar em nosso nome**, mas sempre tomando cuidado que seja gente de taca” (grifo nosso).<sup>245</sup>

Portanto, não só Luís da Câmara Cascudo recebeu benefícios em sua carreira, a partir da troca de correspondências com Mário de Andrade, pois o poeta também foi favorecido como, por exemplo, quando visando estabelecer uma ampla rede de contatos, o potiguar o apresenta a escritores da América Latina, como retrata a missiva, encaminhada em 09 de dezembro de 1925, na qual menciona que “o argentino-colombiano Luis Emilio Soto leu o *Escrava* duas vezes e está suando de entusiasmo.

---

<sup>242</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 28 mar. 1927. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>243</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 30 abr. 1927. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>244</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 06 set. 1925. 02 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>245</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 27 abr. 1931. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.



Mandei seu endereço para que ele enviasse a crônica a respeito do livro”,<sup>246</sup> além disso, posteriormente, em 17 de abril de 1927, Luís da Câmara Cascudo escreve “[...] V. gosta do Eugenio D’Ors? **Quer acamaradar-se?**” (grifo nosso),<sup>247</sup> indicando a possibilidade de intermediar uma parceria intelectual entre o escritor espanhol e Mário de Andrade. As contribuições transitavam por outros meios, como ocorre quando o folclorista paulista solicita, em 03 de fevereiro de 1926, que Luís da Câmara Cascudo “[...] arranje com o Inojosa pra me convidar do Recife pra conferência lá. Você acha que essas conferências me poderiam equilibrar um pouco as finanças? [...] Se as conferências renderem uns dois contos creio que bastará isso, não?”.<sup>248</sup> O questionamento refere-se às despesas do deslocamento que pretendia empreender ao Rio Grande do Norte e Pernambuco, assim, o intermédio de outros intelectuais possibilitaria que, além de divulgar-se nas conferências, angariasse recursos para a execução dos seus planos de viagem.

A correspondência que Luís da Câmara Cascudo envia para Mário de Andrade em 25 de agosto de 1924 pareceu despertar no paulista a abertura necessária para fazer as suas solicitações. Mal sabia o potiguar que quando mencionou “[...] aqui estou às suas ordens, meu caro amigo. Muito me julgarei honrado merecendo uma ordem sua [...]”,<sup>249</sup> o autor de *Macunaíma* iria assoberbar o amigo com tantos pedidos.

Entre as “ordens” havia, sobretudo, o interesse que o potiguar encaminhasse o material folclórico coletado, como o faz em 10 de agosto de 1926 quando pergunta “você por acaso conhece a melodia de alguns aboiados aí do Norte?”, solicitando ainda que o folclorista consulte “[...] amigos aí no Norte, Pará, Amazonas, Sergipe etc. que se possam interessar por mim veja se arranja com eles também alguma coisa”.<sup>250</sup> Em outros momentos parecia usar Luís da Câmara Cascudo como uma espécie de tira-dúvidas, perguntando e pedindo mais explicações como o faz em 08 de março de 1928 acerca do zambê<sup>251</sup>, em 02 de junho de 1930 quando questiona “[...] conhece a

<sup>246</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 09 dez. 1925. 05 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>247</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 17 abr. 1927. 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>248</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 03 fev. 1926. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>249</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 25 ago. 1924. 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>250</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 10 ago. 1926. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>251</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 08 mar. 1928. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

expressão ‘dar chifre enfiado’ ou ‘de chifre enfiado’ [...] É popular?”<sup>252</sup> e até mesmo para saber se “o jacaré dorme de dia?”.<sup>253</sup>

O despertar da troca de correspondências entre eles ocorre a partir da resposta que Mário de Andrade enviou para Luís da Câmara Cascudo, em 14 de agosto de 1924,<sup>254</sup> agradecendo a redação do artigo intitulado *O Sr. Mário de Andrade*, publicado no periódico *A Imprensa* daquele ano. Além disso, menciona que já conhecia Luís da Câmara Cascudo por meio de uma pesquisa acerca das temáticas sertanejas publicada na *Revista do Brasil* pelo escritor norte-rio-grandense, classificando o estilo cascudiano como aquele que provoca o entretenimento por caracterizar-se como “vivaz, serelepe”<sup>255</sup>. Por fim, sugere que sempre terá interesse nos trabalhos do folclorista e incita-o a mandá-los, o que indica o desejo de continuidade na troca de cartas, intensificado ao afirmar que não esquecerá mais dele, sendo grato por saber da sua existência, da existência de mais uma inteligência.

Onze dias após o envio da correspondência assinada por Mário de Andrade, em 25 de agosto de 1924,<sup>256</sup> Luís da Câmara Cascudo responde afirmando que ao manifestar a vontade de conhecê-lo acabou por assanhar uma caixa de maribondo, por isso, com a carta envia dois livros de sua autoria - apresentando *Joio* como o que tem realizado de melhor. Intitula-se como um dos admiradores de Mário de Andrade e conseqüentemente, curioso em saber o que pensa sobre as obras que encaminhou. Ao pedir que o escritor paulista mande uma fotografia de si acaba por sugerir o desejo de não só manter uma correspondência, mas de enxergar aquele com quem se comunica. Por fim, ao incentivar que repasse algo de sua autoria para poder publicar em uma revista da região nos sugere que a conversação estabelecida entre eles caminha para o despertar de uma parceria intelectual.

Só na correspondência de 26 de setembro de 1924 há uma resposta para Luís da Câmara Cascudo, quando o poeta paulista menciona ter lido todo o material enviado pelo folclorista e que a partir disso realizou algumas críticas aos livros, declarando tratar-se de uma opinião particular. Avalia as produções afirmando que, por vezes Luís da Câmara Cascudo, utiliza imagens eruditas que em nada servem, induzindo que as

<sup>252</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 02 jun. 1930. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>253</sup> Idem, ibidem.

<sup>254</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 14 ago. 1924. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>255</sup> Idem, ibidem.

<sup>256</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 25 ago. 1924. 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

comparações devem ser feitas com coisas que ele “vê, toca, não com o que leu nos livros”,<sup>257</sup> apesar disso, o potiguar continuou utilizando tal prática na redação dos seus escritos.

O escritor paulista, sugestionava e, às vezes, até ordenava direcionamentos na prática intelectual desenvolvida por Luís da Câmara Cascudo, muitas delas nem chegaram a ser solicitadas pelo folclorista. Em carta datada de 09 de junho de 1937, por exemplo, Mário de Andrade aconselhava o potiguar a priorizar, em seus estudos, a análise do elemento folclórico, afirmando que

[...] **Você tem a riqueza folclorista passando aí na rua a qualquer hora.**<sup>258</sup> Você tem todos os seus conhecidos e amigos do seu Estado e Nordeste para pedir informações. [...] (grifo nosso).<sup>259</sup>

O parecer acerca das produções intelectuais, confeccionadas por si ou por terceiros, permeia o conteúdo das correspondências de ambos. A escrita desenvolvida pelo potiguar, inclusive, é constantemente objeto de apreciação do paulista. As críticas feitas são unilaterais, e reflexos das relações de poder desenvolvidas entre os amigos. Não há correspondência na qual o potiguar se coloque na posição que Mário de Andrade constantemente assume, isto é, a de autorizar ou não a publicação de uma obra, o desenvolvimento de uma pesquisa ou até mesmo como a narrativa deve ser conduzida.

Nessa perspectiva, Mário de Andrade desenvolve análises como na carta enviada em 1926, quando o escritor paulista referencia alguns dos poemas produzidos por Luís da Câmara Cascudo, encaminhados anteriormente, desaprovando a circunstância na qual eles se encontram, isto é, arquivados. A partir disso, o conteúdo epistolar manifesta certo tom glosador, alertando sobre a necessidade de ele confeccionar seus escritos com paciência, de forma que observe a relevância de realizar consertos no que foi elaborado, indicando que

você vai-me tirar imediatamente do “inferno da biblioteca” como escreveu, os seus livros de versos e vai relê-los e trabalhar-los [...] isto não é só um pedido social não, é ordem de amigo, coisa que se cumpre num átimo sem raciocinar. Deixe-se de preguiça e de tolice, escrever sem consertar depois o que a própria rapidez e veemência de

---

<sup>257</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 26 set. 1924. 02 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>258</sup> Em São Paulo não existia folclore? A afirmação de Mário de Andrade sugere uma vinculação entre as manifestações folclóricas e a região, transparecendo a ideia de que apenas no Nordeste há elementos folclóricos.

<sup>259</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 09 jun. 1937. 03 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

inspiração enfraquece não dá coisa boa quase nunca. **Se o gênio não é uma longa paciência como queria o outro, é incontestável que sem paciência e trabalho refletido, que só pode ser posterior ao momento da criação, não tem quase obra que seja grande** (grifo nosso).<sup>260</sup>

Posteriormente, a ausência de paciência é novamente criticada por Mário de Andrade, na missiva datada de 22 de julho de 1926, ao avaliar o material enviado por Luís da Câmara Cascudo acerca do folclore nacional sugere que ele aja com calma para que a pesquisa folclórica tenha consistência e possa originar uma obra monumental, assim, alerta para que

[...] tome bem cuidado porque tenho a impressão pelo lido e se **você colher com paciência o maior número de lendas possível e as der no livro, tenho a impressão que a obra fica um monumento. E é mesmo por isso que sou severo assim.** Com artigo o pedaço que você me mandou impresso inda passa [...] porém como livro exijo e sei que você pode dar coisa fortíssima (grifo nosso).<sup>261</sup>

A inquietação, alertada por Mário de Andrade, desenvolvida por Luís da Câmara Cascudo ao produzir os seus escritos ocasiona a execução simultânea de projetos díspares, o que é motivo de julgamento do poeta em correspondência, de 22 de janeiro de 1928, quando menciona que, apesar das produções cascudianas serem permeadas por um frequente “interesse brasileiro”,<sup>262</sup> o folclorista deveria focar na elaboração de uma obra por vez e de preferência que essa seja relativa às tradições nacionais, assim, indaga

Praqê que você em vez de dar fim pras Lendas e Tradições já encaminhadas se mete fazendo mais projeto de livro e inda mais o enorme do livrão em três volumes que projetou? [...] **o que vejo nessa porrada de projetos encolarados é o espírito dispersivo se intrometendo na dança e não deixando você puxar feira direito** [...] (grifo nosso).<sup>263</sup>

O estilo desenvolvido por Luís da Câmara Cascudo é objeto de reflexão do próprio potiguar que, em 28 de abril de 1926, informa o estágio no qual se encontra a sua escrita relatando que “meu livro vai se arrastando, **foram surgindo notas e mais**

<sup>260</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. Ano-Bom de 1926. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>261</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 22 jul. 1926. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>262</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 22 jan. 1928. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>263</sup> Idem, ibidem.

**notas e eu fui aproveitando, aproveitando, desdobrando, cotejando e o livro crescendo** como rabo de orçamento” (grifo nosso), <sup>264</sup> tal alusão nos permite compreender que o seu processo de criação engloba uma pesquisa que laboriosamente se consoma, visto que, padece de constantes acréscimos. Posteriormente, em 18 de maio de 1926, nos concede outra pista sobre o que determina a lentidão no seu processo de escrita, trata-se do desenvolvimento de ofícios simultâneos, dessa forma, revela que “estou arrastando os livros porque me meti com meu Pai em comércio [...]”. <sup>265</sup> No domingo de páscoa de 1927, Luís da Câmara Cascudo escreve a Mário de Andrade em resposta ao questionamento feito pelo escritor paulista acerca da evolução das suas pesquisas, alegando que a interrupção no processo de escrita deve-se ao desejo de produzir algo amadurecido, assim, o silenciamento acerca dos livros diz respeito à circunstância de que “[...] não quero dar um artigo. Nem uma nota. **Desejo bater um ensaio, livro bem vivido**, com traços pessoais de correspondência, de observação e de lembrança física [...]” (grifo nosso). <sup>266</sup>

Apesar, da criticidade que permeia a escrita de Mário de Andrade, e se revela em algumas das avaliações das obras de Luís da Câmara Cascudo, as correspondências anunciam exaltações como a que realiza na missiva de 06 de agosto de 1929, quando glorifica a produção de uma pesquisa etnográfica e frisa a importância de que ele continue empenhado na confecção da obra acerca da literatura oral, apontando-a como possível complementação e motivo de aclamação, assim, menciona que “quanto à arquitetura do Etnografia tradicional do Nordeste brasileiro achei muito boa, sempre contando com o livro Literatura oral que virá completá-lo depois. **Será o seu monumento, mano e só pensar nisso já vou ficando feliz, feliz, é bom ter manos [...]**” (grifo nosso). <sup>267</sup> Enaltecimento semelhante ao que emprega na carta escrita durante o carnaval de 1944 quando se refere à obra *Antologia do Folclore Brasileiro*, indicando que se tornará referência e meio de consulta, desse modo, afirma

[...] estive outro dia na Livraria Martins e ele me mostrou as provas da sua antologia folclórica, vai sair um livrão nos dois sentidos. **Estive compulsando o seu trabalho. Franqueza: é excelente. Quanta**

<sup>264</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 28 abr. 1926. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>265</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 18 mai. 1926. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>266</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 17 abr. 1927. 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>267</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 06 ago. 1929. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

**gente agora vai bancar o “científico” citando as fontes através do canal que você lhes abriu [...] (grifo nosso).<sup>268</sup>**

A exaltação das obras produzidas por Luís da Câmara Cascudo, que figurava nas missivas, era produzida não só por aqueles com quem se correspondia e solicitava apreciação das pesquisas, mas pelo próprio folclorista. Nessa perspectiva, em relação à obra *Poética Sertaneja* ele declara, em 26 de agosto de 1931, que reflete uma pesquisa única tanto por abarcar “[...] documentação inédita e original”,<sup>269</sup> quanto por distinguir-se do que foi feito até então, pois “[...] até aqui. Você deve ter notado que os folcloristas revelam a poesia sertaneja **sem a menor explicação de sua evolução e técnica** [...] Só se fala em martelo e colcheia e ninguém diz o que é e como se formou [...] **Eu tentei fazer uma coisa assim**” (grifo nosso),<sup>270</sup> isto é, o que foi produzido por Luís da Câmara Cascudo diferencia-se das demais por contemplar reflexões em torno da emergência – caracterizando a *busca pelas origens*, um dos estágios da pesquisa folclórica - e definição de tal elemento. Anteriormente, em 08 de junho de 1931, o escrito foi referenciado quando questionou Mário de Andrade acerca das suas impressões relativas à obra, garantindo que “não conheço em folclore coisinha parecida com aquele jeito”.<sup>271</sup>

Posteriormente, em 29 de fevereiro de 1944, declara pensar em confeccionar um segundo tomo da obra citada por Mário de Andrade como um “trabalhão útil”,<sup>272</sup> mas suas ressalvas partem do que ironiza denominar de “[...] os “folcloristas” brasileiros são três ou quatro e os “folcloristas oficiais” são uns quarenta”,<sup>273</sup> ou seja, a parcela daqueles que Luís da Câmara Cascudo considera como propriamente folcloristas não é condizente com a quantidade que se intitula como tal, além disso, ressalta que o posicionamento folclórico que apresenta seria motivo de afastamento, assegurando que

<sup>268</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 22 fev. 1944. 03 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>269</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 26 ago. 1931. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>270</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>271</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 08 jun. 1931. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>272</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 13 ago. 1944. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>273</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 29 fev. 1944. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

“[...] não quero brigar.<sup>274</sup> Sou o único a não brigar mesmo quando se trata da suprema tentação exibicionista de discutir escolas<sup>275</sup> [...]”.<sup>276</sup>

Em correspondência, de 26 de setembro de 1924, Mário de Andrade relata que está fugindo do Movimento Regionalista, enquanto pensamento literário, por considerá-lo uma ameaça, assim, acaba por nos apresentar certo direcionamento na sua produção intelectual, além de, ao aconselhar que o escritor norte-rio-grandense faça o mesmo, assinala a ânsia por estabelecer uma aproximação intelectual por meio de outro movimento artístico, isto é, o Modernismo, processo que só seria permitido “[...] graças a essa “fuga do regionalismo”. Finaliza mencionando a expectativa por receber fotografias para que possa saciar a sua “fome pelo Norte”,<sup>277</sup> além de expressar o desejo de conhecer pessoalmente o provinciano incurável. O debate acerca do Movimento Regionalista iria figurar o conteúdo de outras missivas trocadas entre Mário de Andrade e Luís da Câmara Cascudo, a exemplo da enviada em 01 de março de 1927 na qual o poeta declara ter misturado

completamente o Brasil inteirinho como tem sido minha preocupação desde que intentei me abrasileirar e trabalhar o material brasileiro. **Tenho muito medo de ficar regionalista e me exotizar pelo resto do Brasil [...]** (grifo nosso).<sup>278</sup>

A missiva, de 22 de agosto de 1925, recebida por Mário de Andrade tem como anexo “[...] o convite<sup>279</sup> para o Primeiro Congresso Regionalista do Nordeste”,<sup>280</sup>

<sup>274</sup> As pesquisas realizadas por Luís da Câmara Cascudo interessavam principalmente aos folcloristas estrangeiros, o que gerava desavenças com outros intelectuais a exemplo de Renato Almeida que considerava que o direcionamento para o âmbito internacional só deveria ser feito quando já estivesse consolidado no contexto nacional.

<sup>275</sup> Luís da Câmara Cascudo e Mário de Andrade apesar de, convergirem ao entender o folclore como melhor caminho para preservação da cultura nacional, e compreenderem o seu registro como empreendimento indispensável no período de modernização do país, em alguns momentos, apresentavam pensamentos dispares no tocante a relação que tal elemento estabelecia com o avanço da modernidade. O primeiro acreditava na sobrevivência folclore, apesar de supor que esse iria perder suas características originais ao realizar transformações para se adaptar à nova realidade, já o segundo considerava que o desenvolvimento do progresso acarretaria uma perda dos costumes folclóricos, discurso caracterizado por uma retórica da perda.

<sup>276</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>277</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 26 set. 1924. 02 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>278</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 01 mar. 1927. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>279</sup> O programa-convite do I Congresso Regionalista do Nordeste é produzido por Gilberto Freyre e Olidon Nestor.

<sup>280</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 22 ago. 1925. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

enviado por Luís da Câmara Cascudo,<sup>281</sup> sugerindo que “se V. não tem tempo de rabiscar em cima de alguma tese, assinale uma ou umas [...]”.<sup>282</sup> Em 06 de setembro de 1925 o folclorista paulista responde à carta indicando abraçar tal proposta e imbuindo o potiguar de divulgar, tal acordo, porém, tece algumas críticas relacionadas ao conteúdo elencado no programa, ressaltando sua oposição ao pensamento regionalista, apesar de salientar que

**O tal do Congresso Regionalista me deixou besta de entusiasmo.** Em tese sou contrário ao regionalismo. Acho desintegrante a ideia de nação e sobre este ponto muito prejudicial pro Brasil já tão separado. Além disso fatalmente o regionalismo insiste sobre as diferenciações e as curiosidades salientando não propriamente o caráter individual psicológico duma raça porém os seus lados exóticos [...]. **Se a minha adesão vale de alguma coisa aí vai sincera com uma enorme sodade mandada pra esse Nordeste [...]** (grifo nosso).<sup>283</sup>

Após empreender viagem para Recife, sede do Movimento Regionalista, Luís da Câmara Cascudo escreve correspondência para Mário de Andrade, em 09 de dezembro de 1925, proclamando que ao se deparar com aquilo que denomina de “gente moderna do Norte”<sup>284</sup> permaneceu melancólico, a partir disso, descreve a capital pernambucana por meio do emprego de termos relativos à influência estrangeira, assim, afirma ter deduzido

o que vem a ser o “intelectualismo” de lá. **É unicamente elegante, brunido, bebedor de chá, lambedor de sorvete, dançador de fox e guiador de automóvel.** Nada íntimo, intenso, sentido, subjetivo, real, integralizando o sonho no trabalho. V., seu Mário, é ali em Recife, um ser anormal, enorme, gigantesco, temido, apavorando tudo (grifo nosso).<sup>285</sup>

Anteriormente, em 19 de maio de 1925, Luís da Câmara Cascudo direciona correspondência para Mário de Andrade declarando que o escritor paulista conquistou um amigo e, por isso, ressalta o desejo de visitá-lo em sua residência. Além disso,

<sup>281</sup> Sobre a relação entre Luís da Câmara Cascudo e o Movimento Regionalista. Cf. NETO (2008).

<sup>282</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 22 ago. 1925. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>283</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 06 set. 1925. 02 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>284</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 09 dez. 1925. 05 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>285</sup> Idem, ibidem.



sugere que o poeta faça uma visita ao Norte,<sup>286</sup> visitando tanto o Rio Grande do Norte quanto Pernambuco, oferecendo a sua casa como hospedagem indicando o desejo de fazê-lo conhecer “casas, vaqueiros, lobisomens, matutos, anedoteiros [...]”.<sup>287</sup> Antes de receber uma resposta, o folclorista potiguar envia outra missiva, em 21 de maio de 1925, acompanhada de uma fotografia da Praia da Redinha em Natal, com isso afirma “receba e mire o Rio Grande do Norte”,<sup>288</sup> declarando que nela está retratado o vaqueiro legítimo. Trata-se de uma carta significativa por comunicar que está *folclorizando*, isto é, envolto no desenvolvimento de alguma pesquisa folclórica.

Mário de Andrade redige resposta em 26 de junho de 1925 e estimulado pelo recebimento da fotografia reitera que tem fome pelo Brasil, sugerindo que “tem momentos em que eu tenho fome, mas positivamente fome física, fome estomacal de Brasil”,<sup>289</sup> motivada por aquilo que denomina de “ânsia brasileira”, indicando que aspira visitá-lo no Norte. Por meio do envio do poema acreano evidencia-se o direcionamento da missiva para o compartilhamento intelectual, ampliado a partir da afirmação sobre o interesse nos resultados do processo de “folclorização”, mencionado anteriormente por Luís da Câmara Cascudo, curiosidade que seria ocasionada por serem confeccionados por seu amigo e porque são resultados do trabalho de uma inteligência.

A discussão acerca daquilo que seria fundamentalmente nacional também perpassa a correspondência estabelecida com Monteiro Lobato, assim, em 26 de setembro de 1920, o editor paulista ressalta o estabelecimento de uma sociabilidade que possibilitou a contribuição intelectual mútua com Luís da Câmara Cascudo. Trata-se de uma resposta a afirmação de que o intelectual potiguar irá enviar os escritos produzidos acerca do sertão para a *Revista do Brasil*, o conteúdo da missiva permite-nos compreender uma identificação das pesquisas cascudianas com os objetivos propostos pelo periódico, visto que, seria voltado para as “[...] impressões pessoais, directas, sobre as nossas coisas [...] 'causos', anedotas, etc e bem rescendente ao sabor da terra”.<sup>290</sup> Assim como Mário de Andrade o faz, Monteiro Lobato, menciona o desejo em conhecer

---

<sup>286</sup> A ideia de “Nordeste” só surgiu a partir do início do século XX proveniente de inúmeros discursos que respaldaram a sua “invenção”. Até então essa região era denominada de “Norte” e seus habitantes “nortistas”. Cf. ALBUQUERQUE, JR. (2009)

<sup>287</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 19 mai. 1925. 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>288</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 21 mai. 1925. 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>289</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 26 jun. 1925. 02 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>290</sup> LOBATO, José Bento Renato Monteiro. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 26 set. 1920. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

a região explorada pelo folclorista, isto é, o espaço sertanejo. Além disso, ao afirmar que “o mal do Brasil é conhecermo-nos mal, e pior ainda às nossas cousas”,<sup>291</sup> o produtor paulista expõe não só um dos traços da produção intelectual que desenvolve, mas também o que caracterizaria a produção de Luís da Câmara Cascudo, ou seja, a busca por aquilo que se revela como essência do brasileiro.

Com Monteiro Lobato a relação se intensifica quando Luís da Câmara Cascudo assume o posto de colaborador da *Revista do Brasil*, coordenada pelo escritor paulista. Periódico que assim como outros do período são utilizados como espaços de experimentação pelos intelectuais, nessa perspectiva, o debate realizado nas páginas dessa revista se transfere para as correspondências, possibilitando que os dois escritores realizassem críticas, indicassem obras, compartilhassem ideias e outras ações.

Portanto, o relacionamento que construiu com Monteiro Lobato, ao perpassar a escrita epistolar, nos revela que as redes de colaboração que produziram eram permeadas por influências mútuas que exerceram no projeto literário e folclórico de ambos, simbolizando os interesses que respaldaram essa amizade, como quando o editor paulista objetivando, tornar conhecida a produção intelectual literária recente do Brasil, interpõe a instalação do diálogo entre o potiguar e a Argentina, fazendo com que Luís da Câmara Cascudo se tornasse conhecido naquele país sul-americano.

Processo que nos sugere que as correspondências possibilitavam não só a coleta de informações, mas também a circulação de ideias e o estabelecimento de parcerias, como o faz Renato Almeida ao encaminhar correspondência, em 04 de fevereiro de 1929, para Luís da Câmara Cascudo agradecendo a recepção que o folclorista demonstrou ter por aquilo que denomina de Movimento Brasileiro,<sup>292</sup> além disso, o musicólogo sugestiona o estabelecimento de uma colaboração ao mencionar que

[...] **na promessa de que fará alguma coisa em favor da revista**, convido-o para ser nosso representante no Rio Grande do Norte, enviando-me notas sobre a vida ahi, sobre a actividade mental do estado e dos visinhos e se for possível, fazendo penetrar a revista [...]. (grifo nosso).<sup>293</sup>

<sup>291</sup> Idem, ibidem.

<sup>292</sup> Trata-se de uma revista de publicação mensal editada por Renato Almeida e descrita como aquela que engloba todos “os modernos do Brasil” contribuindo para o desenvolvimento de estudos sobre o modernismo brasileiro, em depoimento afirma que “Depois o modernismo venceu, não havia mais necessidade de propaganda. A propaganda era ele próprio e a afirmação dos grandes escritores modernos que apareceram depois [...]”. In: **Depoimento de Renato Almeida**. Disponível em <https://www.unicamp.br/~boaventu/page9a.htm> acesso em 22 abr. 2020.

<sup>293</sup> ALMEIDA, Renato. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 04 fev. 1929. 02 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

Como destaca o trecho sinalizado, a colaboração se desenvolveria mutualmente, isto é, beneficiaria este e aquele. Ao obter o posto de representante do periódico no Rio Grande do Norte, Luís da Câmara Cascudo responsabilizar-se-ia pelo: a-) compartilhamento dos trabalhos “[...] sobre folk-lore que estimaria conhecer mais de perto”;<sup>294</sup> b-) uso do prestígio para indicar “[...] nomes, nos estados do norte, que possam ser também nossos representantes”;<sup>295</sup> c-) auxílio na composição do quadro de informações brasileiras do movimento.

Renato Almeida se tornou o símbolo da Comissão Nacional de Folclore e, conseqüentemente, das ações empreendidas por essa instituição, o que, por vezes, ocasionava atritos com outros folcloristas. Com Luís da Câmara Cascudo a relação foi conturbada, com aproximações e distanciamentos.

Para entendê-la devemos remeter à 30 de abril de 1941, quando o folclorista potiguar cria a Sociedade Brasileira do Folclore, entendida como uma institucionalização da sua rede de sociabilidades. Os propósitos que acompanham a sua fundação remetem ao estudo, pesquisa e sistematização do folclore, os especialistas vinculados à SBF deveriam pesquisar, registrar e arquivar as manifestações folclóricas.

A Sociedade defendia que fosse separado e classificado tudo o que fosse coletado, de forma que o trabalho da instituição se tornasse simplificado. Além dessa finalidade, podemos interpretar que o desejo de pôr em ordem tal material, alude a tentativa de valorizar o método que Luís da Câmara Cascudo utilizava e que expõe em obras como o *Dicionário do Folclore Brasileiro*.

O plano da instituição era fundar subcomissões em todo o território nacional, contudo, no Rio de Janeiro – então capital federativa – o folclorista não encontra abertura. Apesar de afirmar que não considerava um problema não ter conseguido estender a atuação da SBF para tal cidade, o surgimento da Comissão Nacional de Folclore seis anos após a tentativa frustrada desperta um sentimento de rejeição.

Com a fundação dessa entidade nacional, a circulação de ideias foi ampliada e as redes intelectuais e relações de poder foram ainda mais acirradas. Tal instituição por mais que tivesse caráter “federativo”, tinha como um dos seus objetivos a expansão para todos os estados brasileiros e para isso deveriam ser criados subcomitês regionais.

---

<sup>294</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>295</sup> Idem, *ibidem*.

Desenrolou-se a partir disso uma tensão entre o presidente da CNFL e o da SBF, Renato Almeida e Luís da Câmara Cascudo <sup>296</sup> respectivamente.

Foi preciso que o presidente da Comissão Nacional de Folclore solicitasse diretamente ao folclorista potiguar a filiação da Sociedade Brasileira do Folclore, já que até então Luís da Câmara Cascudo não o havia feito. Além disso, houve o pedido de indicação do intelectual que seria o secretário-geral da subcomissão do Rio Grande do Norte.

Do jeito que foi pedido, o potiguar não o fez. Ele só atendeu ao pedido da indicação de um representante, sugerindo o nome do então secretário-geral da SBF - Manuel Rodrigues de Melo. Renato Almeida pareceu entender que tal nomeação seria a possibilidade de trabalhar em harmonia com Luís da Câmara Cascudo e a Sociedade Brasileira do Folclore.

Porém, Luís da Câmara Cascudo não participava das Semanas de Folclore, não comparecia às reuniões de planejamento do I Congresso Brasileiro de Folclore<sup>297</sup> – mesmo ocupando o posto de vice-presidente da comissão organizadora – e a própria Comissão Rio-Grandense do Norte de Folclore não era citada, sugerindo a falta de realização de atividades da referida comissão.

Após a realização do congresso, Luís da Câmara Cascudo continuava à margem, não sendo citado como um dos protagonistas desse movimento folclórico. Não tardou para que o potiguar não fosse apresentado como uma das opções para a organização do II Congresso Brasileiro de Folclore.

O não-convite não pareceu ter sido objeto da atenção do folclorista que, naquele período, continuava alheio as ações da Comissão Nacional de Folclore. Porém, a situação se modifica quando é criado um plano nacional de incentivo à produção folclórica que seria executado por um grupo de trabalho composto por Renato Almeida, Joaquim Ribeiro, Manuel Diéguas Junior, Edison Carneiro e Rossini Tavares de Lima, todos em parceria com a CNFL.

Essa exclusão, por sua vez, impactou Luís da Câmara Cascudo e desencadeou o envio de correspondência para o Ministro Clóvis Salgado. Em 03 de dezembro de 1957, Luís da Câmara Cascudo constata que os sujeitos que compõe o referido grupo de

---

<sup>296</sup> O folclorista potiguar sofreu uma decepção dupla, além de não conseguir fundar a subcomissão da SBF no Rio de Janeiro, Luís da Câmara Cascudo viu suas esperanças extinguidas ao saber que, com a criação da Comissão Nacional de Folclore, a Sociedade Brasileira do Folclore dificilmente se tornaria de âmbito nacional.

<sup>297</sup> Os Congressos Brasileiros de Folclore foram organizados pela Comissão Nacional de Folclore como estratégia de encontros para diálogos acerca das pesquisas individuais e coletivas de seus integrantes.

trabalho estão interligados pela CNFL – conexão que ele não possui – e reconhece a relevância do trabalho de todos, mas ojeriza a fala do então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, afirmando que foi excluído “[...] oficialmente do Folk-lore quando sou o responsável pela **maior bibliografia na espécie**”<sup>298</sup> (grifo nosso). Mencionando ainda o descontentamento em relação à ausência da SBF que mesmo “[...] com 39 anos de pesquisa, estudo, confronto e livro publicado [...]” foi omitida, concluindo que tal apagamento “[os] feriu diretamente” (grifo nosso).<sup>299</sup>

Em resposta, Clóvis Salgado se isenta do episódio afirmando que tal decisão foi anterior à sua gestão, e, buscando amenizar o desconforto do folclorista, afirma que tanto ele quanto o Presidente da República reconhecem que Luís da Câmara Cascudo é o autor da maior bibliografia de folclore existente e que os membros do grupo de trabalho não pretendem menosprezá-lo.

O *Dicionário do Folclore Brasileiro* é reflexo de tal relacionamento. Apesar de fazer referências à produção folclórica do baiano não há, em nenhuma das edições, a presença de um verbete biográfico para Renato Almeida, como Luís da Câmara Cascudo costumava fazer com outros intelectuais do folclore. Esse é mencionado como colaborador quando envia para o potiguar o verbete relativo à Carta do Folclore Brasileiro.

#### CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO -

**Documento condensando os princípios fundamentais, as normas de trabalho e as diretivas que devem orientar as atividades do folclore brasileiro**, de acordo com as conclusões aprovadas no I Congresso Brasileiro de Folclore, reunido no Rio de Janeiro, de 22 a 31 de agosto de 1951.

**Os pontos mais importantes desse documento, em 24 itens, estão contidos no I item**, que reconhece o estudo do folclore como integrante das ciências antropológicas e culturais, e lhe dá como esfera de ação não só a cultura espiritual, como a material do povo; caracteriza o fato folclórico como as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição popular e pela imitação, sem influências de círculos eruditos; reconhece como idôneas as observações levadas a efeito sobre a realidade folclórica, sem o fundamento tradicional, bastando que sejam respeitadas as características de fato de aceitação coletiva, anônimo ou não, e essencialmente popular; e aconselha, para as pesquisas folclóricas, métodos próprios, de preferência os histórico-culturais. Estatui a Carta a elaboração de um plano nacional de pesquisa folclórica, que vise ao

<sup>298</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Clóvis Salgado. 03 dez. 1957. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>299</sup> Idem, *ibidem*.

levantamento, dentro de bases e princípios científicos, dos motivos folclóricos, em todo o país, estabelecendo que os trabalhos de pesquisa devem ser feitos por equipes, cuja constituição prevê, obedecendo às normas metodológicas das ciências sociais. Aconselha o levantamento de vários fatos folclóricos para o estabelecimento de um calendário folclórico e de mapas e cartas das várias unidades da federação. Reconhece a conveniência de assegurar-se o mais completo amparo às artes populares, ao artesanato e à indústria doméstica, auxiliando-se as iniciativas que digam respeito ao seu desenvolvimento e à proteção aos artistas populares. Considera o cancionário folclórico infantil fato de educação, e recomenda o seu levantamento da forma mais completa possível, estabelecendo as diretrizes que deve seguir esse trabalho. Protesta contra alterações e deturpações de motivos folclóricos e solicitando que uma lei torne obrigatória a transcrição, nas composições que os utilizem, dos temas folclóricos, indicando sua precedência. Formula um apelo ao Presidente da República para que crie um organismo de caráter nacional que se destine à defesa do patrimônio folclórico do Brasil e à proteção das artes populares, **apelo que foi atendido pelo Presidente Juscelino Kubitschek, com o Decreto n.º 43178, de 5 de fevereiro de 1958, que criou a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, no Ministério da Educação e Cultura.**

Recomenda, para proteger os produtores de inventiva popular, tanto os de caráter lúdico e religioso, como os de caráter ergológico, a criação de um museu nacional e de museus locais de folclore, bem assim que se protejam os grupos folclóricos, as suas apresentações e festas. Apela para as autoridades competentes a fim de que sejam criadas cadeiras de folclore, nas faculdades de Filosofia, e para que em todos os conservatórios de música, oficiais ou oficializados do país, figure a cadeira de folclore. Estimula a criação em estabelecimentos de ensino secundário e normal de centros de pesquisa folclórica e reconhece a necessidade de se formar uma biblioteca brasileira de folclore, editando-se obras originais e reeditando-se livros fundamentais, já esgotados, bem como incluindo-se nessa coleção traduções de obras científicas em que se encontrem o folclore nacional. Aconselha várias publicações, inclusive de uma revista, cooperação com órgãos de turismo. Recomenda um contato íntimo com agentes do IBGE e com o professorado primário, como elementos valiosos de pesquisas e levantamento do folclore regional. **Encontram-se ainda outras recomendações de menor importância ou que não foram possíveis de serem conduzidas a bom termo. Naturalmente, muitas delas não poderiam ser realizadas pela Comissão Nacional de Folclore do IBECC e suas entidades estaduais, mas, com a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, órgão governamental com possibilidades materiais, poderão ser levadas a bom termo, particularmente no tocante à pesquisa e à coleta do nosso folclore. Resoluções dos congressos subsequentes, o II em Curitiba (1953), o III na Bahia, em 1957, e o IV, em Porto Alegre (1959), reviram certos pontos da Carta do Folclore Brasileiro, cuja importância fundamental reside na conceituação ampla do folclore e na caracterização de seus fenômenos (Renato Almeida, Rio de Janeiro). (grifos nossos)**<sup>300</sup>

<sup>300</sup> CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 3.ed. 2 vol. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1972, p. 232-233.

Tal verbete, confeccionado por Renato Almeida, não apresenta uma cópia da Carta do Folclore Brasileiro, mas, como o próprio intelectual afirma, um condensado das principais ideias. Os trechos destacados evidenciam a presença direta do folclorista baiano na escolha do que apresentar em tal definição.

Suas escolhas são significativas <sup>301</sup>, pois refletem a interpretação que constrói do documento, apontando, por exemplo, que a importância central da carta estaria na conceituação do folclore e na caracterização dos fenômenos folclóricos. Além disso, indica que muitas das recomendações não foram conduzidas corretamente e isenta a Comissão Nacional do Folclore dessa responsabilidade.

O verbete CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO aparece nas primeiras publicações do dicionário, mas é excluído <sup>302</sup> posteriormente, na edição revisada por Luís da Câmara Cascudo em 1979. Ocorrência que intensifica a tese de que havia certa tensão entre ambos, além disso, as comparações entre o potiguar e Renato Almeida, e entre as instituições que presidiam estimulam a divergência. Alguns inquiriam quem era o maior representante dentro do Movimento Folclórico Brasileiro e já naquela época surgiam comentários acerca da relação conturbada dos folcloristas.

A conversação que Luís da Câmara Cascudo estabelece com Renato Almeida, por meio das correspondências, corroborou com tal pensamento. Assim, na missiva de 10 de agosto de 1952, após alguns anos de correspondência, Renato Almeida envia carta para Luís da Câmara Cascudo indicando que essa não se destina ao intelectual, mas ao amigo, o que nos sugere que a escrita se direciona a questões particulares à relação estabelecida entre o remetente e o destinatário. Tal suposição se confirma quando o musicólogo menciona fazer, por meio do envio da missiva, “[...] um esforço para **salvar uma amizade** que tanto prezo e me habituei a tê-lo, como dos meus, que me custaria muito arrancar desse convívio [...]” (grifo nosso). <sup>303</sup>

O incômodo se revela a partir da dedicatória feita, pelo folclorista potiguar, em uma de suas obras, nela “[...] em que sou "Renato Almeida" e você "Luís da Câmara

---

<sup>301</sup> A menção à Juscelino Kubitschek, demonstra que os laços desenvolvidos por Renato Almeida com o governo não acabaram com o fim do Estado Novo. Ele parecia continuar a se colocar como porta-voz do Estado para a sociedade, ampliando a estrutura de sociabilidade que criou anteriormente e sendo beneficiado por essa.

<sup>302</sup> Ele também não aparece na reedição comandada por Laura Della Monica em 2000.

<sup>303</sup> ALMEIDA, Renato. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 10 ago. 1952. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

Cascudo" [...]",<sup>304</sup> o desconforto é ocasionado pela formalidade com a qual foi escrita o que, por sua vez, indicaria a existência de algum aborrecimento entre ambos. Posteriormente, atribui a Comissão Nacional de Folclore a origem do desgosto, revelando que o projeto se desenvolve "[...] em torno de um ideal, que você foi o primeiro a me inculcar com tanta veemência [...]",<sup>305</sup> ao questionar "[...] como seria possível um movimento sem sua autoridade?"<sup>306</sup> ressalta a importância da participação de Luís da Câmara Cascudo em qualquer atividade folclórica, porém, assinala que o folclorista potiguar sempre foi

[...] esquivo. Atendeu-me é certo, mas sempre sem entusiasmo. Nunca recebi sugestões suas, **nunca o senti ao meu lado**, como quisera, orientando a ação e pondo a máquina para frente. Em Maceió, você foi pouco generoso para comigo (**pelo menos assim o senti**) (grifo nosso).<sup>307</sup>

Por fim, declara

Não lhe estou pedindo nada. **Sou e serei seu amigo e não deixarei de querer bem fraternalmente a você**. Quisera voltar ao que eramos - e não deixei de ser e creio que você também não deixou - e, se há da sua parte qualquer motivo para isso, me diga, como lhe estou dizendo o que sinto da sua. Claro que minha admiração por você e pela sua obra, nada sofre, e as divergências mesmo que possam existir em certos pontos-de-vista (teórico, é certo) continuam. Mas que importa isso? **Quisera ver terminado esse maldito gelo em nossa amizade** e, em testemunho disso, receber outro cartão para a dedicatória do seu livro. **Quando a gente não é mais jovem, não pode perder afeições e por isso lhe escrevo esta carta, vinda do coração, que você receberá como o testemunho de uma amizade [...]** (grifo nosso).<sup>308</sup>

Anteriormente, o musicólogo já havia enviado correspondência para Luís da Câmara Cascudo lamentando a distância que se impôs na amizade que construíram. Assim, em 21 de julho de 1942, comunica que "[...] você me deve não sei quantas cartas e não sinto vontade de conversar com você. Estou absolutamente zangado e não sei a

---

<sup>304</sup> Idem, ibidem.

<sup>305</sup> Idem, ibidem.

<sup>306</sup> Idem, ibidem.

<sup>307</sup> Idem, ibidem.

<sup>308</sup> Idem, ibidem.



que atribuir o seu silêncio. Se não for por motivo ponderável, que espero não aconteça, será que é só falta de educação? [...]”.<sup>309</sup>

A correspondência expõe as tensões entre o mundo folclórico desses intelectuais, a partir, por exemplo, da ausência de Luís da Câmara Cascudo nas atividades comandadas pela Comissão Nacional de Folclore, mantendo-se alheio aos rumos dessa instituição. O surgimento desse órgão inclusive, como mencionado anteriormente, é motivo de ressentimentos entre esses folcloristas. Na missiva de 16 de fevereiro de 1948, por exemplo, Renato Almeida afirma

Ora, Cascudo, então v. realiza uma obra do significado da sua, que impôs seu nome, como de uma autoridade, e vem dizer que a sociedade é o que valoriza. Exatamente o contrário. Você é que, juntando a Sociedade ao seu nome, faz com que a gente se aperceba da sua existência. Eu não posso discutir a Sociedade no plano da CN [Comissão Nacional], porque ela é você.<sup>310</sup>

Tal epístola é uma resposta à angústia relatada por Luís da Câmara Cascudo acerca do surgimento da CNFL, o potiguar acreditava que tal instituição poderia atrapalhar o desenvolvimento da Sociedade Brasileira de Folclore, presidida por ele. Renato Almeida, contudo, parecia se esforçar para manter o “amigo” inteirado das ações desenvolvidas pela Comissão Nacional de Folclore, a exemplo da missiva, de 28 de julho de 1965, que comunica a comemoração do Dia do Folclore em todo o país, questionando “porque o Rio Grande do Norte, pátria do grande mestre do folclore brasileiro, não colabora conosco?”<sup>311</sup>, sugerindo que Luís da Câmara Cascudo incentive a participação das escolas com o desenvolvimento de “[...] trabalhos, palestras, cantorias e dramatizações, a exemplo do que se faz em alguns Estados”.<sup>312</sup>

Algumas décadas após o envio dessa correspondência, em 14 de agosto de 1974, Renato Almeida endereça outra missiva para Luís da Câmara Cascudo informando estar afastado das atividades folclóricas e questionando a ausência de notícias acerca do folclorista potiguar. O que nos revela que as lamúrias também permeiam a confecção de algumas das *cartas perguntadeiras*, como Luís da Câmara Cascudo o faz na

<sup>309</sup> ALMEIDA, Renato. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 21 jul. 1942. 02 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>310</sup> ALMEIDA, Renato. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 16 fev. 1948. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>311</sup> ALMEIDA, Renato. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 28 jul. 1965. 02 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>312</sup> Idem, *ibidem*.

correspondência, de 03 de novembro de 1940, enviada a Manuel Nunes Pereira, quando lastima a criticidade com que a sua obra é lida, afirmando que

no final das contas, **eu sou um provinciano, bicho de conta, morando a 2.400 quilômetros do Rio de Janeiro, escrevendo sem autorização da Cidade Maravilhosa e suas pompas.** É natural que irrete e se faça um silenciosinho derredor do ousado catucador dos bonzo. Sempre é fácil citar quem vive morando na primeira folha dos jornais (grifo nosso).<sup>313</sup>

As correspondências enviadas para Mário de Andrade, também são permeadas por lamentações e revelam momentos particulares da trajetória intelectual desses sujeitos. Em 18 de junho de 1937, Luís da Câmara Cascudo enfatiza a afeição que tem pela amizade que estabeleceu com o poeta e agradece a compreensão do momento que, em carta anterior, declarou estar vivenciando, afirmando ser “[...] tristeza, desânimo, apatia, solidão. Caiu-me a pedra no pé e o meu berro instintivo e natural foi para você. Deduza daí a confiança, certeza, a lealdade em que tenho nossa velha amizade” (grifo nosso).<sup>314</sup> Preconizando a necessidade de uma pausa, pois se trata de uma

[...] situação inteiramente nova para mim e careço de tempos para voltar à tona e consertar a respiração. Venho pedir-lhe, numa confissão ultra-amistosa, para desobrigar-me do que é para mim materialmente intransponível [...] Melhor é calar.<sup>315</sup>

A missiva remete a condição relatada por Luís da Câmara Cascudo, em 09 de junho de 1937, quando escreve a Mário de Andrade solicitando que “[...] consiga de algum jornal daí uma colaboração remunerada para este seu companheiro. Até 100\$ mensais servir-me-ão para o leite de Ana Maria. Poderei dar artigos de divulgação histórica, folclórica, bibliográfica, curiosidades, etc”,<sup>316</sup> dificuldade experimentada devido ao fato de ganhar “[...] uma miséria como professor e dez pessoas de família que sustento não podem esperar pão de outra parte. Nada posso nem devo solicitar ao governo e o mesmo à oposição”.<sup>317</sup>

<sup>313</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Manuel Nunes Pereira. 03 nov. 1940. 04 fls. Localizado em: Divisão de Manuscrito/Coleção Nunes Pereira/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>314</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 18 jun. 1937. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>315</sup> Idem, ibidem.

<sup>316</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 09 jun. 1937. 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>317</sup> Idem, ibidem.

O desabafo ocasiona resposta imediata do escritor paulista que, no mesmo dia, escreve carta para Luís da Câmara Cascudo, mostrando-se impressionado com a aflição demonstrada nas linhas escritas pelo folclorista potiguar. Manifestando que

o único arranco que posso dar é quanto ao *Estado de S. Paulo*. Nos outros jornais não tenho positivamente possibilidade de conseguir coisa nenhuma [...] Dei ainda providências quanto à minha (hélas, enquanto for diretor do D. de C.) Revista do Arquivo. Você me faça dois artigos por ano a duzentos mil-réis casa um. Você compreende, sei, mais não posso encomendar, porque monotonizaria a revista. **Prefiro trabalhos sobre folclore** [...] (grifo no original) (grifo nosso).

318

O prenúncio de que optaria por estudos folclóricos assinala que Mário de Andrade, mesmo diante do sofrimento do amigo, assume a posição de realizar ponderações acerca da produção cascudiana. A asserção indica ainda o percurso que a correspondência irá seguir, direcionando-se para o desabafo e a exposição de críticas ao labor realizado por Luís da Câmara Cascudo. Nessa perspectiva, o poeta paulista atesta que “[...] apesar da tristeza, não ser momento bom para rispidez, **você vai me permitir, duma vez por todas, que fale com franqueza sobre os seus artigos**. Geralmente não gosto abertamente deles, e agora careço dizer por quê” (grifo nosso).<sup>319</sup> A menção de que a opinião emitida será verdadeira sugestiona que, em certa medida, até aquele momento, Mário de Andrade camuflava o seu posicionamento nas correspondências direcionadas ao intelectual norte-rio-grandense, o que acaba por confirmar ao declarar que

**Minhas cartas, nesse sentido, sempre foram com algumas reticências**, que no entanto, jamais existiriam quando eu te incitava a trabalhar e dava deixas sobre assuntos em que você podia produzir obras de real valor. **Porque não terei sido totalmente franco?** Meu Deus! Nem sei bem... Um pouco de fadiga, um pouco medo de ferir você porque sinto você um bocado vaidoso, talvez erre. Mas nunca deixei de considerar o valor de você e a sua inteligência. Minha convicção é que você vale muito mais de que o que já produziu (grifo nosso).<sup>320</sup>

Silêncio que surpreendeu o próprio Luís da Câmara Cascudo que ao responder à carta relata ter a impressão de que “[...] você sempre me teve como uma força e

<sup>318</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 09 jun. 1937. 03 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>319</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>320</sup> Idem, *ibidem*.

potencial, uma grandeza *in being* <sup>321</sup> [...] Julgou-me pelo que eu seria capaz e nunca pelo que fiz. **Não só se deduz pelos doze anos que você esperou para dizer-me, assim como pelo silêncio anterior**” (grifo nosso). <sup>322</sup>

Os juízos de valor partem daquilo que Mário de Andrade considera como “desprezo da medida”, referindo-se à predileção cascudiana por confeccionar pesquisas sobre figuras de nenhuma relevância, a exemplo da realizada na monografia sobre o Conde d’Eu, assim, questiona “[...] por que você atacou um assunto tão desimportante, uma figura de nenhum alcance fundamental pra pesquisar tantos dados e dadinhos sobre ela!” <sup>323</sup>. Além disso, o julgamento direciona-se para o envolvimento de Luís da Câmara Cascudo com os estudos etnográficos, comentando que

[...] você se meteu logo em quê? em Etnografia, onde positivamente não se pode fazer muita novidade vivendo em Natal ou S. Paulo. Veja o descomedimento: qualquer individuího que passar dois meses com os Tapirapés, mesmo falho e escrevendo cinco páginas fará coisa de maior interesse etnográfico. Agora: em Natal como S. Paulo urbanos também se pode fazer obra importante de etnógrafo. Mas neste caso será obra **de paciência**, controle, comparação, análise, multifariedade e enfim síntese [...] (grifo nosso). <sup>324</sup>

O trecho ressalta outra discordância relacionada à produção cascudiana, refere-se ao que Mário de Andrade expôs, em momentos anteriores, e denominou como “falta de paciência”, porém, não se trata de uma ausência visto que, demonstrou tê-la ao colher referências bibliográficas, citações e dados, mas acaba por empregá-la de maneira equivocada, assim, por este motivo critica a pesquisa sobre Catimbós desenvolvida por Luís da Câmara Cascudo, mencionando que

fui ler o seu estudo, que matou nada! tenho de uns dias de convivência escassa com catimbozeiros uma série de dados muito mais larga e observações muito mais profundas, sem vaidade [...] Fiquei num tal estado de irritação pela sua **falta de paciência e leviandade de colheita de documentação**, que disse palavras duras, te esculhambei mesmo [...] (grifo nosso). <sup>325</sup>

<sup>321</sup> Em ser [tradução nossa].

<sup>322</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 18 jun. 1937. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>323</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 09 jun. 1937. 03 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>324</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>325</sup> Idem, *ibidem*.

Ressaltando, por fim, que “[...] seu desprezo da medida faz com que até agora não tivesse paciência pra escrever, senão um livro, pelo menos uma monografia de tema especializado, sobre folclore ao menos do R. Grande do Norte, pra não dizer Nordeste”<sup>326</sup>. Os pensamentos expostos por Mário de Andrade acerca dos estudos cascudianos o levam a elencar uma série de observações a respeito dos escritos solicitados para compor a *Revista do Arquivo*, indicando que devem ser “[...] fundamentais, estudados sério, com paciência, sem leviandade de colheita e exposição de dados”.<sup>327</sup>

Ao finalizar a escrita assinalando que “talvez eu nunca esteja tão perto de você como nessa carta triste”,<sup>328</sup> o autor de *Macunaíma* acaba por revelar o pensamento de que as missivas que ostentam confidências, desabaços e outros elementos de ordem particular solidificam os vínculos entre aqueles que se correspondem, diminuindo a distância que se impõe entre os sujeitos. Apesar disso, após o envio da missiva, de 17 de julho de 1935, na qual Mário de Andrade lamenta o falecimento do pai do folclorista, o Coronel Cascudo, há uma interrupção na troca de correspondências entre ambos, que só é retomada por Luís da Câmara Cascudo em 14 de fevereiro do ano seguinte. O sentimento de luto pela perda do pai é compartilhado pelo poeta paulista que declara desistir de

[...] lhe dizer palavras de sofrimento e de conforto, pela morte do coronel Cascudo. Quase cotidianamente tenho pensado em escrever pra você, desde que sube do desastre, mas meus braços caem logo sem vontade, e me fico amargando pelas deficiências da escritura, pelos seus imprescindíveis lugares-comuns de língua de todos e não dum só. E eu queria me dizer sozinho, **menos aliás no que eu sofri por mim, que também queria um enorme bem a esse velho admirável, do que no desejo de compartilhar com você e os seus do sofrimento novo, acarinhá-los em tudo o que o meu coração tem de mais espontâneo, de mais impulsivo, e é tão ardente, tão sincero no momento.** Mas é melhor nem falar... Embora eu parecesse ausente nestes tempos, basta que você relembre toda a felicidade do que tem sido o nosso convívio, pra imaginar que também neste momento eu não estava ausente, estava silencioso, isso sim. Mas pensava muito, pensava mesmo sem a menor procura de pensar, como a naturalidade espontânea do meu ser, em você, em dona Ana, em todos (grifo nosso).<sup>329</sup>

---

<sup>326</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>327</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>328</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>329</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 17 jul. 1935. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

A correspondência indica que além de uma parceria intelectual há um partilhamento da vida desses sujeitos, sugestão que se representa no conteúdo vinculado na missiva de 07 de janeiro de 1931 quando Luís da Câmara Cascudo encaminha o pedido para que Mário de Andrade seja padrinho de seu filho, Fernando Luís da Câmara Cascudo. Desejando, por meio desse instituir um vínculo duradouro com o poeta, assim, relata que “espero um filho que se chamará Fernando Luís e que Mário de Andrade levará para o senhor Bispo passar os santos óleos da crisma. **Desta forma preendo você a uma entidade viva e humana**, afora Macunaíma-o-eterno” (grifo nosso).<sup>330</sup>

Há ainda as lamúrias que mencionam o folclorista potiguar em seu conteúdo, como o faz Luís Veríssimo de Mélo ao encaminhar carta para Nunes Pereira, em 16 de junho de 1964. Nela, o professor de Etnografia norte-rio-grandense escreve acerca do desentendimento que teve com aquele intelectual, sugerindo que a discordância levou a separação entre ambos. A indisposição é retratada a partir de um conjunto de críticas direcionadas ao folclorista, descrito como um trabalhador solitário, que nunca teve desejo de colaborar e que tem “[...] horror ao trabalho de grupo, em equipe. Tudo o que programamos fazer no Instituto, (viagens, coleta de material para o pequeno Museu) tudo ele vetou irremediavelmente”,<sup>331</sup> sugerindo que ao comandar as atividades do Instituto, Luís da Câmara Cascudo parecia observá-los da sua “torre de marfim”, vendo-os arregaçar os braços e trabalhar com o grupo de alunos, isentando-se de uma função que também seria sua responsabilidade. Dessa forma, “[...] com o respeito que temos ao etnólogo e escritor, Cascudo, precisamos separar o homem do estudioso. O homem já não nos interessa. O Estudioso é sempre grato homenagear [...]”.<sup>332</sup>

Espaço propício para o exercício da memória, as correspondências também evidenciam a sua ausência como, em 28 de fevereiro de 1973, quando o esquecimento permeia a escrita cascudiana e o faz enviar missiva a Oswaldo Lamartine de Faria<sup>333</sup>

---

<sup>330</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 07 jan. 1931. 02 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>331</sup> MÉLO, Luís Veríssimo de (Universidade do Rio Grande do Norte. Instituto de Antropologia). Carta para: Manuel Nunes Pereira. 16 jun. 1964. 02 fls. Localizado em: Divisão de Manuscrito/Coleção Nunes Pereira/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>332</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>333</sup> A Oswaldo Lamartine de Faria é atribuída a produção de uma “etnografia valiosíssima” (MELO, 1995, p. 25), o intelectual natalense é considerado como importante referência nos estudos sociais dos sertões. A relação que estabeleceu com Luís da Câmara Cascudo possibilitou o compartilhamento de pesquisas entre ambos e o fez atribuir o seu despertar para tal objeto de estudo.

solicitando informações acerca de algo que já havia escrito no *Dicionário do Folclore Brasileiro*, comunicando que

**não me lembro do que escrevi** no DICIONÁRIO, 'ferro ou ferra', nem no TRADIÇÕES POPULARES DA PECUARIA NORDESTINA, publicado há cem anos no Ministério da Agricultura. V. sabe que a gente vai pulando de galho e fazendinha na preferencia. **O curral da meninice sertaneja ficou depois do serrote dos sessenta... e tenho 74 feitos [...]** Antes nada existe. Posterior, ignoro. (grifo nosso) (FARIA, 2005, paginação ilegível).

Esquecimento que parece ser combatido pelo próprio Luís da Câmara Cascudo ao direcionar-se para o desenvolvimento de estudos recentes, já que na mesma correspondência menciona continuar “[...] atolado estudando GESTOS” (FARIA, 2005, paginação ilegível), indicando precisar “[...] ocupar-me para não preocupar-me [...]” (FARIA, 2005, paginação ilegível). Sentença que já havia sido proferida anteriormente por Luís da Câmara Cascudo, em 10 de janeiro de 1972, ao enviar carta para tal correspondente, assim, declara continuar “[...] galinha velha, pondo e chocando ovos sem pensar nos pintos, mas na obediência maquinal dà tradição poedeira e vã [...] não tenho Inveja e menor recalque justamente **por viver com o focinho atolado nas minhas laboriosas inutilidades [...]**” (grifo nosso) (FARIA, 2005, p. 20).

Motivação semelhante à encontrada na carta de 22 de outubro de 1976, quando revela a Oswaldo Lamartine de Faria que “preciso, por medida de higiene profilática, **encher minhas horas que não se aposentaram e pedem função realizadora**” (grifo nosso) (FARIA, 2005, p. 38). Funcionando como espaço seguro, que devido sua privacidade, torna-se propício à confidência de intimidades, as *cartas perguntadeiras* acabam por revelar as limitações ocasionadas pelo estado de saúde do folclorista potiguar e como afetavam o desenvolvimento das pesquisas cascudianas, assim, relata que

o desvio circulatório, alterando o metabolismo (sic) basal, **já não me permite sair do poleiro quanto mais viajar, pesquisar**. A surdês afasta-me da convivência. **Resta a alegria do trabalho silencioso, domiciliar**, como abelha sem asas ou sapo sem pernas (grifo nosso) (FARIA, 2005, p. 38).

Período que ressalta a necessidade da continuidade na utilização das *cartas perguntadeiras* como instrumentos de pesquisa, visto que a debilidade o faz ir “[...] de

quenga na mão **à porta do coração amigo pedindo colaboração, pois não poderei construir Arca de Noé tendo unicamente Noé dentro da qual**” (grifo nosso) (FARIA, 2005, p. 38). Dessa forma, permanece estabelecendo parcerias a partir da troca epistolar que se efetiva por meio de convocações diretas, como o faz ao apontar que

venho entregar [...] o ramo de pensar, ruminar, lembrar e escrever umas folhas sobre a SUPERSTIÇÃO NO SERIDÓ, no SERTÃO, ou que outro nome haja. Entrega em fim de Janeiro de 1977. Topa? [...] Ficarei feliz tendo V. por um companheiro neste livreco limpo de invenção e mentira (FARIA, 2005, p. 38).

Na missiva de 03 de março de 1978, Luís da Câmara Cascudo cita a finalização de um projeto, afirmando que “SUPERSTIÇÃO NO BRASIL voôu para o prelo, quase completa, **e no meio da catrevajem incluiu-se sua falação gostosa**” (grifo nosso) (FARIA, 2005, p. 53), indicando o estabelecimento de uma colaboração com o destinatário, além de desabafar acerca do editor envolvido na publicação, referenciando-o como “[...] o mesmo facínora da ANTOLOGIA DA ALIMENTAÇÃO NO BRASIL, prometendo o Cruzeiro do Sul mas não dá nem a Papacêia verspertina. Nada diz. Quero apenas que as minhas marrecas nadem” (FARIA, 2005, p. 53), o que ressalta a construção de uma cooperação semelhante a que se desenrolou com Mário de Andrade, pois ao encaminhar essa correspondência o folclorista potiguar comunica, por fim, o pedido para que o destinatário o auxilie no processo de publicação da obra a partir da solicitação de que procure “[...] aí nos cafiotes e veja se localiza o ninho da Camara Brasileira do Livro, e a quem na dirije” (FARIA, 2005, p. 53), o Oswaldo Lamartine de Faria, por sua vez, indica em epístola para Luís Veríssimo de Mélo utilizar os escritos cascudianos, incluindo a sua produção lexicográfica, como meio para o desenvolvimento das pesquisas e ainda como mecanismo para o fornecimento de informações a outros intelectuais, dessa forma, declara que “[...] um amigo do Ceará manda me perguntar (o mundo está tão ralo que já estão perguntando a gente) se há letra W nos ABC’s? **Catei Cascudo, no Dicionário, nas Tradições da Pecuária e em Vaqueiros & Cantadores [...]**” (grifo nosso) (MELO, 1995, p. 59).

As colaborações eram estabelecidas a partir do envio e/ou recebimento das solicitações que, por sua vez, manifestavam-se nas correspondências por meio de menções indiretas, como quando sugere a realização de consultas, indicação de referências e outras providências, a exemplo da missiva que envia, em 03 de setembro de 1976, a Nunes Pereira solicitando que “faça-me a grata bondade de informar com



quem estão o TREZENTAS. Nome deste ilustre depositário ou dono. Endereço do cujo”<sup>334</sup>, informações que, geralmente, eram requisitadas com urgência como a epístola aponta ao mencionar que “envio, incluso, evitando demorar e tarefas maiores, envelope com selos em demasia”.<sup>335</sup>

Os pedidos, em sua maioria, eram acompanhados por instruções de como deveriam ser executados, mas poderiam apenas mencionar o desejo de cooperação, concedendo plena liberdade ao intelectual convidado, a exemplo do telegrama que encaminha para Mário de Andrade, em 21 de junho de 1938, indicando esperar “[...] sua indispensável colaboração urgente nossa revista musical”,<sup>336</sup> a parceria intelectual que estabelece com o poeta paulista, por exemplo, expõe-se ainda na correspondência que envia, em 26 de junho de 1926, sugestionando que “quando v. publicar artigos em qualquer jornal e sobre qualquer tema, mande-mos (sic) se possível [...]”,<sup>337</sup> obtendo resposta em 22 de julho de 1926, quando Mário de Andrade acata e assinala que “fica entendido: todo artigo meu publicado mandarei pra você”.<sup>338</sup>

As respostas aos pedidos por aqueles que os recebiam oscilam entre o cumprimento integral ou parcial e até mesmo a recusa, a exemplo do que faz Mário de Andrade, em 29 de abril de 1941, ao responder ao pedido de auxílio para a identificação de um instrumento musical afirmando ser “[...] incapaz de lhe dar um conselho seguro. Tanto mais que o excesso de ocupações do momento não me permite absolutamente me entregar a esse estudo”.<sup>339</sup>

A troca de correspondências com intelectuais como prática de pesquisa não era atividade exclusiva de Luís da Câmara Cascudo, visto que o folclorista potiguar utilizava as *cartas perguntadeiras* como veículo para obtenção de informações para outros sujeitos, como indica a missiva datada de 21 de agosto de 1948, quando Luís Chaves escreve informando que

---

<sup>334</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Manuel Nunes Pereira. 03 set. 1976. 01 fl. Localizado em: Divisão de Manuscrito/Coleção Nunes Pereira/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>335</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>336</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Telegrama para: Mário Raul Morais de Andrade. 21 jun. 1938. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>337</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 26 jun. 1926. 04 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>338</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 22 jul. 1926. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>339</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 29 abr. 1941. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

**encontrei um destes dias o livro que me pediste para um teu amigo do sertão, que teve a simpática amizade de me chamar Mestre com M muito grande.** Afinal estava convencido de o ter mandado e estranhava já não saber notícia da chegada, quando fui surpreendido pelo encontro entre outros livros [...] (grifo nosso).<sup>340</sup>

Ao fazer referência a outro sujeito que não está inserido nessa conversação, isto é, que não é o remetente nem o destinatário, Luís Chaves acaba por sugerir que a rede de sociabilidade construída por meio da escrita epistolar possibilitava inserir intelectuais, indiretamente, nos círculos de amizade, através, por exemplo, da menção a um nome já conhecido por alguma das partes. Nessa perspectiva, afirma ter recebido “[...] **um destes dias um livro de adivinhas, enviado pelo autor e teu amigo, creio que se chama Veríssimo,** se não me falha agora a memória. Pede-me troca de livros e vou fazê-lo com todo o gosto [...]” (grifo nosso).<sup>341</sup>

O amigo mencionado na correspondência é Verissimo de Melo a quem Luís da Câmara Cascudo influenciou no ofício epistolar. Quando indagado acerca do uso das missivas como um dos principais instrumentos de trabalho, ele afirma que tal prática foi aprendida com o folclorista, de quem “[...] recebia endereços de estudiosos nacionais e estrangeiros, para que lhes enviassem meus trabalhos e me relacionasse com eles. Daí nasceram (sic) amizades velhas e ilustres que me ligaram a nomes de alta projeção intelectual [...]” (MELO, 1986, p. 01). Assim, em torno das correspondências formam-se forças de adesão - pelas amizades que as subentendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem. Luís da Câmara Cascudo se orgulhava da função, denominada por ele de “porteiro-apresentador”,<sup>342</sup> o êxito de tal incumbência decorre da habilidade com a qual o folclorista divulgava certa proximidade entre a produção intelectual do apresentado e daquele a quem se destina a correspondência.

O alargamento da rede de sociabilidade também é assunto da correspondência enviada, em 21 de janeiro de 1976, por Luís da Câmara Cascudo, quando apresenta a José Américo de Almeida o pintor Paulo de Assis Cavalcanti indicando a possibilidade de estabelecerem conexões com “[...] a geração nova, rapazes e moças que irão viver no Ano 2000”<sup>343</sup> (CASCUDO, 1976), sugerindo que o elemento geracional não o distancia

<sup>340</sup> CHAVES, Luís. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 21 ago. 1948. 02 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>341</sup> Idem, ibidem.

<sup>342</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Bilhete para: José Américo de Almeida. 21 jan. 1976. 02 fls. Localizado em: Fundação Casa de José Américo, João Pessoa.

<sup>343</sup> Idem, ibidem.

daqueles que dão os seus primeiros passos no campo intelectual, visto que há certa louvação em torno da trajetória desenvolvida pelo folclorista.

As *cartas perguntadeiras* destinavam-se ainda ao detalhamento do processo de produção das obras cascudianas, como indica a correspondência de 17 de junho de 1942 quando Luís da Câmara Cascudo informa ao amigo Nunes Pereira que se encontra “[...] submerso num paraná de traças, papéis amarelos, relatórios e cartapacios venerandos, escrevendo uma História para o Rio Grande do Norte”<sup>344</sup> mencionando que se trata de um projeto com “[...] data marcada. Contrato. Clausula admoestativa catucando penalidades em caso de tartarugação”.<sup>345</sup> Além disso, possibilitou o estabelecimento de parcerias como a indicada na correspondência, de 13 de outubro de 1976, enviada a Nunes Pereira. Nela, Luís da Câmara Cascudo indica ter encontrado motivação para uma nova missão produtora, trata-se da elaboração de uma Antologia da Superstição no Brasil, na qual ao antropólogo seria entregue “[...] de juro e menagem a velha AMAZONAS [...]”,<sup>346</sup> além disso, há sugestão quanto ao direcionamento que deveria ser dado a pesquisa, ou seja, a busca por registrar “superstições sem inclusão de lendas religiosas e de mitos de assombro. Amazonas contemporanea ou de poucos anos. Tá?”.<sup>347</sup>

Em 01 de maio de 1953,<sup>348</sup> quando se empenhava na finalização do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, Luís da Câmara Cascudo recebe missiva de Arthur Coelho, uma das suas *vítimas indefesas*. Situado em Nova York, o correspondente envia trechos de periódicos como o *The New York Time* e menciona a consulta a obras como a *Enciclopédia de Superstições*, sugerindo que se trata de uma produção única e, por isso, rara. O envio remete a consulta referente ao verbete ABELHAS, comunicando ter encontrado informações preciosas relacionadas às credices praticadas pelos estadunidenses, que, de certa forma, se aproximam das realizadas pelos europeus, mais especificamente os ingleses.

As *cartas perguntadeiras* continuam a ser enviadas mesmo após a publicação do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, visto que, tal feito constituía prática de pesquisa de outras produções cascudianas, além de ser necessário para a atualização, exclusão e

<sup>344</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Manuel Nunes Pereira. 17 jun. 1942. 01 fl. Localizado em: Divisão de Manuscrito/Coleção Nunes Pereira/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>345</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>346</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Manuel Nunes Pereira. 13 out. 1976. 01 fl. Localizado em: Divisão de Manuscrito/Coleção Nunes Pereira/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>347</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>348</sup> COELHO, Arthur. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 01 mai. 1953. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

inserção dos verbetes nos processos reedição desse escrito lexicográfico. Em carta enviada em 05 de abril de 1967, Luís da Câmara Cascudo menciona a Edison Carneiro que está “batendo a 3ª edição do Dicionário”,<sup>349</sup> indagando se o correspondente não possui sugestões para a obra. Mencionando ainda que está atendendo às cartas dos leitores “por esse Brasil derramado”,<sup>350</sup> nas quais são apresentadas indicações para a produção lexicográfica.

Anteriormente, em 04 de março de 1964, Luís da Câmara Cascudo recebe as informações colhidas por Jorge O’Grady de Paiva,<sup>351</sup> situado do Rio de Janeiro, a partir da consulta do termo FAROFIA no material composto por relatos de viagem produzidos por um explorador português ao visitar o continente africano, além da pesquisa realizada nos relatórios confeccionados acerca da expedição empreendida para o Brasil por um naturalista alemão.

O correspondente menciona enviar “[...] o que encontrei, logo após haver retirado o gesso do braço, só não pude compulsar os tomos encadernados por trimestre dos jornais, na BN [...]”.<sup>352</sup> Comunicando as dificuldades em atender ao pedido de Luís da Câmara Cascudo, visto que

[...] por um mês ou mais não terei amplo movimento na mão esquerda, pois a fratura se deu no terço inferior do rádio. **Mesmo para a consulta aos primeiros volumes com o resultado supra tive dificuldades e pedi a ajuda da encarregada das obras raras** (grifo nosso).<sup>353</sup>

Além disso, a menção a adversidade em concluir o projeto de um *Dicionário Astronômico*, possibilita compreender o compartilhamento dos contratempos envolvidos no fazer lexicográfico, permitindo criar uma identificação entre aqueles que se correspondem, pois ambos estiveram comprometidos com a produção dicionarística. Há, além do fornecimento de referências, o direcionamento da missiva para estabelecer uma conversa política, característica sugerida pelo lamento do remetente de que o país estaria “[...] pendendo muito para o esquerdismo, cubanizando-se aos poucos, com a complacência de muitos prelados, que vivem a pedir favores ao governo”.<sup>354</sup>

<sup>349</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta par: Edison Carneiro. 05 abr. 1967. 01 fl. Localizado em Biblioteca Amadeu Amaral, Rio de Janeiro.

<sup>350</sup> Idem, ibidem.

<sup>351</sup> PAIVA, Jorge O’Grady de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 04 mar. 1964. 02 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>352</sup> Idem, ibidem.

<sup>353</sup> Idem, ibidem.

<sup>354</sup> Idem, ibidem.

Asserção que ressalta o lugar político ocupado, às vésperas da implantação do período ditatorial, não só por aquele que redige a carta, mas também daquele que recebe, visto que, evidencia-se certo conforto ao contrapor-se a um posicionamento político, indicando que estaria dialogando com alguém que compartilha do mesmo pensamento.

O *Dicionário do Folclore Brasileiro* apresenta verbetes relativos aos elementos folclóricos, mas também os relacionados a sujeitos, para isso as *cartas perguntadeiras* são enviadas almejando coletar dados biográficos desses homens. Como exemplo, citamos a correspondência de 15 de abril de 1970 quando Luís da Câmara Cascudo recebe missiva indicando que “[...] a seu pedido, estou lhe enviando traços da minha biografia”,<sup>355</sup> porém, a análise do conteúdo apresentado evidencia que se trata mais de uma compilação dos cargos e funções assumidas por esse sujeito do que realmente, uma biografia dele.

Em 24 de abril de 1939, o português Luís Chaves redige carta para Luís da Câmara Cascudo assinalando que “com muito subido prazer recebi a sua carta e apresso-me a fornecer a V.Ex<sup>a</sup>, as informações que me pede”.<sup>356</sup> Além disso, ao mencionar que “a direção do Sr. Emânuel Ribeiro é a seguinte: Rua das Cavadas, 148, Pôrto”,<sup>357</sup> indica-se que as *cartas perguntadeiras* possibilitavam não só a recolha de informações folclóricas como também a obtenção de endereços de outros intelectuais com os quais desejava se comunicar, ampliando a rede de sociabilidade que estabelecia a partir da prática epistolar.

Há ainda a menção a consulta do material sugerido pelo folclorista potiguar, declarando ter solicitado ao órgão detentor da obra o envio de um exemplar para a Rua Junqueira Alves, 377. Acerca da alusão feita pelo intelectual norte-rio-grandense de que estava imerso no desenvolvimento de pesquisas folclóricas, o correspondente afirma estar interessado no “[...] trabalho que V.Ex<sup>a</sup> me anuncia, como a nós, portugueses, quando estudamos a etnografia, nos interessa sempre o conhecimento do que no Brasil reflecte os nossos costumes [...]”,<sup>358</sup> ressaltando, por fim, que “no que fôr útil aos seus trabalhos e à sua amabilidade conte V.Ex<sup>a</sup>. com a minha boa vontade e simpatia”.<sup>359</sup>

Entre as vítimas indefesas com as quais Luís da Câmara Cascudo se correspondeu há a presença de instituições e órgãos públicos, como a Divisão de

<sup>355</sup> Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 15 abr. 1970. 02 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>356</sup> CHAVES, Luís. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 24 abr. 1939. 02 fls. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>357</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>358</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>359</sup> Idem, *ibidem*.

Cultura do Instituto de Traduções e Folclore situado em Porto Alegre que, em 06 de dezembro de 1963, envia resposta ao pedido do folclorista por informações acerca do termo PARRILLADA, comunicando o encaminhamento de material composto por folheto, parecer e artigo. Ao declarar que

[...] **como se trata de uma espinha que tenho atravessada na garganta desde a primeira edição de seu "Dicionário"**, e com vistas à próxima edição dêle que, infalivelmente sobreviverá em breve, mando-lhe o excerto (grifo nosso).<sup>360</sup>

O correspondente nos aponta outra característica das *cartas perguntadeiras*, ou seja, as missivas serviam tanto para obtenção de informações como prática de pesquisa quanto para que os leitores do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, intelectuais ou não, situados em diferentes regiões do país lhe enviassem sugestões de acréscimos e/ou correções na composição dos verbetes. Traço que se evidencia, por exemplo, quando enuncia que “V. decidirá sobre a conveniência de uma **correção ao verbete**. Pessoalmente creio que vale: porque V. **consigna e abona o erro [...]**” (grifo nosso),<sup>361</sup> por fim, finaliza confessando necessitar ter conhecimento se a informação que transmite chegou até Luís da Câmara Cascudo.

Correções que, por vezes, eram mencionadas, pelo próprio folclorista, nos verbetes que compunham o dicionário, como o faz em BAZULAQUE

BAZULAQUE –

Doce feito de coco ralado e mel de furo: “quando tem bastante consistência para ser cortado em talhadas, chamam-lhe *pé de moleque*” (Beaurepaire Rohan) **Macedo Soares opina que o verbete está errado. Certo parece ser badulaque**, denominando de Portugal, segundo Bluteau, um guisado de fressura de carneiro, com cebola, toucinho, azeite e vinagre, coentro, hortelã, etc. É muito usado no Mosteiro de Alcobaça para ceia dos monges. O guisado monacal, de fígado e bofes picados aos pedacinhos, talvez comparassem ao coco ralado, **lembra Macedo Soares**.

[...]

(grifo nosso)<sup>362</sup>

<sup>360</sup> PORTO ALEGRE. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura. Instituto de Tradições e Folclore. **Carta para: Luís da Câmara Cascudo**. 06 dez. 1963. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

<sup>361</sup> Idem, ibidem.

<sup>362</sup> BAZULAQUE. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 12.ed. São Paulo: Global Editora, 2012, p. 454-105.

Além disso, o próprio Luís da Câmara Cascudo utilizava o *Dicionário do Folclore Brasileiro* para corrigir estudos folclóricos, revelando que além do hábito de citarem-se mutuamente e copiarem informações dos trabalhos de colegas, os folcloristas tinham uma prática de corrigir reciprocamente. Assim, no verbete MARRUÁ indica

MARRUÁ –

[...]

Sílvio Romero (“A Poesia Popular no Brasil”, Revista Brasileira, VI, 448, Rio de Janeiro, 1880) registrava:

“Quando eu era pequenina  
E aprendia o bê a bá,  
Minha mestra me ensinava  
**O Lundu do Mon Roy**”

Na edição do Estudos Sobre a Poesia Popular do Brasil, 342, Laemmert, Rio de Janeiro, 1888, modificou:

“Quando eu era pequenina  
E aprendia o bê a bá,  
Minha mestra me ensinava  
**O lundu do marruá**”

[...] (grifo nosso)<sup>363</sup>

O potiguar menciona o erro de Silvio Romero, apresentando em seguida a versão correta, mas também justifica o engano ao afirmar que se deve a uma confusão homofônica, isto é, entre palavras que têm a mesma pronúncia, contudo, apresentam grafias diferentes. Assim, possivelmente, o equívoco remete ao processo que o folclorista empreendeu de transpor o registro oral para o escrito, revelando que “[...] versões por escrito com que tentam fixar, dar forma definitiva a uma dada manifestação ou a uma dada forma de expressão dita popular, são também variantes, **uma forma de adulteração**” (grifo nosso) (ALBUQUERQUE, JR., 2013b, p. 43).

### 3.3 “Um sujeito em dois grossos volumes”: a problematização em torno da *função-autor*.

<sup>363</sup> MARRUÁ. In: *Dicionário do folclore brasileiro*. 12.ed. São Paulo: Global Editora, 2012, p. 437.

Na década de 1960, Carlos Drummond de Andrade <sup>364</sup> compõe *Imagem de Cascudo*, <sup>365</sup> escrito no qual homenageia Luís da Câmara Cascudo declarando que as pesquisas folclóricas desenvolvidas por ele revelam uma preocupação de “viver” o Brasil, descrevendo-o como aquele que “[...] fêz coisas dignas de louvor, em sua contínua investigação de um sentido, **uma expressão nacional que nos caracterize e nos fundamente na espécie humana**” (grifo nosso) (ANDRADE, 1968), o “brasileirista” ovacionado pelo literato mineiro é representado a partir da sua produção dicionarística, por isso, questiona

— **Já consultou o Cascudo? O Cascudo é quem sabe. Me traga aqui o Cascudo.**

O Cascudo aparece, e decide a parada. Todos o respeitam e vão por êle. **Não é propriamente uma pessoa, ou antes, é uma pessoa em dois grossos volumes, em forma de dicionário que convém ter sempre à mão, para quando surgir uma dúvida sobre costumes, festas, artes do nosso povo.** Êle diz tintim-por-tintim a alma do Brasil em suas heranças mágicas, suas manifestações rituais, seu comportamento em face do mistério e da realidade comezinha. **Em vez de falar *Dicionário Brasileiro* poupa-se tempo falando “o Cascudo”, seu autor** (grifo nosso) (ANDRADE, 1968).

A referência a Luís da Câmara Cascudo como o “homem-dicionário” indica que existiria certa concretização de uma vida em uma obra, isto é, o folclorista potiguar é apresentado como um sujeito em forma de escrito dicionarístico, remetendo a obra *Dicionário do Folclore Brasileiro*, associação que constantemente aparece em análises e depoimentos que referenciam essa produção lexicográfica, sugestionando uma relação de causalidade e o desejo de legitimação do discurso cascudiano, conferindo para o seu produtor um caráter de autoridade.

O depoimento produzido por Carlos Drummond de Andrade exemplifica que a noção de autoria tem como pressuposto a sua constituição a partir da sua correlação com a noção de obra, isto é, só há um autor porque há uma obra que possa ser concatenada a

---

<sup>364</sup> Luís da Câmara Cascudo, em depoimento, pormenoriza o relacionamento que estabeleceu com o poeta mineiro, indicando que “eu não conheço Carlos Drummond pessoalmente, mas somos amigos íntimos. Ele ainda estava em Minas Gerais e já se correspondia comigo” (CASCUDO, S/D) procedida pela declaração de que o literato é superior ao prêmio Nobel, em alusão ao fato de que Carlos Drummond de Andrade e Jorge Amado foram considerados para o Nobel de Literatura de 1967. Disponível em <https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/imagem-de-cascudo/> acesso em 26 abr. 2020.

<sup>365</sup> *Imagem de Cascudo* foi confeccionado em homenagem ao cinquentenário de produção intelectual e ao septuagenário de vida de Luís da Câmara Cascudo. ANDRADE, Carlos Drummond de. *Imagem de Cascudo*. Disponível em <https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/imagem-de-cascudo/> acesso em 26 abr. 2020.



ele (FOUCAULT, 2006). Nessa perspectiva, a concepção de autor é fundamento necessário para que se possa falar de uma obra, pensamento baseado em algumas características como a de constituírem entre si uma unidade, sendo a figura do autor o responsável por atribuir homogeneidade ao escrito.

Consequentemente a noção de autor é discursiva, ou seja, tal posição é construída considerando um conjunto de textos atribuídos a ele, a partir, por exemplo, da ideia de um projeto autoral, por isso, existiria uma distinção evidente entre o “escritor” e o “autor”, aquele remete a quem escreve a obra, já a *autoria* está associada ao modo de compreender os discursos em diferentes sociedades e épocas, desta forma, os autores são interpretados como fundadores de discursividades, que se caracterizam como tal por terem, além de produzido seus textos, elaborado a possibilidade de fabricação de outros escritos.

Considerando que a presença de um nome do autor delimita e caracteriza os textos, podendo remeter para referências distintas do nome próprio, a associação da *função-autor* a um sujeito empírico ignora o fato que textos atribuídos a um mesmo sujeito podem não constituir uma homogeneidade, ou seja, a sua publicação pode ter sido realizada a partir de pseudônimos, além de ter a possibilidade de constituírem conjuntos de anotações e terem sido divulgados erroneamente sob tal nome, dessa forma, tal concepção acaba por limitar o autor a existência de um nome próprio.

Pensamento que propõe que a noção de *autoria* esteja vinculada a ideia de singularidade, interpretada enquanto estilo que possa ser detectável por meio da presença de indícios e marcas,<sup>366</sup> considerando isso, tal processo objetiva conceder transparência a noção de *autoria*. Um dos vestígios de *autoria* remete à quando o autor incorpora ao texto discursos correntes, assim, o sujeito assume tal posição quando possibilita dar voz a outros enunciadores, isto é, ao apresentar outros pontos de vista além do dele,<sup>367</sup> atribuindo-os a outros sujeitos, e quando estabelece certa distância em relação ao próprio texto.

Portanto, o discurso com marca autoral é caracterizado como atravessado pelo outro, sendo o “como” é feito uma característica da noção de *autoria* (POSSENTI, 2002), em função disso, a obra é interpretada não mais como a que confere uma imortalidade aquele que a produz, mas aquela que apaga a singularidade do sujeito que

---

<sup>366</sup> As marcas de *autoria* são da ordem do discurso e não da gramática.

<sup>367</sup> A menção a outros discursos e/ou enunciadores pode ser realizada por meio da avaliação do *discurso outro* que, por sua vez, pode aparecer de forma neutra ou explícita. O autor se caracteriza como aquele que sabe como variar as posições enunciativas conforme a natureza do discurso.

a escreve, como o poeta mineiro faz ao mencionar que Luís da Câmara Cascudo não é precisamente uma pessoa, mas um sujeito em forma de dicionário.

A *função-autor* ao ser interpretada enquanto uma posição discursiva vislumbra a possibilidade do sujeito assumi-la ao enunciar o discurso, dessa forma, tal funcionalidade remete a uma unidade formada a partir de três aplicabilidades enunciativas, são elas: a-) *o locutor*, isto é, aquele que se coloca como “eu” no discurso; b-) *o enunciador*,<sup>368</sup> referindo-se a perspectiva que o “eu” constrói<sup>369</sup>; c-) *o autor*, ou seja, a função social assumida pelo “eu”, enquanto produtor da linguagem e dos sentidos. Considerando que em todo discurso há um sujeito que se mostra não sendo diretamente vinculado ao nome próprio, mas a tomada de posição do sujeito na produção do discurso, podemos interpretar que mesmo que um texto não tenha *autoria* é atribuída uma *função-autor* para ele, portanto, tal categoria se coloca como um mecanismo necessário ao texto.

Dessa forma, impõe-se uma diferenciação entre aquilo que se denomina como *função-autor* e a noção de *autoria*, caracterizando um embate entre uma funcionalidade discursiva e uma do sujeito, respectivamente. Tal pensamento considera a *autoria* como determinada pela textualidade, já a *função-autor* remeteria à exterioridade, isto é, a função social do “eu” ao assumir a posição de criador daquilo que produz processo que conduz a um efeito de unidade - com início, meio e fim - e revela o lugar no qual o sujeito se constitui e do qual fala, portanto, a *função-autor* seria uma dimensão que permitiria ser aplicada a todo sujeito exigindo-se coerência e clareza. Conseqüentemente, a escrita pode ser interpretada não só como produto, mas também como geradora de um lugar para o sujeito.

A atribuição de uma *autoria* simboliza o estabelecimento do projeto totalizante do sujeito, ou seja, ao constituir um texto o sujeito se constitui como autor, por isso, o escrito não é só interpretado como produto, mas também como produtor de um lugar para o sujeito. Nessa perspectiva, destaca-se a necessidade de investigação não de um autor empírico, que desempenharia uma função tanto classificatória quanto indicativa, possibilitando a junção de textos que sugestionam uma mesma *autoria*, mas de como o

---

<sup>368</sup> A enunciação não pode ser interpretada como discurso, por isso; pode-se dizer algo e fazer outra coisa com a forma como a língua funciona. Dessa forma, “discurso não é o que se dizem, mas o que se faz com a linguagem. Por isso é prática” (FREIRE, 2014, s/p).

<sup>369</sup> O texto enunciado é denominado de superfície linguística do discurso, isto é, a parte visível do discurso, porém, na língua não se diz tudo, há sempre o não-dito, visto que, o exercício da linguagem assim como as possibilidades do dizer são determinadas pelas condições sócio-históricas de produção dos discursos.

discurso constrói a *função-autor*, considerando que cada formação discursiva coloca em evidência certo tipo de *autoria* resultando, conseqüentemente, na exclusão de outros.

A *função-autor*, por sua vez, indica quase sempre para um lugar de autoridade e responsabilidade se relacionando tanto com um momento de individualização quanto de controle da ordem do discurso, na produção lexicográfica tal funcionalidade emerge como uma função social do “eu” determinada pela exterioridade e afetada por exigências como a de coerência, assim, a *função-autor* não dependeria do sujeito se constituir enquanto autor, mas sim da atribuição de tal responsabilidade por uma exterioridade, conduzindo a uma ilusão de unidade, tanto para aquele que enuncia quanto para o discurso que esse acredita produzir.

Além disso, a *função-autor* projeta, de forma imaginária, uma *função-leitor*, pois projeta o *outro*, antecipando o seu leitor e, por isso, delineando uma imagem dele. Assim, para que se tenha uma *função-autor* é necessário haver uma *função-leitor* de forma que ambas são funcionalidades discursivas permitindo que o sujeito-autor esteja sempre exposto ao sujeito-leitor, assim como o contrário. Há ainda a noção de *função-idealizador* como aquela que antecede a atribuição de uma *autoria*, correspondendo aos sujeitos que idealizam uma obra, sua existência relaciona-se com o estabelecimento de um relacionamento com o sujeito leitor, já que por meio dela instaura-se um vínculo de confiança e de reconhecimento, porém, mesmo preconcebendo tal categoria o escritor não pode prever o que fará mesmo com todas as anotações e o planejamento que realiza.

Ao se contar uma história automaticamente o leitor se faz presente, seja o *leitor empírico* ou o *leitor modelo*, sendo esse último ao qual o autor se dirige <sup>370</sup>, visto que tem nele a sua referência. Apresenta-se como um cooperador, já que por meio dele é possível que aquilo que é produzido tenha uma interpretação, portanto, o *Dicionário do Folclore Brasileiro* arrebanha colaboradores a partir tanto do envio das *cartas perguntadeiras*, quanto daqueles que a consultam/leem enquanto obra, podendo ou não desempenhar as duas funções, a exemplo do que relata no prefácio da quarta edição ao mencionar que “pelas cartas enviadas de todos os recantos do Brasil, **deduzo o crescente interesse pelo assunto [...]**” (CASCUDO, 1979, p.19), isto é, o folclorista atribui ao encaminhamento das missivas à manifestação da curiosidade que o escrito lexicográfico despertou, além disso, proclama preferir

---

<sup>370</sup> O lugar do autor pode ser interpretado como um espaço de alteridade em relação ao leitor modelo, ao texto e aos autores com os quais dialoga.

**[...] expor a minha emoção agradecendo as vozes generosas de aplausos, em correspondência privada ou jornais, denunciando a permanência miraculosa da flor da simpatia nos espíritos sempre unidos em ressonância compreensiva às iniciativas culturais, desinteressadas financeiramente, mas constantes e leais em serviço do entusiasmo brasileiro** (grifo nosso) (CASCUDO, 1979, p. 19).

Anteriormente, na terceira edição, já havia indicado que recebia recomendações acerca do conteúdo vinculado no dicionário, declarando que “as sugestões vieram de vários pontos do Brasil” (CASCUDO, 1972, p. 20) e ainda, expondo que “foram atendidas na relação lógica da divulgação útil” (CASCUDO, 1972, p. 20). Tal leitor acha-se delimitado e constituído por meio de estratégias textuais e instrumentalizado para capturar o texto, assim como o autor institui um “leitor modelo”, o destinatário da obra também produz um “autor modelo” e é por meio dessa interação que há a interpretação e produção do texto.

Nessa perspectiva, o “leitor modelo” deve ser interpretado como uma marca de heterogeneidade,<sup>371</sup> já que revela a posição de um domínio ilusório em relação à interpretação do seu texto. Ilusão, pois o texto não encontra no outro a completude de uma compreensão, portanto, o escrito postula no destinatário a sua condição de existência, tendo no elo entre autor e leitor a constituição de um lugar de leitura que, por sua vez, marca a emergência do texto inaugurando um lugar de *autoria*.

A própria constituição do sujeito lexicográfico abarca um processo ilusório construído a partir da utopia de que há uma literalidade do sentido, ou seja, acredita que o sentido só pode ser aquele e não outro, e ainda da ilusão de que, se constitui como o princípio do seu dizer, ou seja, o sujeito esquece a formação discursiva a qual pertence e cria a fantasia de que é origem daquilo que diz,<sup>372</sup> não sendo ele a origem nem a fonte do dizer, já que o que apresenta não é desconhecido. Tal característica demonstra a eficácia do processo de assujeitamento do sujeito, pois ao promover o desaparecimento dos vestígios da possibilidade de retorno ao discurso relatado, acaba por garantir que o sujeito enunciador identifique o enunciado como produto do instante e de si.

---

<sup>371</sup> A heterogeneidade no discurso corresponde a duas classificações, são elas: a-) *constitutiva*, ou seja, o momento no qual o sujeito esquece é o que determina o seu dizer e apresenta a si como a origem do dizer. É por meio desse esquecimento que o sujeito se constitui, caso contrário as lembranças recorrentes de que tudo já foi dito desencadearia o silêncio; b-) *mostrada*: nela há uma marcação entre “aquilo que já foi dito” e “aquilo que remete a uma originalidade do dizer”, podendo ser dividida em marcada ou não-marcada, sendo essa última o equivalente à ironia. A relação do sujeito com a heterogeneidade mostrada é fruto de um instante de consciência.

<sup>372</sup> O que é enunciado é exterior ao sujeito enunciador, portanto, o sujeito-falante não pode ser considerado como o sujeito-origem.

O sentido de uma palavra não existe em si, mas a partir das posições ideológicas em circulação no processo sócio-histórico de construção das palavras, por isso, a linguagem é vislumbrada como uma prática social, sendo a língua interpretada enquanto estrutura e acontecimento, isto é, o que se diz e o dizer. Dessa forma, ao aprender uma língua conhecemos a sua estrutura e por meio dela atribuímos sentidos ao mundo, portanto, as palavras mudam de sentido conforme as posições – formações ideológicas - ocupadas por aqueles que as empregam (PÊCHEUX *apud* BARONAS, 2005).

Nessa perspectiva, considerar a historicidade da língua possibilita compreender que determinadas palavras e expressões têm efeitos diferentes e, conseqüentemente, que todo enunciado pode se tornar outro desde que haja um deslocamento do sentido discursivo, assim como, o sentido sempre pode ser outro, posto ser possível derivá-lo, são nas derivas dos discursos que os sujeitos deslocam os sentidos já estabelecidos.<sup>373</sup> O processo de derivação do sentido permite ao sujeito romper com os discursos, são as derivas que possibilitam o deslocamento, fortalecimento e desaparecimento e esse movimento discursivo oportuniza que o sujeito não seja condenado a repetir eternamente os discursos, a sua resistência a tal recorrência remete ao inconsciente, evidenciando que “a língua nunca acaba. Ela sempre vem de algum lugar e aponta outros lugares” (FREIRE, 2014, s/p).

Considerando que “[...] o sujeito possa dizer tudo na língua – enquanto falante do idioma – ele não pode dizer tudo na língua – enquanto sujeito do discurso [...] portanto, o dizer é contingenciado” (FREIRE, 2014, s/p) observamos que nada na língua é aleatório e que, por isso, a linguagem por meio do uso das palavras e frases não representa uma liberdade do falante, sendo tal uso determinado pelas possibilidades do dizer, que, por sua vez, são estabelecidas pelas condições sócio-históricas de produção, assim, caracteriza-se como uma prática social que põe em embate mecanismos de pensamento que desejam atribuir soberania aos seus sentidos.

O posicionamento ideológico não pode ser interpretado como a única conjuntura de possibilidade e, conseqüentemente, terminante, mas como uma das categorias. Nessa perspectiva, julgando que não há sujeito sem linguagem e nem linguagem sem ideologia, consideramos que não há sujeito sem ideologia, estando relacionada ao processo de assujeitamento do sujeito, ou seja, é responsável por transformá-lo em

---

<sup>373</sup> Os sentidos pré-existentes que têm sua funcionalidade associada à sustentação do sentido produzido são denominados de memória discursiva, essa atua de maneira independente ao sujeito e é mobilizada toda vez que um sentido é produzido.

sujeito na medida em que ele se reconhece nela e se sujeita, passando a emitir o discurso a partir dela.

Portanto, a ideologia <sup>374</sup> para ser acessível precisa tomar a forma de algo, assim, à língua se torna elemento propício para carregá-la. Na linguagem, a ideologia se organiza a partir de formações discursivas que, por sua vez, se caracterizam como manifestações das formações ideológicas em situações específicas, sendo responsáveis pelo desenvolvimento dos sentidos dos discursos. A identificação de uma formação discursiva ocorre quando se verifica uma regularidade em um conjunto de enunciados (FOUCAULT, 2002), estabelecendo entre si relações de conflito e/ou aliança, por isso podemos afirmar que as formações discursivas estão sempre em movimento, visto que, estão sempre se relacionando umas com as outras, portanto, caracterizar os discursos como práticas de pensamento possibilita compreender que os discursos nos habitam, <sup>375</sup> por isso a linguagem não deve se voltar para o seu interior, para a determinação de confirmações e certezas, mas sim abrir-se para a constatação.

O indivíduo se transforma em sujeito discursivo na medida em que se identifica com a formação discursiva que o constitui como sujeito, sendo a *função-autor* interpretada como o confronto entre formações discursivas que resulta em uma nova formação dominante, a partir disso os elementos do interdiscurso são reinscritos na discursividade enunciada por ele. Portanto, toda prática discursiva está inserida em uma formação caracterizada pela ideologia de um período, por isso, o sujeito é interpretado como um efeito do discurso, o que possibilita situá-lo em determinada posição, <sup>376</sup> já que somos falados antes mesmo de falar, ou seja, o mundo da linguagem nos antecede.

Sujeito que formula e reformula o seu discurso de modo que esse chegue cada vez mais perto do sentido que ele deseja atribuir, possibilitando pensar que os sentidos são fabricados por condições de produção assim como são efeitos de esquecimentos, visto que, o sujeito acredita que é o senhor das suas escolhas, sendo esse um processo de esquecimento de que o sujeito não produz o que diz, isto é, pelo menos metade dos que dizemos são palavras de *outrem* (BAKHTIN, 1993), a constante reformulação do discurso vinculado pelo produto dicionarístico, a partir do processo de reedição, por

---

<sup>374</sup> Tal perspectiva não considera a ideologia como homogênea, visto que se caracteriza por ser repleta de contradições internas.

<sup>375</sup> Considerar que o discurso é influenciado pelo comportamento social não pressupõe um determinismo.

<sup>376</sup> A *posição-sujeito* remete ao lugar de onde se fala e qual sentido produz, ou seja, é o lugar que o sujeito ocupa em uma posição de fala.

exemplo, remete tanto a um movimento de atualização quanto a tentativa de torná-lo mais próximo do sentido atribuído por aquele que o produz.

Portanto, o efeito de sentido está interligado à noção de discurso, já que um sentido é determinado por sua formulação tal como pela constituição e pelo modo como circula, de forma que o sujeito-autor seleciona determinados dizeres constituindo com eles o seu discurso - processo que engloba tanto uma formação quanto uma atualização – que passará a circular mobilizando condições sociais e históricas que formam os sujeitos, pois o discurso não é isolado, visto que, se mantém em relação com outros discursos de forma que, em todas as épocas, há aqueles que estão estabilizados e outros que estão em pleno embate.

Além disso, o discurso engloba elementos externos e internos, a exemplo da noção de *comentário* que, enquanto categoria de análise, possibilita estabelecer a tentativa de definição de um perfil bem como o reconhecimento de um estilo próprio, visto que, a força de repetição desses permite que uma memória seja elaborada e associada ao autor, assim, aparece como aquilo que já foi dito e, também, à medida que explica, o *comentário* aparece, incongruentemente, como aquilo que não foi dito, por isso, desempenha dois papéis, o primeiro alude à possibilidade de construção de novos discursos e o segundo ao desvelamento do silêncio e/ou a repetição do que já foi dito, isto é, “[...] o comentário não tem outro papel se não o de dizer finalmente aquilo que estava silenciosamente articulado no texto primeiro” (FOUCAULT, 2002, p. 07), por isso, converte aquilo que surge a partir do discurso e que não havia sido pensado e conjecturado previamente em componente do próprio discurso.

Ao se referir a discursos produzidos cotidianamente, com curta durabilidade e aos discursos que suscitam novos discursos, o *comentário* pode ser identificado como aquele que está no nosso sistema cultural a exemplo dos textos religiosos, literários e científicos, sendo esse último responsável por englobar a produção dicionarística. Considerando isso, o uso dos comentários na produção lexicográfica intenta a validação do dicionário como um discurso de autoridade, se relacionando com outros mecanismos que também conferem tal caráter, a exemplo da *função-autor*.

Apesar dos enunciados se mostrarem perceptíveis, visto que, são transmitidos e conservados, eles não são explícitos nem apresentam um único sentido, uma vez que são expandidos pelo *comentário* e pelo alastramento interno da produção de sentidos. Tal categoria proporciona ainda que o enunciador preencha com seu nome a *função-autor*, processo que se viabiliza porque “[...] o sujeito constrói o seu dizer no repetível

(no interdiscurso, na memória discursiva), mas, ao mesmo tempo, ocupa uma posição de autoria ao deslocar-se do já dito, ao movimentar-se e garantir unicidade e a coerência do discurso” (GREGOLIN, 2001, s/p).

A *função-autor* produz no discurso uma fantasia de unidade, que possibilita ao sujeito lexicográfico se colocar, de forma imaginária, na ordem do sentido se responsabilizando por aquilo que produz (ORLANDI, 2005a), o lexicógrafo se apresenta apenas como responsável por aquilo que autoriza e desautoriza ao constituir a criação dicionarística. Assim, ser autor significa ter autoridade e responsabilidade, remetendo a uma exterioridade constitutiva do ato da criação, isto é, ser autor não depende da vontade do indivíduo, tal lugar só se estabelece quando o sujeito é instituído como responsável pelo seu discurso e, por isso, lhe é concedida uma posição de *autoria*. A partir disso, o que é dito é acreditado ou desacreditado a partir do lugar de fala daquele que emite o discurso, portanto, trata-se da legitimação de uma posição-sujeito.

E no processo de reedição como pensar quem é responsável pelo discurso vinculado? Com a publicação do *Dicionário do Folclore Brasileiro* pela Global Editora no ano de 2000, Laura Della Monica, torna-se responsável pelo processo de reedição da obra, dando continuidade ao trabalho que realiza desde 1951 ao lado de Luís da Câmara Cascudo, quando passa a contribuir nas pesquisas realizadas para melhoria das edições das suas obras, as modificações que realiza são referenciadas por ela como “[...] sempre desejadas pelo **Autor**” (grifo nosso) (MONICA, 2000a, p. 15) e que são responsáveis por

[...] informar o que há de mais recente, resgatando o passado, informando a dinamização dos fenômenos folclóricos, trazendo a público a valorização de nossa cultura espontânea que deve ser respeitada, principalmente pelos brasileiros [...] (MONICA, 2000a, p. 16).

Tal acontecimento inaugura a polêmica em torno do processo de reedição do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, exemplificando a distinção entre a escrita de um livro e a fabricação do mesmo, pois “os livros não são de modo nenhum escritos. São manufaturados por escribas e outros artesãos, por mecânicos e outros engenheiros, e por impressoras e outras máquinas” (CHARTIER, 1990, p. 126). Assim, a partir do processo de reedição não há só as intenções do autor, mas também as do trabalho editorial, podendo essas intencionalidades serem destoantes e conflituosas entre si, já que podem não possuir o mesmo fim.



As edições organizadas por Laura Della Monica são interpretadas como uma distorção do escrito original, acusação feita pela família de Luís da Câmara Cascudo que na última edição do dicionário, publicada no ano de 2012 pela Global Editora, e caracterizada como “[...] obra de inestimável importância para a compreensão do folclore e das nossas raízes culturais” (CASCUDO, 2012, p. 07) buscou reeditar o texto lexicográfico objetivando um respeito à totalidade do conteúdo da edição de 1979, a última revista pelo folclorista, sugerindo que não houve alterações “[...] por motivo de clareza ou de rigores técnicos” (CASCUDO, 2012, s/p). Inclusive, a edição indica que possíveis imprecisões no material são, para Luís da Câmara Cascudo, “[...] comuns a quem abriu a picada no mato, **os defeitos de quem foi pioneiro**” (grifo nosso) (CASCUDO, 2012, s/p), isto é, resultantes do caráter inédito do dicionário.

A informação de que a décima segunda edição preserva a redação da obra de 1979 é impressa tanto na capa quanto na folha de guarda, assim como, é sinalizada pelo prefácio ao afirmar que a publicação resulta de um pedido “[...] dos herdeiros de Luís da Câmara Cascudo: (para) que a obra fosse restaurada. A fim de **recuperar e respeitar**, na íntegra, o conteúdo da última edição trabalhada pelo autor [...]” (grifo nosso) (CASCUDO, 2012, p. 07), referencia ainda que o processo foi supervisionado pela

[...] Família Cascudo, que, em parceria com a editora, fixou os critérios, acompanhou todas as revisões e fez a revisão final da obra <sup>377</sup>, tendo inclusive realizado a atualização bibliográfica das obras de autoria de Câmara Cascudo que aparecem citadas no *Dicionário* [...] (grifo no original) (CASCUDO, 2012, p. 07).

Além disso, a crítica a revisão comandada por Laura Della Monica é realizada por aqueles que analisam tal escrito lexicográfico, a exemplo de Moacyr da Costa Cirne <sup>378</sup> que na obra intitulada *Dicionário do Folclore Brasileiro: uma edição desfigurada* crítica a diminuição, acréscimos e supressão de verbetes sem justificativas, sugerindo que houve uma espécie de censura do texto original e denominando tal ato como uma violência cultural e, portanto, um atentado a Luís da Câmara Cascudo.

<sup>377</sup> Daliana Cascudo Roberti Leite, neta do folclorista potiguar, é referenciada como revisora final do texto.

<sup>378</sup> Poeta e professor norte-rio-grandense lamentou a reedição realizada pela Global Editora e organizada por Laura Della Monica, afirmando que "nossa principal referência intelectual e cultural não poderia ter sido tratada assim. Ele foi visto como autor de segunda linha, e mesmo se fosse, este tipo de mutilação é inadmissível" MONTEIRO, Maria Betânia. **Um Cascudo paulistano**. Disponível em <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/um-cascudo-paulistano/154616> acesso em 26 jul. 2020.

As críticas à nona edição são contundentes e adequadas, contudo, há alterações feitas por Laura Della Monica que enriquecem o trabalho do folclorista como, por exemplo, no verbete MUIRAQUITÃ <sup>379</sup> que tem a definição abrilhantada com o acréscimo de duas lendas amazonenses, coletadas pela própria pesquisadora e pelo folclorista - que nas outras edições pareceu esquecer a possibilidade de inseri-la. Em SALTAR FOGUEIRA <sup>380</sup> ela amplia a definição e insere versos que exemplifica a prática folclórica descrita no verbete, material que não estava presente na versão editada por Luís da Câmara Cascudo. Há ainda a inclusão de novos verbetes como o BOI-CALEMBA <sup>381</sup> que descreve uma manifestação folclórica, uma variante do Bumba-meu-boi, do Rio Grande do Norte, mas que não foi contemplada nas edições revistas pelo potiguar.

As afirmações sobre o processo de edição nos levam ao seguinte questionamento: quais seriam as mudanças realizadas por Laura Della Monica na reedição do dicionário? Nas primeiras folhas da nona edição há o acréscimo de agradecimentos à Comissão Nacional do Folclore, às Comissões Estaduais do Folclore e a outras instituições <sup>382</sup> que, segundo Laura Della Monica, teriam colaborado “[...] direta ou indiretamente nesta edição” (CASCUDO, 2000, p. 12), no período que começa a editar o *Dicionário do Folclore Brasileiro*, Laura Della Monica integra a Comissão Paulista de Folclore, talvez esse seja o motivo dos agradecimentos a essas instituições. Porém, tal adendo já evidencia o distanciamento da escrita cascudiana, visto que Luís da Câmara Cascudo priorizava o uso do prefácio para realizar os agradecimentos aos colaboradores.

Folheando essa edição do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, percebemos que há ainda outras modificações, talvez mais significativas e que a afastam ainda mais da obra de 1954. Há o adendo de verbetes tais como CACIONEIRO INFANTIL <sup>383</sup>, CULTOS POPULARES <sup>384</sup>, MÚSICA FOLCLÓRICA <sup>385</sup>, RODA INFANTIL <sup>386</sup>, TRAVA-

---

<sup>379</sup> MUIRAQUITÃ. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 400402.

<sup>380</sup> SALTAR FOGUEIRA. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 488.

<sup>381</sup> BOI-CALEMBA. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 71.

<sup>382</sup> No período que começa a editar o *Dicionário do Folclore Brasileiro*, Laura Della Monica integra a Comissão Paulista de Folclore, talvez esse seja o motivo dos agradecimentos a essas instituições.

<sup>383</sup> CACIONEIRO INFANTIL. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 102-103.

<sup>384</sup> CULTOS POPULARES. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 170

LÍNGUA <sup>387</sup> e outros. Nesses, além de elaborar as definições que os acompanham ela referencia trabalhos, inclusive aqueles produzidos pela própria pesquisadora. A capa dessa edição menciona que o dicionário foi revisto, atualizado e ilustrado sem indicar, contudo, a inclusão dos novos verbetes, procedimento que também não acontece na nota confeccionada por Laura Della Monica. Não assinalar que tal ampliação é de sua autoria, incute no leitor o entendimento de que esse processo remete a uma ação de Luís da Câmara Cascudo.

Nos verbetes ÁGUA, ANTÔNIO (SANTO), CIRANDA, FOLCLORE, FÓRMULAS DE ESCOLHA, LITERATURA ORAL, MÃE DE OURO, MOÇAMBIQUE, MUIRAQUITÃ, PAMONHA, PASSA-FOGUEIRA, QUADRILHA, SALTAR FOGUEIRA, SERENATA e TAPUIA, por exemplo, Laura Della Monica realiza diversas alterações que divergem do trabalho executado pelo folclorista, mudanças que não são referenciadas e só podem ser identificadas a partir de uma análise comparativa com as edições revistas por Luís da Câmara Cascudo. Apesar de não indicar os critérios que orientaram tais reformulações, a reedição de Laura Della Monica parece ser guiada pela vontade de referenciar as suas próprias obras, mesmo que isso signifique uma imprecisão cronológica visto que muitos dos trabalhos mencionados são escritos anos após a morte do folclorista e apresentados como se fossem indicações do próprio potiguar.

No verbete ANTÔNIO (SANTO) <sup>388</sup> uma definição de pouco mais de duas páginas é resumida em quarenta e duas linhas. Desse verbete são excluídas citações e referências, a única alusão a uma obra que permanece, após a reedição, é a de Gastão de Bettencourt, intitulada *Os três santos de Junho no Folclore Brasílico*, ela é acompanhada pela referência a uma obra que é quase homônima, trata-se de *Os três santos do mês de Junho*, produzida pela própria Laura Della Monica quase uma década após o falecimento de Luís da Câmara Cascudo.

Tal inserção acontece também no verbete ÁGUA. <sup>389</sup> Nesse, além do acréscimo da menção à obra da própria editora há a exclusão de outras referências e a supressão de

<sup>385</sup> MÚSICA FOLCLÓRICA. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 405-406.

<sup>386</sup> RODA INFANTIL. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 593-596.

<sup>387</sup> TRAVA-LÍNGUA. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 695.

<sup>388</sup> ANTÔNIO (SANTO). In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 17-18.

<sup>389</sup> ÁGUA. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 09.

todas as exemplificações do verbete original, que são condensadas em uma abreviação superficial. Se em alguns verbetes, Laura Della Monica parece assumir o lugar de Luís Câmara Cascudo e desenvolver uma escrita como se fosse o próprio folclorista potiguar definindo os elementos folclóricos e referenciando pesquisas, no verbete ÁGUA ela parece assumir o papel de leitora e sintetizadora das definições cascudianas, assim como o faz em BANHO-DE-CHEIRO.<sup>390</sup>

Em CIRANDA<sup>391</sup>, Laura Della Monica exclui todas as menções que Luís da Câmara Cascudo faz à Portugal, característica que parece acompanhar o processo de reedição do dicionário, visto que, raramente ela mantém alguma das citações, referências e/ou exemplificações que o folclorista faz, nos verbetes, a países estrangeiros. Além disso, mais uma vez ela introduz uma de suas obras nas referências utilizadas pelo folclorista, dessa vez trata-se da obra *Rosa Amarela*. Essa, mesmo tendo sido publicada enquanto Luís da Câmara Cascudo produzia não é referenciada pelo potiguar, só sendo mencionada quando a própria autora passa a reeditar o *Dicionário do Folclore Brasileiro*.

A exclusão de citações em língua estrangeira ocorre, por exemplo, no verbete FOLCLORE<sup>392</sup>, no qual há a supressão de todas as citações em inglês e francês, bem como de onze referências indicadas por Luís da Câmara Cascudo no verbete original. Apesar do corte na quantidade de obras referenciadas a editora não se abstém de citar um trabalho de sua autoria, intitulado *Acorda Povo – Conceitos de Folclore de 1888 a 1986*, publicada uma década após a morte do folclorista e, por isso, impossível de ser referenciada por ele. O processo de acréscimo dessa referência se torna ainda mais interessante quando observamos que entre as remoções há obras clássicas como *Folclore Brasileiro* de Silvio Romero e até mesmo o livro *Antologia do Folclore Brasileiro* do próprio Luís da Câmara Cascudo.

O verbete FÓRMULA DE ESCOLHA<sup>393</sup> na nona edição do dicionário permanece extenso, sua definição continua abarcando uma quantidade significativa das páginas do *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Porém, tal característica não significa que não houve alterações na sua redação. Nesse verbete, Laura Della Monica, além de

---

<sup>390</sup> BANHO DE CHEIRO. In: **Dicionário do folclore Brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 48-49.

<sup>391</sup> CIRANDA. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 141.

<sup>392</sup> FOLCLORE. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 240-241.

<sup>393</sup> FÓRMULA DE ESCOLHA. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 245-249.

retirar todas as referências bibliográficas em outros idiomas exclui as variantes das fórmulas de escolha selecionadas pelo folclorista. Suprimir tais versões se torna ainda mais problemático porque buscar o universal no local é uma das características da escrita/pesquisa cascudiana.

Assim, saber que a fórmula de escolha encontrada em Minas Gerais possui variantes nas Canárias, no Chile, na Galícia, na Argentina e a encontrada na Paraíba e em São Paulo tem semelhanças com as presentes em Portugal, Porto Rico, Peru, República Dominicana e outros países, é elemento essencial para o método empregado por Luís da Câmara Cascudo no desenvolvimento da pesquisa folclórica. Método no qual dá as fontes populares

“[...]através da comparação, do cotejamento, da observação, das semelhanças e diferenças, da pesquisa da origem e da trajetória histórica destas formas e manifestações, uma dada ordenação, estabelecendo grades de fixação, caçando as variantes, tentando estabelecer uma estrutura fixa e recorrente que permita identificar e hierarquizar a dispersão do material nomeado como popular (ALBUQUERQUE JR., 2013b, p. 130)

Além disso, há novamente a retirada da menção há duas obras produzidas e referenciadas pelo folclorista que, assim como outras, são substituídas pela alusão ao trabalho *Rosa Amarela*, de Laura Della Monica. Processo semelhante ao que ocorre no verbete TAPUIA <sup>394</sup>, no qual a pesquisadora retira a menção, feita pelo potiguar, à obra de Stradelli e coloca *Turismo e Folclore* de sua autoria como referência bibliográfica do verbete, mesmo que essa obra só tenha sido publicada mais de uma década após o falecimento de Luís da Câmara Cascudo.

No verbete LITERATURA ORAL também há a exclusão de referências bibliográficas e citações em outros idiomas. Porém, o que se destaca, além do seu encolhimento, é a confusão da posição assumida pelos sujeitos envolvidos, isto é, Laura Della Monica e Luís da Câmara Cascudo. Nele, temos:

LITERATURA ORAL -

[...]

**Luís da Câmara Cascudo afirma** que a literatura oral sofreu influências tanto dos portugueses e africanos, quanto dos indígenas, preservando-se na memória do povo.

<sup>394</sup> TAPUIA. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 668.

[...]

(grifo nosso) <sup>395</sup>

Comparando-se com a edição revista por Luís da Câmara Cascudo em 1979, percebe-se que no parágrafo inicial do verbete está presente a definição elaborada pelo folclorista, copiada pela editora sem nenhuma alteração. Porém, nos parágrafos subsequentes não é mais o folclorista que fala, quem parece assumir o discurso é Laura Della Monica que passa a desenvolver uma interpretação da concepção cascudiana de literatura oral. Dessa forma, há uma confusão de vozes e sobretudo, do papel assumido pela pesquisadora, já que, às vezes, ela escreve como se fosse o próprio potiguar definindo e referenciando, <sup>396</sup> e em outros momentos assume o papel de responsável por analisar o verbete e resumi-lo.

Em MÃE DO OURO <sup>397</sup> Laura Della Monica assume a posição do folclorista, pois nas primeiras linhas reproduz o discurso de Luís da Câmara Cascudo e complementa a definição com caracterizações próprias, sem identificar a quem remete cada parte. Por fim, cita, mais uma vez, uma pesquisa de sua autoria e exclui a referência bibliográfica que o próprio Luís da Câmara Cascudo fez de si. Sem uma análise comparativa, tal movimento acaba por confundir o leitor que pensa estar lendo uma significação do folclorista, nesses casos, o discurso do potiguar parece ser utilizado como elemento introdutório que respaldaria as definições apresentadas, em seguida, pela editora.

O verbete MOÇAMBIQUE aparece no *Dicionário do Folclore Brasileiro*, editado por Luís da Câmara Cascudo, como MOÇAMBIQUES <sup>398</sup>, nesse há uma citação excluída na edição revisada por Laura Della Monica que, além disso, modifica a definição cascudiana e chega a fazer uma referência a sua obra como se fosse uma indicação direta do folclorista, porém, nenhum dos estudiosos citados pela pesquisadora são mencionados por Luís da Câmara Cascudo no verbete original. <sup>399</sup>

<sup>395</sup> LITERATURA ORAL. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 333.

<sup>396</sup> Inclusive a própria obra *Manual de Folclore* de sua autoria e que, assim como todas as outras, não é referenciada pelo potiguar.

<sup>397</sup> MÃE DO OURO. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 350.

<sup>398</sup> MOÇAMBIQUES. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 12.ed. São Paulo: Global Editora, 2012, p. 454-455.

<sup>399</sup> A forma como a editora redigiu o verbete MOÇAMBIQUE constrói no leitor a ideia de que tal comentário/indicação é de autoria do folclorista.

## MOÇAMBIQUE -

[...]

o tema Moçambique ou Maçambique é estudado pelos pesquisadores Alfredo João Rabaçal, **Laura Della Monica**, Américo Pellegrini Filho, César Guerra Peixe, Kilza Setti.

[...]

(grifo nosso) <sup>400</sup>

Tal movimento também está presente em SERENATA, nele Laura Della Monica mais uma vez redige o verbete referenciando a si mesma em 3ª pessoa, insinuando ao leitor que tal referência parte do folclorista. Assim, apresenta

## SERENATA -

[...]

Laura Della Monica, em seu *Manoal do Folclore* (Global, São Paulo, 1989), destaca a melodia "Anjo lindo", gravada em 1969 pela Chantecler no compacto duplo *Olímpia e Seu Folclore Musical*:

[...] <sup>401</sup>

Em PAMONHA <sup>402</sup>, a pesquisadora insere a menção à sua obra no corpo do verbete e acrescenta o “ver” sugerindo a necessidade de consulta ao seu trabalho, adendo que também aparece no verbete QUADRILHA <sup>403</sup>, no qual novamente tal referência é apresentada erroneamente como de autoria do potiguar. Em PASSA FOGUEIRA <sup>404</sup> ela também acrescenta a referência bibliográfica ao seu próprio livro, o que o diferencia da inserção feita nos verbetes já mencionados é que ela faz isso após excluir a menção que Luís da Câmara Cascudo faz da obra *Superstição no Brasil*, produzida pelo folclorista.

---

<sup>400</sup> MOÇAMBIQUE. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 389.

<sup>401</sup> SERENATA. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 630.

<sup>402</sup> PAMONHA. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 473.

<sup>403</sup> QUADRILHA. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p.547-548.

<sup>404</sup> PASSA FOGUEIRA. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 488.

Há ainda a supressão de verbetes <sup>405</sup> que são meramente remissivos, mas que cumprem um papel fundamental no *Dicionário do Folclore Brasileiro* já que possibilitam certo religamento do pensamento cascudiano, complementando e relacionando informações que, a princípio, estão compartimentadas em diferentes verbetes. A exclusão manifesta que o processo editorial do dicionário é orientado pela representação que a editora possui dos leitores populares. Representação essa que é construída e “[...] embora aspire à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, é sempre determinada pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Com exceção das já mencionadas, uma das modificações que mais afasta a edição de Laura Della Monica da obra de Luís da Câmara Cascudo é o corte de todos os verbetes biográficos, isto é, aqueles produzidos pelo potiguar para determinados sujeitos, como Mário de Andrade, Arthur de Araújo Pereira Ramos, Gustavo Barroso, Sílvio Romero e outros. A esses, o folclorista dedica o espaço do dicionário para reunir informações como ano de nascimento/morte; naturalidade; experiências formadoras; inserção profissional-institucional e/ou atuação social e política; pesquisas realizadas; principais produções e contribuições ao estudo folclórico, às vezes, tais dados são complementados com interpretações/comentários cascudianos acerca das ideias do biografado. Para além da desfiguração do dicionário tal supressão prejudica uma análise da obra lexicográfica, pois a existência desses verbetes é essencial para identificar os sujeitos presentes no discurso cascudiano e revelar indícios da prática de escrita do folclorista.

O dicionário é interpretado como aquele que marca a posição ocupada pelos sujeitos em formações discursivas, refletindo uma tentativa de unificar a discussão que apresentam, assim, atribuir a sua autoria a determinado sujeito é responsabilizá-lo pelo processo de produção, elaboração e publicação do escrito lexicográfico. A presença de certa autoria pode ser sugestionada, pelo aparecimento de referências a outros sujeitos em componentes lexicográficos como o prefácio, o que, durante o processo de produção, indica que a confecção da obra aponta para uma coletividade, por exemplo.

O uso do termo “colaboração” sugere o auxílio de outros sujeitos na construção definicional de cada verbete, Luís da Câmara Cascudo, exemplifica tal mecanismo ao redigir o prefácio da segunda edição do *Dicionário do Folclore Brasileiro* e referenciar

---

<sup>405</sup> Em alguns desses verbetes ela chega a acrescentar definições, mas na maioria ela opta pela exclusão como no caso de AGOURO e outros.



tais sujeitos, assim, declara que “**alguns verbetes foram escritos e assinados**, na primeira e nesta segunda edição, **por amigos, atendendo meu pedido**. [...]” (grifo nosso) (CASCUDO, 1959, p. 21), testemunho seguido pela indicação dos nomes, do local onde residem e do verbete no qual colaboraram.

**Aqui agradeço a colaboração generosa** de **Alceu Maynard Araújo** (São Paulo) sobre Roda-Pagode; de **Édison Carneiro** (Rio de Janeiro) sobre Samba, Tempo, Vodum; de **Felte Bezerra** (Aracaju) sobre Lambe-Sujo; de **Golçalves Fernandes** (Recife) sobre Tabus; de **Hélio Galvão** (Natal) sobre Multirão, Sela; de **Luís Heitor Correia de Azevedo** (Paris) sobre Modinha; de **Manoelito de Orlenas** (Porto Alegre) sobre Maragato; de **Nélson Romero** (Rio de Janeiro) sobre Fábula, Lenda, Novela, Mito; de **Renato Almeida** (Rio de Janeiro) sobre Carta do Folclore Brasileiro; de **Teo Brandão** (Macéio) sobre Quilombo; de **Veríssimo de Melo** (Natal) sobre Fórmulas de Escolha. (grifo nosso) (CASCUDO, 1959, p. 14).

Ao apontar outro conjunto de sujeitos que cooperaram na produção lexicográfica, nos induz a caracterizar outra forma de colaboração, isto é, o fornecimento de documentação que compuseram o conteúdo dicionarístico, assim, referencia que

**São meus credores:** Alba Frota (Fortaleza); **Armando Bordalo da Silva** (Belém); **Frei Bonifácio Müller** (Olinda); **Bruno de Meneses** (Belém); **Carlos Galvão Krebs** (Porto Alegre); **Celso de Carvalho** (Diamantina); **Dante de Laytano** (Porto Alegre); Donatila Dantas (Rio de Janeiro); **Édison Carneiro** (Rio de Janeiro); **Almirante Ernesto de Melo Batista** (Belém); **Flávio Galvão de Almeida Prado** (São Paulo); **Getúlio César** (Recife); Giselda Joffely Pereira da Costa (Recife); **Guilherme Santos Neves** (Vitória); **Jaime Griz** (Recife); **Jordão Emerenciano** (Recife); **Pe. Jorge O’Grady de Paiva** (Rio de Janeiro); **Nilo Pereira** (Recife); **Oscar Ribas** (Luanda, Angola); **Rossini Tavares de Lima** (São Paulo); Zaída Maciel de Castro (Rio de Janeiro) [...] (grifo no original) (grifo nosso) (CASCUDO, 1959, p. 15).

No prefácio da primeira edição, Luís da Câmara Cascudo menciona a existência de “colaboradores preciosos” listados pelo folclorista:

**Alceu Maynard Araújo** (São Paulo); **Maestro Antônio Sá Pereira** (Rio de Janeiro); **Domingos Vieira Filho** (São Luís do Maranhão); **Édison Carneiro** (Rio de Janeiro); **Felte Bezerra** (Aracaju); **Professor Doutor Gonçalves Fernandes** (Recife); **Maestro Guerra Peixe** (Rio de Janeiro); **Guilherme Santos Neves** (Vitória); **Hélio**

**Galvão** (Natal); **José Aluísio Vilela** (Viçosa, Alagoas); **José Antônio Gonçalves de Melo Neto** (Recife); **General José Bina Machado** (Rio de Janeiro); **José Olímpio de Melo** (Teresina); **Maestro José Siqueira** (Rio de Janeiro); **Luís Heitor Correia de Azevedo** (Rio de Janeiro); **Manuel Diégues Júnior** (Rio de Janeiro); **Mário Melo** (Recife); **Professor Néelson Romero** (Rio de Janeiro); **Neri Camelo** (Fortaleza); **Oswaldo R. Cabral** (Florianópolis); **Renato Almeida** (Rio de Janeiro); **René Ribeiro** (Recife); **Saul Alves Martins** (Belo Horizonte); **Teo Brandão** (Maceió); **Veríssimo de Melo** (Natal); **Maestro Vila-Lobos** (Rio de Janeiro); **Vítor Gonçalves Neto** (Teresina); **Professor Antônio Gomes Filho** (Rio de Janeiro) (grifo nosso) (CASCUDO, 1954, p. 18).

É interessante observar que os colaboradores mencionados nos prefácios são referenciados a partir dos locais, são sujeitos que ao serem incluídos no discurso folclórico de Luís da Câmara Cascudo, experienciam um “[...] processo de generalização, quanto ao enquadramento espacial [...]” (ALBUQUERQUE, JR., 2013a, p. 169), eles passam por uma ampliação de escala, visto que, são retirados do espaço local para constituírem o que seria uma nação. Tal movimento remete ao processo de territorialização das manifestações folclóricas que, por sua vez, é acompanhado da tentativa de “[...] fixar os artistas ou produtores culturais das camadas populares em dados lugares, em dados espaços, fazendo-os representar o que seria a cultura típica, a cultura que revelaria a identidade de dado recorte espacial” (ALBUQUERQUE, JR., 2013b, p. 108). Só as pessoas de determinada região conheceriam os elementos folclóricos que mencionam. Nessa perspectiva, no discurso folclórico, a expressão da localização era o que garantiria a veracidade.

Outro elemento interessante é a presença do General José Bina Machado, do Rio de Janeiro. Ele, assim como José Bezerra de Andrade, coronel da Polícia Militar – citado no verbete *RECADO PELO MORTO*<sup>406</sup> - e outros mencionados ao longo do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, desenvolviam alguma atividade militar, o que torna peculiar a contribuição deles na construção de verbetes e/ou no envio de materiais folclóricos. No verbete *DIOGUINHO*, o folclorista, além de referenciar a obra produzida pelo Delegado João Amoroso Neto a classifica como “[...] a melhor fonte, documentada e completa [...]”,<sup>407</sup> respaldando, com a sua autoridade intelectual, o discurso produzido pelo chefe de polícia.

A menção indica que Luís da Câmara Cascudo consulta

<sup>406</sup> *RECADO PELO MORTO*. In: *Dicionário do folclore brasileiro*. 12.ed. São Paulo: Global Editora, 2012, p. 606.

<sup>407</sup> *DIOGUINHO*. In: *Dicionário do folclore brasileiro*. 12.ed. São Paulo: Global Editora, 2012, p. 265.

[...] inúmeras vezes, através de cartas, não apenas estes profissionais, mas também os professores e as autoridades políticas do lugar, que oferecem informações sobre as manifestações folclóricas que ocorriam em seu município e, muitas vezes, auxiliam os estudiosos do popular a contatá-los e entrevistá-los (ALBUQUERQUE JR., 2013a, p. 173)

Os folcloristas os consideravam como fontes privilegiadas de informação, pois, exerciam atividades que os possibilitava estar em contato direto com as testemunhas das práticas folclóricas. Luís da Câmara Cascudo, por exemplo, mobilizava as forças policiais desde a década de 1920 quando tinha acesso aos “[...] processos-crime, [...] (as) fotografias feitas na própria delegacia de polícia [...]” (grifo nosso) (ALBUQUERQUE, JR., 2010, p. 27) e a outros materiais advindos das batidas policiais – realizadas, em muitos momentos, pelo Coronel Cascudo – obtendo, com isso, informações privilegiadas sobre o folclore.

O que há de comum entre os colaboradores mencionados por Luís da Câmara Cascudo? O enunciador do discurso cascudiano é masculino, são homens, brancos, de classe socialmente privilegiada que elaboraram os verbetes, detentores de uma masculinidade autoritária e caracterizada pela valorização da cultura escrita. Além disso, não é necessária uma análise aprofundada para identificar que os sujeitos com os quais Luís da Câmara Cascudo se corresponde por meio das *cartas perguntadeiras* são, predominantemente, homens.

As mulheres só são mencionadas quando Luís da Câmara Cascudo está em dívida e se vê obrigado a reconhecer o auxílio de Alba Frota, Donatila Dantas, Giselda Joffely Pereira da Costa e Zaída Maciel de Castro, no envio de materiais para o desenvolvimento da pesquisa folclórica. Tal característica não é exclusividade do prefácio, visto que ao longo do *Dicionário do Folclore Brasileiro* são raras as referências bibliográficas atribuídas às pesquisadoras, são irrisórias as intelectuais citadas nas definições como exemplos de especialistas em determinado assunto e são inexistentes aquelas a quem o folclorista dedica os verbetes biográficos.

As mulheres são postas, na narrativa cascudiana, como uma categoria social à parte, definível pela sua diferença sexual. O folclorista associa os intelectuais à memória de uma figura masculina, evidenciando a lógica patriarcal e a negação histórica do reconhecimento das mulheres como intelectuais que conduz a sua escrita e a sociedade daquele período.

O significado de como agir ou ser como homens ou mulheres é dado socialmente e varia conforme as representações presentes no imaginário de cada época. Nessa perspectiva, as sociedades constroem representações e designam práticas e comportamentos desejáveis, de modo a servir de orientação na forma de agir e de pensar de seus membros, há uma preocupação em (de)limitar as condutas masculinas e femininas na sociedade.

As modificações vivenciadas pela sociedade do século XX colocam em questão os comportamentos femininos, descrevendo os modelos que deveriam ser evitados e os desejáveis, assim, a imagem feminina passava por um processo de transformação e disputa. Terem direito à educação <sup>408</sup> não significava que as mulheres tinham acesso à circulação de ideias, informações e publicações. O pensamento era de que a vida da mulher e sua educação deveriam se pautar no espaço doméstico, por isso a instrução feminina deveria ser diferente daquela recebida pelos homens. Conseqüentemente, não caberia à mulher buscar posições que a colocassem em situações associadas ao intelecto. Exercer atividades inseridas sob domínio masculino era considerada uma forma de masculinização, e é nesse campo que a atividade intelectual estava inserida <sup>409</sup>.

Aquelas que rompiam com tais paradigmas e que se afastavam do lugar social naturalmente atribuído ao sexo feminino carregavam estigmas e eram interpretadas como símbolos de degradação moral da família e da sociedade, pois

[...] quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho (RAGO, 1997, p. 62).

A dominação masculina, a separação das esferas públicas e privadas e a exclusão das mulheres do saber nos levam a questionar se elas não exerceram as suas intelectualidades. Cientes do lugar que a sociedade reservava para elas, as mulheres tiveram que criar regras próprias para se inserirem nos jogos de poder, assim, apesar de tudo, algumas ocuparam posição nos debates de sua época e produziram interpretações sobre o Brasil que respaldavam a capacidade intelectual feminina e legitimavam a reivindicação de igualdade entre os sexos.

---

<sup>408</sup> Conquistaram o direito de trabalhar fora e estudar, desde que conseguissem conciliar casamento e o mercado de trabalho.

<sup>409</sup> O exercício de tais atividades era visto como uma subtração da mulher à sua missão de cuidar da casa, do marido e dos filhos.

Que mulher, afinal, podia falar e ocupar tais lugares de visibilidade? Eram, em sua maioria, as mulheres instruídas que desejavam obter reconhecimento intelectual e mudança em seu *status* social em relação aos homens. A prática missivista permite identificar alguns rastros da participação dessas mulheres no cenário intelectual, visto que a correspondência permitia ouvir as vozes femininas que podiam sair da condição de anonimato e registrar as tentativas de inserção em um ambiente hostil e pouco acolhedor para a mulher que buscava reconhecimento entre os intelectuais de seu tempo.

A necessidade do convívio intelectual era suprida, em alguns casos, pela troca epistolar. Tornando-se “uma forma eficiente de resolver a impossibilidade do intercâmbio intelectual presencial, de criar redes, de estabelecer diálogos, de criar amizades literárias independentes das distâncias geográficas” (DUARTE, 2009, p. 17). Portanto, a correspondência foi um dos meios encontrados pelas intelectuais para se estabelecerem e serem reconhecidas como “mulheres de letras”.

Cecília Meireles utilizou a epistolografia e o periodismo como forma de entrada no círculo da intelectualidade. Além disso, a derivação das funções de professora permitiu que mulheres como ela se tornassem produtoras e mediadoras culturais nesse período.

A poetisa, que se dedicou às atividades literárias e pedagógicas, desenvolveu paralelamente estudos acerca do folclore infantil. A formação, como normalista, e o desenvolvimento do ofício pedagógico <sup>410</sup> possibilitou que o seu percurso correspondesse ao objetivo dos folcloristas, que atribuíam à educação a questão central do seu programa. Dessa forma, Cecília Meireles começou a se relacionar, regularmente, com o Movimento Folclórico, participando de muitos de seus eventos, debates e publicações, tornando-se necessária para a legitimação do lugar do movimento folclórico na sociedade brasileira.

Contudo, mesmo participando ativamente do clima de efervescência em torno dos estudos folclóricos, a intelectual só é mencionada no *Dicionário do Folclore Brasileiro* em dois momentos, <sup>411</sup> no verbete ACALANTO <sup>412</sup> quando Luís da Câmara Cascudo acrescenta a pesquisa *Infância e Folclore* ao conjunto de referências

---

<sup>410</sup> Por vezes, Cecília Meireles desabafava sobre as dificuldades em conciliar as atribuições domésticas e intelectuais.

<sup>411</sup> Foi necessária a presença de Laura Della Monica para que a menção à Cecília de Meireles fosse ampliada. Com o processo de reedição do dicionário, a folclorista passa a ser mencionada em mais dois momentos, nos verbetes ADIVINHAÇÃO e RODA INFANTIL.

<sup>412</sup> ACALANTO. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 12.ed. São Paulo: Global Editora, 2012, p. 08.

bibliográficas e no verbete FÓRMULA DE ESCOLHA <sup>413</sup> citando a presença de uma fórmula em uma das pesquisas desenvolvidas pela folclorista.

Se mulheres como Cecília Meireles desenvolveram pesquisas folclóricas, por que seus escritos não aparecem nos contornos do pensamento cascudiano? Para além de questões teóricas, podemos afirmar que em práticas escriturísticas como a de Luís da Câmara Cascudo essas mulheres são silenciadas. Nas narrativas que produzem, tais intelectuais corroboram com as definições de gênero, isto é, atuam no processo de construção das diferenças e hierarquias de gênero. Evidenciando que as diferenças físicas e intelectuais atribuídas ao campo da natureza eram produzidas socialmente. Conseqüentemente, as desigualdades entre homens e mulheres não decorreriam da natureza, mas de fatos sociais e políticos, por isso o gênero pode ser interpretado como o primeiro modo de dar significado às relações de poder.

Na primeira edição, em 1954, Luís da Câmara Cascudo demonstra a intencionalidade de continuar reformulando o produto dicionarístico a partir do estabelecimento de coparticipações futuras, assim, afirma que **“as contribuições subsequentes, noutras edições ou adendos, ampliarão a paisagem aqui esboçada”** (grifo nosso) (CASCUDO, 1954, p. 25). Além de mencionar, assim como na edição posterior, a existência das “fontes colaboradoras” de forma que a partir da composição do prefácio transparece que a produção do *Dicionário do Folclore Brasileiro* se desenvolveu a partir do pedido de cooperação a vários amigos para desenvolverem

“[...] a redação **de verbetes que aparecem assinados**. Devo a outros informações raras e curiosas do que muito ignoro. (grifo nosso) (CASCUDO, 1954, p. 25).

Luís da Câmara Cascudo manifestava múltiplas maneiras de agradecer o auxílio de algum colaborador. O verbete MODINHA é significativo nesse sentido, pois o folclorista realiza não só um agradecimento, mas presta quase uma reverência ao sujeito mencionado.

MODINHA 1 -

[...]

Um poeta e compositor da música popular, José Vitoriano de Medeiros (1892-1955), que faleceu tenente-coronel da Polícia Militar

---

<sup>413</sup> FÓRMULA DE ESCOLHA. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 12.ed. São Paulo: Global Editora, 2012, p. 308-314.

do Rio Grande do Norte, presenteou-me com uma coleção de modinhas, impressa, que registro para dar uma imagem da predileção brasileira do gênero.

[...] <sup>414</sup>

Tal trecho possui redação semelhante aos verbetes biográficos que o folclorista direcionava para sujeitos escolhidos criteriosamente. Assim, as doações que tais “colaboradores” faziam pareciam, em alguns casos, ser encaminhados acompanhados pela esperança de reconhecimento, seja a menção no *Dicionário do Folclore Brasileiro* ou a correspondência do Dr. Cascudo, ostentadas e interpretadas, em ambos os casos, como símbolos de *status*.

Como destaca o trecho sinalizado, alguns dos verbetes que foram confeccionados por outros sujeitos, que não Luís da Câmara Cascudo, apresentam-se no dicionário identificados a partir da menção a autoria deles, porém, contrária a edição posterior não há indicação dos verbetes que produziram, mencionando apenas o nome e lugar que o colaborador reside. Na edição de 1972 o verbete MODINHA apresenta-se dividido em duas entradas, sendo uma delas assinada pelo seu cooperador e a outra produzida pelo folclorista potiguar, na qual reafirma a definição apresentada anteriormente por aquele que contribuiu, além de acrescentar uma série de referências aos estudos produzidos por seu amigo, Mário de Andrade

MODINHA 1 -

É a canção brasileira, de gênero tradicional, quase sempre amorosa. As mais antigas tinham, mesmo, sabor acentuadamente erótico, e por vezes equívoco

[...] <sup>415</sup>

publicam catálogos muitos elucidativos de algumas dessas coleções, que figuram na Exposição de Documentos Musicais, realizada por ocasião do aludido Congresso. (L. H.). **Luís Heitor Correia de Azevedo (Rio de Janeiro).**

MODINHA 2 -

O Prof. Luis Heitor Correia de Azevedo, da Universidade Nacional (Rio de Janeiro), fixou excelentemente os elementos característicos da MODINHA

[...]

---

<sup>414</sup> MODINHA 1. In: *Dicionário do folclore brasileiro*. 3.ed. 2. vol. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1972, p. 213.

<sup>415</sup> Idem, *ibidem*.

(grifo nosso) <sup>416</sup>

Em outro verbete os acréscimos são realizados junto à definição elaborada pelo colaborador, como ocorre no verbete MARAGATO

MARAGATO -

[...]

(*Manoelito de Ornellas*, Pôrto Alegre, Rio Grande do Sul)

Especialmente para a segunda edição deste dicionário. Maragato determinou no vocabulário gaúcho uma série derivada: - maragatada, maragatagem, maragatgear, maragatismo

[...]

(grifo no original) <sup>417</sup>

Já no verbete LAMBE-SUJO só há uma entrada, o que significaria que Luís da Câmara Cascudo não considerou necessário realizar acréscimos na definição nem nas referências indicadas pelo colaborador, talvez pelo conteúdo referenciar algo específico de um estado, condizendo com a afirmação feita, no prefácio da primeira edição, de que muitas informações fornecidas por aqueles que cooperaram na produção do dicionário são raras e curiosas e remetem a coisas por ele ignoradas

LAMBE-SUJO -

Folguedo popular, conhecido especialmente em Aracaju, capital do Estado de Sergipe, com algumas variantes apresentadas em cidades do interior do mesmo estado, bem como na capital e interior do Estado de Alagoas

[...]

**(Felte Bezerra, Aracaju, Sergipe)**

(grifo nosso) <sup>418</sup>

---

<sup>416</sup> MODINHA 2. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 3.ed. 2. vol. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1972, p. 213.

<sup>417</sup> MARAGATO. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 3.ed. 2. vol. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1972, p. 165.

<sup>418</sup> LAMBE-SUJO. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 3.ed. 2. vol. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1972, p. 74.



No verbete TABU a colaboração ocorre a partir da junção da definição produzida por Luís da Câmara Cascudo, que inicia o verbete, seguida pelo texto confeccionado pelo colaborador que, diferente dos citados anteriormente, é referenciado da seguinte forma

TABU -

[...]

**O Prof. Dr. Gonçalves Fernandes (Recife) escreveu, para este dicionário, o estudo subsequente** sobre alguns de conduta das populações do Nordeste do Brasil:

ENSAIO ANALÍTICO SÔBRE ALGUNS TABUS DE CONDUTA DAS POPULAÇÕES NO NORDESTE DO BRASIL

I

[...]

(grifo nosso) <sup>419</sup>

Assim como ocorre no verbete VODU, no qual a colaboração se dá como na entrada citada anteriormente, com exceção da presença de um juízo de valor emitido por Luís da Câmara Cascudo

VODUM -

[...]

Édison Carneiro escreveu para este DICIONÁRIO o estudo seguinte sobre VODUM, **a melhor síntese no assunto:**

VODUM

[...]

(grifo nosso). <sup>420</sup>

Ao mencionar que “**transcrevi muitos verbetes** de Linguagem Médica Popular do Brasil [...] e do Vocabulário Pernambucano [...]” (grifo nosso) (CASCUDO, 1954, p.25), indicando que tal processo foi feito com benevolente autorização dos seus autores, Luís da Câmara Cascudo revela outra forma de colaboração na composição do

<sup>419</sup> TABU. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 3.ed. 2. vol. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1972, p. 652.

<sup>420</sup> VODU. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 3.ed. 2. vol. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1972, p. 776.

conteúdo dicionarístico, isto é, a consulta a outras obras com características lexicográficas e a reprodução das definições que empregam, a exemplo do que faz no verbete SAMBURÁ

SAMBURÁ -

Cêsto ou cipó, pequeno, de fundo largo e boca afunilada, para usos diversos prêso a cordéis para pendurar, ou trazer a tiracolo, como fazem os pescadores para recolherem o que pescam. Barriga de samburá: arranjar-se, cuidar de si, dos seus interesses. Um cêsto e um samburá: abundância, quantidade, grande número. Gabriel Soares de Sousa já o citava. **(Pereira da Costa, VOCABULÁRIO PERNAMBUCANO, 658, resumido)**

(grifo nosso)<sup>421</sup>

A análise do escrito lexicográfico indica ainda a transcrição de verbetes de outras obras, que não são citadas por Luís da Câmara Cascudo, como o *Vocabulário da Língua Geral* produzida pelo folclorista italiano Ermanno Stradelli, a exemplo do verbete MOACARETÁ

MOACARETÁ -

O Conselho. Os velhos da tribo, qué assitem o tuxaua (chefe) e conservam os costumes e as tradições dos antigos

[...]

**(Stradelli, 528, VOCABULARIO DA LÍNGUA GERAL)**

(grifo nosso).<sup>422</sup>

Há ainda aqueles que não são resumidos, como o retirado da obra de Pereira da Costa, e apresentam o texto integral recolhido de alguma das produções consultadas, indicado que se trata de um exercício de compilação, além disso, há aqueles que fazem Luís da Câmara Cascudo dividir o verbete em duas entradas, a exemplo do relativo a MOÇA, no primeiro transcreve o texto encontrado ao compulsar *Linguagem Médica*

<sup>421</sup> SAMBURÁ. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 3.ed. 2. vol. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1972, p. 581.

<sup>422</sup> MOACARETÁ. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 3.ed. 2. vol. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1972, p. 205-206.

*Popular do Brasil* e no segundo apresenta a sua própria definição, no caso a inclusão de uma lenda indígena

MOÇA 1 -

Que já teve o primeiro catamênio. Ela é moça. Tá cun mêiz qui veio o premêro rejume”. Atingida a idade da menarca, a mulher do povo é fiscalizada quanto à vinda do mênstruo inicial

[...]

**(Fernando São Paulo, LINGUAGEM MÉDICA POPULAR NO BRASIL, II, 111-112).**

(grifo nosso) <sup>423</sup>

MOÇA 2 -

Babal , tanga, usada e preferida pelas indígenas do rio Uraricuera, um dos formadores do rio Branco, Amazonas

[...] <sup>424</sup>

Além disso, os colaboradores atuam referenciando outros verbetes produzidos em cooperação com outros sujeitos, a exemplo da entrada relativa a QUILOMBO, nele o autor atua como dicionarístico ao realizar o emprego do “ver” em alusão a referência a outro vocábulo, prática que até então é responsabilidade de Luís da Câmara Cascudo, que, inclusive, utiliza tal mecanismo nesse mesmo verbete, mas alude para outra entrada que não a citada pelo colaborador

QUILOMBO -

[...]

Segundo Felte Bezerra, que assistiu a êle, com outros participantes da IV Semana Nacional de Folclore, em Maceio, Bebedouro, em 1952, o auto ou dança dos quilombos corresponde ao lambe-sujo de Aracaju **(Veja este verbete). TEO BRANDÃO (Maceió, Alagoas). Ver CONGADOS**

(grifo nosso) <sup>425</sup>

<sup>423</sup> MOÇA 1. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 3.ed. 2. vol. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1972, p. 206.

<sup>424</sup> MOÇA 2. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 3.ed. 2. vol. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1972, p. 207.

<sup>425</sup> QUILOMBO. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. 3.ed. 2. vol. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1972, p. 512.

Portanto, o exercício de mecanismos colaborativos, característica da escrita cascudiana empregada no *Dicionário do Folclore Brasileiro*, desenvolve-se a partir: a-) do encaminhamento das denominadas *cartas perguntadeiras* destinadas, primordialmente, ao estabelecimento de parcerias com instituições e/ou intelectuais constituindo exercício necessário ao andamento das três etapas concatenadas a prática de pesquisa desenvolvida por Luís da Câmara Cascudo, isto é, a *coleta* de informações, o *confronto* e a *busca pelas origens*; b-) do recebimento de correspondências encaminhadas por aqueles que consultavam/liam tal obra que por meio da prática missivista sugestionavam acréscimos, alterações e exclusões nas definições vinculadas pelos verbetes; c-) da reprodução de definições encontradas em outras produções dicionarísticas; d-) do apoderamento de produções intelectuais enviadas por outros sujeitos para integrar o conteúdo do escrito lexicográfico; e-) do pedido para redação de alguns dos verbetes que compõe a obra. Elementos que ao configurarem a escrita de Luís da Câmara Cascudo e revelarem-se por meio da indicação de exemplos, referências bibliográficas, definições e outros elementos elencados nos verbetes, constituem o processo de colaboração que estabeleceu com terceiros e proporcionou a confecção da obra que Carlos Drummond de Andrade referenciou como a que, por dizer a alma do Brasil e confundir-se com o seu produtor, convém ter sempre à mão (ANDRADE, 1968).

O envio das *cartas perguntadeiras* revela ainda um dos procedimentos adotados pelos folcloristas, isto é, a busca por uma autoria para as formas de expressão populares que, até então, se caracterizavam como anônimas ou pela inexistência de um autor. O lugar do “autor” dessas manifestações folclóricas era vazio e podia ser ocupado por diferentes sujeitos.

É com a emergência da sociedade burguesa e do Estado moderno que se instaura o dispositivo de autoria, que, conseqüentemente, “[...] se busca tirar do anonimato a produção de qualquer texto, de qualquer ação, de qualquer discurso, de qualquer mensagem, ideia ou gesto [...]” (ALBUQUERQUE JR., 2013b, p. 76).

Há no folclore uma rejeição pelo anonimato, assim, Luís da Câmara Cascudo investe na busca por quem está na origem de cada manifestação folclórica. Porém, quando se busca atribuir uma autoria às práticas folclóricas acaba-se reforçando a autoria do próprio folclorista.

Nessa perspectiva, a referência, implícita ou explícita, aos colaboradores ocasiona questionamentos relativos à *função-autor* que essa obra institui, sobretudo

quando no prefácio da segunda edição o folclorista menciona que “[...] quanto possa significar este Dicionário como **trabalho individual**” (grifo nosso) (CASCUDO, 1959, p. 23), o que sugestiona que a confecção do dicionário se deu de forma solitária e acaba por ocasionar certa dubiedade no tocante a maneira como essa se concretiza, pois na mesma medida que intenta vincular a produção a um sujeito empírico, isto é, a um nome próprio, aponta para a existência de uma autoria coletiva, o que atribuiria ao folclorista a posição de um “narrador entre diversos narradores”.

#### 4. O LABOR INTERMINÁVEL: LUÍS DA CÂMARA CASCUDO E O FAZER DICIONARÍSTICO

“[...] - Pois é, meu filho, estou aqui estudando costumes [...]” (MELO, 1986, p. 12), é assim que Luís da Câmara Cascudo respondia a quem o indagava sobre o que estava fazendo no bairro da Ribeira, berço de importantes personalidades natalenses e onde o lobisomem corria nas trevas da sexta-feira (CASCUDO, 1980).

Nos becos da Ribeira, baforando o seu charuto, o *enamorado da lua*<sup>426</sup> parecia rememorar os tempos idos da infância sertaneja e adentrava a mentalidade popular. Realizando as “rondas da noite”, construía espaços de trocas frequentando os clubes de cavalheiros, onde os rapazes da sociedade potiguar iam jogar; cabarés, clubes de dança e bares, nos quais exteriorizava o etnógrafo que habitava o seu íntimo.

Nessa perspectiva, no tópico “*Assim me contaram, assim vos contei*”: *a significação da experiência cascudiana* problematizamos o Luís da Câmara Cascudo, observador dos costumes. Aquele que nas andanças pela boêmia potiguar contemplava, desde a adolescência, os pileques e prostitutas, as brigas e trapaças. Declarando que “minha vocação era o **Laboratório**.” (grifo nosso) (CASCUDO, 2008, p. 51), o folclorista se referia a especialidade médica que despertou a sua atenção quando estudante de Medicina. Porém, mal sabia ele que o destino lhe pregaria uma peça e faria do seu laboratório a pesquisa de campo.

O fazer etnográfico acompanha o fazer dicionarístico, pois é essência da escrita cascudiana. Interpretado como uma ratificação das leituras e deduções anteriores, tal ofício era sempre celebrado pelo folclorista, que se orgulhava de coletar documentação para a narrativa que construía. Fazer etnografia representa, para Luís da Câmara Cascudo, reencontrar aquilo que era familiar/conhecido, aquilo que deixou marcas indestrutíveis na sua memória.

O folclorista não foi um trabalhador solitário. Para concluir o labor interminável que caracterizava o *Dicionário do Folclore Brasileiro*, ele precisou convocar Veríssimo de Melo para datilografar as milhares de páginas que o compunham. Interminável, por prever uma reescrita constante e por concretizar o plano de uma obra folclórica que emerge no pensamento cascudiano há 30 anos.

---

<sup>426</sup> Dahlia, esposa de Luís da Câmara Cascudo o chamava assim por saber da predileção do folclorista em desenvolver as suas atividades durante a noite.

É Verissimo de Melo que, ao datilografar os milhares de verbetes, identifica no dicionário o núcleo sintetizador de um projeto iniciado por Luís da Câmara Cascudo em 1922. Nessa época, o potiguar direcionou o seu “[...] potencial criador e capacidade de trabalho para uma área pouco explorada até então: a pesquisa folclórica no nordeste” (MELO, 1986, p. 06).

O plano da obra folclórica teria emergido a partir do Movimento Modernista de 1922 e foi coroado com a publicação do *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Ao descrever a obra lexicográfica, Verissimo de Melo (1986) aponta que o projeto dicionarístico só foi concluído graças a tenacidade de Luís da Câmara Cascudo, que “[...] anotava diariamente fatos da terra e do mundo. Queria saber datas exatas. Vivia sempre perguntando algo. De posse da informação, ia a um dos seus cadernos e escrevia logo, para não esquecer [...]” (MELO, 1986, p. 03). Além de registrar, o folclorista confrontava as informações. No prefácio da quarta edição do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, Luís da Câmara Cascudo afirma não deixar a “[...] imaginação suprir o **documento**” (grifo nosso) (CASCUDO, 1979, p. 11). O documento indicado pelo folclorista é o escrito, aquele que na concepção, conservadora do potiguar, manifesta a verdade, assim, nos livros da *Babilônia* se apoiava.

Seu processo de criação exigia o silêncio da noite, quando se debruçava no seu gabinete e reunia os dados colhidos junto aos seus interlocutores e às suas tantas informações garimpadas com cuidado nas prateleiras da *Babilônia*. Assim, no tópico *A noite cai na Babilônia: Câmara Cascudo pelo mundo das letras* analisamos a relação das suas práticas de leitura, o percurso de transição leitor/autor e a função da sua biblioteca pessoal nos métodos de escrita do *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Nesse espaço, escrevia de uma única vez. Não fazia esboços, nem remendava textos. Criava balançando-se numa rede com um grande travesseiro nas costas. Nas estantes não havia rascunhos nem originais, apenas textos inacabados esquecidos no porão da sua biblioteca. A alvorada surgia e da *Babilônia* o folclorista partia, procurando, nas ruas o Povo de quem tanto escrevia.

O Povo, entidade própria na narrativa de Luís da Câmara Cascudo, é a voz que ecoa por entre as linhas da sua escrita. Não é à toa que o folclorista escolhe a sentença “*a verdadeira vida do povo só com o povo se pode aprender*” para prefaciar uma das edições do *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Além de expressar o gosto do potiguar pelo fazer etnográfico, ela traduz à vontade cascudiana de que a sabedoria do povo esteja catalogada no dicionário.

Nessa perspectiva, ansiando conhecer as coisas que o povo diz, Luís da Câmara Cascudo se depara com a oralidade enquanto elemento folclorístico e caracterizador do Povo. No tópico *O “Povo” por escrito: a oralidade coletada* discutimos o intento folclorista de transpor o oral para o escrito, bem como a concepção cascudiana de povo.

#### 4.1 A noite cai na *Babilônia*<sup>427</sup>: Câmara Cascudo pelo mundo das letras

O crepúsculo penetra as frestas das janelas do casarão da Junqueira Aires, ali Luís da Câmara Cascudo acende as luzes e se prepara para mais uma noite de labor. Por entre a mágica fumaça<sup>428</sup> o ambiente se ilumina e revela que o pesquisador não está sozinho. Nos elementos que compõe a sua biblioteca aparecem vestígios de que outras pessoas por ali estiveram. A presença do outro resiste a pintura gasta e outras ações do tempo, contradizendo a expectativa e tornando o espaço inviolável. Assim, os vultos que por ali passaram estabelecem uma marca do passado, mas também perpetuam a recordação. Por meios dos dizeres, citações e assinaturas inscritos<sup>429</sup> nas paredes da *Babilônia* o outro se faz presente.

Se só a repetição traz o costume e o prazer, como acreditava o folclorista, a reincidência do outro o faz lembrar que o labor não é solitário sendo realizado a partir de uma coletividade, acessada, entre outros, pelos momentos vividos naquele mesmo espaço que servia de cenário para as conversas perguntadeiras, exercendo a sua sociabilidade e revelando o gosto pelo convívio com aqueles a quem reservava o privilégio de adentrar na sua *Babilônia*, a esses, por vezes, concedia<sup>430</sup> obras que chegavam no casarão de toda parte.

Se antes uma exclusividade de poucos, após a velhice a biblioteca de Luís da Câmara Cascudo passou a ser frequentada por todos aqueles interessados em conhecer o reduto de criação do folclorista, já na velhice ele afirmava utilizar a presença de rapazes

---

<sup>427</sup> A *Babilônia* foi nomeada por Luís da Câmara Cascudo tentando atribuir a ela um caráter sagrado, essência que converge com o sentimento expressado pelos homens ao tomarem conhecimento da existência de um espaço no qual todos os livros, logo todos os saberes da humanidade, estão presentes. (BORGES, 2007). Porém, *Babilônia* também pode significar caos/confusão tal como quando o homem descobre que a mesma Biblioteca que abriga a justificativa e totalidade do Universo é aquela que acomoda, nas suas prateleiras, preciosidades inacessíveis e desfeitas em um todo inalcançável.

<sup>428</sup> O charuto era definido pelo folclorista como uma extensão do seu rosto.

<sup>429</sup> Juscelino Kubitschek, Gilberto Freyre, Dorival Caymmi e Mário de Andrade, entre tantos outros nomes.

<sup>430</sup> A Verissimo de Melo, Luís da Câmara Cascudo endereçou vários livros. Mas, certamente, o mais significativo foi a primeira edição do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, presenteada como retribuição pelo auxílio do amigo ao datilografar parte da obra lexicográfica.



e moças, estudantes como um “[...] meio de comunicação, de procurar entender a mentalidade de hoje”. (CASCUDO, 1972, s/p) Fernando Luís, filho do folclorista potiguar, ao mencionar que muitos iam consultá-lo em sua residência afirmava que “alguns chegavam em caravanas, procedentes do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador [...]” (OLIVEIRA, 1999, p. 97). A notabilidade mencionada por Fernando Luís sugere o desejo de popularizar a imagem do folclorista potiguar e de torná-lo memorável, anseio compartilhado, anteriormente, por Luís da Câmara Cascudo ao expor, em missiva enviada a José Américo de Almeida, a comoção que o reconhecimento daqueles que constituirão a posterioridade lhe ocasionou.

A *Babilônia* se reveste por uma aura sacrossanta, que sob as bençãos das imagens sacras,<sup>431</sup> contrasta com os ambientes de convívio familiar presentes no casarão, visto que a biblioteca é um local de trabalho e prazer, mas também de representação de si. As extensas janelas garantem não só a iluminação necessária para o recinto, mas também acentuam o seu gosto pela observação dos detalhes, possibilitando-o perceber o que passa em seu entorno, etnografar as ruas e atentar para aquilo que passava debaixo de seu nariz.

A rotina nesse espaço era seguida de forma quase religiosa.<sup>432</sup> Ao retornar para casa, após as suas andanças, era na *Babilônia* que repousava displicentemente na rede, pela noite adentro, exercendo o seu tempo da leitura, quer dos jornais, quer das cartas, ou do monte de livros para ler. A memória, como é posto por Veríssimo de Melo (1986), foi um dos instrumentos mais poderosos de Luís da Câmara Cascudo. E na sua *Babilônia* ela brilhava, lá o folclorista caminhava com tranquilidade sabendo exatamente onde estavam todos os seus livros, indicando por vezes a página onde estava determinada citação, demonstrando que Luís da Câmara Cascudo é a própria *Babilônia*.

O universo do homem de letras transborda nas prateleiras desse espaço, no qual propõe debates imaginários com aqueles que aparecem nas paredes, nas memórias ou nos livros, desvelando o universo daquele que cresceu habituado a colocar os livros e as pesquisas acima de qualquer outro interesse.

Por muito tempo foram associados ao livro inúmeros poderes, sendo esses temidos e terríveis. Poder esse relacionado por muitos ao saber que o livro seria capaz

---

<sup>431</sup> Há, sob o gabinete de estudos de Luís da Câmara Cascudo, a presença de imagens sagradas, evidenciando a crença religiosa que o acompanha até mesmo no labor intelectual, era católico a ponto de andar com um rosário no bolso, mas, não a ponto de impedi-lo de carregar também um patuá.

<sup>432</sup> Mesmo com a saúde debilitada, com dificuldades para ver e ouvir, Luís da Câmara Cascudo continuou a seguir, diariamente, a sua rotina de leituras e escrita.

de transmitir. Alguns chegavam a acreditar que o excesso de leitura seria capaz de provocar a possessão diabólica e a loucura. Assim, “[...] de maneira duradora, impresso ou manuscrito, o escrito foi investido de um poder temido e desejado” (CHARTIER, 2010, p. 23).

Por esses poderes, atribuídos aos livros, muitos pregaram a sua destruição, e, muitos fascinados pelos mesmos motivos, absolviam cada palavra dos livros que chegavam pelos navios que atracados no porto de Natal. O gosto pelo colecionismo <sup>433</sup>, traz de volta o Cascudinho da infância que aprendeu “[...] a ler quase sozinho, aos seis anos, graças ao Tico-Tico, as proezas de Chiquinho e Jagunço, ao Juquinha e Gibí [...]” (CASCUDO, 2008, p. 49), aquele que fez da leitura a sua companheira, que se alimentou da leitura, revelando um acervo, <sup>434</sup> que, como acontece com outros bibliófilos, <sup>435</sup> sugere tanto uma “vontade de guardar”, de fazer da própria história quanto uma condição de um “grande leitor”, <sup>436</sup> ampliada pela família, graças ao incentivo à leitura, e “[...] ao círculo de seus amigos e dos que lhe devem favores” (BARBIER, 2018, p.54), assim, trata-se de uma coleção que começa de forma espontânea e, por isso, era guiada pela vontade do colecionador, mas que passa a ser construída também como uma forma de prestígio social.

A *Babilônia* é reverenciada pelos familiares como um lugar sagrado, no qual a face do “homem de letras” se revelava, sabiam que mesmo na solidão do espaço “[...] ele nunca está sozinho [...]” (CASCUDO, 1979, s/p), pois têm os livros. Lá exerceria a tríplice função da sua biblioteca: ler por prazer, para investigar e para ensinar, e não pelo deleite que a posse do livro pode oferecer. A sua esposa, Dáhlia, sabia da necessidade de distinguir o marido do escritor, por isso interpretava tal espaço como um laboratório de pesquisa, dividindo a sua casa em dois mundos: o da intimidade com o jovem dos “mais lindos olhos verdes” (CASCUDO *apud* OLIVEIRA, 1999, p. 52) e o

---

<sup>433</sup> O colecionismo é um ato voluntário que leva à construção de uma coleção, nunca pensada em partes, mas como um todo inseparável. O Luís da Câmara Cascudo, colecionador é sinalizado na própria escrita que desenvolve. Afinal, o próprio *Dicionário do Folclore Brasileiro* é uma coleção de informações dispostas em ordem alfabética, análise que se expande para o conjunto da produção cascudiana.

<sup>434</sup> Dado a sua grandiosidade deixa de ser privado e torna-se público, “[...] nem sei mais se é acervo meu ou seu, ou do povo, ou do estado. Vamos dizer que me sinto dono e tomo conta” (CASCUDO, 1996, p. 10).

<sup>435</sup> A amizade com Mário de Andrade, bibliófilo confesso, certamente inspirou Luís da Câmara Cascudo a construir o acervo reunido na *Babilônia*.

<sup>436</sup> Luís da Câmara Cascudo interpretava que o seu ofício era resultado de uma vocação, ou seja, daquilo que estaria predestinado a fazer, por isso, analisa a sua formação como uma consequência do destino. Porém, interpretamos tal tendência como antiquada, já que o projeta na condição de “gênio”, de homem de exceção, optamos por conceber que tal encaminhamento se deve as mediações culturais - locais, nacionais ou transnacionais - que realizou e outras conjunções favoráveis encontradas por ele ao longo de sua trajetória.

do trabalho intelectual do folclorista Luís da Câmara Cascudo, por isso, afirmava “jamais o interrompi em sua máquina de escrever, na elaboração de seu trabalho mental. Doei-me com toda plenitude” (CASCUDO *apud* OLIVEIRA, 1999, p. 53).

A sua esposa, Dália, sabia da necessidade de distinguir o marido do escritor, por isso interpretava tal espaço como um laboratório de pesquisa, dividindo a sua casa em dois mundos: o da intimidade com o jovem dos mais lindos olhos verdes - como descrito por ela - e o do trabalho intelectual do folclorista Luís da Câmara Cascudo, por isso, afirmava “jamais o interrompi em sua máquina de escrever, na elaboração de seu trabalho mental. Doei-me com toda plenitude”.

Para além do “respeito ao trabalho intelectual” a ausência de figuras femininas no espaço da *Babilônia* inspira uma segmentação de gênero, uma série de práticas aceitáveis e não aceitáveis para o papel da mulher, no qual o ambiente doméstico/emocional era destinado ao feminino e o do ofício/racional era dirigido aos sujeitos masculinos. Reservadas à esfera privada, “[...] as mulheres por largo tempo estiveram ausentes das atividades consideradas dignas de serem registradas para o conhecimento das gerações subsequentes [...]” (SOIHET, 1997, p. 295), entre elas o exercício intelectual.<sup>437</sup> Estereótipos como "o fêretro sai por uma porta e a biblioteca pela outra" (CAVEDON *apud* AZEVEDO et al., 2000, p. 101), ressaltavam que a mulher só poderia se dedicar a bibliofilia se fosse viúva, pois não teria uma figura masculina a quem dedicar a sua existência. Além disso, tal espaço era anedoticamente interpretado como a personificação de uma amante com a qual a mulher teria que rivalizar praticamente ao longo de toda a vida, implorando pela atenção do “homem das letras”.

Tal perspectiva evidência que a emergência das bibliotecas pessoais está entrelaçada ao desenvolvimento das sociedades patriarcais, na qual os transmissores e portadores dos valores eram/são homens. Além disso, o depoimento de Dália, acerca da *Babilônia*, repercute a própria percepção criada por ela de si mesma quanto a importância de seu papel, cuja vivência sombrearia a vida pública do marido.

Mesmo que as bibliotecas fossem consideradas como ornamentos indispensáveis de algumas casas, as mulheres, especialmente no século XIX, eram objeto de narrativas negativas, sendo, muitas vezes, associadas ao conjunto de pragas que poderiam atacar

---

<sup>437</sup> Nos arquivos privados ainda é possível perscrutar a presença feminina diferente do que ocorre em espaços públicos que, em geral, silenciam as mulheres por privilegiarem a cena pública, espaço que, por muito tempo, foi restrito aos homens (PERROT, 1989).

tal espaço. Quando puderam adentrar nesse ambiente eram restritas as leituras <sup>438</sup> de ordem religiosa enquanto os homens se beneficiavam de “[...] meio textual mais aberto” (BARBIER, 2018, p. 55). Tal prerrogativa interpreta que o espírito da mulher não era próprio para o conhecimento, ou que à mulher, basta saber ler para compreender o catecismo.

A *Babilônia* estabelece uma relação intrínseca com as sociabilidades construídas <sup>439</sup> por Luís da Câmara Cascudo, considerando que tais estruturas referem-se aos laços que ligam os intelectuais, assim como os espaços em torno dos quais eles se constroem, podendo inclusive remeter a ambientes como as bibliotecas pessoais (SIRINELLI, 2003). Em alguns dos casos, foi a partir da leitura de um livro, ou do conhecimento de uma publicação, que o interesse despertou e levou, como etapa seguinte, ao envio de correspondências e, conseqüentemente, o estabelecimento de afinidades, à circulação de ideias e as trocas de opiniões e, não raramente acompanhadas pelo intercâmbio de livros.

Processo que também é destacado por Fernando Luís, filho do folclorista potiguar, ao mencionar que muitos iam consultá-lo em sua residência, “alguns chegavam em caravanas, procedentes do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador [...]” (OLIVEIRA, 1999, p. 97). A notabilidade mencionada por Fernando Luís sugestiona o desejo de popularizar a imagem do folclorista potiguar e de torná-lo memorável, anseio compartilhado, anteriormente, por Luís da Câmara Cascudo ao expor, na missiva enviada a José Américo de Almeida, a comoção que o reconhecimento daqueles que constituirão a posterioridade lhe ocasionou.

Assim, os correspondentes, incluindo os que nunca conheceu pessoalmente, mas cujas relações chegaram a ser de uma amizade com viés intelectual, são localizáveis nas dedicatórias inscritas <sup>440</sup> em muitas das obras que lhe foram ofertadas revelando que tal biblioteca pessoal funciona como um espaço privado, como um refúgio, mas, ao mesmo tempo, um lugar de comunicação com o mundo. Ali está o âmagô do trabalho que

---

<sup>438</sup> A própria relação do feminino com a leitura foi, ao longo do desenvolvimento da humanidade, silenciada e pouco explorada.

<sup>439</sup> Envolvendo escritores, editores, pesquisadores em maioria, de uma ponta a outra do país ou até mesmo do exterior. A amizade com Mário de Andrade, por exemplo, surgiu a partir de um intercâmbio de publicações e livros.

<sup>440</sup> Além das dedicatórias, Luís da Câmara Cascudo circulava como produtor de diversos prefácios, visto que se tornou referência como aquele que simultaneamente à leitura da obra exercia uma função de crítico. Assim, praticamente todos os seus livros e também obras de diversos autores - importantes ou não, conhecidos ou desconhecidos, amadores ou profissionais - que pelos mais diversos motivos lhe pediram um prefácio. (MONTEIRO, 2015, p. 67).

desenvolveu durante o período de atividade profissional, assim, a biblioteca integra-se à rede de sociabilidade, visto que muitas das relações de Luís da Câmara Cascudo aconteceram por cauda dela e são verificadas e asseguradas por meio da sua existência.

441

As bibliotecas, entre os seus mistérios, caracterizam um lapso temporal no qual há o emaranhamento do passado, presente e do futuro, permitindo que fatos, que fogem muitas vezes da nossa memória, ou, também, das vidas sujeitas ao cotidiano, possam ser relembrados ao folhear as páginas dos livros, pois esses

[...] registram a passagem do tempo real, e porque nos lembravam de todas as ocasiões em que tinham sido lidos e relidos, também refletiram a passagem das décadas precedentes. Os livros escreveram a história da nossa vida e, à medida que se acumularam nas estantes (e no parapeito das janelas, e debaixo do sofá, e em cima da geladeira), tornaram-se capítulos dela [...] (FADIMAN, 2002, p. 09).

Assim, construir uma biblioteca é desempenhar a função de evocação e construção da memória de personagens e grupos, movendo-os como em um teatro da memória. A biblioteca configura-se, conseqüentemente, como um espaço físico evocador de lembranças e elemento fundamental na criação de identidades, sejam individuais ou coletivas.

Não existem bibliotecas sem livros. Nessa perspectiva, reunir livros é tanto uma prática de produção de hierarquizações e seletividades - no sentido de uma busca por reunir aquilo interpretado como mais relevante, em cada área - quanto de esquecimento/perda e, portanto, uma complexa relação entre memória, saber e poder.

Comumente o inferno das bibliotecas é interpretado como às coleções de livros considerados ofensivos e heréticos que precisaram ficar escondidos, em grandes bibliotecas, para poder sobreviver as dogmáticas de diferentes épocas. Luís da Câmara Cascudo interpreta que a sua *Babilônia* possui um inferno, as prateleiras que o constituem contemplam livros que também estão escondidos, mas pelo esquecimento intencional ou não.

A referência a existência desse inferno é feita, inicialmente, em correspondência a Mário de Andrade, em 09 de dezembro de 1925. Nesse momento, Luís da Câmara Cascudo menciona que a obra analisada pelo amigo e que manifesta a sua produção

---

<sup>441</sup> As bibliotecas não representam um deslindar transparente do perfil de seus proprietários, mas traços de uma trajetória.

poética, será esquecida no “inferno da sua biblioteca”.<sup>442</sup> Tal atitude é derivada de uma conversação, realizada com o paulista, na qual a obra é analisada e criticada e, mesmo com as insistências para realizar mudanças nos poemas, o potiguar permanece convicto da qualidade da sua produção, porém, mesmo assim se recusa a publicá-la.

Há ainda o esquecimento involuntário relativo às desistências de publicação, como daquela que seria a sua última obra, intitulada *Antes da Noite*. A escuridão chegou e Luís da Câmara Cascudo, impossibilitado de enxergar, abandonou o material que comporia o derradeiro livro. Nesse período as dificuldades físicas já eram relatadas em entrevistas e nas correspondências, endereçadas a outros intelectuais. Em 09 de fevereiro de 1981 o folclorista relata a Bráulio do Nascimento, na época diretor do Instituto Nacional do Folclore, a incapacidade de concluir as pesquisas, pois não consegue escrever e nem ler, impasse intensificado devido a sua recusa em ditar para a esposa.<sup>443</sup>

É no século XIX que as bibliotecas vivenciam o seu momento mais glorioso, ocasionado pela disseminação de impressos. Além disso, é nesse período que ocorre uma mudança de perfil já que, em um momento de emergência do intelectual,<sup>444</sup> há uma proliferação das bibliotecas.<sup>445</sup>

A biblioteca pessoal<sup>446</sup> se caracteriza como um elemento sujeito ao peculiar, isto é, que reflete os gostos, influências políticas e as crenças daqueles que tem um impulso formador quase espiritual e ritualístico na constituição das suas bibliotecas, pois “ao arquivar, o colecionador, de certa forma, manipula a existência: omite, ignora ou dá destaque [...]” (VENÂNCIO, 2005, p. 71), assim, todo esse processo é resultado do sentido que o sujeito deseja atribuir ao arquivo.

Nessa perspectiva, apresentam tipologias que também dizem sobre seus usos e seus proprietários: trata-se da biblioteca do professor, do investigador, do escritor, do jornalista, do bibliófilo, etc. A *Babilônia*, e outras bibliotecas pessoais, se constituem

<sup>442</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário de Andrade. 09 dez. 1925. 05 fls. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

<sup>443</sup> Não sabemos se a recusa em ditar os seus estudos para a Dália remete ao fato de o folclorista ter desenvolvido o seu ofício, por quase toda a vida, sem auxílio de datilógrafos, orgulhando-se de dizer que sempre trabalhou sozinho; por não querer importuná-la, desviando-a dos seus afazeres; ou por conceber o fazer intelectual como empreendimento masculino.

<sup>444</sup> Assim como da necessidade de atualização e especialização do conhecimento.

<sup>445</sup> A expansão no número de bibliotecas públicas, sobretudo as universitárias, ocorridas ao longo do século XIX não aluna a formação de bibliotecas privadas, sobretudo nos meios que circulam bibliófilos e/ou intelectuais com maior vocação investigadora.

<sup>446</sup> As bibliotecas privadas constituem arquivos que mantêm uma relação direta com o titular do arquivo, isto é, com aquele que a formou, dessa maneira, estabelecem uma marca identitária.

não só como um espaço no qual mais comumente se encontram livros com marcas que narram a sua história – tal como um ato de memória - mas como um espaço psicológico tornando-se um instrumento privilegiado da memória e revelando que “ninguém está sozinho quando pensa”.<sup>447</sup>

Embora, em alguns momentos, afirme que a importância das pesquisas folclóricas deve ser respaldada não nas bibliotecas, mas na convivência (CASCUDO, 2008), Luís da Câmara Cascudo não negligenciava o uso de materiais bibliográficos na realização dos seus estudos, pelo contrário, em diversas obras, como no *Dicionário do Folclore Brasileiro*, há certa primazia pelo recurso às fontes escritas. Por meio dos elementos fornecidos pelos textos o conhecimento será elaborado, serão confrontadas as diferentes versões para fazer a crítica delas e determinar a melhor versão possível, considerada pelo folclorista como a versão original. Nessa perspectiva, o recurso à biblioteca torna-se uma etapa na sua dinâmica criativa e, conseqüentemente, no processo de escrita.

No *Dicionário do Folclore Brasileiro* a presença de verbetes com definições que remetem a significações estrangeiras reflete não só uma das marcas de distinção de sua escrita e, portanto, como exegese de sua pretensa erudição, mas também do seu apego por uma busca pelas origens dos elementos folclóricos ancorada nas prateleiras da sua *Babilônia*, reflexo do vício, que afirmava possuir, pela literatura greco-latina.

As bibliotecas são interpretadas como espaços que se destinam ao armazenamento de livros, porém, nem sempre foram livros os materiais que preenchem o vazio desses ambientes. Historicamente, os suportes presentes variaram conforme a tecnologia utilizada pelo homem, assim, já houve a salvaguarda de pergaminhos, códices, papiros etc.

As bibliotecas só podem surgir e se desenvolver em civilizações que não só conhecem a escrita, mas em que esta atingiu um nível de difusão amplo. É nas instituições fundadas no Oriente, a exemplo da Mesopotâmia, que se desenvolve o modelo ocidental de bibliotecas. A vontade real de reunir toda a cultura em um espaço é o que motiva a sua emergência, mas é o que ocasiona o seu desaparecimento.

As primeiras coleções de livros,<sup>448</sup> feitas por particulares, emerge na Grécia Antiga quando uma pequena camada de intelectuais e ricos notáveis passam a dominar

---

<sup>447</sup> A VIAGEM de Cascudo. Tribuna do Norte, Natal, 17, out. 2015. Seção Viver. Disponível em <https://tribunadonorte.com.br/viver/a-viagem-de-cascudo/> acesso em 12 out. 2023.

<sup>448</sup> Coincidentemente, um dos primeiros gêneros a estar presente nas grandes bibliotecas é o lexicográfico.

uma cultura ligada ao livro (BARBIER, 2018), tanto que na tradição romana é inicialmente a das bibliotecas privadas, anseio que advém do desejo de conceber uma cultura aristocrática, por isso “[...] a norma torna-se aquela segundo a qual toda casa **distinta** <sup>449</sup> deveria possuir uma biblioteca mais ou menos rica [...]” (grifo nosso) (BARBIER, 2018, p. 52). O privilégio, de alguns, ocasiona a formação de bibliotecas como símbolo de uma “diversão erudita e da cultura da virtude e da sabedoria [...]” (BARBIER, 2018, p. 54).

A era enciclopédica designa um período no qual todo conhecimento passa a ser transcrito, classificado e, se possível, publicado, “o objetivo tornou-se o da universalidade” (BARBIER, 2018, p. 42). A biblioteca possui uma vocação enciclopédica, nessa perspectiva, a biblioteca reflete o sonho ocidental de universalidade do saber (BORGES, 2007), a capacidade de armazenar e permitir acesso a todo o conhecimento produzido no mundo, trata-se de uma construção de caráter enciclopédico feita à luz dos interesses do intelectual, se estruturando sob um anseio de totalização. O próprio *Dicionário do Folclore Brasileiro* é apresentado por Luís da Câmara Cascudo como resultante do seu sonho de enciclopedista, utopia que certamente o influenciou na formação da sua *Babilônia*.

Considerando que “uma biblioteca não é simplesmente o somatório de livros” (BESSONE, 1999, p. 22), mas flashes da trajetória dos seus proprietários, as marcas de proveniência desvelam características importantes da biblioteca, como, por exemplo, de que forma que alguns livros foram incorporados à coleção. A *Babilônia* foi construída fundamentalmente a partir da compra <sup>450</sup> e doações das obras, costumeiramente Luís da Câmara Cascudo aguçava a sua rede de poder e encaminhava correspondências requerendo aos destinatários o acesso às obras que não possuía.

O acervo <sup>451</sup> era atualizado através da troca de livros - prática comum entre os intelectuais de sua época. O hábito de emprestar livros fazia com que muitos desses

---

<sup>449</sup> As bibliotecas funcionavam como elemento de distinção o que acarretava certa concorrência entre aqueles que as possuíam, assim como, havia a tentativa de associá-la a um nível de cultura superior. O apreço pela leitura e a formação de uma biblioteca pessoal podem ser interpretados como representações de um estilo de vida da classe dominante que, posteriormente, foi incorporado pela burguesia em uma tentativa de aproximação com a cultura dominante.

<sup>450</sup> As marcas de circulação possibilitam averiguar como uma biblioteca particular é formada. No caso específico de Luís da Câmara Cascudo, é possível aferir os locais em que ele circulava para comprar os livros mapeando os espaços de sociabilidade daquela época.

<sup>451</sup> Coleção composta por enciclopédias, livros relacionados ao direito, economia e medicina. Outra característica da biblioteca do folclorista norte-rio-grandense é a quantidade de livros em idiomas estrangeiros. Ao final da vida, tinha cerca de 10 mil volumes, abrangendo as mais diferentes áreas:



sujeitos os incorporassem de forma definitiva à sua biblioteca. Assim, sem dúvida a sua trajetória profissional foi um critério determinante para construção da sua *Babilônia*, preservando grande parte de sua memória intelectual e social.

Aquele que acreditava que a leitura é um hábito era adepto às marginálias no miolo dos livros,<sup>452</sup> realizando anotações/comentários acerca dos assuntos que julgava importante, cruzando informações, encimando discussões com os autores e assinalando trechos que, provavelmente, foram ou seriam usados em seus argumentos. Tais marcações são espelhos da sua base de pensamento, das suas escolhas, da sua formação e certamente das suas discordâncias.

Além disso, no interior dos livros, além da presença de autógrafos e dedicatórias, costumava guardar fotografias, cartões postais e elementos que lhe traziam recordações. O relacionamento instituído entre Luís da Câmara Cascudo e outros intelectuais transpunha o compartilhamento das correspondências e adentrava as residências dos amigos, abarrotando as estantes e gabinetes por meio da guarda de livros e periódicos no qual os companheiros exerciam a sua intelectualidade. Elementos que “[...] desempenham não apenas um papel político, mas um modo de sociabilidade capaz de criar e reforçar laços sociais e culturais; (que) podem ser usadas para demonstrar afeto ou gratidão, ou mesmo forjar relações pessoais” (FREIRE, 2013, p. 76).

Na *Babilônia* é onde estão organizados os vestígios materiais de existência de Luís da Câmara Cascudo e é lá que estão os objetos que permitem a reconstrução de sua memória, ela traduz tanto o itinerário de leituras quanto traça o seu percurso como autor. A biblioteca permitia manter-se recolhido e em contato com a vida cotidiana, porém o que ele queria saber não estava confinado aos livros que lia e escrevia. Era preciso ultrapassar o limiar da biblioteca e ver a vida girar, assim poderia evocar a todos que “andei e li o possível no espaço e no tempo” (CASCUDO, 1998, p. 05). Mesmo que posteriormente, tais materiais retornassem à *Babilônia* como “[...] símbolos heráldicos da glória de quem deles se apropriou, onde cumprirão o desígnio de lembrar aquele que apenas os coligiu, os recolheu, os comprou ou produziu com a anuência e concurso de agente populares que pouco serão lembrados” (ALBUQUERQUE JR., 2013b, p. 64).

---

destaca-se a parte relativa à cultura popular, além de coleções sobre história, política, economia, medicina, biografias, grandes e pequenas enciclopédias, dicionários, literatura e clássicos gregos e latinos.  
<sup>452</sup> Os apontamentos em folhas avulsas e em cadernos de anotações complementam as marginálias realizadas nos livros.

## 4.2 “Assim me contaram, assim vos contei”: a significação da experiência cascudiana

A tarefa que Luís da Câmara Cascudo se coloca foi a de apresentar o que lhe era familiar para aqueles que não os conheciam e, ao mesmo tempo, re apresentar aquilo que viveu, para os que com ele conviveram outrora, com uma nova roupagem, o respaldo da ciência. O folclorista não lida apenas com o que lhe é desconhecido, estranho, mas com grupos, valores e indivíduos que lhe são próximos, familiares e íntimos, ao ponto de fazerem parte do seu processo de formação, assim, com frequência, Luís da Câmara Cascudo recorre aos fragmentos de sua memória para compor seus estudos.

O trabalho etnográfico, empreendido pelo folclorista, era realizado com o auxílio de “notas pessoais” confeccionadas a partir das observações, entrevistas e das fontes,<sup>453</sup> literalmente, familiares. As fontes próximas e familiares estão amplamente presentes nos trabalhos de Cascudo e refletem experiências da infância vividas, no sertão do Rio Grande do Norte, ao lado de amigos, parentes e trabalhadores da fazenda, que produziram marcas indestrutíveis em seu imaginário e na sua escrita. Por vezes, subordina a reminiscência aos interesses do então homem adulto e estudioso da cultura popular, afirmando que o seu ofício era resultante da reunião do material colhido diretamente da memória de uma infância e que os livros vieram reforçar, posteriormente, aquilo que os “[...] olhos meninos haviam fixado, outrora” (CASCUDO, 2000, p. 05).

As lembranças daquilo que viveu são utilizadas como elemento de distinção entre a sua produção e a dos demais pesquisadores, o seu poderio residiria no fato de que “[...] eu **vivi** o folclore e eles leram o folclore. Não existe folclore estudado [...]” (grifo nosso) (CASCUDO, 1978). Interpretação que conduzia, por vezes, os folcloristas a não nomearem as suas fontes, e atribuírem a autoria a si próprio, pois “[...] ele fora ao povo, bebera em suas fontes, com ele convivera” (ALBUQUERQUE, JR., 2013b, p. 82).

Nessa perspectiva, a memória é interpretada como testemunho genuíno das tradições populares, armazenando as lembranças ele estaria preservando os costumes, valores sociais e práticas de outrora. Assim, foi “[...] o seu presente, vivido nas grandes

---

<sup>453</sup> Muitos dos informantes de Luís da Câmara Cascudo foram abordados algumas e/ou poucas vezes durante conversas específicas sobre temas que lhe interessavam, outros, porém, acabaram se constituindo enquanto sujeitos privilegiados, pois detinham informações valiosas e tornaram-se fontes permanentes nas pesquisas do folclorista.

idades e todas as reações geradas frente ao mundo novo que o fizeram recriar o passado, acionando e recriando a memória para tratá-la como invólucro impermeável” (SILVA, 2021, p. 11).

Diferente das etnografias nas quais os pesquisadores só convivem com os povos estudados a partir do início das análises, o folclorista potiguar partia do experimentado para confeccionar os seus escritos. O fazer etnográfico era elemento fundamental do método de trabalho empregado por Luís da Câmara Cascudo. Na confecção do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, o folclorista buscava documentar o maior número possível de manifestações culturais, localizando-as geograficamente e comparando-as com as de outros lugares. A partir disso, empreendia um método comparativo, isto é, “[...] a distinção simples entre o CRIADO e o RECEBIDO” (CASCUDO, 1973, p. 427). O criado representava aquilo que é independente, que é fruto da imaginação e esforço local, já o recebido engloba manifestações que remetem a traços e inspirações de “[...] gente alheias” (CASCUDO, 1973, p. 427).

As experiências cascudianas eram permeadas pelos dados coletados, pelas memórias acessadas e pelos sujeitos entrevistados, representados como fontes confiáveis de informações e elementos legítimos do passado. Exercita, nessa perspectiva, uma *escrita terapêutica*, interpretada como uma narrativa que busca

[...] conter essa sensação de morte de um tempo, de uma sociedade, de um espaço, de vidas masculinas que parecem se abater, se deixar tragar pela inexorável voragem do tempo. **Escrever para salvar da morte personagens, acontecimentos, costumes, textos do passado** [...] (grifo nosso) (ALBUQUERQUE JR., 2008)

Há uma obrigação de lembrança, uma espécie de gratidão, uma luta contra o esquecimento, um compromisso do presente com o passado, associado, em primeiro lugar, a noção de justiça voltada a *outrem*, constituída por um componente de alteridade, já que “o dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si” (RICOEUR, 2007, p. 101).

Conceituação que acaba oscilando entre o bom uso e o abuso, visto que remete a uma memória obrigada, desse modo, “[...] como pode ser permitido dizer “você deve lembrar-se”, ou seja, deve contar a memória no modo imperativo, quando cabe à lembrança poder surgir à maneira de uma evocação espontânea [...]” (RICOEUR, 2007, p. 100). Ao mesmo tempo, em que a noção de dever de memória se constitui como uma obrigação, uma imposição, ela sugere um reconhecimento do passado e do *outrem*.

O *Dicionário do Folclore Brasileiro* é uma obra que evidencia o uso da reminiscência cascudiana. Nela, a evocação da memória do outro, traz confiabilidade para os verbetes, pois ocorre o envolvimento de outros sujeitos na sua narrativa, isto é, quanto mais indivíduos forem envolvidos no processo de recordação, maior será a confiabilidade na lembrança da experiência. Tal reflexão centra-se na proposição de que a noção de memória coletiva “[...] permite apreender profundamente que não é o indivíduo em si ou alguma entidade social que recorda, mas ninguém pode se lembrar realmente a não ser em sociedade, pela presença ou pela evocação, portanto recorrendo aos outros ou a suas obras” (HALBWACHS, 2003, p. 23).

A memória é móvel, assim, ela não é composta de detalhes, pois eles “[...] escapam como tais; nem fragmentos, pois oferecem o conjunto que esquecem; nem totalidades, pois não se bastam; nem estáveis, pois cada lembrança os altera” (CERTEAU, 1994, p. 152). Porém, para Luís da Câmara Cascudo a memória é fixa e, assim como não vislumbra a possibilidade de invenção, construção e falsificação de uma fonte histórica; não reconhece na memória um processo seletivo e intencionado.

O uso da memória na escrita cascudiana, acaba por se constituir como um abuso da memória, e são formas de excesso que falham, em geral, pelo método escolhido. Luís da Câmara Cascudo não vislumbrava em tal uso uma insuficiência intelectual, pelo contrário, o folclorista se orgulhava do uso das reminiscências nas suas pesquisas. Em entrevista, concedida a Assis Angelo em 1979, ao ser indagado sobre qual contribuição acreditava ter dado ao Brasil, respondia

Eu dei ao Brasil uma bibliografia leal e legítima, **porque não foi feita de imaginação** e de livros sobre livros, mas do contato direto com o povo. **Com a legitimidade do apurado, com a confissão e a contribuição de um pesquisador direto** [...] (grifo nosso) (CASCUDO, 1979, s/p).

Para o pesquisador potiguar, a memória, mesmo com suas limitações, é uma cópia de determinado acontecimento, permitindo que os sujeitos reconheçam as raízes de determinados fenômenos (sociais, culturais, políticos, econômicos, etc.). Dessa maneira, a memória, na concepção cascudiana, funcionaria como uma espécie de arquivo, que é fundamentalmente um registro preservado eternamente já que “[...] as informações sobre o passado nunca desaparecem, pois, para ele, mesmo aquela parcela

não percebida pelo sujeito é conservada na biologia de seu próprio ser.” (OLIVEIRA, 2012, p. 08).

Luís da Câmara Cascudo acreditava que as recordações de determinados fenômenos guardados na memória seriam evocados por intermédio da chamada “reminiscência”, sendo essa para Albuquerque Jr. (2007) uma evocação de sensações e imagens passadas que invadem violentamente o nosso presente, seria para o escritor potiguar a única forma fiel de acesso a essa memória arquivista, já que as demais seriam frutos da “imaginação”, e essa estaria ligada a ideia de falsidade que, por isso, colocaria em risco a autenticidade de nossas lembranças.

Possivelmente, o pensamento de Cascudo acerca da autenticidade das memórias remeta à concepção que possuía sobre os documentos históricos, mas remete também a uma tentativa de envolver os seus escritos com o “manto da verdade”, respaldando as suas evocações com um valor de autoridade e veracidade. Assim, sua escrita é atravessada pelas memórias de um menino sertanejo, utilizadas “[...] por vezes como tema e objeto de estudo, por vezes como argumento de legitimidade, por vezes como horizonte de reflexão. Ele nunca abandona a sua identidade de menino criado no Sertão e também, sua identidade de homem que permaneceu na província” (FARIAS, 2001, p. 27).

O folclorista, desde a adolescência, já anotava tudo que via ao seu redor, recusando-se a “[...] juntar “notinhas” e escrever algo que **não se viveu**”. (grifo nosso) (CASCUDO, S/D). O viés etnográfico das suas pesquisas foi instituído a partir da carreira jornalística, afirmando ter permanecido imutável a “[...] mentalidade de repórter da cultura” (CASCUDO, S/D), quando perambulando pelas ruas, utilizava a cidade como fonte de aprendizagem, reivindicando a ‘fidedignidade’ daquilo que relata e buscando se constituir, a seu modo, como autoridade etnográfica.

Portanto, além da infância sertaneja, remete a essa época o convívio com sujeitos e a vivência em espaços, que, posteriormente, apareceriam nas suas pesquisas. O próprio folclorista, ao mencionar a importância de algumas de suas reportagens, declara que “[...] mesmo que na hora ninguém prestasse atenção, é um material do qual, no futuro, vão nascer aqueles grandes trabalhos de sociologia, de antropologia cultural, de psicologia social. Tudo aquilo foi visto pelo repórter” (CASCUDO, S/D).

O pressuposto que o guiava era que a proximidade com as práticas e os valores populares lhe conduziria a produção de uma descrição autêntica, como se fosse possível, do elemento estudado. As pesquisas etnográficas, realizadas por Luís da Câmara

Cascudo, carregam consigo as marcas da sua existência, dos vínculos estabelecidos e dos espaços frequentados.

Foi na voz dos indivíduos anônimos, observados em uma vivência que se desenrola no cotidiano, que ele identificou aspectos significativos da cultura. Encontrava o folclore nas “[...] estórias de meu Pai, de minha Mãe, **da velha Bibi**, dos pescadores, rendeiras e cantadores, familiares” (grifo nosso) (CASCUDO, 1967, p. 148).

Luís da Câmara Cascudo, no seu discurso folclórico, salienta que foi por intermédio de figuras <sup>454</sup> como a “velha Bibi”, em sua grande maioria mulheres pobres e predominantemente negras, que as crianças aprendiam cantigas de ninar, acalantos, cantigas de roda, histórias dos contos maravilhosos, de visagens e assombrações. Narrativas que, muitas vezes, modificaram-se na boca da ama negra, adaptando-se às condições regionais e crenças.

Nessa perspectiva, o pensamento cascudiano converge com o de Gilberto Freyre, pois ambos reiteram que

Foram as negras que se tornaram entre nós as grandes contadoras de histórias. [...] por intermédios dessas negras velhas e das amas de menino, histórias africanas, principalmente de bichos acrescentaram-se às portuguesas, de trancoso, contadas aos netinhos pelos avós coloniais (FREYRE, 2001, p. 386)

O papel das amas negras no cuidar e nas práticas culturais significou a disseminação dos saberes africanos e a construção do imaginário de crianças como o próprio Luís da Câmara Cascudo. O tempo que passou na companhia da mulata, doméstica e mãe preta é registrado como a época áurea e inspiradora de suas obras. É época que assume um caráter definidor quando ele pensa a cultura, pois, embora fale dos costumes de um povo, sua visão parte do individual, das reminiscências.

Em paralelo à cultura que lia e leu quando voltou para Natal, o folclorista recorda a oralidade da infância, época na qual “**as vozes das amas** subiam, de força mágica, abrindo as cavernas miríficas de dragões, princesas, cavaleiros valentes, animais falando [...]” (grifo nosso) (CASCUDO, 2008, p. 50).

---

<sup>454</sup> Entre as mencionadas por ele há a senhora Benvenuta de Araújo, interpretada como companheira e contadora de histórias, muitas delas publicadas por ele e Joana Faria, ambas amas de leite.

A “figura boa da ama negra” - daquela que é romantizada - se opõe a presença de outras feminilidades pretas rodeadas por argumentos pessimistas e racistas.<sup>455</sup> Como distingue Lélia González “nessa hora a gente é vista como figura boa e vira gente” (GONZÁLEZ, 1984, p. 234). Negando o caráter, atribuído as amas pretas, de exemplo extraordinário de dedicação e amor e de traidora da raça<sup>456</sup>, a ativista destaca que é ela, instrumento importante e com certo poder, pois é a responsável pela função materna que diz respeito, justamente, à internalização de valores. Nessa perspectiva, há uma inversão de papéis, pois a ama preta

[...] é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. **Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira.** Enquanto mucama, é a mulher; então “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe. (grifo nosso) (GONZÁLEZ, 1984, p. 235).

É a mãe preta, a mãe da resistência, a mãe da cultura brasileira. E é ela a mãe da cultura prática experienciada por Luís da Câmara Cascudo na infância. É a partir da ama Benvenuta de Araújo que ele tem acesso ao “[...] leite de todas as crendices populares” (CASCUDO, 1971, p. 147), é com a companhia dela que ele agia e dançava nos terreiros, nas povoações e fazendas, nos cantos das missas, nas festas de gado, no fim de safra, nas narrativas.

Há uma alternância na forma como essas mulheres são apresentadas no *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Na edição de 1972, a única referência feita a elas é a reprodução da obra “Mãe Preta” (1912) (figura 1) de Lucílio de Albuquerque, apresentada junto ao verbete MÃE. Nela, o artista representou a figura da mãe preta no momento da amamentação do filho do senhor, compondo, na construção desse

---

<sup>455</sup> As mulheres negras foram desumanizadas, a partir de um discurso baseado em pressupostos de imoralidade e promiscuidades, sendo relegadas a uma posição social de fêmeas, de meros objetos de prazer sexual.

<sup>456</sup> Interpretações errôneas e simplistas atribuíam às amas de leite e às mucamas o papel de traidoras da raça, pois como eram destinadas a cuidar do espaço doméstico, nas casas-grandes, elas possuíam uma maior proximidade com as famílias. Estereótipos e estigmas que buscam manter a mulher negra no lugar de subalternidade.

momento, um visual em que o próprio filho se encontra excluído<sup>457</sup> e a quem a mãe direciona um olhar triste.



**Figura 1** Obra MÃE PRETA - Lucílio de Albuquerque (CASCUDO, 1972, p.125)

Se por um lado Luís da Câmara Cascudo apresenta ao leitor uma obra que retrata a figura da mãe preta e que se torna rara, por ser uma das poucas representações da mulher negra na pintura brasileira, produzida no início do século XX, o folclorista não realiza nenhuma problematização sobre o papel desempenhado por essas mulheres, parecendo esquecer as “vozes das amas”, tão endossadas e colocadas em sua narrativa como aquelas que forneceram o “primeiro leite materno” de sua literatura.

---

<sup>457</sup> Sabe-se que a mãe preta era obrigada a renunciar ou mesmo se separar do filho para assegurar a amamentação do filho do senhor.



Nessa edição de 1972, elas não possuem um verbete próprio – assim como em nenhuma outra - e, com exceção da obra de Lucilio, não são referenciadas em nenhuma outra entrada. Nas edições subsequentes, inclusive em uma realizada no mesmo ano, a pintura que as retrata é esquecida e em sua substituição a mãe preta passa a aparecer no verbete NEGRO, <sup>458</sup> colocadas da seguinte forma: “[...] as mulheres tornadas Mãe Preta, Mãe de Leite, **constitui colaboração permanente, profunda e complexa participando das raízes formadoras da cultura popular coletiva**” (grifo nosso) (CASCUDO, 1979, p.477).

Tal movimento indica que Luís da Câmara Cascudo as entendia mais próximas a uma definição racial do que de um caráter feminino e maternal. E evidencia, mais uma vez, a sua contradição ao colocá-las como elementos centrais na formação cultural brasileira e não conceder a elas o destaque devido, pois nem a Benvenuta de Araújo e Joana Faria ele faz menção, diferente do que faz com Mário de Andrade, Renato Almeida e outros folcloristas, que além de verbetes próprios possuem copiosas referências.

Portanto, aquelas que introduziram todos os motivos da pesquisa cascudiana, apresentando-o as “[...] formas de existência natural, assombrações, alimentos, festas [...]” (CASCUDO, 1972, p. 07) e que, certamente, fazem parte da autoria coletiva do *Dicionário do Folclore Brasileiro* são esquecidas nas páginas dessa narrativa lexicográfica. Evidenciando que

o folclorista ao recolher o que chama de material popular não o está reproduzindo, não o está compilando, não o está analisando para este mesmo povo de onde provieram suas fontes. **Seus leitores não são aqueles que estão imersos numa cultura presidida pela oralidade, não são os ágrafos ou analfabetos; são os letrados, são os estratos dominantes socialmente, é para eles que adapta e organiza o material dito popular [...]** (grifo nosso) (ALBUQUERQUE JR., 2013b, p. 36).

A mãe preta compõe a coletividade que permeia o discurso cascudiano, na qual experiências individuais e coletivas são compartilhadas entre os indivíduos que a constituem, originando e transmitindo alguns dos contos, lendas, anedotas, estórias, autos e outros segmentos presentes na narrativa, são elas que “[...] traduzem as experiências de uma dada coletividade, que tem nas produções populares reflexos de

---

<sup>458</sup> Em algumas edições elas aparecem na primeira entrada do verbete e em outras na segunda.

sua cultura, bem como das ressignificações que delas fazem” (SILVA et al, 2009, p. 24) e, que emergem aos ouvidos atentos de um sujeito interessado “nas coisas que povo diz”, mas que emprega um discurso no qual

os autores continuavam anônimos, continuavam escondidos atrás de sua produção que, facilmente se tornavam assim produção do outro, do autor letrado, do folclorista que os recolhia, selecionava, ordenava, classificava e punha para funcionar numa lógica própria dada pela cultura escrita, pela cultura letrada e erudita” (ALBUQUERQUE, JR., 2013b, p. 83).

### 4.3 O “Povo” por escrito: a oralidade coletada

Luís da Câmara Cascudo era o caminho, pelo menos assim ele declarava. Era isso que lhe conferia autoridade, ele conhecia dois mundos, o da literatura oral – do Povo – e o da literatura oficial – da *Babilônia*. As relações entre a palavra oral e a escrita nunca foram pacíficas, uma vez que uma vai na contramão das idiossincrasias da outra, “a letra e a voz não se correspondem, são distintas formas de registro” (ALBUQUERQUE JR., 2013b, p. 37). Porém, o folclorista se coloca como a conexão entre os dois mundos e são eles que convergem na escrita do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, é nessa obra “[...] onde se fará o possível de registro”<sup>459</sup> (CASCUDO, 2006, p. 17) da oralidade coletada.

No período moderno é nítida a distinção entre esses dois mundos, o oral e o letrado.<sup>460</sup> Associando-os ao conceito de progresso ambos se opõem a partir da relação que mantêm com ele. O processo escriturístico é fruto da modernização, estando indissociável desse conceito, diferente da oralidade vista como tudo aquilo que se distancia da noção de progresso. Assim, o imaginário da modernidade trouxe além de todas as inovações tecnológicas e científicas a ascensão do império da escrita que promoveu paulatinamente a subjugação da tradição oral. Pensamento que coaduna com a visão de que a cultura popular deve permanecer ligada ao que está no campo, no passado, ao que não foi maculado pela civilização urbano-industrial.

---

<sup>459</sup> Luís da Câmara Cascudo declara que todas as obras que fez a partir de 1939 apresentam estudos sobre a literatura oral, porém, o *Dicionário do Folclore Brasileiro* é referenciado como o único onde ele conseguiria fazer o maior número de registros da oralidade.

<sup>460</sup> Jerusa Pires Ferreira contesta a afirmação de que naquele período e atualmente existe uma separação entre esses dois tipos de literatura, para ela “[...] guardando o modo de ser, o específico e os circuitos de criação popular, não se excluiu essa presença do conjunto que representa a nossa literatura, inscrevendo assim a literatura popular tradicional na série literatura brasileira” (FERREIRA, 2010, p. 153).

Além disso, a oralidade tem uma finalidade diversa, marcada pelo contato persuasivo e mais direto entre os locutores, sendo um texto que pode ser reelaborado no ato da sua recepção/produção. Contrariamente, a escrita, ao se enquadrar na durabilidade do tempo e espaço, se destina muito mais ao canônico, podendo transitar entre várias culturas com a autoridade de quem a impõe como o elemento ordenador. Nessa perspectiva, transpor a oralidade para a escrita é acreditar que essa última será mais duradoura e capaz de sobreviver a quem a produziu, sendo destinado ao leitor do futuro e garantindo a permanência daquilo que se recolheu.

A literatura oral definida, pelo folclorista, como a irmã mais velha, age “[...] falando, cantando, representando, dançando no meio do povo, nos terreiros das fazendas, nos pátios das igrejas (...)” (CASCUDO, 2006, p. 25). Espaços nos quais “todos sabiam contar histórias. Contavam à noite, devagar, com gestos de evocação e lindos desenhos mímicos com as mãos” (CASCUDO, 2006, p. 14) Nomeada por Luís da Câmara Cascudo como “[...] o primeiro leite alimentar da minha literatura” (CASCUDO, 2006, p. 14), ela se acomoda na memória cascudiana e tem seu despertar na escrita do potiguar - nos mitos, lendas, contos, causos, adivinhas, canções, rezas, ritos e provérbios que figuram na cosmovisão do mundo nordestino das suas narrativas folclóricas. A proximidade e conhecimento de longa data com tais interlocutores faziam com que Luís da Câmara Cascudo se sentisse em condições de ser um tradutor etnográfico, o que há, portanto, é o "prestígio daquele que escreve em detrimento daqueles que foram os criadores do que é escrito" (ALBUQUERQUE JR., 2013b, p. 39).

As reminiscências cascudianas o levam para o passado, ao cenário de infância e juventude, e evocam as fontes perpétuas da imaginação - não bibliotecas, mas convivência. A oralidade, remete ao prazer e a necessidade do homem de contar e ouvir, para Luís da Câmara Cascudo ela necessita de um ambiente específico para se manifestar. É no Sertão <sup>461</sup> que ocorre a primazia do oral, é nele que, ao anoitecer, a população local se reúne, em conversas informais, transmitindo os causos e as recordações, é nas festas tradicionais, nos terrenos das fazendas, com indivíduos que

---

<sup>461</sup> A experiência que Câmara Cascudo teve com a oralidade sertaneja possibilitou que quando entrasse em contato com a literatura letrada, através da sua formação, voltada para o mundo dos livros e seu contato com outros intelectuais, ele conseguisse verificar as discrepâncias entre os dois mundos, que, em sua concepção, se criaram e se mantêm de maneiras independentes. Porém, apesar do folclorista afirmar que essas duas literaturas raramente possuem alguma conexão podemos perceber que a distinção e separação entre essas é imprecisa e frágil, na medida em que, por exemplo, o escrito pode ser oralizado e ter sua forma escriturística esquecida pela sociedade, bem como o contrário (COSTA, 2013).

continuam falando, cantando e mantendo suas práticas culturais que o oral sobrevive. E foi no sertão norte-rio-grandense e paraibano, que o folclorista experienciou nas primeiras horas da noite, iluminado pelo céu pleno de estrelas, ouvir “estórias” e adivinhações, talvez por isso passou a narrar as suas próprias “estórias” ao cair da noite na *Babilônia*.

A própria oralidade pode ser pensada através de sua relação com a memória, pois é por meio dela “[...] que os homens recuperam suas experiências vividas, seja no âmbito individual, seja coletivo, socializando-as por meio da utilização dos signos verbais” (SILVA et al, 2009, p. 24). Porém, essa relação não pode suscitar que o material oral guardado e transmitido pela memória dos indivíduos não passe por um processo de seleção, pensar dessa forma seria negar os interesses individuais e coletivos que conduzem o ato de lembrar.

Portanto, ao afirmar que cantou, dançou e viveu a literatura oral, retornando para Natal [...] carregado de folhetos de cantadores, centos de versos na memória, lembrança dos romances reeditados há tantos cem anos, **vivos no espírito de milhões de homens e jamais citados nas histórias registradoras das atividades literárias do Brasil** (grifo nosso) (CASCUDO, 2006, p. 14), Luís da Câmara Cascudo evidencia não só a utilização de suas lembranças para a definição e exemplificação da literatura oral como também ressalta a sua concepção de que essa é fruto das práticas culturais populares que como ele afirma: guardam, definem e perpetuam esse tipo de literatura.

Destacando, ainda, uma das preocupações centrais do folclorista: a oralidade não seria objeto de estudo das atividades literárias formais. É nesse sentido que Luís Câmara Cascudo se coloca como detentor de uma “missão”, até então negligenciada por outros pesquisadores. Assim, ao registrar em papéis os resquícios dessa tradição ele se coloca como salvador, preservando “[...] da morte um conjunto de traços, hábitos e valores através dos recursos da escrita” (COSTA, 2013, p. 201), era essa característica que lhe autorizava a falar em nome do Povo. Porém, trata-se de “uma operação de domínio e apagamento que aparece, (nos escritos folcloristas), como sendo de generosa e desinteressada dedicação e de salvação de algo fadado ao desaparecimento (grifo nosso) (ALBUQUERQUE JR., 2013b, p. 74).

Ao transmutar o oral para o escrito, Luís da Câmara Cascudo parece interpretar que se por um lado a oralidade é importante manifestação cultural, não é menos verdade que se deve “arrumar” as narrativas orais para melhor compreendê-las e preservá-las. Arrumar significa, na escrita cascudiana, colocar o oral inexoravelmente no escrito,

concepção imposta pela tradição científica que credita maior factualidade ao escrito. Portanto, a transição da oralidade para a escrita nunca é um processo isento, trata-se de uma atividade de seleção<sup>462</sup> e censura e, conseqüentemente, de uma nova configuração das relações de poder.

A escrita parece se constituir em mais racional do que a oralidade, e por esta razão é mais aceita pelo discurso científico. Portanto, há uma separação entre o saber tido como científico (escrito) e aquele que é objeto de uma experiência popular (oral). Transpor o oral para o escrito, como o faz no *Dicionário do Folclore Brasileiro*, é interpretado por Luís da Câmara Cascudo como a possibilidade de colocar

diante do leitor letrado, do professor de literatura, um material vivo, atual e poderoso, **insusceptível de ser negado, repellido ou rejeitado**, tendo todos os poderes de tempo, nascimento, resistência e contemporaneidade para considerar-se proclamado em sua legitimidade indiscutida ao lado da outra literatura, no auto da cátedra (...) (grifo nosso) (CASCUDO, 2006, p. 18-19).

Porém, considerando que a narrativização presente na oralidade é uma maneira de fazer textual que assim como outras formas de produção textual apresenta suas táticas e procedimentos próprios (CERTEAU, 1994) e, portanto, a coerência no texto oral não é a mesma coerência do texto escrito, Luís da Câmara Cascudo modifica a estrutura interna e altera a manifestação oral na medida em que

tal arte fica excluída e os seus autores, lançados para fora do laboratório, não só porque toda cientificidade exige delimitação e simplificação de seus objetos, mas porque a constituição de um lugar científico, condição prévia de qualquer análise, corresponde a necessidade de poder transferir para ali os objetos que se devem estudar. [...] **o ato da palavra não pode separar-se da circunstância [...] deixando de lado o inarraigável de uma sociedade: modos de usar, as coisas ou as palavras segundo as ocasiões** (grifo nosso) (CERTEAU, 1994, p. 77).

A oralidade, se refere ao *ato da palavra* (CERTEAU, 1994), isto é, a apropriação da língua em uma situação específica realizada por determinado locutor, caracterizando uma linguagem permeada por estratégias de manipulação do sistema linguístico pelos seus locutores. Constituindo ainda, uma “[...] *arte de dizer* popular. Tão viva, tão perspicaz, quando os reconhece no contista e no camelô, um ouvido de

---

<sup>462</sup> O folclorista faz escolhas do que deve ou não ser escrito, é ele que possui o poder de decidir.

camponês de operário sabe detectar numa maneira de dizer uma maneira de tratar a linguagem recebida” (grifo no original) (CERTEAU, 1994, p. 86).

Tal *arte de dizer* é sustentáculo para o folclore, é manifestação da ciência do povo, da ciência que fornece as bases daquilo que expressamos e que nos diferencia dos outros. É, nessa perspectiva, que podemos considerar, no discurso cascudiano, a oralidade como parte constitutiva da memória coletiva, como documento vivo, como o primeiro leite intelectual dos folcloristas.

É construída em torno das pessoas, que trazem na oralidade a sua experiência e que narram. E quem narra - na estrutura narrativa - nada mais é do que o narrador. Portanto, Luís da Câmara Cascudo, carregando a voz do Povo, e registrando-a no *Dicionário do Folclore Brasileiro* se coloca, mais uma vez, como um narrador entre narradores.

O que significava para ele a ideia de povo? O Povo – com P maiúsculo – é o ator social mais destacado e a coletividade que forma a essência brasileira, é esse Povo, o herdeiro da tradição, aquele que privilegia a transmissão oral dos seus costumes, repassando, por meio das gerações, o seu espólio cultural.

Luís da Câmara Cascudo, ao ser indagado sobre o que queria fazer respondeu: “[...] pesquisar, estudar, expor, a **Cultura do nosso Povo** [...] investigar o **mundo popular**, mergulhar nas raízes, procurando as constantes e permanentes da nossa mentalidade [...]” (grifo nosso) (CASCUDO, 1998, p. 149) Nessa perspectiva, a ideia de “Povo” é desenvolvida, por Luís da Câmara Cascudo, a partir da oposição e da concordância, isto é, é na antinomia com o “nós” (letrados) que o conceito é fomentado e é em colaboração com a definição de cultura popular que ele é consolidado.

Não é a cultura das classes populares, que suscita a atenção dos folcloristas, mas a sua idealização através da noção de povo. Interessa para eles, mapear os arquivos da nacionalidade, a riqueza da alma popular. “Povo” significa um grupo homogêneo - por isso o rompimento com a caracterização abstrata que o termo suscita - cujos integrantes são os guardiões da memória esquecida (ORTIZ, 1992, p. 26). Os estudos dos folcloristas acerca dos costumes populares estavam vinculados ao propósito de preservação das práticas de um povo, elementos originais que tendiam a se perder.

O estudioso deveria buscar na “boca do povo” - oralidade - as histórias antigas e traduzi-las – escrita - para os seus contemporâneos. Há, assim, uma “[...] adequação do material oral recolhido ao que seriam as expectativas, gostos, valores, das elites letradas a quem passam a direcionar tais escritos” (ALBUQUERQUE JR., 2013b, p. 36).

O gosto pelo popular adquiriu enorme relevância nos meios intelectuais, já que o povo passou a ser visto como transmissor fidedigno da tradição nacional. Nessa perspectiva, a valorização do popular passava pelo folclore e a cultura popular, onde a “alma nacional” estava preservada das mudanças ininterruptas da modernidade, identificando o que seria representativo de um país.

Luís da Câmara Cascudo, por vezes nomeia o povo utilizando o P maiúsculo, na sua narrativa o uso de maiúsculas é muito generoso e parece ser significativo, pois, talvez, indique as noções essenciais para o autor e os conceitos com os quais opera. A palavra mencionada, por exemplo, por vezes aparece com a inicial maiúscula e por vezes não, e o sentido dessa distinção parece remeter ao que Houaiss identifica.

O lexicógrafo atribui algumas funções para o uso da letra inicial maiúscula, a *função hierarquizadora* ocorre quando algumas palavras, identificadas com a inicial maiúscula reciam, na escrita, uma hierarquia, isso só ocorre porque a palavra está inserida num quadro de valores sociais relevante para quem escreve. Esse uso hierarquizador funciona como uma forma de chamar a atenção do leitor para os assuntos principais. Se a hipótese é válida, os conceitos centrais da obra de Luís da Câmara Cascudo são facilmente identificados – sertão; povo; cultura popular; tradição; cultura.

A *função individualizadora*, quando o autor intenta atribuir à palavra uma personalidade própria. Como qualquer fenômeno linguístico, tal uso não reflete diretamente a realidade, mas a perspectiva de quem escreve. Dessa forma, o emprego da letra inicial maiúscula na palavra “Povo”, tal como aparece nos escritos cascudianos, relaciona-se ao querer de Luís da Câmara Cascudo, isto é, é da sua vontade conferir poder a essa entidade, suprimindo o caráter abstrato dessa coletividade (povo) e caracterizando-a como elemento concreto. Portanto, não é qualquer povo que permeia a escrita do folclorista, é o Povo do Brasil, aquele que o fazia confessar, de mão ao peito, ter encontrado “[...] o material deste *Dicionário* e todas as coisas aqui registradas [...]” (grifo no original) (CASCUDO, 1959, p. 16).

## 5. LUÍS DA CÂMARA CASCU DO DESCOBRE O BRASIL? CONSIDERAÇÕES FINAIS

A publicação do *Dicionário do Folclore Brasileiro* outorga à Luís da Câmara Cascudo a chancela de homem-dicionário, tal como Carlos Drummond de Andrade (ANDRADE, 1968) enunciou. Porém, tal título não contempla meramente a ideia de nominar o sujeito com amplo conhecimento, mas de caracterizar a prática escriturística desenvolvida pelo folclorista.

Não cabe acatar o pensamento de que alguém deu a ideia de produzir tal escrito lexicográfico, pois Luís da Câmara Cascudo sempre escreveu como um dicionarista. A análise da sua obra nos permite identificar o método cascudiano, caracterizado pela confecção de textos curtos – análogos aos verbetes – que buscam origens e que operam com a memória, a erudição e a localização.

Em *História dos nossos gestos*, publicada em 1976 - pouco mais de duas décadas após o dicionário - Luís da Câmara Cascudo apresenta em 333 capítulos a, denominada por ele, primeira linguagem humana. A divisão, realizada pelo folclorista, é similar àquela apresentada no *Dicionário do Folclore Brasileiro*, são capítulos, sobre matérias diversas, ordenados em ordem alfabética e reunidos a partir de um elemento central, nesse caso a comunicação não-verbal.

Os capítulos se confundem com verbetes e poderiam incontestavelmente serem interpretados como um acréscimo ao dicionário. Por meio da linguagem direta, as informações são apresentadas e, por vezes, é indicada a necessidade de consulta a outras obras como ao próprio *Dicionário do Folclore Brasileiro*, a exemplo de COÇAR A CABEÇA <sup>463</sup>, PÉ DIREITO <sup>464</sup>, V DA VITÓRIA <sup>465</sup>, SACUDINDO A CABELEIRA <sup>466</sup>, ANDAR DE SAPATO NOVO <sup>467</sup> e ALGUNS JOGOS INFANTIS NO BRASIL <sup>468</sup>.

---

<sup>463</sup> COÇAR A CABEÇA. In: **História dos nossos gestos**: uma pesquisa na mímica do Brasil. 1.ed. (digital) São Paulo: Global Editora, 2012, p. 110.

<sup>464</sup> PÉ DIREITO. In: **História dos nossos gestos**: uma pesquisa na mímica do Brasil. 1.ed. (digital) São Paulo: Global Editora, 2012, p. 157.

<sup>465</sup> V DA VITÓRIA. In: **História dos nossos gestos**: uma pesquisa na mímica do Brasil. 1.ed. (digital) São Paulo: Global Editora, 2012, p. 311.

<sup>466</sup> SACUDINDO A CABELEIRA. In: **História dos nossos gestos**: uma pesquisa na mímica do Brasil. 1.ed. (digital) São Paulo: Global Editora, 2012, p. 345.

<sup>467</sup> ANDAR DE SAPATO NOVO. In: **História dos nossos gestos**: uma pesquisa na mímica do Brasil. 1.ed. (digital) São Paulo: Global Editora, 2012, p. 379.

<sup>468</sup> ALGUNS JOGOS NOVOS. In: **História dos nossos gestos**: uma pesquisa na mímica do Brasil. 1.ed. (digital) São Paulo: Global Editora, 2012, p. 199-203.



Em GAGAU <sup>469</sup>, O CAPOEIRA <sup>470</sup>, ISOLA! <sup>471</sup> e ARROTO <sup>472</sup> ele sugere a consulta. Porém, nesses casos, o próprio gesto mencionado é um verbete produzido pelo folclorista e presente no dicionário. Tal menção é apresentada da seguinte forma:

#### ARROTO

Incluo o arrotto na mímica quando provocado intencionalmente, significando, no simulado engulho, desprezo, pouco caso ou repulsa à veracidade afirmada pelo interlocutor. Sobre a simbologia da Erutação, **consultar o *Dicionário do Folclore Brasileiro*, 2000, “Arrotto”** (grifo nosso) (CASCUDO, 2012, p. 388).

São múltiplas as menções ao *Dicionário do Folclore Brasileiro*, em ANTOJOS ele não só indica a consulta ao escrito lexicográfico como realiza um comentário acerca do que foi feito por ele, “Ver *Desejo* no *Dicionário do Folclore Brasileiro* (Global, 2000) **onde compendiei documentação suficiente e essencial [...]**” (grifo no original) (grifo nosso) (CASCUDO, 2012, p. 396), processo que se repete em SOPRAR quando o folclorista afirma que, no verbete indicado há um “[...] **resumo suficiente** de sua importância sobrenatural em todas as religiões vivas e mortas” (grifo nosso) (CASCUDO, 2012, p. 69).

Em MUNGANGA ele não só sugere a consulta ao dicionário como faz uma correção em relação à informação apresentada na obra lexicográfica

No *Dicionário do Folclore Brasileiro* registei como reminiscência dos pretos N’gangas de Camarões, no golfo da Guiné, pela impressão burlesca dos seus exercícios religiosos. **Creio mais logicamente originar -se** o vocábulo dos esgares e contorsões dos feiticeiros de Angola, denominados em quimbundo *N’ganga a mpandu*, *Nganga -a -nkisi*, *Nganga -mukixe*, *Nganga -a -ndoki*, ou genericamente *nganga*, dando o *munganga* brasileiro (grifo no original) (grifo nosso) (CASCUDO, 2012, p. 366).

Além disso, em BABAU, ele cita: “No *Dicionário do Folclore Brasileiro* (2000), Babau é sinônimo de Mamulengo, João Redondo, teatro popular de fantoches e

<sup>469</sup> GAGAU. In: **História dos nossos gestos**: uma pesquisa na mímica do Brasil. 1.ed. (digital) São Paulo: Global Editora, 2012, p. 109.

<sup>470</sup> O CAPOEIRA. In: **História dos nossos gestos**: uma pesquisa na mímica do Brasil. 1.ed. (digital) São Paulo: Global Editora, 2012, p.377-378.

<sup>471</sup> ISOLA!. In: **História dos nossos gestos**: uma pesquisa na mímica do Brasil. 1.ed. (digital) São Paulo: Global Editora, 2012, p. 304.

<sup>472</sup> ARROTO. In: **História dos nossos gestos**: uma pesquisa na mímica do Brasil. 1.ed. (digital) São Paulo: Global Editora, 2012, p. 388.

marionetes, sem que constitua personagem” (grifo no original) (CASCUDO, 2012, p. 105). Assim, os “capítulos” mencionados parecem indicar que História dos nossos gestos funcionaria para além de uma atualização do dicionário, como um manual de consulta à obra lexicográfica.

ESCARRAR <sup>473</sup> é outro “capítulo” no qual o dicionário é mencionado, mas o verbete indicado está presente apenas na edição que foi reeditada por Laura Della Monica, nas subseqüentes e na última revista por Luís da Câmara Cascudo não há tal verbete.

Em MANUELAGEM, no dicionário ele coloca:

MANUELAGEM –

**Linguagem das mãos, do francês, *manuelage*.** Albert Marinus, *Langage et “Manuelage”*, II Tresaur, n° 4-6, anIV, Nápoles, 1952. Ver *Gestos*. **Os gestos das mãos pertencem à classe pertencem à classe dos universais e milenários, sendo os mais expressivos, indispensáveis para a complementação da imagem. Diz -se que o homem do Povo com as mãos amarradas fica mudo. A linguagem manual, o jogo de sombras provocado pelas mãos conjugadas, a simbologia das figuras evocadas pelos acenos, a força definitiva do pensamento pela atitude das mãos, o folclore dos dedos (ver Dedos), as medidas determinadas pela mão (palmo, polegada, punhado, mão cheia, mão, manípulo, chave, pitada) afirmam de sua importância decisiva. Daniel Fryklund demonstrou que as noções de “direito” e “esquerdo” “*existent seulement en combinaison avec le mot main*”. Pelos dedos da mão o homem aprendeu a contar, defender -se, modelar, viver em sociedade. Cushing mostrou a extensão do *Manuel Concepts*, e Levy -Bruhl afirmou: “*Le primitif, qui ne parlait pas sans ses mains, ne pensait pas sans elles*”. Mímica. Teatro Mímico. Linguagem dos Mudos. A Mímica, mais antiga e universal que o idioma humano, assinala mais firmemente a personalidade. Jousse, “*Le Mimisme Humain er L’Anthropologie du Langage*”, *Revue Anthropologique*, 7-8, Paris, 1936. A **manuelagem reúne a pesquisa, sistematização e interpretação da linguagem manual** (grifo nosso) (CASCUDO, 2012, p. 426).<sup>474</sup>**

E em História dos nossos gestos, MANUELAGEM é apresentada como:

MANUELAGEM

**Linguagem das mãos, do francês *manuelage*. Os gestos das mãos pertencem à classe dos universais e milenários, sendo os mais**

<sup>473</sup> ESCARRAR. In: **História dos nossos gestos: uma pesquisa na mímica do Brasil**. 1.ed. (digital) São Paulo: Global Editora, 2012, p. 174.

<sup>474</sup> MANUELAGEM. In: **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo: Global Editora, 2012, p. 426.

expressivos, indispensáveis para a complementação da imagem. Diz -se que o homem do Povo com as mãos amarradas fica mudo. A linguagem manual, o jogo de sombras provocado pelas mãos conjugadas, a simbologia das figuras evocadas pelos acenos, a força definitiva do pensamento pela atitude das mãos, o folclore dos dedos, as medidas determinadas pela mão (palmo, polegada, punhado, mão cheia, mão, manípulo, chave, pitada) afirmam de sua importância decisiva. Daniel Fryklund demonstrou que as noções de Direito e Esquerdo *existent seulement en combinaison avec le mot Main*. Pelos dedos da mão o homem aprendeu a contar, defender -se, modelar, viver em sociedade. Cushing mostrou a extensão do *Manuel Concepts*, e Levy -Bruhl afirmou: *Le primitif, qui ne parlait pas sans ses mains, ne pensait pas sans elles*. Mímica. Teatro Mímico. Linguagem dos Mudos. A Mímica, mais antiga e universal que o idioma humano, assinala mais firmemente a personalidade. A Manuagem reúne a pesquisa, sistematização e interpretação da linguagem manual: *Les gestes de nos mains traduisent nos humeurs, nos adhésions, nos refus, nos défiances, et jusqu'au détails, comme chacun a pu observer; en revanche qui tourne la main seulement change un peu ses humeurs et ses opinions, et très aisément, si ses opinions ne sont qu'humeur*, escreveu Alain, num *Propos* de 1921.

Albert Marinus, *Langage et Manuelage*, “Il Tresaur”, 4-6, Nápoles, 1952.

Jousse, *Le Mimisme Humain et l'Anthropologie du Language*, Paris, 1936.

*Dicionário do Folclore Brasileiro*, 2º, INL, Brasília, DF, 1972.

Ou seja, Luís da Câmara Cascudo copiou a definição presente no verbete e a utilizou na obra publicada posteriormente. Em BATUQUEIRO<sup>475</sup> e SAMBISTA<sup>476</sup> o folclorista referencia não só o dicionário, mas também UMBIGADA, um dos capítulos da obra *Made in Africa*, (2001) que também parece ser um verbete deslocado do *Dicionário do Folclore Brasileiro*.

GESTOS<sup>477</sup> talvez seja a parte mais significativa da obra, pois irá apresentar o entendimento do folclorista acerca dessa prática. Porém, assim como o fez com MANUELAGEM, Luís da Câmara Cascudo copia exatamente o que está no *Dicionário do Folclore Brasileiro*, a única diferença é que em *História dos nossos gestos* ele coloca as referências bibliográficas abaixo do texto e não ao longo da definição, como o faz nos verbetes do dicionário.

<sup>475</sup> BATUQUEIRO. In: *História dos nossos gestos: uma pesquisa na mímica do Brasil*. 1.ed. (digital) São Paulo: Global Editora, 2012, p. 50.

<sup>476</sup> SAMBISTA. In: *História dos nossos gestos: uma pesquisa na mímica do Brasil*. 1.ed. (digital) São Paulo: Global Editora, 2012, p. 50.

<sup>477</sup> GESTOS. In: *História dos nossos gestos: uma pesquisa na mímica do Brasil*. 1.ed. (digital) São Paulo: Global Editora, 2012, p. 10.

Para além desse fato, o “capítulo” indica um movimento peculiar. Na edição de 1972 do *Dicionário do Folclore Brasileiro* o potiguar sugestiona a consulta ao verbete MANUELAGEM, presente na própria obra lexicográfica. Porém, após a publicação de *História dos nossos gestos*, Luís da Câmara Cascudo passa a indicar a leitura dessa obra para a consulta da definição do que é MANUELAGEM, como o faz na edição de 1979 do dicionário.

Se em ambas a definição é a mesma, qual seria o motivo do folclorista indicar outra obra que não o próprio dicionário? Possivelmente, Luís da Câmara Cascudo optou por induzir no leitor a necessidade de aquisição de outra obra produzida por ele, além disso, a menção a outra publicação reforça o discurso de autoridade acerca do que é dito em ambas.

Nessa perspectiva, não seria o *Dicionário do Folclore Brasileiro* uma obra única? Não. Sabemos que o dicionário é o escrito mais célebre, mas não pode ser interpretado como uma obra isolada. Todas as outras, com poucas exceções, poderiam ser acréscimos ao dicionário e podem ser interpretadas como amostras do Luís da Câmara Cascudo que sempre foi o homem-dicionário.

A escrita dele é dicionarística e as correspondências enviadas para Mário de Andrade refletem isso. O pedido para fixar determinado elemento folclórico era respondido prontamente com uma definição que poderia compor o *Dicionário do Folclore Brasileiro*, como exemplo temos o que faz na correspondência de 05 de janeiro de 1932, quando estabelece o que é FOBÓ

#### FOBÓ -

Forrobodó, fungangá, suvacada são sinônimos sulistas do fobó. É o baile de quinta subclasse, baile com harmônio ou violão acompanhando saxofone. Agora o saxofone matou a clarineta que era o instrumento rei dos fobós. Quando há saxofone não há harmônio e este está morrendo morrendo. Raramente aparece e mesmo assim lá nos fobós desconhecidos, fora da cidade.

Fobó não quer dizer samba, como parece pensar Catulo da Paixão Carioca. Em fobó só se dança o xote, o tango (sambinha, choro, tanquinho) e a “carioca” que é o *ragtime*.<sup>478</sup>

É inevitável voltar-nos para os folcloristas, pois foram os primeiros a sistematizar uma reflexão acerca da tradição popular. Daí a relevância em entender

<sup>478</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário de Andrade. 05 jan. 1932. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

como os inventores do folclore procuraram organizar e difundir seu material. No caso de Luís da Câmara Cascudo o *Dicionário do Folclore Brasileiro*, por representar uma síntese do trabalho cascudiano, se torna significativo na análise do protocolo de seu ofício.

A visão de mundo dos intelectuais que manobram o conceito de folclore fez com que eles elegessem e recortassem, do conjunto das práticas culturais, aquelas que receberiam o título de cultura popular. Nessa perspectiva, era a chancela dos folcloristas que dizia o que era pertencente a essa esfera. Tal concepção possui um traço conservador, marcada pela idealização do povo e pelo engessamento da cultura popular. Os debates em torno da própria definição de cultura popular foram travados a propósito de um conceito que quer caracterizar, nomear e delimitar práticas que nunca são designadas pelos seus produtores como pertencentes à “cultura popular”, assim, tal elemento não era identificado pelo povo, mas por outros.

No momento em que o folclore estava sendo cada vez mais abandonado, surge a ideia de atrelar a identidade nacional à cultura popular. Nesse contexto, a partir de 1930, os intelectuais, de diferentes procedências, são convocados para colaborar na construção de uma cultura nacional oficial, há, dessa forma, uma identificação pela via da incorporação do que seria “genuinamente nosso”, atribuindo um valor particular às coisas pequenas.

O alinhamento do ‘culto à tradição’ com a pesquisa do folclore permitiu que muitos folcloristas ingressassem na máquina pública, a exemplo de Luís da Câmara Cascudo, que tem participação significativa no Instituto Nacional do Livro, sobretudo na Seção da Enciclopédia e do Dicionário. O folclorista não pertencia a chamada *Constelação Capanema*, que contava com amigos próximos ao potiguar, como Mário de Andrade, mas a sua trajetória nesse período permite inseri-lo no debate acerca dos mediadores simbólicos entre o popular e o nacional.

A *Enciclopédia Brasileira* seria responsável por compilar o saber brasileiro em uma única obra, o que nos permite afirmar que as elites intelectuais depositaram nos livros a missão de nacionalizar a cultura brasileira, a partir da noção de “livros que devem ser lidos para conhecer o Brasil” (SORÁ, 2010, p. 28). Mário de Andrade, responsável tanto pela Seção da Enciclopédia e do Dicionário no INL quanto pela feitura da *Enciclopédia Brasileira*, considerava que era necessário realizar um projeto grandioso que concentrasse o saber popular em um “livro só” e que, além de tudo, fosse acessível ao povo. O plano não se materializou, mas anos após a sua idealização

emerge um projeto símile, trata-se do *Dicionário do Folclore Brasileiro* produzido por Luís da Câmara Cascudo.

O convite para tal publicação aparece em 24 de agosto de 1943, quando Augusto Meyer, diretor do Instituto Nacional do Livro, sugere que o potiguar desenvolva um projeto que objetive a confecção de um dicionário folclórico, retomando, dessa forma, o plano do que seria a *Enciclopédia Brasileira*. Assim, o fichário que, inicialmente, serviria apenas para guardar notas de pesquisa do folclorista, assume a função de obra lexicográfica que atende aos interesses estatais de indexar a cultura nacional, sendo descrito pelo então Ministro da Educação e Cultura, Antônio Balbino, como um trabalho de “[...] **desenvolvimento do espírito nacional** através do estudo das fontes mais puras de criação da sensibilidade coletiva” (grifo nosso) (BALBINO *apud* CASCUDO, 1954, s/p).

No Brasil, os folcloristas ganharam expressão nacional a partir da década de 1930, momento no qual a formação de uma identidade nacional perpassa uma definição “[...] do que seria uma cultura, um modo de ser, um espírito, um caráter [...]” que são aprisionados dentro das fronteiras delimitadas. (ALBUQUERQUE, JR., 2013b, p. 104). Luís da Câmara Cascudo, foi, sem dúvida, um dos descobridores contemporâneos do Brasil, dedicando-se incessantemente, a partir da década de 1920, a mapear uma identidade cultural para o povo brasileiro. Nesse contexto, a imagem de um folclorista “[...] cuja sensibilidade para as nossas manifestações populares e cuja sólida cultura jamais se afastaram desse campo, a que se entrega com **fervor patriótico** e apaixonada paciência de vocação” (grifo nosso) (BALBINO *apud* CASCUDO, 1954, s/p) é compatível com os interesses do Estado e, assim, é utilizado como instrumento para construção discursiva do que seria a nação.

O folclorista ao autodenominar-se um provinciano incurável, atrai as atenções para o seu ofício, pois a distância dos centros cosmopolitas funcionava como um elemento estruturante do mercado cultural local, aparecendo como um argumento permanentemente acionado nas obras dos autores envolvidos nos debates sobre as realidades internas do Brasil. Além disso, o interesse da máquina estatal e de sujeitos como Renato Almeida, diretor da Comissão Nacional do Folclore, para com os intelectuais de província, por exemplo, foi sempre o foco do reconhecimento de autores regionalmente consagrados, mas nacionalmente desconhecidos.

Em 30 de junho de 1954 o Ministro da Educação e Cultura Antônio Balbino, exalta o *Dicionário do Folclore Brasileiro*, afirmando tratar-se de “[...] uma das obras

mais significativas de nossos valores intelectuais e que é pela matéria que versa, um encantador contato com a **alma popular brasileira**, em suas crendices, suas lendas, suas fábulas ingênuas e sagazes, suas histórias e seus mitos [...]” (grifo nosso) (BALBINO *apud* CASCUDO, 1954, s/p). Assim, o seu produtor objetiva colocar em prática um padrão pluralista e regionalizado de representação estética da nação, comandado pelo elemento cultural, isto é, a busca pela identidade nacional a partir da mentalidade popular parte da compreensão do regional e é a partir desse que o resto se desenvolve. Assim, a “[...] invenção do folclore e da cultura popular nasce a par com a emergência do que se chamou de princípio das nacionalidades e está, desde o início, conectado com este esforço de construção das nacionalidades e da **definição para elas de uma dada cultura, que figuraria seu modo de ser, que definiria o seu lugar particular no seio das nações** [...] (grifo nosso) (ALBUQUERQUE, JR., 2013b, p. 104).

Se o dicionário se coloca como uma resposta ao sonho dos enciclopedistas de todos os tempos, de decompor e resumir o mundo, a compreensão do regional é a sintetização do universal. Assim, a articulação entre região e nação, na obra cascudiana, é interpretada como questão existencial e, dessa forma, a cultura popular da obra lexicográfica é interpretada como “[...] o último índice de resistência e de conservação do nacional [...]” (CASCUDO, 1973, p. 436). São referências a lugares e espaços que são unificados através do uso do conceito de nação, busca-se com isso apagar as identidades espaciais anteriores em busca da “[...] nova identidade que se está veiculando e construindo” (ALBUQUERQUE, JR., 2013b, p. 107).

Luís da Câmara Cascudo afirmou extrair a memória dos “brasis” escondidos dentro do Brasil, pertencendo ao grupo dos intelectuais que buscaram, por diferentes caminhos, identificar a identidade do país e de seu povo. Com o *Dicionário do Folclore Brasileiro* buscou, assim como outros folcloristas, apresentar a nação como materialidade, porém, o que consegue é construir uma realidade imaginada, na qual a soma das partes não confere a pretensa totalidade.

O folclorista não pecou por arrogância quando se identificou como cientista e intérprete da vida popular e coletiva, sobretudo se considerarmos que o potiguar busca dar voz a elementos que conviveram outrora, mas, que agora são apresentados com uma nova roupagem: o vestuário da ciência. Dessa forma,

[...] se propõe a ser aquele que tornou científica a atividade do folclore, entre nós, e que deu à cultura popular [...] a condição de objeto digno de ciência, estabelecendo para suas matérias e formas de expressão as devidas classificações, nascidas do estudo metódico, demorado e empenhado de toda uma vida (ALBUQUERQUE JR., 2013b, p. 131).

Porém, a tentativa de conferir cientificidade ao nosso folclore, àquilo que está no interior do Brasil, privilegiando apenas o elemento, identificado por ele como genuíno, autêntico e verdadeiro, acaba por nutrir a permanência do elemento mórbido constitutivo do conceito de cultura popular.

Desempenhando um trabalho incansável de coleta, o folclorista convoca o Povo para colaborar na feitura do *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Porém, a coletividade referenciada nos verbetes que o constituem é formada por aqueles com os quais se corresponde por meio das *cartas perguntadeiras* ou das consultas na *Babilônia*, dessa forma, ficam excluídos Benvenuta de Araújo, Joana Faria, Chico Preto, Pedro Perna Santa e tantas outras vozes das quais se apropria.

É seu trabalho – colheita, confronto e pesquisa de origem - que forma a grande maioria dos verbetes, mas é significativo afirmar que Luís da Câmara Cascudo se constituiu como um narrador entre narradores, pois a partir do acesso à oralidade popular e da colaboração com inúmeros correspondentes por todo o país a feitura do dicionário espelha uma autoria que é coletiva.

Tais vozes, se expressam, majoritariamente, por meio da prática missivista desenvolvida pelo folclorista. As correspondências, enviadas durante o período de confecção da obra lexicográfica, registram uma forma específica de sociabilidade, manifestando - algumas vezes privilegiadamente - as relações pessoais, mas também as relações de poder, as estratégias e as práticas intelectuais. O que já é indício do perfil dos sujeitos aos quais Luís da Câmara Cascudo nomeia de “colaboradores”, são de classe socialmente privilegiada, brancos e homens, pois, a mulher, no *Dicionário do Folclore Brasileiro* e em outras narrativas cascudianas, é colocada à parte.

As chamadas *cartas perguntadeiras* não correspondem a uma categoria homogênea, há em suas linhas discussões intelectuais, desabafos pessoais e sobretudo, pedidos de favores. Remetidas aos sujeitos de todos os recantos do Brasil, tais correspondências foram utilizadas pelo potiguar como método de pesquisa e prática de escrita/reescrita do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, constituindo uma rede de relações sociais e intelectuais.



A esses colaboradores, discrepante daqueles mencionados anteriormente, Luís da Câmara Cascudo outorga a sua gratidão e cede o espaço do dicionário. Nas páginas desse escrito, eles são mencionados nos prefácios, na bibliografia e/ou nos verbetes que o compõe. Alguns desses inclusive chegam a ganhar definições próprias, como no caso de Mário de Andrade, Gustavo Barroso, Leonardo Mota, Silvio Romero, Arthur de Araújo Pereira Ramos e outros, é como se para o folclorista, a presença deles fosse tão vultuosa que a colaboração é a própria obra.

A conversação intelectual construída entre Luís da Câmara Cascudo e Mário de Andrade, por exemplo, fomentou o debate crítico acerca de tal relação e a publicação do *Dicionário do Folclore Brasileiro* permitiu aos críticos afirmarem que apesar de ambos serem grandes estudiosos do folclore brasileiro, os amigos se distanciavam na forma como lidavam com tal objeto. Nessa perspectiva, ao potiguar atribuíam a responsabilidade por catalogar as informações - tal como o faz no escrito lexicográfico - enquanto ao paulistano outorgavam a capacidade de reinvenção por meio da sua habilidade ficcional.

Quando indagado sobre tal diferenciação, Verissimo de Melo, amigo de Luís da Câmara Cascudo, respondeu que nomear o potiguar a partir da catalogação presente no dicionário é uma prática injusta, visto que ele “[...] fez muito mais. Interpretou um mundo de manifestações folclóricas adentrando as suas raízes”. (MELO, 1994, p. 04). Os comentários críticos parecem se assemelhar a forma como Mário de Andrade abordou o amigo em algumas correspondências, quando aparentava analisar o folclorista tal qual interpretava a presença feminina no mundo das letras, isto é, como um “[...] vir-a-ser até que encontre alguém que a faça ser” (ANDRADE *apud* SANTIAGO, 2002, p. 140).<sup>479</sup>

É a partir das coisas que o povo diz que o potiguar interpreta a cultura popular, nessa perspectiva, o povo se torna, “[...] uma noção central para todos os discursos do período, vindo sempre associada à própria ideia de nação ou nacionalidade” (ALBUQUERQUE, JR., 2013a, p. 47). São muitos seus descobrimentos pessoais ao evocar a oralidade das suas reminiscências e ao convocar os interlocutores populares para conversas perguntadeiras. A passagem da oralidade para a escritura é, inclusive, a responsável por fazer aparecer a noção de autoria. Assim, talvez seja intencional

---

<sup>479</sup> Tal interpretação faz parte da correspondência enviada por Mário a Carlos Drummond de Andrade na qual tece críticas aos textos publicados por escritoras contemporâneas.

transpor as vozes miríficas para a escrita, já que agora é o nome dele que vai aparecer, é o nome dele que vai ser reconhecido.

Por estar ancorado no método por ele adotado, isto é, a convivência, Luís da Câmara Cascudo intitula o dicionário como conhecedor do povo - ingênuo, simplório, autêntico - apoiando-se, entre outras fontes, nas memórias do menino sertanejo que presenciou as falas, os mitos, os gestos, e os mistérios do povo para descobrir o segredo da alma brasileira. É no cruzamento da memória que ele legitima “[...] seu trabalho alegando ter testemunhado de perto as práticas que descreve [...] recolhendo da viva voz testemunhos, narrativas e explicações [...]” (ALBUQUERQUE, JR., 2013a, p. 174) sobre o elemento folclórico, colocando-se, portanto, como mediador entre o passado e o presente.

O Povo, apreciado como espelho da alma brasileira, não é o povo que Luís da Câmara Cascudo objetiva enquanto leitor. Assim, “no mesmo gesto que os reconhece, os oblitera [...]” (ALBUQUERQUE, JR., 2013b, p. 86). É o próprio nome do folclorista que é construído às custas do coletivo, é ele que aparece na capa do *Dicionário do Folclore Brasileiro*.

Se o intuito do INL com a publicação da *Enciclopédia Brasileira* era contemplar dois tipos básicos de leitores: por um lado, os trabalhadores e, por outro, aqueles que quisessem aprofundar seus conhecimentos (AMARAL, 1999), com a publicação do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, tido como substituto da enciclopédia, tal propósito foi abandonado, tornando-se obra de leitor único.

E quem é esse leitor? O potiguar retira a obra do povo e a reserva aos letrados. Com isso, é formada a ideia de um texto que serve para a mera consulta de especialistas no assunto. O próprio processo de edição do dicionário é direcionado pelas expectativas e competências atribuídas aos leitores através das representações existentes desses. Arquétipo, sempre pensado por aqueles que manufacturam o livro - ou seja o autor ou editor - que conduzem a narrativa tentando construir um sentido único na obra de modo que ele seja assimilado e interiorizado por quem irá lê-lo.

Dessa forma, não são as velhas contadeiras de estórias, os vaqueiros, os cantadores, os violeiros, os pescadores, as benzendeiras, o Povo que irão ler o dicionário. A eles e a tantas outras fontes perpétuas da mentalidade popular o folclorista oferece, consagra e dedica o “[...] livro que jamais **hão de ler**” (grifo nosso) (CASCUDO, 2001, p. 15).

## REFERÊNCIAS

ABREU, Joana Cavalcanti de. **Um patrimônio de tradições**: o folclore na produção intelectual de Cecília Meireles e Luís da Câmara Cascudo. 2001. 58f. Monografia (Bacharelado em História) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. 1 ed. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégia de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco/ Lapa, 1996.

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. *In*: ACHARD, Pierre. et al. (org.) **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

A DECEPÇÃO política de um fidalgo do sertão. Folha de São Paulo, São Paulo, 27, dez. 1998. Seção +mais!. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs27129806.htm> acesso em 12 out. 2023.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. A escrita como remédio: erudição, doença e masculinidade no Nordeste do começo do século XX. *In*: **Nos destinos de fronteira**: história, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A feira dos mitos**: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013a.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Consultando o Cascudo: gêneros textuais, escrita de si e interpretação do Brasil no Dicionário do Folclore Brasileiro de Luís da Câmara Cascudo. **Escritas da História**, Rio de Janeiro. vol.2, n.3, abr/ago. 2015, pp. 15-30.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru: EDUSC, 2007.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Invenção da cultura popular: Uma história da relação entre eruditos, intelectuais e as matérias e formas de expressão populares na Península Ibérica e Brasil (1870-1940) *In*: XXII Simpósio Nacional de História, 2003, João Pessoa. **Anais**: João Pessoa, UFPB, 2003, pp.1-6.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Mãos negras, mentes gregas: as narrativas de Luís da Câmara Cascudo sobre as religiões afro-brasileiras. **Revista Esboços**, Florianópolis. vol. 17, n. 23. 2010. pp. 9-30.

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **“O morto vestido para o ato inaugural”**: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013b.
- ALMEIDA, Renato. Pelo mundo folclórico de Câmara Cascudo. **Província 2**. Natal: Fundação José Augusto/Gráfica Malibu, 1969.
- ALVES, Alexandre. O Tempo e os outros: Cascudo entre labirintos da memória. **Revista Imburana** – revista do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-Rio-Grandenses/UFRN. n. 3, fev./jun. 2011.
- AMARAL, Adriana Facina Gurgel do. Uma enciclopédia à brasileira: o projeto ilustrado de Mário de Andrade. **Estudos Históricos**. 1999. n. - 24. pp.393-417.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. 1 ed. São Paulo: Edições 70, 2012.
- ANDRADE, Mário de. **A Enciclopédia Brasileira**: relatos e memórias. São Paulo: Edusp, 1993.
- ANDRADE, Mário de. *apud* SANTIAGO, S. **Carlos e Mário**: correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2002.
- ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro**. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.
- ARAÚJO, Humberto Hermenegildo; OLIVEIRA, Irenísia Torres de. **Regionalismo, modernização e crítica social na literatura brasileira**. São Paulo: Nankin, 2010.
- ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. São Paulo: UNESP, 2014.
- ARMANI, Carlos Henrique. **Discursos da nação**: historicidade e identidade nacional no Brasil em fins do século XIX. 1 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- ARTIÈRES, Philippe. **Arquivar a própria vida**. Trad. Dora Rocha. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.9-34, 1998.
- ASSUNÇÃO, Jandra Batista de. Lexicografia uma introdução ao estudo de dicionários. **Revista Brasileira Bibliotecon**. n. 12. jan/jul, 1979, pp. 39-50.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. *In*: AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- A VIAGEM de Cascudo. Tribuna do Norte, Natal, 17, out. 2015. Seção Viver. Disponível em <https://tribunadonorte.com.br/viver/a-viagem-de-cascudo/> acesso em 12 out. 2023.
- BALBINO, Antônio. *apud* **Dicionário do folclore brasileiro**. 1 ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. 1954

BARBIER, Frédéric. **A Europa de Gutenberg: o livro e a invenção da modernidade ocidental (séculos XIII-XVI)** São Paulo: Edusp, 2018.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais.** São Paulo: HUCITEC, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** São Paulo, Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Editora 34, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso.** 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de estética e de literatura.** 3 ed. S. Paulo: UNESP/Hucitec. 1993.

BAKHTIN, Mikhail *apud* RICKES, Simone Moschen. A escritura como cicatriz. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, pp. 51-71. 2002.

BARATIN, Marc.; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

BARBOSA, Maria Aparecida. Aspectos da produção dos vocábulos técnico-científicos. **Belas Infiéis**, São Paulo, v. 2, n. 2, 2013. pp.7-15.

BARBOSA, Maria Aparecida. Contribuições ao estudo de aspectos da tipologia de obras lexicográficas. **Revista Ciências da Informação**, vol.24, n.3, 1995.

BARBOSA, Maria Aparecida. Estrutura, funções e processos de produção de dicionários terminológicos multilíngues. **Revista do GELNE**, Natal, n.2, fev. pp. 41-53. 1999.

BASTOS, Elide Rugai. (org.) **Intelectuais: sociedade e política.** São Paulo: Editora Cortez, 2003.

BATISTA, Monique Mendes Silva. Folclore e identidade nacional na modernidade pelo olhar de Mário de Andrade. *In: ANAIS ELETRÔNICOS DO XVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS*, 2015, Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis, ANPUH, 2015. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1438809136\\_ARQUIVO\\_FolcloreidentidadenacionalnamodernidadepeloolhardeMariodeAndrade.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1438809136_ARQUIVO_FolcloreidentidadenacionalnamodernidadepeloolhardeMariodeAndrade.pdf) acesso em 02 mar. 2020.

BESSONE, Tânia Maria Tavares. **Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

BETTIOL, Maria Regina Barcelos. Mário de Andrade e a especificidade do gênero epistolar: o esboço de uma teoria. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 65, p. 227-236, dez. 2016.

BEVILACQUA, Cleci Regina; FINATTO, Maria José Beocomy. Lexicografia e terminografia: alguns contrapontos fundamentais. **Alfa**, São Paulo, n.50, pp. 43-54. 2006.

BEZERRA, Carlos Eduardo; SILVA, Telma Maciel da. **A correspondência de escritores brasileiros como fonte de pesquisa para os estudos literários e históricos**. *Historiæ*, Rio Grande, vol.1 n.1, 2010, pp.61-74.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O conhecimento, a terminologia e o dicionário. **Ciência e Cultura**, São Paulo, vol. 58, n.2, pp. 35-37, abr/jun. 2006.

BIGNOTTO, Cilza Carla. **Figuras de Autor, figuras de editor**: as práticas editoriais de Monteiro Lobato. 1 ed. São Paulo: UNESP, 2018.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. 1 ed. São Paulo: Rocco, 2011.

BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

BOLLEME, Genevieve. **O povo por escrito**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BONNET, Jacques. **Fantasmas na biblioteca**: a arte de viver entre livros. 1 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2013.

BORBA, Francisco da Silva. **Organização de dicionários**: uma introdução à lexicografia. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

BORGES, Jorge Luis. **Ficções**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 11 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FIGUEIREDO, Janaina Amado Baptista de; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8 ed Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRAGA, Rosiane Cristina Gonçalves. Aspectos da microestrutura de vocabulários técnico-científicos. **Rev. de Letras, São Paulo**, n. 24 - Vol. 1/2 - jan/dez. 2002, pp. 60-64.

BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: o Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **Matrizes**. Ano 2, nº 2 primeiro semestre de 2009, pp.221-246.

BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é folclore**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

BRANDÃO, Ivone Agra. **Luís da Câmara Cascudo: diálogos com a cultura popular no romance Canto de Muro**. 2012. 117f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 dez. 1937. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm) acesso em 10 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1937. Seção 1. Pg. 25586. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em 26 out. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional Do Livro. **Enciclopédia brasileira: plano geral de orientação**. Rio de Janeiro, 1957-1962. Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

BRASIL. Instituto Nacional Do Livro. **Enciclopédia brasileira: roteiro para preenchimento do questionário**. Rio de Janeiro, 1959. Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

BRASIL. Instituto Nacional Do Livro. **Plano de um Dicionário Antigo e Moderno da Língua Nacional**. Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

BRASIL. Instituto Nacional Do Livro. **Síntese dos dados que interessam à elaboração da Enciclopédia retirados**. Rio de Janeiro, s/d. Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Parecer/418**. Relator: José Galante de Sousa. 29 abr. 1971. Documenta, s/n, s/p, 1971. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Parecer/425**. Relator: José Galante de Sousa. 29 abr. 1971. Documenta, s/n, s/p, 1971. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Parecer/720**. Relator: José Galante de Sousa. 26 abr. 1972. Documenta, s/n, s/p, 1972. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Parecer/713**. Relator: José Galante de Sousa. 28 abr. 1972. Documenta, s/n, s/p, 1972. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Parecer/750**. Relator: José Galante de Sousa. 29 mai. 1972. Documenta, s/n, s/p, 1972. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Parecer/756**. Relator: José Galante de Sousa. 29 mai. 1972. Documenta, s/n, s/p, 1972. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Parecer/2417**. Relator: Valdemar Cavalcanti. 30 out. 1979. Documenta, s/n, s/p, 1979. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Parecer/2418**. Relator: Valdemar Cavalcanti. 12 nov. 1979. Documenta, s/n, s/p, 1979. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Parecer/854**. Relatora: Cleonice Berardinelli. 01 set. 1972. Documenta, s/n, s/p, 1972. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Ofício circular 1210/INL**. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 25 mai. 1972. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

BRASIL. Instituto Nacional do Livro. **Ofício circular 3087/INL**. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 04 out. 1972. Localizado em: Divisão de manuscritos/Coleção INL/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**. São Paulo: UNESP, 2007.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. (org.) 2 ed. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: da enciclopédia à Wikipédia**. 1 ed. São Paulo: Zahar, 2012.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2015.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011. 224p.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

CARVALHO, Flávia Medeiros de. **O Dicionário do folclore brasileiro: um estudo de caso da etnoterminologia e tradução etnográfica**. 2013. 252f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.



CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. O Instituto Nacional do Livro e os modernistas: questões para a história da educação brasileira. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 11, n. 2, pp. 543-557, jul./dez. 2012.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia do folclore Brasileiro**. São Paulo: Editora Global, 2001.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Câmara Cascudo: aos 80 anos, um homem que não diz “amém” nem vai “atrás do andor”** [Entrevista concedida a] Luzanira Rêgo. *Jornal Diário de Pernambuco*, Recife, 3, dez, 1978.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Cascudo as razões de minha preferência**. [Entrevista concedida a] Carlos Lyra. *Revista Século – atualidade e cultura*. Natal, ano 2, n.3, p.57-59, 1998.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Civilização e cultura: Pesquisas e notas de etnografia geral**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Depoimentos**. Cantal: Centro de Imprensa, 1947.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 1 ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. 1954

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1959.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 3 ed. 2 vol. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1972.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 6 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1983.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 8 ed. São Paulo: Ediouro, 1998.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 9 ed. São Paulo: Editora Global. 2000a.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 10 ed. São Paulo: Editora Global. 2000b.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 11 ed. São Paulo: Editora Global. 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 12 ed. São Paulo: Editora Global. 2012.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Folclore do Brasil** (pesquisas e notas). Rio de Janeiro/São Paulo: Fundo de Cultura, 1967.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Histórias da cidade de Natal**. São Paulo: Civilização brasileira, 1980.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História dos nossos gestos**: uma pesquisa na mímica do Brasil. 1.ed. (digital) São Paulo: Global Editora, 2012.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. São Paulo: Editora Global, 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Made in Africa**. São Paulo: Editora Global, 2001.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Na cultura popular repousa a grandeza**. [Entrevista concedida a] Afrânio Peixoto Lemos. Revista Século - atualidade e cultura. Natal, ano 1, n. 1, p. 10, 1996.

CASCUDO, Luís da Câmara. **O folclore está vivo**. [Entrevista concedida a] Dailor Varela. Revista Veja, São Paulo, abr., 1972.

CASCUDO, Luís da Câmara. **O tempo e eu**: confidências e proposições. Natal: UFRN, 1998.

CASCUDO, Luís da Câmara. **O tempo e eu**: confidências e proposições. Natal: UFRN, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. **O velho que sabe tudo**. [Entrevista concedida a] Assis Angelo. Folhetim, São Paulo, jan, 1979.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Um diálogo com Câmara Cascudo**. [Entrevista concedida a] Paola Francinetti. Jornal UH Cultura, Rio de Janeiro, 27, mar, 1977.

CASCUDO, Luís da Câmara. Um provinciano incurável. **Revista Província**, Natal, UFRN/ Fund. José Augusto/ IHGRN, 1998.

CASCUDO, Luís da Câmara *apud* COSTA, Américo de Oliveira. **Viagem ao universo de Câmara Cascudo**. Natal: Fundação José Augusto, 1969.

CASCUDO, Luís da Câmara *apud* MELO, Veríssimo de. **Evocação do mestre Cascudo**. Natal: outubro de 1986.

CASCUDO, Luís da Câmara *apud* FERREIRA, Sônia Maria Fernandes. **De como Câmara Cascudo se tornou um autor consagrado**. Natal: Clima, 1986.

CASCUDO, Luís da Câmara *apud* OLIVEIRA, Gildson. **Câmara Cascudo**: um homem chamado Brasil. Brasília, DF: Brasília Jurídica, 1999.

- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). São Paulo: EDUSC, 1999.
- CAVEDON *apud* COSTA, Elisangela Silva da.; SILVA, Katia Leal da. Bibliófilas, sim! Breves apontamentos sobre duas bibliotecas de mulheres brasileiras. **Herança - Revista de História, Patrimônio e Cultura**, vol. 3, n. 1, jan./jul. 2020, pp. 87-123.
- CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. 4. Campinas: Papirus, 2005.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: as artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERVO, Amado.; MAGALHÃES, José Calvet de. **Depois das caravelas**: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000. 1 ed. Brasília, DF: UnB, 2000.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2 ed. Brasília, DF: UnB, 1998.
- CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. **Revistas USP**. v. 24, n. 69 (2010). Disponível em: <http://revistas.usp.br/eav/article/view/10510/12252> acesso em 05 mar. 2023.
- CHARTIER, Roger. **Formas e sentido**: cultura escrita entre distinção e apropriação. Campinas: Mercado das letras, 2003.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1990.
- CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar**. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- CHARTIER, Roger. **O que é um autor?** Revisão de uma genealogia. São Carlos: EDUFSCAR, 2012.
- CHARTIER, Roger. & ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectiva. *In*: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1974.
- CHARTIER, Roger. **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CHIARELLI, Tadeu. **Um jeca nos vernissages**: Monteiro Lobato e o desejo da criação de uma arte. 1 ed. São Paulo: EDUSP, 1995.

CIRNE, Moacy. **Dicionário do folclore brasileiro**: uma edição desfigurada. São Paulo: Sebo Vermelho, 2010.

COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, 1998, pp. 129-149.

CORTEZ, Luiz Gonzaga. **Câmara Cascudo**: o jornalista integralista. São Paulo: Editora GDR, 2002.

COSTA, Bianca Campello Rodrigues. **Monteiro Lobato, um modernista desprezado**. 2012. 187f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

COSTA, Cléria Botelho. da. A magia do contar: a oralidade em Câmara Cascudo. *In*: SILVA, Marcos (Org). **Câmara Cascudo e os saberes**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

COURTINE, Jean-Jacques. **O chapéu de Clémentis**: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. *Ensaio*, 12, Porto Alegre: Sagra-Luzzardo, p.15-22, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DARNTON, Robert. **Censores em ação**. 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia de bolso, 2010.

DAUPHIN, Cécile. **Prête-moi ta plume...** Les manuels épistolaires au XIXe siècle. Paris, Klimé, 2000.

DELBEM, Danielle Conte. **Folclore, identidade e cultura**. *UNAR*, Araras. vol. 1, n.1, 2007. pp.19-25.

DIAZ, Brigitte. **O gênero epistolar ou o pensamento nômade**: formas e funções da correspondência em alguns percursos de escritores no século XIX. São Paulo: Edusp, 2016.

DIAZ, Jose Luiz. Quelle génétique pour les correspondances?. **Genesis - Revue Internationale de Critique Génétique**. Paris, n.13, 1999, p.11-31.

DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma**. São Paulo: Autêntica, 2013.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DRUMMOND *apud* FERREIRA, Sônia Maria Fernandes. **De como Câmara Cascudo se tornou um autor consagrado**. Natal: Clima, 1986.

DUARTE, Constância Lima; PAIVA, Kelen Benfenatti. A mulher de letras: nos rastros de uma história. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 11 - 19, jul./dez. 2009.

DUBY, Georges. *apud* VAINFAS, Ronaldo. História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v.4, pp.09-27 jan./dez. 1996.

FADIMAN, Anne. **Ex-Libris**: confissões de uma leitora comum. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2002.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. (org.) **De Cascudo para Oswald**. Sebo Vermelho Edições: Natal, 2005.

FARIAS, Mirella de Santo. **Memórias de um menino sertanejo**: o sertão de Luís da Câmara Cascudo. 2001. 37f. Monografia (Bacharelado em História) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2001.

FARIAS, Virginia Sita. **Sobre a definição lexicográfica e seus problemas**: fundamentos para uma teoria geral dos mecanismos explanatórios em dicionários semasiológicos. 2013. 399f. Tese (Doutorado em Lexicografia) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FERNANDES, Cledeumar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2 ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FERNANDES, Cledeumar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. 1 ed. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERNANDES, Florestan. **O folclore em questão**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERNANDES, Kaline Calixto. **Santo de casa "faz" milagre**: Luís da Câmara Cascudo, o padroeiro literário da cidade de Natal. 2012. 119f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

FERREIRA, José Luiz; ARAÚJO, Humberto Hermegenildo. (org.) **Interlocações latino-americanas**: Câmara Cascudo e escritores estrangeiros. João Pessoa: Ideia, 2018.

FERREIRA, José Luiz; ARAÚJO, Humberto Hermegenildo. (org.) **Arquivos de correspondências**: carta e vida literária de escritores do Rio Grande do Norte. Natal: EDUFRN, 2017.

FERREIRA, Jerusa Pires. (org.). **Livros, editoras e projetos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.

- FERREIRA, Marieta de Moraes. (org.). **Memória e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- FINATTO, Maria José Bocorny. **Definição terminológica: fundamentos teóricos-metodológicos para sua descrição e explicação**. 2001. 395f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- FINATTO, Maria José Bocorny. Elementos lexicográficos e enciclopédicos na definição terminológica. **Organon**, Porto Alegre, nº 26, 1998, pp. 1-8.
- FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 2009.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 1989.
- FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.
- FONSECA, Edson Nery da. O negócio das enciclopédias. **Ci. Inf**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, pp. 91-98. 1972.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 23 ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. 10 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 8 ed. Forense Universitária, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos – Estética: literatura e pintura; música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *apud* KOHLRAUSCH, Regina. Gênero epistolar: a carta na literatura, a literatura na carta, rede de sociabilidade, escrita de si... **Letrônica**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 148-155, jan.-jun. 2015.
- FRADE, Cásia. **Folclore**. 2.ed. São Paulo: Editora Global, 1997 (Coleção Para entender, III).
- FRADE, Cásia. **Folclore e cultura popular: aspectos de sua história**. Encontro com Folclore/ Cultura Popular, VIII. Espaço Cultural Caso do Lago, Unicamp, Ago 2003.
- FRANKLIN, Jorge. (org.) **Actas diurnas: crônicas de Luís da Câmara Cascudo**. Natal: Editora Novo Jornal, 2011.

FREIRE, Sérgio. **Análise do discurso: procedimentos metodológicos**. Manaus: Census, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 45 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FROTA, Lélia Coelho (org.). **Carlos & Mário: correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade**. Rio de Janeiro: Editora: Bem-te-vi, 2003.

FUNO, Ludmila Belotti Andreu. Memória discursiva e esquecimento: revisitando o chapéu de Clémentis. **Palimpsesto**. Rio de Janeiro, v.11, n.15, 2012, pp. 01-11.

FURLANETTO, Maria Marta. (org.) **Foucault e a autoria**. Florianópolis: Insular, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

GALLO, Solange Leda. Autoria: questão enunciativa ou discursiva? **Revista Linguagem em (Dis)curso**, vol. 1, n. 2, jan/jun, 2001.

GALÚCIO, Andréa Lemos Xavier. A política editorial do Instituto Nacional do Livro no regime militar. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: POLÍTICAS CULTURAIS*, 2., 2011, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos...** Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 2011, p.01 -12. Disponível em [http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas\\_Culturais/II\\_Seminario\\_Internacional/FCRB\\_AndreaGalucio\\_A\\_politica\\_editorial\\_do\\_Instituto\\_Nacional\\_do\\_Livro\\_no\\_regime\\_militar.pdf](http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_AndreaGalucio_A_politica_editorial_do_Instituto_Nacional_do_Livro_no_regime_militar.pdf) acesso em 01 abr. 2020.

GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. **Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias empresariais, empresários e militância política**. 2009. 316f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

GALVÃO, Cláudio Augusto Pinto. **Alguns compassos: Câmara Cascudo e a música (1920/1960)**. 2010. 387f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2010.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. **A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto**. 1 ed. Brasília, DF: UnB, 1998.

GASTAUD, Carla Rodrigues. **De correspondências e correspondentes: cultura escrita e práticas epistolares no Brasil entre 1880 e 1950**. 2009. 246f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GASTAUD, Carla Rodrigues; COSTA, Bruna Frio. Apontamentos sobre cultura escrita e práticas epistolares. **Cem**, São Paulo, n. 7, pp.13-23. 2018.

GAVA, Águeda Aparecida. **Os dicionários como instrumentos de difusão e preservação na historicidade brasileira**. Disponível em

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Artigo\\_Dicionario\\_Aguida\\_Gava\\_e\\_Divanize\\_Carbonieri.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Artigo_Dicionario_Aguida_Gava_e_Divanize_Carbonieri.pdf) acesso em 23 jun. 2020.

GICO, Vânia de Vasconcelos. Câmara Cascudo e Mário de Andrade: uma sedução epistolar. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, v. 30, n.30, 2002. pp. 110-127.

GICO, Vânia de Vasconcelos. **Câmara Cascudo**: um Hermes universal no Nordeste do Brasil. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/camaracascudo.pdf> acesso em 25 jun. 2020.

GICO, Vânia de Vasconcelos. Interpretações do Brasil na correspondência de Câmara Cascudo e Mário de Andrade. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, São Paulo, n. 30, p.110-127, 2002.

GICO, Vânia de Vasconcelos. **Luís da Câmara Cascudo**: itinerário de um pensador. 1998. 278f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

GLISSANT, Edouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

GOLOVATY, Ricardo Vidal. **Cultura popular**: saberes e práticas de intelectuais, imprensa e devotos de santos reis. 1945-2002. 2005.180f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. A "**cultura histórica**" do Estado Novo. *Projeto História*, São Paulo, vol. 16, fev. 1998. pp. 121-141.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio... intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. vol. 6, n. 11, 1993, pp. 62-77.

GOMES, Ângela de Castro. **Essa gente do Rio...** modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. *apud* OLIVEIRA, G. P. L. **Correspondências de Luís da Câmara Cascudo**: arquivos da criação e redes de sociabilidade intelectual. 2016. 286f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2016.

GÓMEZ, Antonio Castillo. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 3, n. 1, pp. 93-124, jan/jun.2003.



GÓMEZ, Antonio Castillo. **La correspondencia en la historia: modelos y prácticas de la escritura epistolar**. Madrid: Calambur, 2002.

GOMES, Ramonildes Alves.; GOMES, Valdeci Feliciano. Laços matrimoniais, amarras tradicionais: a família como autoconstituição em Câmara Cascudo. **Caderno CRH**, Salvador. vol.22, n.55, jan/abr 2009. pp. 185-200.

GOMES, Salatiel Ribeiro. Vaqueiros e cantadores: a desafrikanizada cantoria sertaneja de Luís da Câmara Cascudo. **Padê**, Brasília, DF. vol.2, n.1, jan/jul. 2008. pp. 47-70.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Paulo: Claraluz, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos. **Revista Anpoll**. Florianópolis, n.19, jul/dez, p.207-211, 2005.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? *In*: GREGOLIN, Maria do Rosário. e BARONAS, Roberto. (org.). **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. 1 ed. São Carlos: Claraluz, 2001, v. 01, p. 60-80.

GUEDES, Viviane Marques. A contribuição de Stuart Hall e de Nestor García Canclini para os estudos da identidade cultural contemporânea. **Revista Temática**, Ano IX, n. 02, fev.2013, pp. 1-13.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. **Escritas epistolares**. 1 ed. São Paulo: EDUSP, 2016.

HAY, Louis. **A literatura dos escritores: questões de crítica genética**. 1 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. 7 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2012.

INDURSKY, Freda. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. *In: I SEAD- Seminário de Estudos em Análise do Discurso*, 1., 2003, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, pp.1-13.

JOBIM, José Luís. (org.). **A biblioteca de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

KNYCHALA, Catarina Helena. **O Instituto Nacional do Livro**. Brasília, DF, 1986. Coleção José Olympio, Fundação Biblioteca Nacional.

KRIEGER, Maria da Graça. Tipologias de dicionários: registros de léxico, princípios e tecnologias. **Calidoscópico**, São Leopoldo, vol. 4, n. 3 , set/dez 2006, pp. 141-147.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. **Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor**. 1 ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

KRIEGER, Maria da Graça; MÜLLER, Alexandra Feldekircher.; GARCIA, Andréa Roberta da Rocha; BATISTA, Rosinalda Pereira. O século XX, cenário dos dicionários fundadores da lexicografia brasileira: relações com a identidade do português do Brasil. **Alfa**, São Paulo. vol. 50, n.1, 2006. pp.173-187.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7 ed. Campinas, Editora da UNICAMP, 2013.

LEVI, Primo. **O dever da memória**. 1 ed. Lisboa: Cotovia, 2011.

LIMA, Bruna Rafaela de. **Da rede ao altar: vida, ofício e fé de um historiador potiguar**. 2009. 231f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2009.

LIMA, Diógenes da Cunha. **Câmara Cascudo: um brasileiro feliz**, 3 ed, Rio de Janeiro: Lidador, 1998.

LIMA, Kleverson Teodoro de. Cartas, história e linguagem. Goiânia. **Revista de Teoria da História**, Ano 1, Número 3, junho/ 2010. pp. 210-225.

LIMA, Rossini Tavares de. **Abecê do folclore**. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LIMA, Matheus Silveira. O percurso intelectual de Luís da Câmara Cascudo. **Perspectivas**, São Paulo, v. 34, p. 173 - 192, jul./dez. 2008.

LORIGA, Sabina. **O pequeno X: da biografia à história**. 1 ed. São Paulo: Autêntica, 2011.

MACHADO, Marcia Regina Jaschke. **O modernismo dá as cartas**: circulação de manuscritos e produção de consensos na correspondência de intelectuais nos anos de 1920. 2012. 260f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) - Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2012.

MACIEL, Raquel Silva. **O sertão nos escritos cascudianos**: a produção discursiva sobre um espaço e seus habitantes (1934-1939). 2015. 94f. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015.

MACIEL, Raquel Silva. **A construção discursiva de si**: Luís da Câmara Cascudo e a produção de uma trajetória intelectual (1968-1972). 2017. 136f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

MADEIRO, Lédja Lorena Ferreira da Cruz. **A memória individual e a memória coletiva nas Crônicas de origem cascudianas dos anos 20**. 2017. 97f. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

MAIA, Isaura Amélia Rosado. **Cascudo**: guardião das nossas tradições. Natal: Fundação Guimarães Duque, 2004.

MANGUEL, Alberto. **A biblioteca à noite**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MANGUEL, Alberto. **O leitor como metáfora**: o viajante, a torre e a traça. 1 ed. São Paulo: Edições SESC, 2017.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARINHO, Francisco Fernandes. **Câmara Cascudo em Portugal e o I Congresso Luso-Brasileiro de Folclore**. Natal: RN Econômico, 2005.

MATTOS, Marlene Gonçalves. MIRANDA, Félix Valentín Bugueño. Por que um dicionário é um texto? **Gragoatá**, Niterói, n. 38,1. sem. 2015, pp. 91-110.

MEDEIROS, Ana Cristina Cabral. GICO, Vânia de Vasconcelos. A escrita de si, a leitura do outro: autobiografia como fonte de pesquisa. **Revista da FARN**, Natal, v.4, n.1/2. jan/dez. 2006. pp. 169-184.

MELO, Mirlene Coutinho de. **Canto de muro**: a construção de um mundo de papel. 2015. 85f. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MELLO, Luiza Larangeira da Silva. **O gorila, o homem e o robô**: a tensão entre tradição e progresso na obra de Luís da Câmara Cascudo. 2002. 52f. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2002.

MELO, Verissimo de. **A riqueza maior está nos escritores das províncias** [Entrevista concedida a] Auricéia A. Lima. O Galo. Natal, ano 6, n. 6, p. 03-08, 1994.

MELO, Verissimo de. **Cartas e cartões de Oswaldo Lamartine**. Natal: Fundação José Augusto, 1995.

MELO, Verissimo de. **Evocação de Mestre Cascudo**. Natal: outubro de 1986. Acervo Pessoal Fernando Melo

MEYER, Marlyse. (org.) **Do almanak aos almanaques**. São Paulo: Atêlie Editorial, 2001. 204p.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MINDLIN, José. **Uma vida entre livros**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MIRANDA, Félix Bugueño. Da classificação de obras lexicográficas e seus problemas: proposta de uma taxonomia. **Alfa**, São Paulo, v. 58, n.1, pp. 215-231. 2014.

MONICA, Laura della. *apud* CASCUDO **Dicionário do folclore brasileiro**. 9 ed. São Paulo: Editora Global. 2000a.

MONTEIRO, Maria da Conceição Silva Dantas. **Luís da Câmara Cascudo**: prefaciador. 2015. 169f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MORAES, Marcos Antônio de. (org.) **Câmara Cascudo e Mário de Andrade**: cartas, 1924-1944. São Paulo: Global, 2010.

MORAES, Marcos Antônio de. **Orgulho de jamais aconselhar**: A epistolografia de Mário de Andrade. 1 ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

MORESCO, Marcielly Cristina; RIBEIRO, Regiane. O conceito de identidade nos estudos culturais britânicos e latino-americanos: um resgate histórico. **Animus**, Santa Maria. v.14, n.27, 2015, pp.168-183.

MUCHAIL, Salma Tannus. Michel Foucault e o dilaceramento do autor. **MARGEM**, São Paulo, n.16, dez.2002, pp. 129-135.

MUCHAIL, Salma Tannus. (org.) **Jacques Derrida**: pensar a desconstrução. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

NEVES, Margarida de Souza. Artes e ofícios de um “Provinciano Incurável”. **Revista Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós Graduated em História e do Departamento de História da PUC-SP. No. 24 Artes da História & outras linguagens. São Paulo: PUC-SP, jun. de 2002. pp. 65 a 86.

NIETZSCHE, Friedrich. **Da utilidade e da desvantagem da história para a vida**. São Paulo: Hedra, 2017.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos**: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: HUCITEC, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. n.10, dez.1993, São Paulo: PUC-SP, p. 7-28.

NUNES, José Horta. A invenção do dicionário brasileiro: transferência tecnológica, discurso literário e sociedade. **Revista Argentina de Historiografia Linguística**, Buenos Aires, v. 2, pp.159-172. 2013.

NUNES, José Horta. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras** (Taguatinga), v. 3, p. 06-21, 2010.

NUNES, José Horta. Discursividades contemporâneas e dicionário. *In*: SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 3., 2007, Porto Alegre. **Anais Eletrônicos...** Porto Alegre, UFRGS, 2007a, p. 01-07. Disponível em <http://anaisdosead.com.br/3SEAD/Simposios/JoseHortaNunes.pdf> acesso em 12 nov. 2019.

NUNES, José Horta. **Discurso e instrumentos linguísticos no Brasil**: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários. Campinas, 1996. 267f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

NUNES, José Horta. Definição lexicográfica e discurso. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, v. 11, n.11, p. 09-30, 2003.

NUNES, José Horta. Dicionários na Teoria e na Prática: questões teóricas específicas. *In*: XATARA, Cláudia BEVILACQUA, Cleci Regina; HUMBLÉ, Philippe René Marie. (org.). **Dicionários na Teoria e na Prática: como e para quem são feitos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 49-72.

NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil**: análise e história do século XVI ao XIX. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006. v. 1.

NUNES, José Horta. Dicionarização no Brasil: condições e processos. *In*: NUNES, José Horta. (org.). **História do Saber Lexical e Constituição de um Léxico Brasileiro**. São Paulo/Campinas: Humanistas/Pontes, 2002, p. 99-119.

NUNES, José Horta. Dicionário, sociedade e língua nacional: o surgimento dos dicionários monolíngües no Brasil. *In*: I. S. Lima, L. Carmo (orgs.). **História social da língua nacional**. 1 ed. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 353-374.

NUNES, José Horta. Levantamento bibliográfico de dicionários brasileiros de língua portuguesa: uma interpretação discursiva. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, n. 33, pp. 805-810. 2004.

NUNES, José Horta. Uma articulação da análise do discurso com a história das ideias linguísticas. **Letras**, Santa Maria, v.18, n. 2, pp. 107-124, jul/dez. 2008a.

NUNES, José Horta. Sobre a noção de “dicionário-popular”. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 35, pp. 1028-1032. 2006a.

OITICICA *apud* GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. **Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias empresariais, empresários e militância política**. 2009. 316f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

O JORNALISMO de Cascudo. Tribuna do Norte, Natal, 19, jul. 2022. Jornal de WM. Disponível em <https://tribunadonorte.com.br/colunas/jornal-de-wm/o-jornalismo-de-cascudo/> acesso em 28 out. 2023.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Em busca do Ceará: a conveniência da cultura popular na figuração da cultura cearense (1948 - 1983)**. 2015. 297f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015a.

OLIVEIRA, Aluizio Lins de. **Erudição e cultura popular na atividade intelectual de Luís da Câmara Cascudo**. 2012. 165f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2015b.

OLIVEIRA, Gildson. **Câmara Cascudo: um homem chamado Brasil**. Brasília, DF: Brasília Jurídica, 1999.

OLIVEIRA, Giuseppe Roncalli Ponce Leon de. **Luís da Câmara Cascudo e a invenção do feminino na cultura popular nordestina (1938-1977)**. 2009. 110f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

OLIVEIRA, Giuseppe Roncalli Ponce Leon de. Uma análise sobre os conceitos de cultura, cultura popular, etnografia e folclore na obra *Civilização e cultura de Luís da Câmara Cascudo*. **Mnemosine Revista**, Campina Grande, vol.5, n.1, jan-jun, 2014, pp. 242-254.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A análise de discurso e seus entremeios. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, IEL-Unicamp, n. 42, p. 21-41, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas o discurso**. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8 ed. Campinas: Pontes, 2005a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6 ed. Campinas: UNICAMP, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez. 9 ed. 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. 1 ed. Campinas: Editora Pontes, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Editora Pontes, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu, tu, ele**: discurso e real da história. 1 ed. Campinas: Pontes, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Gestos de leitura**: da história no discurso. 4 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes/UNEMAT, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. São Paulo: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Lexicografia discursiva. **Alfa**, São Paulo. n.44, 2000. pp. 97-114.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ORTIZ, Renato. **Românticos e folcloristas**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1992.

PARK, Margareth Brandini. **Histórias e leituras de almanaques no Brasil**. 1 ed. Campinas: Mercado das Letras, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento? Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 7 ed., 1990.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre. et al. (org.) **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Unicamp, 2009.
- PÊCHEUX, Michel. *apud* BARONAS, Roberto. Efeito de sentido de pertencimento à análise de discurso. *In*: II SEAD- Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2., 2005, Porto Alegre. **Anais**. Porto alegre: UFRGS, 2005, pp.1-14.
- PÊCHEUX, M. *apud* FREIRE, Sérgio. **Análise do discurso**: procedimentos metodológicos. Manaus: Census, 2014.
- PEREIRA, José Renato Santos. **Depoimento**. Revista do Livro, n° 1-2, ano I, maio. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro (INL), 1956.
- PEREIRA, José Renato Santos. O Instituto Nacional do Livro acaba de completar vinte anos de existência. **Revista do Livro**, n° 8, ano II, dezembro, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro (INL), 1957.
- PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 8, n. 18, ago/set. 1989.
- PETTER, Margarida Maria Taddoni., NUNES, José Horta. (org.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo/Campinas: Humanitas/Pontes, 2002.
- PESAVENTO, Sandra. **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992. pp. 200-212.
- POSSENTI, Sírio. Índícios de autoria. **Perspectiva**, Florianópolis, n.01, pp.105-124, jan./ jun. 2002
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- RAMOS, Bruna Sola; SCHAPPER, Ilka. O encontro do leitor com a palavra alheia: leituras bakhtinianas. **Revista Teias**, Rio de Janeiro. vol. 10. n.19, 2009. pp. 1-7.
- RICKES, Simone Moschen. A escritura como cicatriz. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, pp. 51-71. 2002.
- RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.
- RICOUER, Paul. **O si-mesmo como outro**. 1 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- ROCHA, Gilmar. Cultura popular: do folclore ao patrimônio. **Mediações**, Londrina, v. 14, n.1, p. 218-236, jan/jun. 2009.



RODRIGUES, Alessandra. **Escrita e autoria**: entre histórias, memórias e descobertas. 1 ed. Campinas: Mercado das letras, 2012.

SÁ JÚNIOR. Lucrécio Araújo de. Tradições discursivas nas culturas populares: correspondências trocadas entre Câmara Cascudo e Mário de Andrade. **Revista Gatilho**, Juiz de Fora. vol. 12, fev. 2011.

SÁ JÚNIOR. Lucrécio Araújo de. **Freud e os não europeus**. 1 ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

SALGADO, Clóvis. Apresentação. **Revista do Livro**. Rio de Janeiro: INL, 1956. Números 1-2, jun. de 1956.

SALES NETO, Francisco Firmino. **Antes da noite**: história, memória e escrita de si por Luís da Câmara Cascudo (Natal, 1898-1986). 2013. 237f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SALES NETO, Francisco Firmino. **Luís Natal ou Câmara Cascudo**: de ator a autor da cidade do Natal. 1 ed. Campina Grande: EDUFPG, 2013.

SALES NETO, Francisco Firmino. **Palavras que silenciam**: Câmara Cascudo e o regionalismo-tradicionalista nordestino. João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

SANTOS, Fernando Burgos Pimentel dos. Política cultural no Brasil: histórico de retrocessos e avanços institucionais. *In*: ANAIS ELETRÔNICOS DO XXXIII ENCONTRO DA ANPAD, 2009, São Paulo. **Anais Eletrônicos...** São Paulo, ANPAD, 2009, p. 1-16. Disponível em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS3105.pdf> acesso em 04 abr. 2020.

SANTOS, Natália Cabral dos. Intelectuais, construção da nacionalidade e Estado Novo. *In*: ANAIS ELETRÔNICOS DO XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 2014, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos...** Rio de Janeiro, ANPUH-Rio, 2014, p. 01-10. Disponível em: [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400122258\\_ARQUIVO\\_Intelectuais,construcaodanacionalidadeeEstadoNovoANPUH.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400122258_ARQUIVO_Intelectuais,construcaodanacionalidadeeEstadoNovoANPUH.pdf) acesso em 02 nov. 2019.

SCHERER, Amanda Eloína; TASCETTO, Tania Regina. O papel da memória ou a memória do papel de Pêcheux para os estudos linguísticos-discursivos. *In*: I SEAD-Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 1., 2003, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, pp.1-13.

SCHIAVON, Carmem Burgert. O Estado Novo no Brasil e as relações culturais luso-brasileiras no período. *In*: ANAIS ELETRÔNICOS DO IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - VESTÍGIOS DO PASSADO: A HISTÓRIA E SUAS FONTES, 2008, Porto Alegre. **Anais Eletrônicos...** Porto Alegre, ANPUH-RS, 2008. Disponível em: [http://www.eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1210897420\\_ARQUIVO\\_TextoANPUH.pdf](http://www.eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1210897420_ARQUIVO_TextoANPUH.pdf) acesso em 10 nov. 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (org.) **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

SERRANO, Gisella Amorim; PEREIRA, Mateus Henrique. “Papel para livros”: encruzilhadas e futuros passados do mercado editorial brasileiro nos anos 1930-1940. *In: XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO*. Santos. **Anais Eletrônicos...** Santos, Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007, p. 01-12. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0297-1.pdf> acesso em 09 out. 2019.

SILVA, Alesson Luiz Gois da; LIMA, Alexsandro Laurentino de; SILVA, Andrea Souza; COSTA, Edyja Gomes da; SILVA, Jocilene Gomes da; SILVA, Max Rodolfo Roque da. Entre contos e cantos: linguagem e literatura oral a partir das tradições do sertão nordestino. **Encontros de Vista**, Recife, 4 (2): 26-33, jul./dez. 2009.

SILVA, Geise Kelly Teixeira da. **Nostalgia do espaço e do tempo**: uma leitura da obra memorialística de Câmara Cascudo. 2014. 100f. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2014.

SILVA, M. S. História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

SILVA, Marcos. (org.) **Câmara Cascudo e os saberes**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

SILVA, Marcos. (org.) História e cultura popular em Câmara Cascudo. *In: XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*, 2004, Campinas. **Anais**: Campinas, UNICAMP, 2004, pp.1-6.

SILVA, Marcos. (org.) **Inventando o povo que se inventa**: Câmara Cascudo, a cultura popular e a modernidade brasileira. Conferência pronunciada na inauguração do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-Rio-Grandenses, no dia 30 de novembro de 2004. pp. 1-13.

SILVA, Maria Cândida Figueiredo Moura da. **Traduzir bolos do “Dicionário do folclore brasileiro” de Câmara Cascudo**: etnoterminologia e tradução etnográfica. 2017. 141f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) - Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

SILVA, Maria Clara de Motta Maia Machado da. **O guarda-memória Câmara Cascudo e suas provisões da província**. 2005. 216f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, Suely Braga. A institucionalização de organismos culturais no Estado Novo: pontos para reflexão. **INFORMARE – Caderno do Programa de Pós-graduação de Ciências da Informação**. Rio de Janeiro, vol. I, n. 2, jul./dez.1995, pp. 52-58

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. São Paulo: Editora Vozes, 2012.

SILVA, Vanderlan, GOMES, Valdeci Feliciano. O fazer etnográfico em Câmara Cascudo: memória, fontes e interlocutores. **Ponto Urbe [Online]**, 28 | 2021. Disponível em <http://journals.openedition.org/pontourbe/9989> acesso em 09 dez. 2023.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003.

SIVERIS, Daiane. **Língua, sujeito e história: implicações da noção de função-autor na produção dicionarística de Caldas Aulete**. 2012. 131f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Departamento de Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

SIVERIS, Daiane.; ZANDWAIS, Ana. Nem autor, nem somente função-autor: também sujeito-idealizador. **Fragmentum**. Santa Maria. n.44, pp. 47-65, jan/mar. 2015.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, Ana Lorym. Folclore e políticas culturais no Brasil nas décadas de 1960/1970. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: POLÍTICAS CULTURAIS, 2., 2011, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos...** Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 2011, p.01-18. Disponível em [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas\\_Culturais/II\\_Seminario\\_Internacional/FCRB\\_AnaLorymSoares\\_Folclore\\_e\\_políticas\\_culturais\\_no\\_Brasil\\_na\\_s\\_decadas\\_de\\_1960-1970.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_AnaLorymSoares_Folclore_e_políticas_culturais_no_Brasil_na_s_decadas_de_1960-1970.pdf) acesso em 12 nov. 2019.

SOARES, Ana Lorym. **Revista Brasileira de Folclore: intelectuais, folclore e políticas culturais (1961 – 1976)**. 2010. 216f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro. 2010.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (org.). **Domínios da História - Ensaios de Teoria e Metodologia**. 1a.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, v., p. 275-311.

SORÁ, Gustavo Alejandro. **Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2010.

SOUSA, Ilza Matias de. **Câmara Cascudo: viajante da escrita e do pensamento nômade**. Natal: EDUFRN, 2006.

SOUZA, Laura de Mello. (org.) **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. 1 ed. São Paulo: Companhia de bolso, 2018.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Identidade nacional e modernidade brasileira**: o diálogo entre Sívio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. 2006. 421f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

SOWELL, Thomas. **Os intelectuais e a sociedade**. 1 ed. São Paulo: É Realizações, 2011.

TAVARES, Mariana Rodrigues. Digressões sobre o gênero enciclopédico: a Enciclopédia Brasileira em meio às transformações do campo científico da década de 1950. **Mosaico**, v. 8, n.13, pp. 318-335. 2017.

TAVARES, Mariana Rodrigues. Editando a nação e escrevendo sua história: o Instituto Nacional do Livro e as disputas editoriais entre 1937-1991. **Aedos**, Porto Alegre, v.6, n.15, jul./dez, pp.164-180. 2014.

TAVARES, Mariana Rodrigues. Tramas editoriais e publicações de livros: o INL e a política de coedições em 1970. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos...** Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2014, p. 01-14. Disponível em: [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400432689\\_ARQUIVO\\_Tramaseditoriaispublicacoesdelivros-TextodaANPUH-MarianaTavares\\_1\\_.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400432689_ARQUIVO_Tramaseditoriaispublicacoesdelivros-TextodaANPUH-MarianaTavares_1_.pdf) acesso em 02 nov. 2019.

TAVARES, Mariana Rodrigues. **Um Brasil inapreensível**: história dos projetos da Enciclopédia Brasileira do Instituto Nacional do Livro. 2016a. 138f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016a.

TAVARES, Mariana Rodrigues. Uma obra “universal” e universitária: breve ensaio sobre a Enciclopédia Brasileira do Instituto Nacional do Livro e os projetos da década de 1950. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 111, pp.33-56, dez. 2016b.

TIN, Emerson. (org). **A arte de escrever cartas**. Campinas: Editora da UNICAMP. 2005.

TIN, Emerson. “Em mangas de camisa”: lugares-comuns do gênero epistolar a partir de cartas de escritores brasileiros do século XX. **Eixo Roda**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 181-204, 2018.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB**: fábrica de ideologias. 2 ed. São Paulo: Ática, 1982.

TORQUATO, Arthur Luis de Oliveira. **Silenciando peças e criando lacunas**: uma análise da trajetória integralista na biografia de Luís da Câmara Cascudo (1932-1945). 2008. 95f. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em História) - Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

UM CASCUDO PAULISTANO. Tribuna do Norte, Natal, 20, jul. 2020. Seção Viver. Disponível em <https://tribunadonorte.com.br/viver/um-cascudo-paulistano/> acesso em 15 set. 2022.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. O pensamento dialético de Luís da Câmara Cascudo e os 60 anos do “Dicionário do folclore brasileiro”. **Rebela**, Florianópolis, v.6, n.2. mai./ago. 2016. p. 305-325.

VELLOSO, Mônica Pimentel. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

VENANCIO, Giselle Martins. Memória guardada em papéis e livros. **Trajeto Revista de História UFC**, Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 67-84, 2005

VENANCIO, Giselle Martins. **Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara**. 1 ed. São Paulo: Autêntica, 2015.

VENANCIO, Giselle Martins. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, 2001, pp. 23-48.

VENANCIO, Giselle Martins. Sopros inspiradores: troca de livros, intercâmbios intelectuais e práticas de correspondência no arquivo privado de Oliveira Vianna. *In*: BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (org.). **Destinos das Letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Mauricio; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. A vontade de guardar: lógica e acumulação em arquivos privados. **Arquivo e administração**. Rio de Janeiro, vol. 10, n. 2. pp. 62-76.

VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e malditos: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira**. Brasília, DF: Editora Thesaurus, 1998.

VILHENA, Luís Rodolfo. Os intelectuais regionais. *In*: 19º Encontro Anual da ANPOCS, 1995, Caxambu. **Anais**. 1995, s/p.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964**. Rio de Janeiro: Funarte/ Fundação Getúlio Vargas, 1997.

WINCHESTER, Simon. **O professor e o louco: uma história de assassinato e loucura durante a elaboração do “Dicionário de Oxford”**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

YUNES, Eliana. A narrativa em Câmara Cascudo: interdisciplinaridade avant la lettre. *In*: YUNES, Eliana. (org.). **Pensar a leitura: complexidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.